



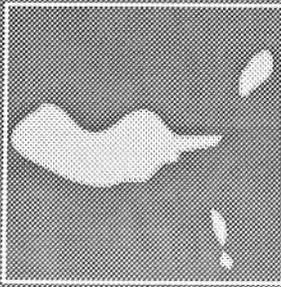
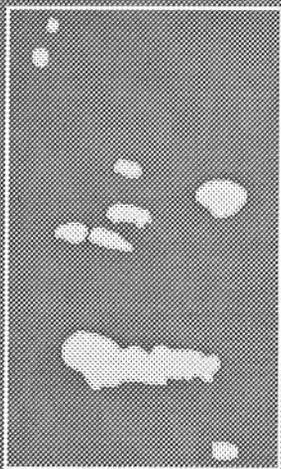
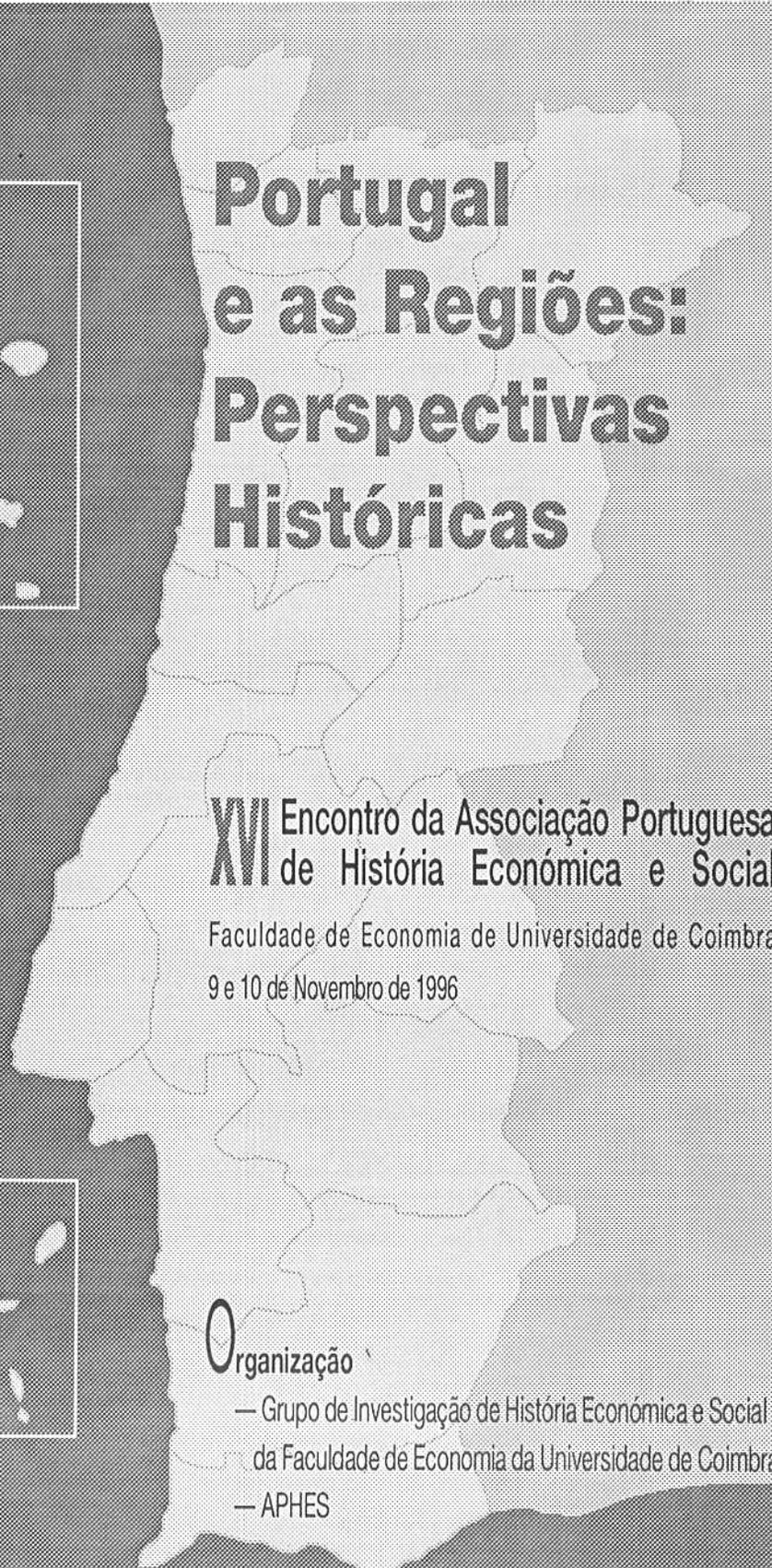
**Portugal
e as Regiões:
Perspectivas
Históricas**

XVI Encontro da Associação Portuguesa
de História Económica e Social

Faculdade de Economia de Universidade de Coimbra
9 e 10 de Novembro de 1996

Organização

- Grupo de Investigação de História Económica e Social
da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
- APHES



Portugal e as Regiões: Perspectivas Históricas

XVI Encontro da Associação Portuguesa
de História Económica e Social

Faculdade de Economia de Universidade de Coimbra
9 e 10 de Novembro de 1996

Organização

- Grupo de Investigação de História Económica e Social
da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
- APHES

APOIO À ORGANIZAÇÃO DO XVI ENCONTRO

Banco Totta & Açores
Câmara Municipal de Coimbra
Comissão de Coordenação da Região Centro
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
Fundação Calouste Gulbenkian
Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica

FICHA TÉCNICA

TÍTULO DA OBRA: Portugal e as Regiões Perspectivas Históricas

COORDENAÇÃO: Associação Portuguesa de História Económica e Social/Comissão Organizadora do XVI Encontro da APHES/FEUC

RESPONSÁVEL DA EDIÇÃO: Dr^a Ana Maria Saturnino

EDIÇÃO E IMPRESSÃO: Comissão de Coordenação da Região Centro
Outubro de 1996

TRATAMENTO GRÁFICO/TEXTO: RPM, *Ideias e Comunicação, Lda*
Coimbra (telef. 70 33 32)

CAPA: Angelina Caixeiro e Rui Grácio/
/RPM, Ideias e Comunicação, Lda

ISBN: 972-569-091-5

DEPÓSITO LEGAL: 104410/96

TIRAGEM: 500 exemplares

INDÍCE

- 1. José Luís Cardoso,**
VIAGENS FILOSÓFICAS E MAPAS ECONÓMICOS:
A REDESCOBERTA DO ESPAÇO SOCIAL NOS
FINAIS DO SÉCULO XVIII7
- 2. Maria Isabel da Conceição João,**
MEMORIA E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE REGIONAL:
O CASO DOS AÇORES23
- 3. José Manuel Azevedo e Silva,**
O ESTADO NASCENTE DAS INSTITUIÇÕES E A
ORGANIZAÇÃO DAS SOCIEDADES:
A SOCIEDADE MADEIRENSE31
- 4. Inês Amorim,**
A CONSTRUÇÃO POLÍTICA DO ESPAÇO:
A PROVEDORIA DE AVEIRO NO SÉCULO XVIII59
- 5. António Rafael Amaro,**
OS CONGRESSOS REGIONAIS DAS BEIRAS E O
REGIONALISMO EM PORTUGAL (1921-1940)71
- 6. Carlos Alberto Oliveira Damas,**
ESTUDO SOBRE A MORTALIDADE NA
FREGUESIA DE TEIXOSO (1750-1850)93
- 7. António Alves Caetano,**
CONFIGURAÇÃO ECONÓMICA DAS FREGUESIAS DE
LISBOA EM 1895 — ENSAIO DE CARACTERIZAÇÃO ..117
- 8. João Paulo Avelãs Nunes,**
A «CORRIDA AO VOLFRÂMIO» NO PERÍODO
DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1933-1953).
MINERAÇÃO DO VOLFRÂMIO E PROBLEMÁTICA
DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL157

9. Nuno Valério, O FUTEBOL EM PORTUGAL: UMA PERSPECTIVA REGIONAL	179
10. M^a Do Carme Espido Bello EL COMERCIO HISPANO-PORTUGUES DE GANADO VACUNO (1850-1914): UN EJEMPLO DE COMPLEMENTARIEDAD ENTRE LAS DOS ECONOMIAS IBERICAS	195
11. Ana Bela Nunes O SISTEMA URBANO PORTUGUÊS: 1890-1991	221
12. José Veiga Torres AS INSTITUIÇÕES E A DISTRIBUIÇÃO DO PODER SOCIAL — A INQUISIÇÃO	223

Numa conjuntura em que as opções políticas sobre a problemática da regionalização parecem adquirir uma actualidade com raros precedentes, afigura-se-nos oportuno reflectir sobre a genealogia histórica da «questão regional» em Portugal. Se é certo que o tema mereceu já diversas e multifacetadas considerações, não será incoerente pensarmos que sobre ele não abundam as reflexões de natureza científica — ou tendencialmente científica dos historiadores e investigadores sociais.

F.E.U.C.
5-6

O paradoxo que em regra é notado no caso português resulta da coexistência de acentuados e vivos contrastes entre regiões, objectivamente identificáveis, com a ausência de qualquer tradição de instituições autónomas supra-locais. Num contexto internacional em que a globalização das economias e das comunicações se combina com a reafirmação e o ressurgir de diversas identidades fragmentárias, a discussão crítica e historicamente fundamentada sobre a temática regional portuguesa pode, porventura, fornecer novas e estimulantes perspectivas sobre o assunto. Abordagens que se pretendem alheias à polémica das análises correntes e afastadas de motivações ou pressões de cunho político ou de quaisquer interesses de tipo corporativo.

Considerando o que foi exposto, a Associação Portuguesa de História Económica e Social, com o apoio do Grupo de Investigação de História Económica e Social da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, decidiu organizar o seu XVI Encontro, subordinando-o ao tema «Portugal e as Regiões: Perspectivas Históricas». Pretendeu-se com esta iniciativa proporcionar um momento de discussão sistemática, plural e interdisciplinar sobre o tema, incorporando o contributo de historiadores e investigadores de diferentes formações disciplinares.

Por manifesta impossibilidade da Comissão Organizadora e de alguns participantes não se incluem neste volume todas as comunicações apresentadas. Às entidades que apoiaram a publicação, Fundação Calouste Gulbenkian e Comissão de Coordenação da Região Centro, o mais sincero agradecimento da Associação Portuguesa de História Económica Social.

A Comissão Organizadora

VIAGENS FILOSÓFICAS E MAPAS ECONÓMICOS: A REDESCOBERTA DO ESPAÇO SOCIAL NOS FINAIS DO SÉCULO XVIII

José Luís Cardoso — ISEG - UTL

1. Uma sociedade não é concebível sem configuração espacial, sem território. O território é a alma física da sociedade. A sua existência e caracterização pressupõem a identificação e a referência a um espaço histórico e geográfico determinado. E a consciência do espaço e das suas divisões, das diversidades e semelhanças impostas pela natureza ou criadas pelo homem reveste, indubitavelmente, uma dimensão económica. Por outras palavras, o território é também um lugar onde se organizam e distribuem actividades que visam a produção e a distribuição da riqueza.

F.E.U.C.
7-22

Servem estas afirmações para enquadrar o percurso e a orientação — no sentido mais amplo, a viagem e o mapa - que aqui se vão seguir, em busca de novidades na identificação e tomada de consciência da importância económica do espaço. A sociedade portuguesa e o seu território histórico-geográfico nos finais do século XVIII constituem o ponto de partida dessa viagem. Antes de a iniciarmos, porém, convirá balizar alguns elementos de referência do itinerário de investigação.

2. Na historiografia do pensamento económico, afigura-se pacífica e adquirida a ideia de que, conforme sintetizou Claude Ponsard, «a edificação de uma verdadeira problemática económica dos fenómenos espaciais é obra do século XIX e sobretudo do século XX» (Ponsard, 1958, p.2)

Segundo Ponsard — ele próprio protagonista dessa edificação e a quem se deve uma pioneira sistematização histórica das teorias económicas espaciais — são autores como von Thünen, Alfred Weber e Lösch, entre outros, que desempenharam um papel crucial na refutação de uma análise económica abstracta pouco ou nada receptiva à consideração da variável espaço. Todavia, esses esforços não foram suficientes para desde logo impor o predomínio das abordagens “heterodoxas” que procuraram uma inovadora e pertinente integração do espaço nos modelos de interpretação da realidade económica. A relevância que hoje em dia possui este domínio de análise não pode fazer esquecer que, na ciência económica clássica e neoclássica tradicional, os problemas micro ou macroeconómicos são estudados sem consideração da sua dimensão espacial. O espaço limita-se a ser o meio geográfico e social que enquadra o exercício da actividade económica, condicionando-a exogenamente, mas sem no entanto adquirir o estatuto de variável endógena, explicativa.

F.E.U.C.
5-70

O testemunho de Ponsard há pouco evocado não significa que, antes de von Thünen, não se tivessem desenvolvido importantes tentativas de introdução da variável espaço nas reflexões de teor económico. A literatura económica do século XVIII oferece-nos inúmeros e notáveis exemplos dessa presença pioneira do espaço no raciocínio económico. A obra de Richard Cantillon (1755), muito em particular, fornece um testemunho exemplar de como é indispensável a consideração desta dimensão de análise quando se procura uma adequada compreensão dos processos de criação e circulação da riqueza.

Com efeito, a Cantillon se deve atribuir papel pioneiro na apresentação de uma construção lógica do espaço económico e de uma sistematização da localização dos homens e das actividades, através de um modelo de hierarquias múltiplas entre diferentes tipos de agregados populacionais à escala local, regional e nacional (aldeias, vilas, cidades, capital), aos quais correspondem diferentes funções económicas e que entre si estabelecem relações harmónicas de interdependência e complementaridade. É certo que o tratamento autónomo que a variável espaço mereceu a Cantillon não obteve plena continuidade na literatura económica francesa da segunda metade do século XVIII, designadamente a de inspiração fisiocrática. Para François Quesnay e seus discípulos, o que essencialmente interessa é a análise do processo de criação e circulação

do produto líquido por entre as diferentes classes económicas em que a nação se divide; ou seja, privilegiam a dimensão social da organização económica, sem no entanto ignorarem os problemas de hierarquização e de relacionamento funcional em termos espaciais. Entre os principais escritores de língua inglesa deste mesmo período — James Steuart e Adam Smith — também não se assiste a uma plena incorporação do sistema de análise económica espacial desenvolvido por Cantillon, apesar de serem evidentes as marcas e influências da abordagem inovadora do autor do *Essai sur le Commerce en General*.

Por conseguinte, podemos asseverar que a literatura económica da segunda metade do século XVIII incorporou, de forma declarada ou implícita, uma nova concepção do espaço social que passou a ser pensado através dos processos de estruturação económica decorrentes da crescente dinâmica dos mercados a diferentes escalas. Conforme a este propósito sintetizou Pierre Dockès (1990): «[a partir de meados do século XVIII] o espaço social nada mais era do que o resultado de um processo de circulação económica, mercantil, uma vez que a produção, o espaço produtivo, eram pensados como o resultado de processos de trocas» (p. 142). Por outras palavras, a construção da economia de mercado envolve também uma tomada de consciência sobre a territorialidade das relações mercantis.

F.E.U.C.
7-22

Este clima de abertura intelectual para os temas do espaço que detectamos na literatura económica europeia de setecentos — aqui sumariamente recordada — teve também a sua repercussão no nosso país, não obstante tal circunstância se ter ficado a dever menos ao impacto de uma leitura e assimilação atenta das obras teóricas de referência (Cantillon, fisiocratas, Steuart ou Smith) do que à influência duradoura do espírito de inovação e descoberta característico do século das luzes. Na verdade, foi sobretudo a adesão aos preceitos iluministas acerca da necessidade de informação, observação e experiência como instrumentos de uma fundamentação empírica do conhecimento, que ditou uma acrescida receptividade relativamente aos procedimentos de inventário e descrição que implicavam uma disponibilidade para se percorrer e captar o espaço e o território natural e social. Só o conhecimento assim alcançado poderia proporcionar a construção bem alicerçada de argumentos favoráveis a processos de reforma e de transformação social.

3. No nosso país, a preocupação com a descrição e conhecimento do espaço natural e social é claramente visível numa série de textos e documentos elaborados nas duas últimas décadas do século XVIII, nos quais se faz explícita referência à necessidade de se efectuarem viagens filosóficas e políticas, com o objectivo explícito de melhor se conhecer o estado do reino. Começemos por recordar aquele que, porventura, se apresenta como o mais sistematizado desses programas de viagem, de autoria de José António de Sá (1783).

Na abertura do seu *Compêndio de Observações* declara o autor que «Todo o país, que pretende reformar-se, deve ser viajado» (p. 3). Divide as viagens em duas categorias fundamentais: a viagem filosófica, que corresponde à perspectiva do naturalista interessado na descrição física do território percorrido, e a viagem política, que corresponde à perspectiva do observador interessado em aspectos de carácter económico, social e institucional. Vejamos separadamente o âmbito e alcance de cada uma dessas viagens.

Quanto à primeira, trata-se de um percurso destinado ao registo da situação geográfica e condições climatéricas da área em observação, da qualidade dos solos, sua constituição e seus níveis de fertilidade, da orografia do território, da navegabilidade e utilização dos rios e, acima de tudo da descrição científica pormenorizada — adoptando-se sempre que possível o sistema de classificação de Lineu — das diferentes espécies animais, vegetais e minerais existentes. A finalidade de tal descrição de recursos é a ponderação dos meios mais eficazes para a sua utilização produtiva, isto é, a análise da afectação económica dos recursos disponíveis. Esta matéria entra já no âmbito da segunda categoria de viagens, em que se deverão registar todos os elementos de observação relativos às actividades económicas nos diferentes sectores de agricultura, manufacturas e comércio. Igualmente importante é o levantamento do estado e movimentos da população, a identificação de grupos sociais, formas de ocupação, hábitos, tradições, rituais e práticas de representação, o registo das principais posturas, legislação, foros e tributos, e ainda a caracterização da estrutura administrativa e das instituições responsáveis pelo ensino, justiça, defesa e religião.

Antes de apresentar minuciosamente os diferentes objectos merecedores da atenção do viajante político (pp. 48 a 79) e filosófico (pp. 79 a 162) e dos respectivos requisitos e qualidades físicas e intelectuais (pp.

45 a 47), José António de Sá deixa claramente perceber qual o sentido último do seu compêndio sistemático de observações: «Com todos estes conhecimentos a república se porá em estado de fazer felizes os cidadãos, e de poder ministrar-lhes os meios necessários, úteis e agradáveis à vida humana. Conhecerá todas as suas forças, a sua riqueza, e fundo principal, aquilo de que pode subsistir, o que necessita dos estrangeiros, e o que é capaz de ministrar-lhes, qual é a balança do comércio, e os meios, que lhe facilitam o activo e diminuem o passivo. Quanto pode, e quanto mais poderá reformando-se, etc. Saberá melhor aplicar as suas leis para a agricultura, artes, e comércio; e enfim experimentará quanto é útil conhecer-se a si mesma para ser feliz» (p. 8). O conhecimento é um meio para se atingir a felicidade. E a felicidade avalia-se por critérios de natureza económica.

A visão de José António de Sá sobre a relação entre o mundo natural e a ordem económica é de uma transparência cristalina: «Por economia nada mais entendemos que a ciência, que praticamente aplica os produtos naturais para o uso da vida. E como todos os produtos pertencem aos três grandes reinos da natureza; podemos considerar a economia animal, vegetal, mineral. Todas as fadigas dos homens devem ser destinadas para este fim» (p. 27). O viajante filosófico e político realiza essa fusão de dois mundos que se completam na mente humana, a qual opera essa transposição indutiva da observação e experiência para o conhecimento que não se pretende contemplativo nem expectante, mas sim activo e transformador.

A junção do mundo natural e social através da acção cognitiva do viajante esclarecido, traduz uma vertente do pensamento enciclopédico, iluminista, que merece ser destacada. Com efeito, estamos diante de uma atitude que viria a ser contrariada pelo processo de normalização e autonomização disciplinar que ocorre durante o século XIX, processo esse que tornou-obrigatória e legítima a separação entre os universos natural e social e as respectivas ordens de discurso construídas para o seu estudo. Tal separação, porém, não impediu que as analogias, metáforas, fluxos de conceitos e práticas de mimetismo científico continuassem a revelar a mútua permeabilidade e interdependência entre disciplinas que aparentemente lidam com objectos distintos. Esse entrelaçar de narrativas científicas tem vindo a ser de novo destacado e revalorizado nos dias de hoje, designadamente nos estudos sobre o processo de

F.E.U.C.
7-22

desenvolvimento da ciência económica através do uso e abuso de analogias e metáforas fornecidas pelas ciências físicas e naturais¹. Assim, reencontra-se de novo a ideia de que o natural e o social são dimensões de análise que consubstanciam uma mesma matriz cultural, por outras palavras, que a opção por uma abordagem do mundo natural ou por uma abordagem do mundo social não é exclusiva nem definitiva, mas tão só um artifício através do qual se organiza provisoriamente o nosso contacto e domínio sobre o mundo exterior. Ora, é tal ideia que, no fundo, preside à construção do itinerário do viajante filosófico e político apresentado por José António de Sá: viajar é preciso, separar natureza e sociedade não é preciso. Por isso nos diz que a economia é a ciência que trata da organização prática e eficiente do mundo natural, que repõe a ordem da natureza em benefício da felicidade humana.

Nesta construção, o recurso ao sistema de Lineu não é um mero registo da modernidade dos sistemas classificativos então tanto em voga. É também um sinal de que a reconstrução científica do mundo natural decorre em larga medida de uma concepção *oeconomica* da existência e reprodução desse mesmo mundo natural, uma vez que se aceitam como critérios básicos para o estabelecimento de um equilíbrio duradouro na ordem natural das coisas, princípios de eficiência e de não desperdício de recursos. Com efeito, parece pertinente recordar que para Lineu «a natureza assemelha-se a um estado bem governado no qual cada indivíduo tem o seu próprio emprego e subsistência e em que uma hierarquia adequada de ofícios e funcionários é chamada a corrigir e a conter qualquer excesso prejudicial»².

Esta fertilização cruzada entre duas ordens de discurso, que mais tarde viriam a trilhar caminhos autónomos, constitui, indubitavelmente, uma das facetas mais interessantes do *Compêndio de Observações* de José António de Sá. Outro aspecto digno de menção é a insistência com que o autor exige, do viajante filosófico e político, o manuseamento adequado de instrumentos de aprendizagem, a disponibilidade para observar, conversar e estudar a documentação existente, a obrigatoriedade de tudo registar de forma sistematizada no seu diário de viagem e de recolher todos os objectos pertinentes para fins arquivísticos ou museológicos, enfim, a vontade de fazer da viagem um exercício de

1. Sobre este assunto cf. em particular a colecção de ensaios reunidos em Mirowski, 1994.

2. Carl Linnaeus, *Polity of Nature* (1760), citado por Schabas, 1990, p. 42.

saber e conhecer. Neste sentido, a procura e recolha de informação tem que estar enquadrada por regras e orientações de carácter genérico, quanto mais não seja pela necessidade de se garantir um mínimo de uniformização das descrições a efectuar em diferentes regiões³. Mas isso não impede que o viajante possua uma grande margem de liberdade para anotar as diferenças e especificidades do território natural e social que observa. Conforme refere o autor, o viajante deverá «notar, descrever e averiguar tudo aquilo que for capaz de constituir notas características, de especificar, e individuar o objecto ou seja político, ou filosófico» (Sá, 1783, p. 161).

Essa ânsia pela fixação de elementos de identidade e diferenciação local ou regional é um outro aspecto relevante neste livro de José António de Sá que, como veremos mais adiante, contrasta com a atitude mais centralizadora e uniformizadora, no que se refere à construção de um mapa estatístico nacional, que viria posteriormente a ser preconizada.

4. José António de Sá não estava sozinho nessa chamada de atenção para a necessidade de o país ser viajado. Idêntica preocupação encontramos em Domingos Vandelli — a quem José António de Sá reconhece pioneirismo na matéria (Sá, 1783, pp.12 a 14) — e, de um modo geral, em todo o movimento que então se desencadeia em prol do desenvolvimento científico em Portugal, de que a criação da Real Academia das Ciências de Lisboa no final do ano de 1779 é o acto mais saliente.

F.E.U.C.
7-22

Relativamente a Vandelli, viria este autor a sistematizar as suas ideias sobre a importância das viagens filosóficas num curto texto em que engrandece as virtudes de quem procura «conhecer o que o nosso país tem, e o de que é capaz» (Vandelli, 1796, p. 22). Trata-se de um texto que confere coerência metodológica global às suas múltiplas observações e descrições de recursos publicadas na série de *Memórias Económicas* (1789-1815) da Academia Real das Ciências de Lisboa, sempre fiel ao melhor espírito de naturalista económico⁴.

Outros autores que sensivelmente no mesmo período preconizaram a realização de inventários de viajantes foram Baltasar da Silva Lisboa (1786) e José Maria Lucena (1795). Porém, as acções mais significati-

3 Cf. o modelo de registo de informação utilizado por José António de Sá nas figuras 1 e 2, em anexo.

4 Cf. também Vandelli, 1790. Para um entendimento global destes textos e das preocupações de naturalismo económico cf. Serrão, 1994.

vas que foram desenvolvidas neste sentido foram directamente promovidas pela Academia das Ciências⁵.

Com efeito, logo no seu ano inicial de funcionamento, em 1780, abriu a Academia um concurso, sujeito a prémio, destinado à «descrição física e económica de alguma comarca ou território considerável do reino ou domínios ultramarinos, com observações úteis à agricultura e indústria nacional» (*Programas*, 1780). Sobre este programa, dizia-se no folheto que anunciava o primeiro concurso⁶ que o seu objectivo era «procurar um individual e exacto conhecimento do país, promovendo os estudos físicos e económicos» (*ibid*).

Apesar das *nuances* de linguagem, a descrição física e económica correspondia *grosso modo* ao programa de viagens filosóficas e políticas previsto no *Compêndio de Observações* de José António de Sá. O concurso da Academia manteve-se aberto por tempo indeterminado, desdobrando-se em 1792 a componente física (natural ou filosófica) e a componente económica (política ou social), e adoptando-se para esta última, como modelo, o plano utilizado por Tomás António de Vila-Nova Portugal (1791). Esta separação vinha consagrar a especificidade de cada um dos domínios de inventário e, acima de tudo, vinha dar corpo a um processo de autonomização progressiva da ciência económica que, sem deixar de manter as suas prerrogativas de estruturação eficiente dos recursos naturais, passa a dar uma atenção acrescida às implicações no plano das reformas económicas, sociais e políticas. As palavras finais das *Observações* de Vila-Nova Portugal são a este propósito bem elucidativas, concluindo o autor que: «É o que parece interessante averiguar pelo que pertence à economia; sendo para profissão alheia o que respeita à botânica, mineralogia, navegação dos rios, e semelhantes» (1791, p. 214).

Na demarcação do território de observação económica, os objectos que merecem a atenção privilegiada do viajante são, obviamente, as actividades de produção e circulação desenvolvidas na província, região, comarca ou local em estudo. Mas a descrição-modelo de Vila-Nova

F.E.U.C.
7-22

5 Esta matéria foi por nós analisada noutras ocasiões, designadamente nos textos de Introdução às *Memórias Económicas* (1789-1815) e às *Memórias Económicas Inéditas* (1780-1808).

6 O primeiro prémio deste concurso foi atribuído ao "Ensaio de uma descrição, física e económica de Coimbra, e seus arredores", de autoria de Manuel Dias Baptista, que viria a ser publicado na colectânea de *Memórias Económicas* (1789-1815), Tomo I, pp. 195-224.

Portugal confere também uma atenção muito especial aos problemas de ordem institucional associados a cada uma das principais actividades económicas (agricultura, manufacturas, comércio), designadamente os regulamentos, posturas e usos vigentes, bem como os obstáculos criados por instâncias judiciais e fiscais e por outros organismos do Estado.

Sem dúvida que estes concursos promovidos pela Academia das Ciências tiveram uma repercussão muito positiva e suscitaram o aparecimento de muitas e valiosas contribuições de descrição regional, algumas das quais a própria Academia viria posteriormente a publicar na sua colecção de *Memórias Económicas (1789-1815)*. Para além dos concursos, a Academia também promoveu a realização de inquéritos sistemáticos à situação da agricultura e concedeu a alguns dos seus membros subsídios para a realização de viagens de reconhecimento e inventário, dando assim provas de um empenhado e continuado interesse na execução do programa que José Correia da Serra sintetizou no tão conhecido e citado “Discurso Preliminar” das *Memórias Económicas (1789-1815)*: «O primeiro passo de uma nação, para aproveitar suas vantagens, é conhecer perfeitamente as terras em que habita, o que em si encerram, o que em si produzem, o de que são capazes» (Serra, 1789, p. 9).

F.E.U.C.
7-22

Fazendo o balanço global das publicações que resultaram das viagens e estudos regionais promovidos pela Academia das Ciências, constatamos a cobertura das regiões do Minho, Alto-Douro, Trás-os-Montes e Alentejo. Outras parcelas mais circunscritas do espaço económico nacional⁷ foram também objecto de descrição económica. A norte do Douro: Ponta da Barca, bacia do Tâmega e Torre de Moncorvo; no centro litoral: Coimbra, Leiria, Marinha Grande, Caldas da Rainha, Tomar, e Torres Novas; no centro interior: Seia e Castelo Branco; a sul do Tejo: Azeitão, Setúbal e Montemor-o-Novo. Se a estes estudos de casos regionais acrescentarmos as descrições por recursos económicos ou por sector de actividade, podemos então concluir que se verifica uma muito razoável cobertura do território geográfico português.

Enquanto decorriam estas acções no âmbito da Academia das Ciências, foi lançada uma outra iniciativa de carácter institucional cujos

⁷ Apenas nos referimos ao espaço continental. Mas convirá ter presente que as conquistas ultramarinas foram também objecto de inventário e descrição económica.

resultados foram muito benéficos para o conhecimento da situação e problemas específicos de algumas regiões do espaço económico nacional. Tal foi, de facto, o efeito prático da legislação que fixou novas orientações para o sistema de jurisdição e de administração das províncias do reino⁸, tendo em vista a limitação das atribuições e direitos de ouvidoria e correição detidos pelos donatários da coroa e senhorios particulares. A nomeação de novos juizes encarregados da demarcação das seis províncias do reino (Minho, Trás-os-Montes, Estremadura, Beira, Alentejo e Algarve) viria a proporcionar a redacção de importantes memórias descritivas das três primeiras, respectivamente preparadas por Custódio José Gomes de Vilas-Boas (1794-1795), Columbano Pinto Ribeiro Castro (1796), e José de Abreu Bacelar Chichorro (1795).

Ainda neste plano da encomenda institucional, cabe referir a descrição da província do Alentejo elaborada por Gervásio de Almeida Pais (1788), correspondendo a uma solicitação da Junta do Comércio. Desta forma, somos levados a concluir que nas duas últimas décadas do século XVIII se consolidaram condições e meios institucionais que favoreceram a formação de uma nova consciência do espaço económico, da sua diversidade e eficiente utilização.

F.E.U.C.
7-22

As viagens filosóficas e políticas foram bem sucedidas e muito proveitosas porque, conforme sintetizou Jacques Revel a propósito de idênticos precursos de reconhecimento social na França iluminista de finais do século XVIII, possibilitaram a constituição de um sistema de conhecimento, «ou seja, o que, nas representações comuns a estes pioneiros da etnografia regional, permite associar, no seio de um mesmo quadro explicativo das determinantes geográficas, formas de implantação humana, regras de sociabilidade, uma fisiologia particular, traços psicológicos constantes, todas as características enfim, cuja interacção deveria, em última análise, permitir dar conta do atraso dos espíritos e do bloqueio social e político» (Revel, 1990, p.171).

5. Dado que o objectivo declarado das viagens e inquéritos regionais era o de possibilitar o conhecimento dos problemas económicos vividos no território e, a partir desse conhecimento, proporcionar a ponderação de projectos de regeneração do tecido económico e social, cabe agora olhar com um pouco mais de atenção para esses projectos e ideias de reforma. Ressalve-se, porém, o carácter deliberadamente breve dos

⁸ Leis de 16 de Julho de 1790 e de 7 de Janeiro de 1792 e Instruções de 17 de Janeiro de 1793.

comentários aqui apresentados⁹, os quais terão sobretudo em conta as implicações espaciais da abordagem dos viajantes e memorialistas.

Não é fácil submeter o conjunto da literatura económica produzida em Portugal nas duas últimas décadas do século XVIII a uma mesma e única matriz global de interpretação. Todavia, parece ser relativamente consensual considerar que a mais premente motivação que se destaca nessa literatura é a análise da situação estrutural da agricultura do reino, a qual é retoricamente equiparada a um estado de atraso ou decadência. Independentemente da validade do diagnóstico apresentado, o certo é que esse suposto ou real estado de atraso, ruína e decadência também servia para fundamentar a precaridade ou estagnação dos restantes sectores de actividade económica.

A preocupação com a situação agrícola do reino decorre de uma concepção estratégica de desenvolvimento económico centrado neste sector (produtivo por excelência) e, conseqüentemente, revela uma visão acerca da organização económica e social do espaço que contrasta com o modelo de desenvolvimento até então prevalecente. Em suma, o agrarismo patenteado pelos autores portugueses deste período consubstancia uma lógica própria de reflexão sobre os problemas do espaço económico. Vejamos porquê, fixando em particular o problema do desequilíbrio nas relações cidade-campo.

F.E.U.C.
7-22

A discussão deste problema ocorre no contexto mais lato da discussão do estado da população e da sua distribuição pelo território. O sentimento básico que envolve tal debate consiste no reconhecimento de que sem braços, sem população, sem mão-de-obra, não há solução milagrosa que resista e, por isso, impossível será debelar o atraso agrícola do país. Os ganhos de produtividade decorrentes de uma melhor utilização de instrumentos agrícolas, fertilizantes ou sistemas de cultivo, não são suficientes para compensar a progressiva e drástica diminuição da população rural. O acréscimo do poder produtivo do trabalho pressupõe que haja braços para trabalhar a terra; ora, este é justamente um dos males que os viajantes filosóficos e políticos e os memorialistas de finais do século XVIII mais salientam. O êxodo das populações para a capital, a atracção exercida pelas actividades mecânicas e de serviços, as recrutas e milícias, a emigração para outros continentes, configuram uma situação de crescente escassez de oferta de trabalho, que ainda por

9 Uma análise pormenorizada deste tema foi por nós ensaiada em Cardoso, 1989, Parte I.

cima era agravada pela resistência à dignificação social das profissões agrícolas. A falta de braços junta-se o absentismo dos proprietários, o que representava nova diminuição de incentivos à fixação da população dos campos. Por tudo isto, a cidade torna-se o alvo fácil e imediato dos descontentamentos, porque é nela que grassa o luxo, o ócio, a mendicidade, a corrupção dos bons costumes.

Toda esta problemática é analisada numa exemplar memória de José Joaquim Soares de Barros (1789), na qual se conjuga uma abordagem da relação entre o crescimento demográfico e a obtenção de meios de subsistência com uma atenção especial atribuída ao problema do desenvolvimento centrado no sector agrícola. Para Soares de Barros, o mundo rural é visto com o espaço natural de fixação da população, lamentando por isso a macrocefalia das “terras de comércio”, isto é, das principais cidades do litoral. De acordo com as suas palavras:

«São as variações nos nossos costumes, as revoluções do comércio, os empregos, e os progressos do luxo, e os cuidados mais frequentes das comodidades da vida, o que tem feito estas desigualdades, que tem posto em muitas destas povoações as fábricas, e as manufacturas, e vivificado a população dos seus campos mais vizinhos com as facilidades do consumo; mas que ao mesmo tempo tem tirado das outras a balança das convenientes correspondências com os seus respectivos distritos, e que por falta desse equilíbrio, e das proporções da economia vão cada vez enfranquecendo mais relativamente à população os movimentos da agricultura, os cuidados da antiga indústria, e os estímulos do trabalho» (Barros, 1789, p. 117).

Neste trecho é bem patente a tomada de consciência das “desigualdades” existentes no espaço económico, tornando imprescindível o restabelecimento do “equilíbrio e das proporções da economia”, ou seja, a reposição da “balança das convenientes correspondências” de modo a garantir maior harmonia na articulação entre regiões urbanas e rurais.

Para que a harmonia e equilíbrio pudessem ser alcançados de forma duradoura, propõem os autores da época diversas medidas, designadamente as que se referem ao estímulo do desenvolvimento do mercado interno e à remoção de obstáculos à livre circulação de produtos no território nacional. A renovação das vias de comunicação e sistemas de transporte, a eliminação das posturas e regulamentações à escala municipal, a racionalização dos sistemas de tributação, são algumas das ideias-força propaladas pela literatura económica deste período nas

quais se constata a presença aglutinadora da variável espaço. A extensão do mercado também é, com efeito, um problema de estruturação e encadeamento das actividades económicas desenvolvidas à escala local, regional e nacional.

6. Dezoito anos após ter dado à estampa o primeiro e pioneiro guia de viagens filosóficas e políticas, José António de Sá retomou as suas preocupações com o recenseamento sistemático de informações relativas à organização das actividades no espaço económico nacional e publicou novas instruções para a formação do cadastro ou mapa aritmético-político do reino (Sá, 1801). Este plano vem culminar intenso labor do autor neste domínio, documentado através de inúmeras memórias descritivas sobre a província de Trás-os-Montes, quase todas publicadas na colecção de *Memórias Económicas (1789-1815)* e de *Memórias Económicas Inéditas (1780-1808)* da Academia das Ciências de Lisboa.

Nas *Instruções* de 1801, José António de Sá sustenta uma visão bastante mais institucionalizada e centralizadora do processo de recolha de informação, atenuando o espírito de descoberta e aventura científica do viajante filosófico em busca de novidades e coisas diferentes. O seu objectivo último é agora o de «prover as necessidades públicas, e o melhoramento, e bem dos povos», considerando a este propósito que «a aritmética política é a única ciência, por meio de que se pode obter o prospecto geral, ou o cadastro do reino, ainda na falta de notícias exactas, que se não devem pretender, nem esperar deste género de averiguações, suprimindo-se pelas aproximadas»; pelo que «o dito prospecto servirá ao Príncipe Nosso Senhor para ver num golpe de vista o estado actual do seu reino, e aquele de melhoramento, de que é susceptível em benefício dos seus fiéis vassalos» (Sá, 1801, pp. 3 e 5). Para além da necessidade de observações sobre a estrutura e movimentos da população, sobre o estado e formas de utilização da terra, sobre as produções naturais e sua circulação pelo comércio, recomenda José António de Sá todo o cuidado no registo de informação sobre a administração fiscal e de justiça e dedica especial atenção à recolha de elementos referentes ao inventário e estado de conservação de edifícios públicos (castelos, paços, fortes, portos, pontes, estradas, etc.). O cadastro institucional completa-se com o registo de estabelecimentos eclesiásticos (igrejas, conventos, confrarias, irmandades, etc.), literários (escolas, colégios, academias, jardins botânicos, gabinetes científicos, etc.) e de bem comum (arquivos, tombos, polícias, milícias, montes de piedade, casas de expostos e de órfãos, etc.).

F.E.U.C.
7-22

A minúcia dos levantamentos estatísticos de carácter institucional revela intenções de centralização e uniformização dos conhecimentos que poderiam fundamentar as desejadas reformas dessa ordem vigente. Por seu turno, a lógica de constituição de tais conhecimentos pressupõe uma atitude de captação e reconstrução global do espaço económico sob a égide de um poder político esclarecido que não prescinde de informação empírica, mais ou menos precisa, sobre o estado do reino e suas particularidades multiformes, mas que também não perde de vista a desejada unidade e coesão do Estado. A aritmética política é, portanto, o domínio científico que permite aos governantes contar e observar para conhecer, conhecer e decidir para reformar.

Alguns anos mais tarde, encontramos a mesma ideia acerca das virtudes políticas da ciência da estatística numa memória do Visconde da Lapa, Manuel de Almeida (1812), que enaltece o interesse «do conhecimento perfeito do país, que gradualmente descobre recursos, que os políticos desconheciam», donde conclui que «sendo a estatística que nos oferece princípios para o calcular, ela é neste momento a que mais contemplação nos deve merecer» (p. 118).

F.E.U.C.
7-22

Este texto vem, por assim dizer, encerrar um ciclo de sistematização de ideias referentes à tomada de consciência do espaço económico nacional, que aqui fizemos remontar aos projectos de inventário de José António de Sá. Para o Visconde da Lapa, as categorias de referência são diferentes, mas os objectos de inventário são os mesmos¹⁰ (V. figura 3). No «país» cabem a descrição geográfica e física e algumas componentes de descrição das estruturas administrativas. Na «nação» cabem as caracterizações demográficas, sociológicas e políticas, bem como esse enorme reino da «subsistência nacional» que engloba os diversos domínios de actividade económica e respectivo enquadramento pelas múltiplas instituições da administração pública.

Das viagens filosóficas aos mapas aritmético-políticos reencontramos instrumentos de observação e inquérito que viabilizam uma nova percepção do território e proporcionam uma reconstrução espacial da economia. Tais instrumentos permitem igualmente refazer mosaicos de diferentes realidades, reflectir sobre problemas locais e regionais, compreender as escalas do território na sua especificidade e interdependência, fazer deambular a soberania do conhecimento de modo a torná-lo agente efectivo de mudança.

10 Cf. o plano de recolha estatística proposto por este autor na figura 3, em anexo.

REFERÊNCIAS

- Almeida, Manuel (Visconde da Lapa), 1812. “Memória sobre o modo de formar um plano de estatística de Portugal” in: *Memórias Económicas (1789-1815)*, Tomo V, pp. 117-129.
- Barros, José Joaquim Soares, 1789. “Memória sobre as causas da diferente população de Portugal em diversos tempos da monarquia”, in: *Memórias Económicas (1789-1815)*, Tomo I, pp. 99-117.
- Cantillon, Richard, 1755. *Essai sur la nature du commerce en général*. Paris: INED, 1952.
- Cardoso, José Luís, 1989. *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Castro, Columbano Pinto Ribeiro, 1796. *Descrição da Província de Trás-os-Montes, suas comarcas e população*. Ed. José Amado Mendes, Coimbra: INIC, 1981.
- Chichorro, José de Abreu Bacelar, 1795. *Memória económico-política da Província da Estremadura, traçada sobre as instruções régias de 17 de Janeiro de 1793*. Ed. M.B. Amzalak, Lisboa, 1943.
- Dockès, Pierre, 1990. “The birth of concepts of the trading space in the seventeenth and eighteenth centuries”, in: *Journal of the History of Economic Thought*, Vol. 12, nº 2, pp. 124-145.
- Lisboa, Baltasar da Silva, 1786. *Discurso histórico, político e económico dos progressos e estado actual da filosofia natural portuguesa, acompanhado de algumas reflexões sobre o estado do Brasil*. Lisboa: Oficina de António Gomes.
- Lucena, D. José Maria, 1795. *Mapa histórico-político do Reino de Portugal, oferecido a S.A.R. o Príncipe Nosso Senhor*. Ed. Aurélio de Oliveira, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. 4-5, pp. 9-87.
- Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa (1789-1815)*. Lisboa: Banco de Portugal, 1990-1991, Tomos I a V (ed. José Luís Cardoso).
- Memórias Económicas Inéditas (1780-1808)*. Lisboa: Academia das Ciências, 1987 (ed. José Luís Cardoso).
- Mirowski, Philip (ed.), 1994. *Natural images in economic thought*. New York: Cambridge University Press.
- Pais, Gervásio de Almeida, 1788. *Observações e exames feitos sobre as causas do atrasamento e ruína da agricultura e povoação na Província do Alentejo (...)*. Cod. ms., Biblioteca Nacional de Lisboa, Fundo Geral (códices), 8714.

F.E.U.C.
7-22

- Ponsard, Claude, 1958. *Histoire des théories économiques spatiales*. Paris: Colin.
- Portugal, Tomás António Vila-Nova, 1791. "Observações que seria útil fazerem-se para a descrição económica da Comarca de Setúbal", in: *Memórias Económicas (1789-1815)*, Tomo III, pp. 209-214.
- Programas da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Tipografia da Academia, 1780-1857.
- Revel, Jacques, 1990. *A invenção da sociedade*. Lisboa: Difel.
- Sá, José António, 1783. *Compêndio de observações que formam o plano da viagem política e filosófica que se deve fazer dentro da pátria, dedicado a S.A.R. o Príncipe do Brasil*. Lisboa: Oficina de Francisco Borges de Sousa.
- _____, 1801. *Instruções gerais para se formar o cadastro ou o mapa aritmético-político do reino, feitas por ordem de S.A.R. o Príncipe Regente Nosso Senhor*. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica.
- Schabas, Margaret, 1990. "Ricardo Naturalized: Lyell and Darwin on the Economy of Nature", in Moggridge, Donald E. (ed), *Perspectives on the History of Economic Thought*, Vol.3, Aldershot: Edward Elgar, 1990, pp. 40-49.
- Serra, José Correia, 1789. "Discurso Preliminar", in: *Memórias Económicas (1789-1815)*, Tomo I, pp. 9-11.
- Serrão, José Vicente, 1994. "Introdução" a: Domingos Vandelli, *Aritmética Política, Economia e Finanças (1770-1804)*. Lisboa: Banco de Portugal, 1994.
- Vandelli, Domingos, 1790. "Memória para a execução dos mapas aritmético-políticos", in: *Aritmética Política, Economia e Finanças (1770-1804)*. Lisboa: Banco de Portugal, 1994, pp. 265-266 (ed. José Vicente Serrão).
- _____, 1796. "Memória sobre a necessidade de uma viagem filosófica feita no reino, e depois nos seus domínios", in: *Aritmética Política, Economia e Finanças (1770-1804)*. Lisboa: Banco de Portugal, 1994, pp. 21-23 (ed. José Vicente Serrão).
- Vilas-Boas, Custódio José Gomes, 1794-1795. *Plano para a descrição geográfica e económica da Província do Minho e cadastro da Província do Minho*. Ed. António Cruz, Porto: Instituto de Alta Cultura, 1970.

MEMÓRIA E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE REGIONAL O CASO DOS AÇORES

Maria Isabel João

O termo memória reporta-se à capacidade dos indivíduos para conservar e actualizar experiências e informações passadas. Mas usamo-lo também quando nos referimos à possibilidade de recordar, lembrar factos ou conhecimentos e em relação aos próprios registos. Apesar de ser um fenómeno individual, a memória tem uma dimensão social e colectiva, visto que é no seio dos grupos e das sociedades que os registos são conservados e as lembranças transmitidas. O “comportamento narrativo” é, como assinalou Pierre Janet, o acto mnemónico fundamental e consiste na comunicação a outrém de uma informação, na ausência do acontecimento ou do objecto¹. A memória prende-se, assim, à vida social e é a base da identidade colectiva dos grupos ou das classes e das comunidades que compõem as sociedades.

F.E.U.C.
23-52

A memória não é, por conseguinte, um fenómeno meramente individual e psicológico, mas algo que tem uma dimensão social e temporal que transcende os indivíduos. Os biólogos referem-se a uma “memória genética”, transmitida de geração em geração, que permite a adaptação a novas condições ambientais e a sobrevivência das espé-

1. J. Le Goff, “Memória”, in *Enciclopédia Einaudi*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 12

cies. Os sociólogos, por sua vez, depois dos estudos de Maurice Halbwachs, descobriram o significado e importância da memória colectiva como património comum dos grupos e elemento indispensável para o seu auto-reconhecimento e afirmação na sociedade. Há, por isso, uma multiplicidade de memórias que se articulam com as variadas dimensões da vida social: uma memória do indivíduo e da família, dos grupos socioprofissionais e das múltiplas associações humanas, dos bairros e das comunidades locais, dos grupos étnicos e das nações.

Nalguns casos, entre a comunidade local e a nação há ainda lugar para a memória de uma região. As particularidades de carácter geográfico, étnico ou histórico, devidas a uma administração diferenciada ou a um poder autónomo do centro político, são geralmente a base da constituição de uma memória própria, que associa e identifica os naturais de uma região. É o caso do arquipélago dos Açores que, por factores de ordem histórico-geográfica, teve desde muito cedo a possibilidade de construir uma memória do passado comum das ilhas e das suas gentes. Contudo, a divisão em ilhas e o facto de ter prevalecido ao longo da sua história uma administração disseminada, primeiro, em donatarias e concelhos, posteriormente, em distritos, condicionou a produção dos registos e a própria construção da memória. Esta organiza-se em torno dos anais das ilhas ou dos concelhos e só alguns temas permitem estabelecer a unidade entre todos os açorianos, como veremos.

F.E.U.C.
23-52

Vamos, por conseguinte, analisar o processo de construção da memória açoriana, em traços muito largos e, inevitavelmente, incompletos. A nossa análise centra-se nos últimos dois séculos, passando por vários períodos e regimes políticos muito diversos. É no período da monarquia constitucional, nomeadamente com a publicação dessa obra fundamental que é o *Arquivo dos Açores*, que a história e a memória ganham um âmbito regional, distinto da mera sobreposição das narrativas sobre as ilhas. A laicização das sociedades e o culto das virtudes cívicas tiveram também uma expressão local, na toponímia, nos monumentos e nos centenários em honra dos filhos notáveis da terra. O processo continua neste século, adquirindo uma expressão ainda mais significativa durante a primeira República e no Estado Novo. A criação da Região Autónoma abriu um espaço maior para a afirmação da identidade regional, que é um processo indissociável da conservação e actualização da memória colectiva.

HISTÓRIA E MEMÓRIA

As relações entre a História e a memória são complexas, mas é ine-gável que se alimentam mutuamente com as suas narrativas. Apesar disso, há diferenças assinaláveis entre ambas que permitem demarcar os respectivos campos. O historiador procura reconstituir com rigor e objectividade os factos, pautando a sua narrativa pelo distanciamento crítico, a racionalidade e a busca da veracidade. Enquanto que os relatos da memória prendem-se, estreitamente, com a afectividade e a necessidade que os grupos humanos têm de possuir sobre si-próprios uma auto-imagem positiva que os identifique e distinga dos outros. A História esforça-se por ser independente dos interesses colectivos ou particulares e por fundamentar-se nas fontes e nos testemunhos do passado que mereçam o devido crédito. A memória, pelo contrário, coloca-se deliberadamente ao serviço dos interesses das famílias, nos registos das linhagens e das sagas familiares, e dos grupos étnicos e das nações, nos relatos míticos e heróicos das suas origens e da sua história. A tradição oral, as mais variadas lendas e fantasias, as leituras mais simplistas e maniqueísticas do passado comum constituem, de modo geral, a base da memória colectiva dos grupos e das nações. Além disso, não sendo a memória um fenómeno estático ou passivo, a sua reelaboração e os factos que são conservados pelos agrupamentos humanos dependem dos valores e interesses do presente. Assim dito, parece simples estabelecer as fronteiras entre a História e a memória, mas na realidade há uma relação estreita entre ambas. A dicotomia entre a produção historiográfica erudita e a divulgação não é suficiente para demarcar os respectivos territórios, tanto mais que nem sempre é evidente a diferença entre elas. Por isso, optámos por traçar um quadro breve da evolução geral da historiografia sobre os Açores, destacando os momentos essenciais para a construção da memória local e regional do arquipélago.

F.E.U.C.
23-52

Os Açores são talvez a região do país que possui uma produção historiográfica, erudita e de divulgação, mais rica e com maior continuidade no tempo. Logo no século XVI, destaca-se a obra de Gaspar Frutuoso, micaelense que frequentou a universidade de Salamanca. As suas *Saudades da Terra* foram uma fonte essencial de “muitas minudências dos anais açoreanos”, segundo a expressão depreciativa de

Duarte Leite que aponta bastantes defeitos às suas crónicas² Opinião muito diversa têm outros historiadores que se têm servido dos seus relatos como uma fonte de inestimável valor para o conhecimento dos primeiros séculos da história dos Açores e de outros arquipélagos. O presbítero açoriano foi o primeiro a encarar as ilhas do Atlântico oriental (Madeira, Açores, Canárias e Cabo Verde) como uma unidade³.

Nos séculos seguintes, outros cronistas deixam relatos e testemunhos para a posteridade sobre as ilhas açorianas, destacando-se frei Diogo de Chagas, Manuel Luís Maldonado, Agostinho de Montalverme e António Cordeiro. É um período dominado por uma forte presença do clero regular e secular, que compunha a elite culta das ilhas. A maior parte das crónicas permaneceu manuscrita até época recente, quando os esforços de várias instituições culturais açorianas tornaram possível a sua edição. Os seis volumes de Frutuoso foram publicados, entre 1963 e 1987, sob a responsabilidade de João Bernardo de Oliveira Rodrigues, apoiando-se pela primeira vez na versão original das crónicas. As obras dos outros autores também foram impressas por iniciativa de entidades como o Instituto Cultural de Ponta Delgada, que editou as *Saudades da Terra*, o Instituto Histórico da Ilha Terceira, a Universidade dos Açores e a Direção Geral dos Assuntos Culturais que, em 1981, reeditou em fac-símile a *História Insulana* do padre Cordeiro.

F.E.U.C.
23-52

O período liberal enriqueceu o acervo historiográfico sobre os Açores com registos cronológicos de acontecimentos de diversas ilhas, como os *Anais da Ilha Terceira*, de Francisco Ferreira Drummond, e a *História das Quatro Ilhas que formam o distrito da Horta*, de António da Silveira Macedo. A preocupação com a compilação de documentos inéditos e fundamentais para a história conduziu à publicação do *Arquivo dos Açores*, por Ernesto do Canto. A colectânea, editada entre 1878 e 1892, compõe-se de doze volumes e é animada pelo rigor e erudição que Alexandre Herculano tinha introduzido na historiografia nacional, posteriormente reforçados pelo espírito positivista. A par do Arquivo, a *Biblioteca Açoriana*, do mesmo incansável pesquisador da história insular, é um instrumento de trabalho indispensável que reúne cerca de 5000 títulos. A herança do século XIX é, por conseguinte, bastante proveitosa.

2. Polémica de Duarte Leite com Henrique Braz sobre a descoberta da América do Norte. In Henrique Braz, *Ruas da cidade e outros escritos*, Angra do Heroísmo, IHIT, 1985, p. 233
3. Alberto Vieira, "A investigação e divulgação do conhecimento histórico insular", in *Guia Para a História e Investigação das Ilhas Atlânticas*, Funchal, 1995, p. 13

A tradição romântica e positivista mantém-se no século XX, cultivada por polígrafos, mais ou menos eruditos, e por amadores sem uma preparação específica no campo da metodologia da História. Os melhores são os que conseguem desenterrar da poeira dos arquivos e dos baús das famílias açorianas fontes e documentos imprescindíveis, transcrevendo-os de forma séria e rigorosa. Um exemplo é Manuel Monteiro Velho Arruda, médico natural de Santa Maria, que foi responsável por uma colectânea de documentos sobre o descobrimento e povoamento dos Açores e pela organização do XV volume do *Arquivo dos Açores*, publicado em 1959. O XIII e o XIV volumes tinham sido editados por Francisco Afonso Chaves, nas primeiras décadas do século. Mas muitos destes investigadores, sem preparação especializada, atêm-se ao *fait divers*, às curiosidades locais e à perseguição dos pergaminhos nobiliárquicos através do estudo das genealogias. A imprensa regional contribui para a divulgação deste tipo de histórias nas colunas dedicadas às efemérides e às curiosidades do passado, legítimas herdeiras das *escavações* de Francisco Maria Supico.

No rescaldo da década de vinte e do clima de exaltação regionalista que então se viveu, destacam-se dois divulgadores da história e da cultura dos Açores: Gervásio Lima e Urbano Mendonça Dias. O primeiro foi responsável por uma série de pequenas brochuras de divulgação popular de diversos episódios da história açoriana, em particular da ilha Terceira, donde era natural. Num estilo gongórico, muito rebuscado e enfático, o bibliotecário da câmara de Angra do Heroísmo desentranhase no enaltecimento da sua *Pátria Açoreana*, do título da obra que publicou em 1928. Não deixa de ser um nacionalista, mas o centro do seu mundo é os Açores que vê como um autêntico paraíso terrestre. O açoriano é mitificado como o tipo de português anterior à degenerescência provocada pelas especiarias da Índia e o ouro do Brasil, como um exemplar da “velha alma da raça”, portador das maiores virtudes⁴. Os Açores têm sido sempre, em momentos de crise nacional, “o ultimo refugio da Independencia, o derradeiro reducto da Liberdade”, referindo-se ao papel que a Terceira desempenhou no apoio ao Prior do Crato e a D. Pedro IV⁵. Nas suas páginas desfila um grande número de figuras, de valor e destaque muito desigual, que o autor eleva aos

F.E.U.C.
23-52

4. Gervasio Lima, *A Pátria Açoreana*, Angra do Heroísmo, 1928, p. 103 e p. 39

5. *Ibidem*, p. 48

cumes da glória, como navegadores, apóstolos e colonizadores, patriotas e homens de letras, artes e ciência. Na qualidade de patriotas e heróis, os açorianos estão presentes nas navegações para o oriente e o ocidente, em pelejas nas sete partidas do mundo, na luta contra o domínio castelhano, na jornada de Alcácer-Quibir, onde o alcaide do castelo de S. Sebastião acompanha D. Sebastião e morre com ele, nas lutas liberais e nas frentes de combate da I Guerra Mundial. Os Açores têm a sua padeira de Aljubarrota na figura lendária de Brianda Pereira, um grande momento de vitória sobre as pretensões da Casa de Áustria ao trono de Portugal na “batalha da Salga” e um profeta sebastianista no filho de um pedreiro da vila da Praia, Mateus Álvares. A popularidade de Gervásio Lima foi enorme e, ainda em 1989, esta obra foi reeditada pela câmara municipal da Praia da Vitória, comemorando o oitavo aniversário da elevação da vila a cidade.

Num estilo mais sóbrio, a vasta obra de Urbano Mendonça Dias não conheceu o sucesso popular da anterior, mas foi também muito importante no âmbito da divulgação e da memória. Natural de Vila Franca do Campo, publicou uma revista, designada *A Vila*, onde divulgou documentos recolhidos nos arquivos locais. Fez uma exaustiva pesquisa sobre a vida literária e artística do arquipélago, divulgando sucintos registos biográficos de variadas personalidades da intelectualidade dos Açores⁶. Em *A Vida de Nossos Avós* escreveu um relato histórico e etnográfico sobre múltiplos aspectos da vivência e do quotidiano da sociedade açoriana, desde o tempo dos capitães dos donatários⁷. Publicou, ainda, uma *História dos Açores*, a primeira síntese geral, dois séculos depois da que tinha sido feita pelo padre Cordeiro. Trata-se de uma história-crónica, já completamente ultrapassada na época, que descreve as origens, referindo a lenda da Atlântida, as características geográficas, a descoberta e o povoamento, as povoações que compõem as ilhas e os principais acontecimentos políticos. O autor faz, ainda, para cada período da história dos Açores, uma listagem de personalidades ilustres.

Nos pós-guerra, a evolução da historiografia compadece-se cada vez menos com o amadorismo e requer uma preparação metodológica e

F.E.U.C.
23-52

-
6. Urbano Mendonça Dias, *A Intelectualidade dos Açores*, Vila Franca do Campo, 1928 e *Literatos dos Açores*, 1931
 7. Urbano Mendonça Dias, *A Vida dos Nossos Avós, Estudo etnográfico da vida açoriana através das suas leis, usos e costumes*, 4 vols, Vila Franca do Campo, 1944

teórica mais aprofundada, que só lentamente penetra nos meios universitários e da cultura nacionais. Nos Açores, nos anos quarenta surgem o Instituto Histórico da Ilha Terceira e o Instituto Cultural de Ponta Delgada para dar corpo às políticas culturais das Juntas Gerais Autónomas. Os seus dirigentes e membros mais destacados dividem-se entre os cargos que ocupam no funcionalismo ou no poder local e a intervenção cultural e política, na imprensa e nas iniciativas destas agremiações. A história é uma das suas actividades favoritas, numa perspectiva nacionalista que não é incompatível com a exaltação das glórias açorianas⁸. Na década de cinquenta, surgiram o Núcleo Cultural da Horta, com as mesmas funções dos seus congéneres para o respectivo distrito, e o Instituto Açoriano de Cultura, criado por professores do seminário diocesano, com o objectivo de estimular e desenvolver a cultura geral, dentro das bases ideológicas tradicionais do país⁹. Apesar dos interesses destas instituições serem muito diversificados, a conservação da memória e a história das ilhas detêm um lugar relevante nas suas publicações e iniciativas.

O salto qualitativo mais importante na historiografia sobre os Açores começa a ser dado à medida que surgem trabalhos realizados por pessoas com formação académica específica naquela área. A criação da Região Autónoma e da Universidade dos Açores proporcionou condições para o desenvolvimento da investigação sobre a história açoriana e, no imediato, multiplicou as publicações. As edições de fontes e, sobretudo, as reedições de obras há muito esgotadas foram uma tônica, num período de relativas facilidades financeiras. Os quinze volumes do *Arquivo dos Açores* foram reeditados em fac-símile pelo então Instituto Universitário dos Açores, sem sequer serem acompanhados do anunciado volume com índices completos e bem organizados que seriam úteis para o seu manuseamento. A Direcção Geral dos Assuntos Culturais fez o mesmo em relação a outras obras que foram reeditadas. Mas do ponto de vista da divulgação da História e da memória este movimento cultural regional tem sido muito importante. Colóquios e congressos, entre os quais é justo destacar *Os Açores e o Atlântico*, realizado pelo Instituto Histórico da Ilha Terceira desde 1983, também têm contribuído para renovar e desenvolver os estudos sobre a história açoriana.

F.E.U.C.
23-52

8. Vide *Boletim* do IHIT, de 1943 em diante, e *Insulana*, órgão do ICPD, a partir de 1945.

9. A partir de 1956, o Núcleo Cultural da Horta edita o seu *Boletim* e o IAC a revista *Atlântida*.

Na historiografia dos Açores há temas recorrentes que têm apaixonado sucessivas gerações de estudiosos, os quais estabelecem a ponte entre a História, a memória e própria necessidade de construir a identidade colectiva. O primeiro prende-se, como é natural, com as origens dos Açores e a lenda da Atlântida. Esse paraíso perdido, habitado por um povo altivo e heróico, com um fim apocalíptico, tem os contornos ideais de todas as boas fábulas da memória. É aliciante imaginar as ilhas como restos desse fantástico continente, por isso a lenda tem feito correr rios de tinta e abre, de modo geral, todas as sínteses existentes sobre a história dos Açores¹⁰.

Ainda dentro do problema mais geral das origens, o descobrimento e o povoamento das ilhas também têm suscitado muitas controvérsias. Durante muito tempo pensou-se que o descobrimento tinha sido em 1432 por Gonçalo Velho Cabral, segundo a informação de Frutuoso. Só a descoberta e posterior interpretação da carta de Gabriel Valsequa permitiu identificar Diogo de Silves como descobridor e 1427 como o ano do acontecimento. Contudo, a polémica não ficou encerrada com o mapa de Valsequa. Há quem defenda que se tratou de uma redescoberta, visto que desde meados do século XIV se saberia da existência do arquipélago. A expedição teria sido dirigida por pilotos genoveses que, em barcos portugueses, navegavam ao serviço da nossa Coroa. A polémica não pode, por conseguinte, considerar-se encerrada e o assunto esclarecido pelos historiadores.

Quanto ao povoamento pensou-se, até época recente, que o contributo de vários povos europeus tinha sido mais importante do que na realidade sucedeu, nomeadamente de flamengos nalgumas ilhas do grupo central e de bretões na zona da Bretanha, na ilha de S. Miguel. Apesar de não haver dúvidas que os açorianos são basicamente portugueses, provenientes de várias províncias do Reino, continua em aberto o problema da importância doutros grupos étnicos e nacionalidades na sociedade açoriana. A paixão pela etnografia foi bastante animada por essa preocupação de identificar as origens dos açorianos, a partir da observação do modo de vida, dos costumes e tradições populares, e chegou-se a estudar as características antropológicas mais comuns, nalgumas ilhas. Os estudos linguísticos sobre os falares açorianos têm tido idêntica preocupação.

10. Veja-se Carreiro da Costa, *Esboço Histórico dos Açores*, Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores, 1978, pp. 7-12

No plano da história nacional, a historiografia regional destaca três momentos notáveis: a participação dos açorianos nas navegações, a resistência ao domínio castelhano e o contributo valioso para a implantação do regime liberal. As viagens dos açorianos para ocidente e o papel que tiveram no descobrimento de terras norte-americanas sempre mereceu especial atenção aos historiógrafos locais, afadigando-se alguns em demonstrar a prioridade açoriana. A corrente nacionalista de exaltação dos feitos da expansão e da prioridade da acção dos portugueses teve os seus cultores nas ilhas. Podemos referir Henrique Brás, que chegou a envolver-se em curta polémica com Duarte Leite, e José Agostinho com Samuel Morison, ambos em defesa da prioridade dos açorianos¹¹. As posições destes autores são sustentadas por uma longa tradição da memória que sempre atribuiu aos Açores um papel fundamental nas explorações para o ocidente, o que é perfeitamente lógico e aceitável¹². As lendas mais antigas referem que se podiam ver ilhas a poente dos Açores e que teriam encajado nas suas costas artefactos, pinheiros e até dois cadáveres de gentios, trazidos pelo mar, que indicariam a existência de terras a oeste. Essas histórias teriam influenciado Colombo na decisão de navegar nessa direcção¹³. A lendária estátua do Corvo, referida por Damião de Góis, em que um cavaleiro aponta na direcção da América, também apaixonou os escabichadores de curiosidades¹⁴. Por isso, muitos feitos, reais ou imaginários, têm sido atribuídos aos portugueses radicados nos Açores na exploração da América. A misteriosa pedra de Dighton, situada a norte de uma das mais importantes comunidades portuguesas naquele continente, veio alimentar a imaginação dos mais exaltados defensores do pioneirismo português¹⁵.

F.E.U.C.
23-52

O apoio a D. António, Prior do Crato, e a resistência ao domínio filipino assumiram uma dimensão heróica na memória colectiva, em especial na ilha Terceira¹⁶. A Restauração e a aclamação de D. João IV

11. J.G. Reis Leite, *Um século de historiografia açoriana (1850-1950)*, Comunicação à sessão ordinária de 8/3/91 da Academia Portuguesa de História, em versão policopiada gentilmente cedida pelo autor.
12. Jaime Cortesão, "América, o problema do seu descobrimento e as novas bases duma solução" in Joel Serrão (dir.de), *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Porto, Iniciativas Editoriais, s.d., p. 130
13. *Ibidem*, pp. 130-31
14. António Ferreira de Serpa, *Açores e Madeira*, Exposição Portuguesa em Sevilha, Lisboa, Imprensa Nacional, 1929, p. 41-42
15. Vide Manuel Luciano da Silva, *Os pioneiros portugueses - A pedra de Dighton (1974)* que recuperou uma polémica antiga, devida às interpretações do professor Edmund Delabarre.
16. Vide Alfredo da Siva Sampaio, *Memória sobre a ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Imprensa Municipal, 1904. Esta obra teve um papel importante na construção da memória terceirense e é, ainda hoje, uma espécie de bíblia para os literatos locais.

nas ilhas dos Açores também se revestiram da aura do heroísmo e da devoção pela pátria, destacando-se o capitão-mór da Praia e o franciscano frei Diogo de Chagas, que deixou um testemunho sobre os acontecimentos¹⁷. A historiografia liberal reforçou essa imagem, de modo a valorizar o patriotismo dos açorianos. Mais um exemplo do mesmo é fornecido pela colaboração dos açorianos na vitória da monarquia constitucional. Momento alto e glorioso aquele em que uma cidade açoriana foi a capital do Reino e, simultaneamente, um tempo de enorme “sacrifício de sangue e de fazenda”. Os açorianos que morreram na guerra civil, muitos deles pertenceram ao grupo dos “bravos do Mindelo”, os empréstimos a D. Pedro IV e as dificuldades financeiras do governo liberal da Terceira, que levaram à necessidade de cunhar moeda feita com o bronze dos sinos dos conventos e das igrejas para circular nos Açores, os chamados “malucos”, deixaram na memória um registo muito forte e dramático.

A questão da administração das ilhas e da tradicional oposição entre os poderes locais e o poder central é outro tema caro para a historiografia açoriana¹⁸. De modo geral, fica a ideia que os “governos” locais dão melhor conta dos negócios públicos das ilhas do que os representantes das autoridades centrais e o governo geral da Nação, demasiado distante e pouco sensível aos problemas dos açorianos. Nas crónicas o rei é, naturalmente, o representante da unidade simbólica do Império português e o árbitro dos conflitos que surgem entre os vários poderes, além do garante das prerrogativas e privilégios tradicionais dos “corpos” que compõem a sociedade de Antigo Regime. Mas são os capitães dos donatários e as câmaras que governam as ilhas com toda a legitimidade e largos poderes. Os escritores liberais foram muito críticos em relação aos “governos” locais dessa época, apontando desmandos e prepotências. Apesar disso, a *Corographia Açorica* não deixa de defender um governo provincial dos Açores, composto por “patriotas” capa-

F.E.U.C.
23-52

-
17. Frei Diogo de Chagas, “Relação do que aconteceu na cidade de Angra, ilha Terceira, depois da feliz aclamação de elrei D. João IV, na restauração do castelo de S. João Baptista”, referida no *Arquivo dos Açores*, vol. V, p. 397. Drummond serviu-se desta relação para compor os seus anais.
 18. Utilizamos, aqui, a expressão no sentido preciso duma historiografia feita por açorianos, centrada nos problemas regionais ou locais que lhes são mais caros.

zes de promover o desenvolvimento das ilhas¹⁹. Já no século XX, o senador republicano e autonomista Faria e Maia, na sua obra sobre os *Capitães dos donatários*, extrai a lição do valor “para a prosperidade dum terra do governo exercido *in loco*, sem quebras de acção e continuidade dum governo central alheio às necessidades locais”²⁰. Recentemente, Carreiro da Costa no seu *Esboço Histórico dos Açores*, que teve por base as lições proferidas no Instituto Universitário dos Açores, subscreve as palavras do seu conterrâneo e alarga-se em considerandos sobre a necessidade de uma “Autonomia mais ampla dos Açores”²¹. As razões ideológicas subjacentes a estas posições são claras, mas traduzem também sentimentos e convicções que se foram enraizando na memória colectiva.

INSTITUIÇÕES DA MEMÓRIA

A criação de bibliotecas e arquivos públicos é um dos passos fundamentais para conservação dos múltiplos registos da memória. A constituição das primeiras bibliotecas resultou da necessidade de aproveitar os extensos e ricos núcleos das livrarias dos conventos extintos pelo decreto de 1834. Três anos depois, dá-se conta de ter sido estabelecido um Gabinete de Leitura em Angra do Heroísmo, que não chegou a progredir²². Só no início da década de 60, a cidade passou a dispor de uma biblioteca razoável, no edifício do Liceu nacional. Em 1874, esta já possuía mais de 5000 obras, entre ofertas de particulares e aquisições do município. Nessa década é, finalmente, criada a Biblioteca Municipal, com o legado de um advogado e bibliófilo terceirense, residente em Lisboa. Segundo o regulamento, elaborado em 1875, a biblioteca é composta por livros, jornais, manuscritos, moedas, pinturas e antiguidades que a câmara adquiriu, por via da compra ou da oferta de particulares. Em Dezembro do ano seguinte, procedeu-se à inauguração da biblioteca, cujo acervo foi sendo enriquecido com dávidas, como a de Mendo Bem, e outras aquisições.

F.E.U.C.
23-52

19. J. S. d' A. S., *Corographia Açorica*, Lisboa, 1822, p. 28

20. Francisco de Athayde M. de Faria e Maia, *Subsídios para a história de S. Miguel, Capitães dos donatários*, 3ªed., Lisboa, 1972, p. 33

21. Carreiro da Costa, *Esboço Histórico dos Açores*, Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores, 1978, p. 69 e 127

22. João Afonso, *A Biblioteca Municipal de Angra do Heroísmo*, Angra do Heroísmo, 1954

Em 1931, saiu o decreto que previa a criação dos arquivos distritais em todo o país. No distrito de Angra do Heroísmo, o arquivo só viria a ser constituído em 1948, depois de continuadas diligências do Instituto Histórico local. A instalação e organização ficou a cargo de Manuel C. Baptista de Lima, bibliotecário da Assembleia Nacional e bastante competente, que se debateu com falta de pessoal e de verbas para levar o bom termo a sua tarefa²³. Somente em 1957 teve lugar a inauguração oficial, no palácio Bettencourt. Biblioteca e Arquivo Distrital passaram a estar juntos. O segundo reúne documentação dos cartórios paroquiais, notariais e judiciais, da extinta Capitania Geral do Açores e da Junta Provisória e Regência, dos extintos conventos, da mitra e Cabido da catedral de Angra, das colegiadas e das extintas confrarias, das câmara municipais, das misericórdias, da Junta Geral, manuscritos diversos, impressos (Biblioteca) e reservados (Casa Forte).

Processo idêntico conduziu à criação das bibliotecas e arquivos dos outros distritos açorianos. A Biblioteca Municipal de Ponta Delgada é logo criada em 1841, com sede no convento da Graça. O seu acervo foi enriquecido com os legados de Antero de Quental, de Ernesto e Eugénio do Canto, de Bruno Tavares Carreiro, do conde de Fenais, do marquês Jácome Correia, do coronel João Maria d'Aguiar e de José Bensaúde²⁴. Prontamente também foi constituído o Arquivo Distrital, no mesmo ano em que saiu o mencionado decreto governamental. As competências são iguais às dos outros arquivos congêneres, recebendo as normais incorporações de fundos de organismos e instituições locais, enriquecidos por alguns arquivos pessoais e de família e pelo importante conjunto de documentos deixado em testamento por Ernesto do Canto²⁵. Alguns importantes arquivos não foram integrados no distrital, como o da alfândega de Ponta Delgada e o da Santa Casa da Misericórdia, com documentação que remonta ao século XVI, e os das câmaras da Ribeira Grande, da Lagoa e de Vila Fanca do Campo²⁶.

Na Horta, a primeira biblioteca pública foi criada no decorrer de 1843, com o objectivo de reunir o espólio dos conventos, mas ficou de

23. M. Baptista de Lima, "O Arquivo Distrital sua constituição e organização", in *Boletim do Arquivo Distrital de Angra*, nº 1, 1949, pp. 5-20

24. Urbano Mendonça Dias, Ponta Delgada, *Descrição de quando foi lugar e vila, e da cidade (escorço histórico)*, s.l., 1946

25. *Guia para a História e a Investigação das Ilhas Atlânticas*, Funchal, 1995, p. 176

26. *Ibidem*, p. 182

tal modo mal instalada e as obras eram tão pouco atraentes que permaneceu, praticamente, ignorada do público²⁷. Só em 1886 foi montada a Biblioteca Municipal com um recheio inferior a 1500 obras. O sistema de empréstimo de livros ao domicílio e a falta de controlo eficaz foram depauperando a biblioteca. Em 1940, foi instalada noutro edifício mais adequado. Mais tarde, em 1965, foi criado o Arquivo Distrital, mas o decreto tardou a ser cumprido²⁸. Somente em 1976 se iniciou a recolha de documentação necessária para constituir o arquivo, por ordem da Junta Geral Autónoma da Horta. No ano seguinte, foram reunidas a biblioteca e o arquivo, criando um organismo similar ao das outras capitais de distrito dos Açores.

O fim da divisão em distritos, com a constituição da Região Autónoma, só implicou uma alteração do nome, tendo sido excluída a designação de distrital. A orgânica das três principais Bibliotecas e Arquivos Públicos das ilhas açorianas manteve-se por razões de ordem política e logística. A criação da Universidade dos Açores conduziu à constituição dos respectivos Serviços de Documentação, que dispõem dos seguintes fundos: o arquivo Brum da Silveira/José do Canto, parcialmente destruído no incêndio da Reitoria, em 1989, os arquivos Mont' Alverne de Sequeira e Raposo do Amaral²⁹.

F.E.U.C.
23-52

A ideia da criação de museus locais remonta ao último quartel do século XIX, na Terceira e em S. Miguel. No tricentenário de Camões, em 1880, foi inaugurado o museu de Ponta Delgada. O núcleo inicial foi constituído pelo professor de liceu Carlos Machado, de acordo com a tradição dos gabinetes de História Natural e com fins pedagógicos. Por isso, o museu veio a receber o nome do seu iniciador. Posteriormente, foi instalado no edifício do antigo convento de Santo André e incorporou diversas secções, com destaque para a arte e a etnografia que contaram com o empenho de Luís Bernardo de Leite Ataíde³⁰.

O museu de Angra só foi criado em 1949. Inicialmente, ficou instalado no mesmo edifício da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital, no palácio Bettencourt. Em 1969, foi transferido para as dependências do antigo convento de S. Francisco, entretanto vagas pela mudança do Liceu para novas instalações. Um acervo muito diversificado de peças

27. Marcelino Lima, *Anais do Município da Horta*, Vila Nova de Famalicão, 1943, p. 545

28. *Guia para a História e a Investigação das Ilhas Atlânticas*, Funchal, 1995, p. 173

29. *Ibidem*, p. 183

30. Guido Monterey, *Santa Maria e S. Miguel, as duas ilhas do oriente*, Porto, Ed. do Autor, 1981, pp. 241-43

recheia as suas salas, destacando-se a coleção de história militar, nomeadamente a bateria completa oferecida pelo rei D. Carlos, a de obras artísticas, a de etnografia e a de transportes marítimos e terrestres. O edifício sofreu danos importantes no sismo de 1980 e, por isso, tem estado fechado ao público, enquanto decorrem as obras de restauro.

Na Horta, o Museu Regional e de História Natural e o Museu Municipal, criados no início dos anos 40, foram reunidos num único museu, onde se destacam os trabalhos em miolo de figueira do faialense Euclides Rosa e diversas obras artísticas³¹. O Museu do Vulcão, próximo do local onde a erupção dos Capelinhos criou a “Terra Nova”, inaugurado em 1964, e o Museu de Arte Sacra, do ano seguinte, também podem ser vistos na ilha do Faial.

Os museus podem ser importantes veículos da memória e da própria identidade das populações se forem bem organizados e regularmente visitados, sobretudo pelos alunos das escolas. Mas nesse aspecto muito há ainda por fazer nos museus açorianos. Recentemente, os interesses turísticos têm ditado a criação de alguns museus locais, como o dos baleeiros, nas Lajes do Pico, e o do vinho, na freguesia dos Biscoitos da ilha Terceira, que podem ser um interessante testemunho de actividades e tradições que vão desaparecendo com a vida moderna. A arqueologia subaquática e a exploração do fundo dos mares abrem um novo campo para o património dos Açores, assim seja devidamente aproveitado pelas entidades competentes.

F.E.U.C.
23-52

TOPONÍMIA

Os nomes das ruas das cidades e vilas açorianas não fogem às regras mais comuns a nível nacional. Os topónimos mais antigos prendem-se com as características físicas do local — rua do oiteiro, rua da ribeira ou da grotta, rua do paúl —, com actividades que tradicionalmente ali se realizavam — rua onde correm os cavalos, rua da péla, rua das procissões, rua da roda ou dos engeitados —, com a presença de edifícios — rua da Matriz, rua da Capela, rua da Sé, rua da Guarita —, ou com o nome dos santos a quem eram dedicadas as capelas e igrejas

31. Guido Monterey, *Faial, uma ilha de encantar*, Porto, Ed. do Autor, 1980, pp. 150-51

e, finalmente, com o nome de habitantes do lugar — rua de Roque Afonso, rua de Galas Lopes, rua da Carrasca, rua dos “Minhas Terras”. A tradição manteve-se durante todo o Antigo Regime e perdurou nas designações populares, apesar das mudanças posteriores.

A implantação do regime liberal trouxe a novidade de inscrever-se na toponímia urbana os nomes de personagens ilustres ou de feitos relevantes para a comunidade nacional ou local. A cidade de Angra é, sem dúvida, aquela onde a memória da revolução liberal assume uma importância mais destacada, por causa do papel que desempenhou nos acontecimentos nacionais. As autoridades locais procuraram manter bem viva essa lembrança, com orgulho e bastante zelo. Ainda nos anos 30, por determinação régia, a cidade passou a denominar-se do Heroísmo e ao título do *nobre e leal*, obtido nas lutas da restauração, acrescentou o de *sempre constante*. A Praia, por sua vez, passou a ser da Vitória e obteve o título de *muito notável*.

O obelisco da Memória, em honra de D. Pedro IV, começou a erguer-se em 1845, mas só foi concluído onze anos mais tarde. O monumento domina toda a cidade de local sobranceiro e o nome do antigo largo do Castelo dos Moinhos, onde está implantado, foi mudado para o do rei liberal. A rua que vai desembocar nessa praça, conhecida por rua do Pisão, passou então a chamar-se da Memória. O Páteo da Alfândega mudou para largo 3 de Março, recordando o dia do desembarque de D. Pedro na cidade. O largo do Palácio, em frente do edifício que pertenceu aos jesuítas e foi a residência dos capitães-generais, transmutou-se em largo 22 de Junho, em memória do brado da “força de caçadores” pela restauração dos direitos de D. Pedro IV e da Carta Constitucional. O Alto das Covas mudou para largo 11 de Agosto, em lembrança da batalha da Praia, e a praça do Mercado para Duque de Bragança. Um misto de patriotismo de carácter nacional e local entrecruza-se neste afã dos angrenses em preservar a memória das lutas liberais. Se, por um lado, é um testemunho do contributo dos terceirenses para uma causa nacional, por outro lado, não deixa de ser também a expressão de uma necessidade de afirmar a valia da sua terra. Por razões óbvias, a memória da revolução liberal não teve nas outras capitais de distrito dos Açores a mesma importância.

O período da monarquia constitucional ficou assinalado pela proliferação na toponímia dos nomes de individualidades de relevo na vida

F.E.U.C.
23-52

local ou nacional, sobretudo aqueles que se destacaram como beneméritos e fautores de progresso. O facto dessas figuras serem naturais daquela localidade ou, não sendo dali, terem contribuído para o desenvolvimento do respectivo concelho ou distrito são determinantes para ficarem registados na memória colectiva. A visita régia aos Açores, no início do século, ficou também assinalada nas ruas das cidades. Em Angra do Heroísmo, a rua do Galo passou a D. Amélia e a da Guarita a D. Carlos I, mas ninguém deixou de continuar a designá-las pelos nomes tradicionais.

O culto nacional da memória da restauração encontrou eco nos Açores e, em especial, na cidade de Angra que se tinha destacado no apoio a D. António, Prior do Crato. Em 1865, a Praça Velha passou a designar-se da Restauração, perante a indiferença dos cidadãos terceirenses que continuaram a usar o antigo nome. Regista-se, ainda, uma rua Ciprião de Figueiredo, o valido de D. António, um largo 4 de Março de 1642, e o largo Prior do Crato, antigo largo do Colégio, que se enraizou na tradição popular.

F.E.U.C.
23-52

Com o advento do regime republicano, a toponímia eriça-se de nomes de personalidades de vulto e ganha um cunho fortemente ideológico. É curioso verificar o efeito desse fenómeno numa vila tão remota como as Velas, na ilha de S. Jorge³². A monarquia constitucional introduziu os nomes de D. Pedro IV, em 1878, e de cinco figuras destacadas da sociedade jorgense: Dr. João Teixeira (1890), Cunha da Silveira (1896), Dr. Miguel Teixeira (1900), Dr. João Pereira e Cons. Dr. José Pereira (1905). Em 1908, a antiga rua da Misericórdia passou a designar-se D. Manuel II. Logo em 1910, a vereação republicana da câmara municipal inscreveu nas ruas da vila os nomes de Teófilo Braga, Miguel Bombarda, Alm. Cândido dos Reis, o 5 de Outubro e o 19 de Outubro de 1910, data da aclamação local da República, e transformou o jardim municipal em jardim da República. Dois anos depois, ainda acrescentou Manuel de Arriaga ao plantel de figuras republicanas. Da herança monárquica só as figuras locais subsistiram na toponímia republicana.

32. Recorremos para o efeito ao estudo de João Gabriel de Ávila, "A vila das Velas na história das suas ruas. Topografia, toponímia, histórias", in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLVII, Angra do Heroísmo, 1989, pp.7-250

No Estado Novo continuou a homenagear-se as figuras da terra. No caso antes citado, a rua D. Pedro IV, depois 5 de Outubro, deu lugar à designação de Guilherme da Silveira, em 1948, em homenagem ao flamengo Willelm Van der Hagen que foi um dos pioneiros do povoamento. Além dele, o Dr. Machado Pires também teve o seu nome registado num topónimo, em 1967, devido à acção que desenvolveu para a reconstrução do concelho após a crise sísmica de 1964, na sua qualidade de governador do distrito de Angra do Heroísmo. As comemorações nacionais foram, por vezes, pretexto para nomes de ruas: a rua Infante D. Henrique, em 1960, e a Gago Coutinho e Sacadura Cabral, por ocasião do cinquentenário da travessia aérea do Atlântico Sul realizada por ambos, são exemplo disso na vila das Velas.

A democracia e, sobretudo, a criação da Região Autónoma reforçaram a tendência de homenagear personalidades locais. Nas Velas, a antiga rua Direita, depois cunhada Almirante Cândido dos Reis, passou a ser rua Maestro Francisco de Lacerda, no cinquentenário do seu falecimento. A benemérita D: Beatriz de Mello, fundadora do hospital, teve o seu nome colocado numa rua, no tricentenário da sua morte. Em 1985, um dos arruamentos mais recentes foi designado por rua João Soares de Albergaria, o velense que redigiu a *Corographia Açórica*, em 1822, considerado “paladino da liberdade e patrono da autonomia açoriana”, na proposta que fundamentou a deliberação camarária³³. Ao arrepio desta tendência, os responsáveis pelo património na cidade de Angra do Heroísmo decidiram, nos últimos anos, recuperar os antigos topónimos, muitos dos quais se mantiveram como designação mais corrente. A rua do Galo, primeiro de D. Amélia e, no período da República, da Liberdade, recuperou o nome que, afinal, nunca tinha perdido, como muitas outras ruas da cidade.

F.E.U.C.
23-52

Apesar de não termos uma visão total e exaustiva da toponímia açoriana, há três grandes linhas de força que podemos destacar dos exemplos dados e daquilo que conhecemos:

- a persistência de nomes antigos que se mantêm enraizados na tradição popular;
- a tendência para a toponímia local reflectir as mudanças dos regimes políticos e as comemorações nacionais, com destaque para a figura do infante D. Henrique pela importância que, tradicionalmente, lhe é atribuída na história dos Açores;

33. *Ibidem*, p. 129

— a importância fundamental que os filhos notáveis da terra assumem nas designações dos espaços públicos urbanos, tanto os que tiveram uma projecção nacional como aqueles que só se destacaram ao nível local.

MONUMENTOS

Além da toponímia, outra forma de preservar a memória dos habitantes de uma região consiste em disseminar pelas ruas das cidades e vilas monumentos evocativos de figuras e acontecimentos. Os descobrimentos são o facto mais valorizado pelos açorianos, de acordo com a tendência nacional que, ali, é reforçada pela própria história das ilhas. Os principais monumentos estão associados a duas comemorações com algum impacto local: o descobrimento dos Açores, erradamente celebrado em 1932, e V centenário da morte do infante D. Henrique, em 1960. Registam-se quatro Padrões das Descobertas, distribuídos por Vila do Porto, Povoação, Angra do Heroísmo e Lajes do Pico³⁴.

F.E.U.C.
23-52

Ponta Delgada homenageou Gonçalo Velho Cabral, erguendo-lhe uma estátua em 1956, e Angra do Heroísmo fez o mesmo em relação a Álvaro Martins Homem, em 1960. O infante D. Henrique tem uma magnífica estátua do escultor Simões de Almeida em Vila Franca, inaugurada em 1932. É uma das representações artísticas mais bem conseguidas desta figura emblemática do imaginário nacional. O primeiro donatário das ilhas está sentado, envergando as vestes tradicionais, numa postura muito humana, com o ar sonhador e pensativo de visionário consagrado pela visão romântica. No ano das comemorações henriquinas, colocaram uma palma de bronze na estátua e ergueram-lhe um busto, na Horta, na praça do seu nome, e um padrão em Lagoa, S. Miguel.

A independência e a restauração deram origem a monumentos na ilha Terceira e no Pico. Em Angra do Heroísmo encontra-se um busto

34. Os roteiros de Guido Monterey, editados pelo autor no início dos anos 80, são a fonte que seguimos para esta síntese dos monumentos existentes nas ilhas. *Santa Maria e São Miguel*, Porto (imp. 1981); *Terceira* (imp. 1982); *Faial* (imp. 1980); *Graciosa e S. Jorge* (imp. 1981); *Ilha do Pico* (imp. 1980); *Flores e Corvo* (imp. 1979).

de Prior do Crato do escultor terceirense Maduro Dias, dos anos 40. A batalha da Salga é assinalada por uma memória, junto da baía onde se deu a refrega entre as tropas castelhanas e os terceirenses. Cruzeiros da Independência foram colocados na Terra Chã e nos Altares, em 1940, e em S. Sebastião, em 1963. O Cais do Pico, no ano das Comemorações Centenárias, ergueu uma estátua a El-Rei D. Dinis e a vila das Lages, na mesma ilha, assinalou a efeméride com um Cruzeiro da Independência.

Outros acontecimentos nacionais mereceram registo nas ilhas. A Grande Guerra foi assinalada por padrões, na Vila do Porto e em Ponta Delgada, e pela Memória ao soldado Leonardo Pereira, nas Capelas³⁵. O liberalismo foi registado para a posteridade pela Estátua de Liberdade, em homenagem aos heróis da batalha da Praia, erigida por ocasião do respectivo centenário em 1929, e a Memória em honra de D. Pedro IV, o monumento laico e memorialístico mais antigo dos Açores.

Contudo, a esmagadora maioria dos monumentos refere-se a personalidades da terra que se distinguiram a nível nacional ou local pela actividade política, cultural ou como beneméritos. No plano das figuras nacionais, Ponta Delgada presta homenagem a Teófilo Braga, a Roberto Ivens e a Antero de Quental, que possui nada menos de três monumentos do centenário do seu nascimento, em 1942³⁶, e ao missionário Bento de Góis. Sena Freitas, historiador nascido no Rio de Janeiro que parece ter morrido nos Açores³⁷, teve direito a uma estátua no jardim que lhe foi dedicado. A Hintze Ribeiro, ministro do Reino durante muitos anos e responsável pela concessão do estatuto administrativo especial ao distrito de Ponta Delgada, em 1895, não foi dispensada homenagem idêntica, apesar de ser micaelense. A Horta destaca também duas figuras naturais daquela ilha, o duque de Ávila e Bolama

F.E.U.C.
23-52

-
35. "Açoreano era, também, aquele benemerito soldado, conhecido nas trincheiras pelo *Pereira*, que, em La-Couture, quando os alemães bombardeavam intensamente com gases asfixiantes, ao vêr uma debil creancinha de cinco anos junto do Batalhão, exposta aos perigos e condenada à morte pelos gases, arrancou a sua máscara defensiva e carinhosamente a coloca na face palida da criança, expondo a propria vida numa abnegação admiravel e stoical!" in Gervasio Lima, *op. cit.*, p. 205
 36. Um busto de Simões de Almeida, patente na Biblioteca Municipal em 1942, um monumento da autoria de Canto da Maia, inaugurado no jardim que veio a ficar com o nome do poeta, e outro concebido por Xavier Costa e Júlio Cascais, no terreno do liceu.
 37. "FREITAS, Bernardino José de Sena" in *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, s.l., Iniciativas editoriais, 1979, p. 78. Escreveu uma memória sobre o suposto descobrimento de uma ilha ao norte da Terceira e *Os Tributos em S. Miguel*, além duma coleção de memórias e documentos para a história do Algarve.

e Manuel de Arriaga, enquanto que Angra do Heroísmo inaugurou um busto de Almeida Garrett, no centenário da sua morte em 1954. Mais uma vez, é a memória do papel que a cidade teve no período liberal, quando foi capital do Reino, que se relembra através da estátua de um dos vultos mais ilustres das letras e da política nacional que ali estiveram naquela época. Recentemente, a figura terceirense de maior projecção nacional, Vitorino Nemésio, passou a ter o seu busto na terra onde nasceu, a Praia da Vitória.

As personagens que se destacaram na vida local são em número muito superior às anteriores. A ilha de S. Miguel sobressai pelo empenho em homenagear os seus vultos em mármore e em bronze. A maior disponibilidade financeira da ilha mais povoada e rica dos Açores não é, certamente, alheia a esse facto, assim como um conjunto mais numeroso de figuras de destaque. No começo dos anos 80 deste século, podem observar-se cerca de uma dúzia e meia de estátuas de corpo inteiro e de bustos, só de carácter local. A única mulher representada é Madre Teresa da Anunciada, num busto da autoria de Numídico Bessone, inaugurado na Ribeira Seca da Ribeira Grande, em 1963.

F.E.U.C.
23-52

A mania de erguer estátuas em homenagem aos vultos ilustres só adquire expressão significativa nos Açores no período do Estado Novo, sendo a maior parte dos monumentos posteriores aos anos 40 e 50. O culto nacional da memória e da história que se expandiu com as Comemorações Centenárias, a maior estabilidade política e continuidade dos organismos locais e o aumento dos recursos financeiros, apesar de modestos, contribuíram para essa situação. Em alternativa às esculturas, as lápides colocadas nas casas ou noutros locais são muito utilizadas por serem menos dispendiosas e mais simples. Deste modo, as ilhas açorianas procuraram homenagear as individualidades locais, seguindo uma orientação comum em todos os municípios e distritos do país.

Em 1992, o governo regional dos Açores inaugurou o Monumento à Autonomia que pretendia ser o símbolo da unidade açoriana e, afinal, foi o da discórdia. O conjunto monumental, concebido pelo arquitecto Eduardo Agria, ergue-se na rotunda da avenida que vai do aeroporto para a cidade de Ponta Delgada. Nove palmeiras, nove montículos e nove páginas, com inscrições sobre a história dos Açores, pretendem simbolizar a unidade da Região Autónoma. O monumento foi inaugurado na noite de 8 de Setembro, no aniversário da data em que tomou

posse o primeiro governo regional, com a presença do presidente do executivo, discursos, música e foguetes. Mas, no dia seguinte, os deputados da oposição e os independentes do parlamento açoriano condenavam a ausência do Ministro da República e da Assembleia Legislativa Regional, aprovando por maioria um voto de protesto pela “forma apressada” e pela “falta de dignidade” do acto³⁸. Ficou a ideia de mais um momento de única e exclusiva auto-promoção do governo, em vésperas de eleições regionais, e um monumento polémico que os órgãos locais do Partido Socialista tinham considerado uma obra “em estilo Estado Novo, muito faraónica e pouco samaritana”³⁹. A controversa placa comemorativa da inauguração que tinha sido descerrada pelo presidente do governo regional foi, entretanto, retirada do local.

COMEMORAÇÕES

Ferriados e centenários são importantes “lugares da memória”, segundo a expressão consagrada por Pierre Nora. No período da monarquia contitucional, os feriados de tradição religiosa, os *dias santos*, alternavam com as celebrações dos aniversários dos membros de família real e a comemoração da outorga e juramento da Carta Constitucional. Alguns municípios e cidades, que foram palco das lutas liberais, escolheram para o feriado local datas relacionadas com esses acontecimentos ou seleccionaram-nas como dias especiais. Foi o que sucedeu nas ilhas de S.Miguel e Terceira, onde eram “dias de grande gala” as seguintes datas⁴⁰:

F.E.U.C.
23-52

- 12 de Janeiro, aniversário da atribuição do nome de Angra do Heroísmo e do título à cidade pelo seu protagonismo;
- 3 de Março, data do desembarque de D. Pedro IV na cidade de Angra;
- 22 de Junho, em memória da proclamação dos direitos de D. Pedro IV e da Carta Constitucional na ilha Terceira;
- 31 de Julho, aniversário do combate da Ladeira Velha, na ilha de S. Miguel;

38. “*Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 10 de Setembro de 1992

39. *Ibidem*

40. *Almanach Açores*, I Ano, Angra do Heroísmo, 1904

- 2 de Agosto, data da entrada das forças constitucionais na mesma ilha;
- 11 de Agosto, dia da batalha na vila da Praia, posteriormente chamada da Vitória.

Durante bastante tempo, os municípios de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória celebraram o feriado municipal a 22 de Junho e a 11 de Agosto, respectivamente.

O regime republicano alterou os feriados de cariz político, só mantendo o dia da restauração da independência nacional. O 31 de Janeiro, consagrado aos “Mártires da República”, o 1º de Maio, considerado a “Festa do Trabalho”, o 3 de Maio, em memória do “Descobrimento do Brasil”, o 5 de Outubro, dedicado aos “Heróis da República”, e o 1º de Dezembro, em honra da “Autonomia da Pátria” foram feriados na primeira República. O 10 de Junho, consagrado a Camões e à nacionalidade portuguesa, só foi instituído em 1929⁴¹.

Os feriados municipais ficavam ao critério das entidades locais, como era costume. Na maioria dos casos, as datas prendem-se com ancestrais tradições de festejos pagãos, integrados pela Igreja na liturgia católica. Maio, Junho e Agosto são os meses em que se concentram a maior parte das festas dos municípios açorianos. A quinta-feira da Ascensão e outras celebrações da primavera, as festas de S. João e de Nossa Senhora, a 15 de Agosto, estão relacionadas com os ciclos solares e com a vida rural, por isso situam-se em épocas do ano bastante propícias para festejos. Mesmo Angra do Heroísmo e a Praia da Vitória acabaram por alterar as datas dos feriados municipais, sob a influência dos ventos anti-liberais do Estado Novo⁴². As datas foram oscilando, mas a comemoração dos santos populares e outras celebrações religiosas estão na base da maioria dos feriados locais do arquipélago.

Em Junho de 1980, a Assembleia Regional decidiu criar o “Dia da Região Autónoma dos Açores” que recai na segunda-feira do Espírito Santo. Este culto de origem medieval, levado para os Açores pelos primeiros povoadores, manteve-se em todas as ilhas açorianas, com curiosas variantes do ritual, mas um sentido comum de festa popular associada à abundância e à partilha dos bens. As famosas “sopas do Espírito

41. A. H. Oliveira Marques, *Guia de História da 1ª República Portuguesa*, Lisboa, Estampa, 1981, p. 527

42. Segundo o *Almanach Açores* para 1940, o município de Angra do Heroísmo celebra o feriado a 13 de Maio e a Praia da Vitória a 24 de Março.

Santo”, cujos elementos essenciais são o pão e a carne, devidamente regados pelos comensais com o vinho, constituem um dos momentos altos da festa. O enraizamento nas tradições populares das ilhas, o interesse que despertou nos estudiosos da etnografia local e o facto de quase ter desaparecido no continente levou a forjar a ideia de que o culto do Divino Espírito Santo constitui um dos traços marcantes da definição da identidade açoriana⁴³. Por isso, foi escolhido esse dia para a celebração da Região Autónoma, numa significativa associação entre a religião e o poder regional. Nesse aspecto, o discurso do presidente da Assembleia Legislativa Regional, proferido este ano no “Dia da Região Autónoma dos Açores”, é uma peça política bastante interessante. As festas do Espírito Santo dão, no seu entender, o verdadeiro sentido à “*unidade regional*”, que é indissociável da “*autonomia política*” e da capacidade de “*solidariedade*”, de “*partilha*” e de “*fraternidade*” entre todos os açorianos residentes nas ilhas ou nas comunidades de emigrantes⁴⁴.

A par dos feriados inscritos no calendário anual, os centenários são outra forma das sociedades recordarem o passado e afirmarem a sua identidade. Nos Açores, a primeira grande comemoração teve lugar em 1880, por ocasião do tricentenário de Camões⁴⁵. Os festejos camonianos assumiram uma feição nacional, conseguindo galvanizar todo o país para as celebrações. As três capitais de distrito açorianas participaram nessa grande apoteose nacional em honra do épico, com o patrocínio das autoridades locais e o forte incentivo da imprensa regional. A tónica de todas as intervenções é patriótica e consonante com o discurso comemorativo dominante, mas os açorianos não deixam de lembrar o especial contributo que o arquipélago deu para a independência nacional e a liberdade. Algumas datas “gloriosas” da história dos Açores são recordadas nos jornais, dando deste modo uma dimensão também regional aos festejos.

Outros centenários comemorados no final do século XIX passaram quase despercebidos, nas ilhas. Somente o infante D. Henrique teve direito, em 1894, a uma homenagem, prestada por Ernesto do Canto

F.E.U.C.
23-52

43., Mensagem proferida por Humberto Melo, presidente da Assembleia Regional dos Açores, no Dia da Região Autónoma dos Açores, in *Correio da Horta*, 29 de Maio de 1996, p. 5

44. *Ibidem*

45. Maria Isabel João, *A festa cívica, o tricentenário de Camões nos Açores (10 de Junho de 1880)*, Separata da Revista de História Económica e Social, 1987

nas páginas do *Arquivo dos Açores*⁴⁶. Mas a comemoração da travessia de África por Brito Capelo e Roberto Ivens mereceu uma atenção muito especial em Ponta Delgada, pelo facto do último ser natural daquela cidade⁴⁷. Na altura da sua chegada a Lisboa, os exploradores tiveram uma apoteótica recepção. Cerca de um mês depois, a Sociedade Promotora do Progresso micaelense reuniu-se para celebrar o acontecimento, inaugurando um retrato de Roberto Ivens e uma sala de desenho com o seu nome. A ideia de uma grande homenagem pública ganhou então adeptos e o apoio da câmara municipal. Os festejos realizaram-se a 6 de Dezembro de 1885, depois de terem sido preparados por todas as corporações que iriam estar presentes. O significado e a importância da proeza dos exploradores foram explicados em três conferências histórico-geográficas, proferidas pelo dr. Pereira Ataíde antes do evento cívico. O dia foi feriado local e um extenso cortejo percorreu as ruas da cidade. Era composto por sete carros alegóricos, variados grupos socioprofissionais, associações, escolas, autoridades locais, parentes de Ivens e a comissão organizadora, que encerravam o desfile. Houve, ainda, uma *marcha aux flambeaux* com a banda de música de caçadores nº 11 e um sarau no Teatro Micaelense muito concorrido. Uma sessão solene na câmara e deslocações a casa de parentes de Ivens para felicitá-los completaram as demonstrações de júbilo por um filho da terra ter realizado tão notável feito, apesar deste só ali ter vivido até aos oito anos de idade. As despesas foram custeadas através de subscrição pública. Ficou um saldo positivo para ser aplicado na construção de um monumento e na alameda que iria ter o nome do ilustre compatriota.

As comemorações dos centenários também incidem sobre figuras e vultos locais que se destacaram nas lides políticas e nas letras, artes ou ciências. Em 1907, a Horta festeja o centenário do nascimento do duque de Ávila e Bolama com uma sessão solene na câmara municipal, um cortejo cívico e o descerramento de uma lápide na casa onde tinha nascido o político liberal⁴⁸. Ainda foi lançada a primeira pedra da estátua que iria ser feita em honra do duque, mas o dinheiro da subscrição

F.E.U.C.
23-52

46. *Arquivo dos Açores*, vol. XII, Ponta Delgada, 1983, pp. 449-459

47. *Idem*, vol. VIII, Ponta Delgada, 1982, pp. 193-270

48. Marcelino Lima, *Anais do Município da Horta*, Vila Nova de Famalicão, 1943, pp. 606-07

pública acabou por desaparecer sem que a obra fosse realizada. Somente em 1970 foi inaugurado um monumento, da autoria do escultor micalense Numídico Bessone, no centro da cidade⁴⁹. Em 1922, S. Miguel comemora o IV centenário do nascimento de Gaspar Frutuoso, constituindo-se uma comissão para preparar a edição da obra *Saudades da Terra*⁵⁰. Mas o original estava na posse dos herdeiros da Casa Marquês da Praia e Monforte, cujo representante recusou a cedência do manuscrito. Por isso, só foi possível editar as partes relativas a Santa Maria e S. Miguel de que havia cópias. A Junta Geral do distrito e as câmaras municipais disponibilizaram as verbas necessárias para o efeito. As manifestações públicas decorreram na Ribeira Grande, onde o presbítero foi sepultado na Igreja Matriz. As repartições públicas e o comércio estiveram fechados e a imprensa referiu-se ao evento. Outra figura que mereceu uma significativa comemoração, em S. Miguel, foi Antero de Quental, no centenário do seu nascimento. O dinamizador das celebrações foi o presidente da câmara de Ponta Delgada, Francisco Machado de Faria e Maia. Os monumentos já referidos e a biografia da autoria de José Bruno Carreiro⁵¹ ficaram como marcos da iniciativa.

Depois da criação dos Institutos culturais, as principais efemérides foram assinaladas em artigos publicados nas páginas dos respectivos boletins e revistas. Os centenários do padre Jerónimo Emiliano de Andrade, de Almeida Garrett, de Alfredo Bensaúde, de Aristides Moreira da Mota, do coronel Afonso Chaves, de Ferreira Drummond, o IV centenário de Bento de Góis, o de Gago Coutinho e do maestro Francisco de Lacerda são exemplos daqueles que foram lembrados pelos açorianos, entre as décadas de 40 e 60 deste século⁵².

Contudo, as comemorações de 1932, que pretendiam ser um marco histórico e uma oportunidade para a propaganda das ilhas a nível nacional, saldaram-se por um fracasso. O V centenário do descobrimento dos Açores foi, desde o início, marcado por uma acerba polémica entre os investigadores, porque uns não concordavam com a data e outros

F.E.U.C.
23-52

49. Guido de Monterey, *Faial, uma ilha de encantar*, 2ª ed., Porto, 1980, p. 88

50. *Arquivo dos Açores*, vol. XIV, Ponta Delgada, 1983, pp. 423-434

51. José Bruno Carreiro, *Antero de Quental, Subsídios para a sua biografia*, 2ª ed., Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1981

52. Vide índices do *Boletim* do IHIT, do Núcleo Cultural da Horta e da *Insulana*, no *Guia para a História e Investigação das Ilhas Atlânticas*, Funchal, 1995, pp. 277-305.

contestavam que tivesse sido Gonçalo Velho Cabral o autor do feito⁵³. A conjuntura política também não favoreceu o evento, devido ao clima de instabilidade. No ano anterior, tinha havido a revolta dos deportados dos Açores e da Madeira e uma sublevação em Lisboa, prontamente sufocadas. No seio do próprio regime a situação também não era pacífica, por isso a grande aposta da comissão organizadora do centenário e das corporações locais que era a visita do Presidente da República, marechal Carmona, acabou por gorar-se. Em Junho desse ano, tomou posse o primeiro governo dirigido por Oliveira Salazar e os governadores civis de Angra do Heroísmo e de Ponta Delgada foram substituídos. Os preparativos para as comemorações foram intermitentes e lentos, marcados pela crise social e financeira da época. No início de Agosto, houve um sismo em S. Miguel que causou elevados prejuízos materiais. Aquele tinha sido o mês escolhido para as celebrações que acabaram por ter lugar com muito menos pompa do que o previsto, inicialmente, por causa de todos estes factores adversos.

F.E.U.C.
23-52

No distrito de Ponta Delgada, inauguraram-se padrões e a estátua do infante D. Henrique, oferecida pelo escultor Simões de Almeida. Vila Franca foi escolhida como cenário para o monumento e para o cortejo histórico, por ter sido a primeira capital da ilha. Em Angra do Heroísmo e na Horta, um padrão, lápides e sessões solenes assinalaram o acontecimento. O governo associou-se às celebrações, enviando o cruzador “Vasco da Gama” para as ilhas. O comandante do navio, António da Câmara, natural de S. Miguel e descendente de Gonçalo Velho Cabral, foi o representante do poder central. No dia 15 de Agosto, foi içada a bandeira nacional nos quartéis e nos navios de guerra, considerando-se o “dia de pequena gala”.

As sessões comemorativas previstas para Lisboa foram adiadas, porque as pessoas estavam veraneando e não teriam audiência. O Club Militar realizou uma sessão pública em Dezembro desse ano, a Sociedade de Geografia em Fevereiro do ano seguinte, com a presença do Ministro da Instrução que discursou sobre o descobrimento e colonização do arquipélago, e o Grémio dos Açores somente em Maio assinou a efeméride com discursos e um baile que se prolongou até ao ama-

53. António Ferreira de Serpa, “Frei Gonçalo Velho e o fantástico Quinto Centenário do Descobrimento dos Açores em 1932” in *Portucale*, nº 11, Porto, 1929, pp. 335-44

nhecer. Um jornalista do *Portugal, Madeira e Açores*, periódico que seguimos para reconstituir os principais acontecimentos, lamentava que a ocasião não tivesse sido, afinal, bem aproveitada para a propaganda das ilhas⁵⁴. Do ponto de vista historiográfico, ficou a colectânea de documentos preparada por Manuel Monteiro Velho Arruda e as intervenções do almirante Gago Coutinho sobre os progressos da náutica no século XV, que tornaram possível a navegação dos difíceis mares açorianos.

Em 1940, os Açores associaram-se às Comemorações do Duplo Centenário da Independência e da Restauração. Na ilha Terceira, as celebrações motivaram o envio de um telegrama de Salazar, felicitando as autoridades locais e a delegação da União Nacional pelo “brilho” das comemorações do centenário da Restauração, onde lamentava que o chefe do Estado e ministro do Interior não tivesse podido estar presente⁵⁵. Finalmente, no final de Julho de 1941, Carmona partia em visita ao arquipélago. Em 1960, foi a vez das comemorações henriquinas serem realizadas também nas ilhas, com toda a pompa e circunstância dos actos oficiais do regime.

No plano das comemorações regionais, realizadas com o patrocínio dos órgãos de poder democráticos e autonómicos, destacou-se o centenário do primeiro estatuto administrativo descentralizador e especial para os distritos insulares, de 1895. As celebrações decorreram sob signo da Autonomia dos Açores e contribuíram para valorizar acontecimentos que só eram do conhecimento de poucos eleitos, dando-lhes uma dimensão e alcance político que estiveram longe de ter na época⁵⁶. Contudo, é conhecida a necessidade que os regimes políticos têm de legitimar através da história a sua existência. A realização mais importante do centenário foi o congresso, organizado pela Universidade dos Açores e promovido pela Assembleia Legislativa Regional, que acabou por ser dominado pelas preocupações sobre o futuro económico e político da região. Dessa iniciativa resultaram cinco volumes com as actas, organizados de acordo com as secções do congresso: a autonomia no plano histórico, sócio-cultural, jurídico, económico e político⁵⁷.

F.E.U.C.
23-52

54. *Portugal, Madeira e Açores*, Lisboa, 23 de Setembro 1932

55. *Idem*, 8 de Julho de 1941

56. Sobre o assunto ver Maria Isabel João, *Os Açores no século XIX, Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa, Cosmos, 1991, pp. 254-279

57. *Actas do Congresso I Centenário da Autonomia dos Açores*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995

CONCLUSÕES

Neste breve esboço sobre a construção da memória açoriana podemos verificar que o processo remonta ao século XVI, quando Frutuoso regista para a posteridade os acontecimentos mais notáveis da história das ilhas. Tem, além disso, uma continuidade notável e uma expressão muito significativa, que se prende com a identidade bem demarcada desta região, no contexto nacional. A existência de elites locais com uma formação elevada é fundamental para explicar este fenómeno. No período do Antigo Regime, destacam-se os membros do clero regular e secular, que continuou a ter um papel importante nos meios culturais insulares, e mais tarde, com o alargamento da escolaridade e da formação universitária, sobressaem os membros das profissões liberais e do funcionalismo. É do seio desses grupos que são provenientes muitos dos literatos e cultores da memória e da identidade açoriana.

A memória não é neutra nem passiva. Vai sendo construída e reconstruída ao sabor dos interesses dos grupos sociais dominantes, das ideologias e das mentalidades. Podemos verificar isso na historiografia, no interesse específico por certos temas que respondem aos objectivos do presente, como as questões político-administrativas e autonómicas, nos últimos anos, na toponímia, sujeita às mudanças dos regimes políticos, nos monumentos que se erguem e nas comemorações que são feitas. Os registos da memória que têm uma dimensão política mais forte e directa são os mais vulneráveis, o que foi bem exemplificado pelo caso do Monumento à Autonomia. A toponímia e os monumentos são indicadores importantes da transitoriedade desses registos que, geralmente, morrem com os respectivos regimes.

A memória é selectiva, centrando-se em alguns factos que se prendem com a necessidade de reconhecimento e identificação das comunidades ou dos grupos que são o seu suporte. É o caso dos relatos sobre as origens e sobre certos episódios ou acontecimentos da história susceptíveis de projectar a comunidade fora das suas fronteiras ou de contribuir para a coesão e unidade interna, que referimos a propósito da historiografia. Por outro lado, só as personalidades que conseguiram libertar-se da controvérsia, pela morte e a passagem do tempo, ou pela própria natureza da sua acção, as que já estão no limbo dos heróis ou dos cidadãos perfeitos, merecem figurar no elenco dos nomes das ruas e nas celebrações dos centenários. Os políticos têm dificuldade em

atingir essa consagração e, por isso, a maior parte das figuras comemoradas são homens da cultura e beneméritos da terra.

A memória açoriana foi sendo construída pela sobreposição das memórias das várias ilhas e dos seus concelhos. Tanto no plano historiográfico como noutras manifestações da memória que analisámos, verifica-se que a dimensão insular e local tem um importância fundamental na forma como são organizados os registos e as diversas demonstrações comemorativas. Mesmo a organização das instituições da memória obedeceu a uma lógica diferente do âmbito regional, que não foi alterada depois da criação da Região Autónoma. Somente os grandes acontecimentos de projecção nacional são comemorados em várias ilhas, como os descobrimentos e o seu emblemático patrono, o tricentenário de Camões, as Comemorações Centenárias, de 1940, ou os acontecimentos ligados à implantação dos vários regimes políticos. O V centenário do descobrimento dos Açores, que pretendeu ter um âmbito regional e uma projecção nacional, foi um fracasso. Por conseguinte, as comemorações mais bem sucedidas foram as de carácter nacional ou as de âmbito local, geralmente patrocinadas pelos respectivos órgãos de poder e instituições. As demonstrações cívicas e comemorativas estão, de modo geral, dependentes do interesse dos poderes locais, seja por causa do financiamento ou da organização dos eventos.

F.F.U.C.
23-52

A criação da Região Autónoma proporcionou algumas condições novas para o desenvolvimento da memória e da identidade regional, disponibilizando verbas e meios para o aumento do número de publicações, para congressos ou conferências, e para variadas iniciativas que se destinam a reforçar a coesão interna e a projectar a imagem dos Açores fora da região. Os meios de comunicação social, em particular a televisão regional, desempenham neste processo um papel importante. O aumento significativo da produção historiográfica, devido à universidade, é outro factor a ter em conta. A tendência é para ver as ilhas no seu conjunto e, além disso, integradas no contexto nacional e atlântico. O desenvolvimento das comunicações, da escolaridade e da cultura das populações estão, inevitavelmente, a transformar a sociedade açoriana e a alargar os quadros de referência da memória, do plano meramente local ou insular para o plano mais vasto da região e das respectivas relações com o mundo.

Setembro de 1996

O ESTADO NASCENTE DAS INSTITUIÇÕES E A ORGANIZAÇÃO DAS SOCIEDADES A SOCIEDADE MADEIRENSE

José Manuel Azevedo e Silva

O carácter gregário do ser humano exige organização. Mas esta (con)vivência, necessariamente organizada, gera desorganização e requer reorganização, isto é, inscreve-se na lógica dos sistemas. É, no caso da teia de relações que os homens estabelecem entre si, constrói as sociedades.

F.E.U.C.
53-58

Segundo o esquema cognitivo de Edgar Morin, todo o sistema comporta uma complexa organização interna: consome energia, tende a degenerar na desordem entrópica, necessita de generatividade e de deordem neguentrópica para regenerar-se nas e pelas interacções e inter-relações das suas componentes, durante as quais volta a organizar-se, a desorganizar-se, a reorganizar-se... É neste movimento turbilhonar e no tempo espiral da história que se configura o anel generativo/recorrente, produtor-de-si, fora do qual nada existe, ou antes, só existe a desintegração¹.

Em boa medida, as sociedades organizam-se nas e pelas instituições. E, obviamente, quanto mais complexa é a sua organização, mais densa é a teia das instituições. Logo, as instituições são elementos estruturantes do próprio processo organizativo das sociedades, de cada

1 Edgar Morin, *O método*, 3 vols., Mem Martins, Publicações Europa — América, s.d., (edição original em francês, *1.a Methode*, 1977-1986)

sociedade concreta. E resultam de movimentos colectivos que geram o seu *estado nascente*.

Antes de prosseguir, dilucidemos o esquema interpretativo concebido pelo sociólogo italiano, Francesco Alberoni, que nos parece uma operatória útil na tentativa de captação da emergência e da vivência das instituições. Segundo este autor, do mesmo modo que a matéria física comporta os estados sólido, líquido e gasoso, assim também os movimentos colectivos humanos assumem três estados: o *estado nascente*, o *estado institucional* e o *estado ritual*. Portador de uma grande força atractiva e de uma grande solidariedade, o *estado nascente* é, por natureza, transitório e instável; é um «projecto» que pode conduzir ao *estado institucional* e este realiza-se na quotidianidade, isto é, no *estado ritual*².

Passemos a aplicar este modelo ao estudo de uma sociedade concreta — a sociedade madeirense.

Como fenómeno transitório e instável que é, o *estado nascente* ou se institucionaliza, ou se sublima, ou se extingue. No caso concreto do povoamento e colonização da Madeira, conduziu ao *estado institucional*, porquanto a sociedade tendeu a estruturar-se e a organizar-se nas e pelas instituições que foram sendo criadas, manifestando a tendência para reproduzir, com as necessárias adequações, a realidade social do Reino. Note-se que o projecto poderia ter-se iniciado e, por qualquer razão, não se ter concretizado.

F.E.U.C.
53-58

Espaço encontrado sem homens, foi a custa de um forte fluxo imigratório nas primeiras décadas do povoamento, acompanhado de uma elevada taxa de natalidade dos moradores que a sociedade madeirense se formou com assinalável celeridade.

No momento da instalação de João Gonçalves Zarco com o reduzido grupo que o acompanhou, a *nascente* sociedade madeirense quase não tinha instituições. Apenas a *família*/algumas/poucas famílias), instituição celular da sociedade, as *sesmarias*, em ordem a montagem do aparelho produtivo, e as *capitanias*, cujos titulares (os três capitães) concentravam em si todos os poderes a nível local.

2 Francesco Alberoni, *Stati nascenti*, Bologna, Il Mulino, 1970; *Movimento e istituzione*, Bologna, Il Mulino, 1977 (obra refundida pelo autor e com o subtítulo *Teoria generale*, em 1981); Tendo desenvolvido o modelo nestas duas obras, o autor operou com ele nos seus estudos posteriores, dentre os quais destacamos: *Innamoramento e amore*, Milano, Garzanti, 1979; *L'amicizia*, Milano, Garzanti, 1984; *L'albero de la vita*, Milano, Garzanti, 1986.

Nos tempos do princípio, ate a responsabilidade da assistência religiosa aos moradores estava sob a alçada temporal dos capitães, assegurada espiritualmente pelos franciscanos que os acompanharam e por outros que foram chegando. Retenha-se que, a chegada a baía de Machico, em 2 de Julho de 1419, dia da Visitação de Santa Isabel, o capitão Zarco mandou os dois padres franciscanos rezar missa e «*benzer agoa que andarao espargindo pello aar e pella terra como quem desfazia encantamento, ou tomava posse em nome de Deos daquela terra brava e nova nunqua lavrada nem conhecida desdo princípio do mundo ate' aquella hora*»³.

A medida que iam fazendo o reconhecimento concreto do espaço, os capitães iam «traçando» igrejas e capelas (traçar, não significava construir de imediato, mas tão-só assinalar o local e formular o voto de edificação dos futuros templos — era preciso sacralizar o espaço). Ao mesmo tempo, iam dando as terras em regime de *sesmarias*, de modo a fixar as pessoas a terra e a montar o aparelho produtivo. E os primeiros templos e os primeiros sesmos serão os núcleos polarizadores dos primitivos povoados e os gérmens do *estado nascente* da sociedade madeirense⁴.

Depois, pelo decurso do tempo, a população foi aumentando, a sociedade madeirense foi-se complexificando, organizando-se nas e pelas instituições. E muitos dos poderes inicialmente concentrados nas mãos dos capitães, vão-se naturalmente transferindo para as instituições nascentes.

F.E.U.C.
53-58

Vejam os nascimentos das instituições mais marcantes da sociedade madeirense, a vários níveis.

No domínio do religioso, serão instituídas, a partir de 1430, as *freguesias/paróquias* (10 no século XV, 26 no século XVI, 6 no século XVII e outras depois). Algumas dessas paróquias acenderão a categoria de *colegiadas*. São os casos de S. Maria Maior e de S. Pedro, no Funchal, de Câmara de Lobos, da Calheta, da Ribeira Brava, da Ponta do Sol, de Machico, de Santa Cruz e do Porto Santo. A *diocese* do Funchal será criada em 1514 (será *arquidiocese* entre 1533 e 1551), tendo por jurisdição todo o vastíssimo ultramar português, constituindo-

3 Jerónimo Dias Leite, *Descobrimeto da Ilha da Madeira e Discurso da Vida e Feitos dos Capitães da Dita Ilha* (1579), introdução e notas de João Franco Machado, Coimbra, Faculdade de Letras Instituto de Estudos Históricos Doutor António de Vasconcelos, 1947, p. 9.

4 José Manuel Azevedo e Silva, *A Madeira e a construção do Mundo Atlântico (Séculos XV-XVII)*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995, vol. I, pp. 118-126.

se assim na mais dilatada prelazia da cristandade latina de todos os tempos. Em 1566, e criado o *Seminário* do Funchal. Por volta de 1430, os franciscanos criam a primeira comunidade organizada, que viria a estar na base da fundação do *Convento de S. Francisco do Funchal*, em 1473, cabeça de outros conventos e cenóbios instituídos na ilha. Com regra de Santa Clara, serão fundados no Funchal o *Convento de Santa Clara* (1497), o *Convento da Encarnação* (1646), o *Convento das Mercês* (1654) e o *Recolhimento do Bom Jesus* (1662). Em 1566, instalaram-se os *jesuítas* no Funchal e aí fundaram o *Colégio*, em 1578. Até aos finais do século XVII, serão criadas no arquipélago madeirense cerca de uma centena de *confrarias*⁵.

A nível político-administrativo, serão instituídos, nos primeiros anos da segunda metade do século XV, as três *vilas primitivas* do Funchal, de Machico e do Porto Santo e os respectivos municípios; cerca de meio século depois, D. Manuel desencadeou uma segunda etapa na vida municipal da Madeira com a criação das *vilas novas* da Ponta do Sol (1501), da Calheta (1502) e de Santa Cruz (1515). Em 1483, o duque donatário, D. Diogo, criou a *Casa dos Vinte e Quatro do Funchal* e idêntico procedimento terá havido nos outros municípios até a extinção desta instituição, pelo decreto de 7 de Maio de 1834. Em 1744, e a vez da criação da vila/município de S. Vicente, seguindo-se a instituição de outros nos dois séculos seguintes: Câmara de Lobos (1832), Santana (1835), Porto Moniz (1835) e Ribeira Brava (1914). Tendo certamente em vista a criação da diocese do Funchal, D. Manuel, em 1508, elevou a vila do Funchal a *cidade*⁶.

No domínio da economia, dá-se uma alteração estrutural na passagem do século XV para a centúria seguinte. Em virtude do aumento da população, já não há terras para dar, pelo que se esgotara a *instituição sesmeira*. Com efeito, em 1501, D. Manuel põe fim ao regime de sesmarias na Madeira, ao ordenar que «em toda essa Ilha se nam denl daqui em diante nenhuas sesmarias»⁷. E, a partir de então, a exploração da terra tendera a fazer-se através da *instituição enfiteútica*, com forte implantação do *contrato de colónia*. Associada a estrutura fundiária, está a instituição dos *morgadios* e das *capelas*, com fortíssima

F.E.U.C.
53-58

5 *Ibidem*, vol. 11, pp. 909-907.

6 *Ibidem*, vol. I, pp. 135-170 e 304.

7 *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XVII, p. 423.

implantação no arquipélago. No sector secundário, nascem unidades transformadoras, como o *engenho de açúcar*, a *serra de água*, os *moinhos*, as *tendas dos mestres*. A nível mercantil, vão-se instalando empresas comerciais de maior ou menor dimensão⁸.

Quanto à organização tributaria, vão sendo criados os *almoxarifados*, as *recebedorias*, as *alfândegas*, a *contadoria*⁹.

No domínio da administração da justiça, criam-se as *ouvidorias*, os *tabelionatos* e as diferentes *judicaturas*¹⁰.

No campo assistencial, desde cedo se instituíram na Madeira *hospitais*, alguns dos quais a cargo das confrarias da *Santa Casa da Misericórdia* (a do Funchal foi fundada em 1514), as *gafarias*, os *orfanatos* com as suas *amas dos enjeitados*¹¹.

A nível militar, a nobreza madeirense investiu avultados meios materiais e humanos na guerra do Norte de África. E a defesa do arquipélago competia aos capitães que faziam o enquadramento da cavalaria e da peonagem. Com o tempo, porém, vão sendo criadas novas forças de defesa. E, 1542, é criado o *corpo de espingardeiros* da Madeira, sob o comando de um anadel. Seguir-se-á a criação do *corpo de vigias*, posteriormente integradas nas *companhias das ordenanças*. Claro que, no período filipino, o contingente das ordenanças foi enquadrado pelas tropas do *presídio* espanhol, sob o comando supremo do governador, instalado na fortaleza de S. Lourenço¹².

F.E.U.C.
53-58

A forma como se foi desenvolvendo o processo de distribuição dos poderes, alguns dos quais subtraídos aos capitães, gerou interesses simultaneamente convergentes e antagónicos, facilitando ou dificultando as relações entre o poder local e o poder central, entre as várias esferas e os vários níveis do poder, entre as diferentes instituições e agentes detentores desses poderes¹³.

Essa complexa teia de relações encadeou-se em planos perpendiculares. Explicitando melhor: cada esfera do poder (político, administra-

8 José Manuel Azevedo e Silva, *ob. cit.*, vol. I, pp. 184-202.

9 *Ibidem*, vol. I, pp. 609-615.

10 *Ibidem*, vol. II, pp. 819-831.

11 *Ibidem*, vol. II, pp. 754-781

12 *Ibidem*, vol. II, pp. 931-858.

13 Miguel Jasmíns Rodrigues, «Madeira: colonização e estruturas de poder (do início até ao reinado de D. Manuel ...)», in *Islenha*, vol. 3, Dez. 1988, pp. 46-59.

tivo, judicial, militar, eclesiástico) gerou a sua cadeia de mando no plano vertical, tendo como última instância a Coroa/Estado na pessoa do rei ou o Papado na pessoa do pontífice romano; no plano horizontal, entreteceram-se também relações a nível local entre as diversas esferas do poder, o que, se por um lado facilitava e acelerava a resolução de certos problemas, gerava, por outro, atritos em «curto circuito», motivados pelos diferentes interesses em jogo, os quais provocavam choques mais ou menos violentos, consoante a tensão energética (leia-se social) acumulada.

Em suma, cada um dos poderes locais, exercidos pelos três capitães, pelo contador/almoxarifes, pelo corregedor/juízes, pelos municípios, pela Igreja local tinha a sua cadeia linear específica de relações com o poder central, cujo elo mais elevado era o rei e, a nível supra-nacional e especialmente em questões religiosas e não só, o papa. Por seu turno, os poderes locais tinham relações institucionais mais ou menos estreitas entre si, em cadeia circular, isto é: os capitães mantinham relações com o contador/almoxarifes, com o corregedor/juízes, com os municípios, com a Igreja local; o contador/almoxarifes, por sua vez, necessitavam de manter relações com o corregedor/juízes, com os municípios, com a igreja local, com os capitães; e assim sucessivamente. E a sociedade no seu *estado ritual*¹⁴.

F.E.U.C.
53-58

A criação das *Regiões Autónomas* da Madeira e dos Açores com as *instituições* que lhes estão associadas e o culminar de um longo *estado nascente*. Por seu turno, o processo de regionalização de Portugal Continental continua no seu *estado nascente* (por vezes, mais parece *estado latente*) a espera da sua *institucionalização*.

14 *Ibidem*, vol. 11, pp. 819-831.

A CONSTRUÇÃO POLÍTICA DO ESPAÇO — A PROVIDORIA DE AVEIRO NO SÉC. XVIII: A ESTRUTURA DOS ESPAÇOS POLÍTICO- -ADMINISTRATIVO E RELIGIOSO

Inês Amorim

CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA ORGANIZAÇÃO DO
ESPAÇO PORTUGUÊS

F.E.U.C.
59-70

A estrutura espacial e o pano de fundo, o palco onde tudo vai acontecer, mas que condiciona a acção — o «espaço vivido»¹ — apreendido, sentido, modelado pelos homens, no tempo.

1— QUADRO POLITICO-ADMINISTRATIVO

A — PROVIDORIA DE AVEIRO

A Provedoria aparece como um espaço histórico que, pelas suas características, esta acima do mosaico das jurisdições afectas as correições régias ou as ouvidorias senhoriais. Espaço contínuo, porque sujeito a autoridade de um mesmo funcionário, da administração régia, ao qual cabem um conjunto de competências bastante heterogéneo²:

1 FREMON, Armand — *A região, espaço vivido*. . . , o. c. . O autor utiliza a expressão região como um conceito a discutir: p. 17, «a região, se existe, e um espaço vivido»

2 Id., *Ibid.*, pag.287 a 293.

tutelar interesses de pessoas ou instituições que não estivessem em condições de o fazer (defuntos, ausentes, orfãos, cativos; confrarias, capelas, hospitais, concelhos; e, no domínio da fazenda, fiscalizar receitas e despesas das câmaras, arrendamentos reais e pagamentos do almoxarifado; prover obras públicas; atombiar bens reais.

Parece ser bem recuada a percepção da individualidade deste espaço, quer em relação ao interior, quer em relação ao sul estremenho, notada já no testamento de D. Dinis, de 1299, onde se encontra uma primeira enumeração das Províncias, aparecendo destacada a área d'Entre Douro e Mondego³.

A criação da provedoria (e comarca de Aveiro, insere-se no processo de reforma administrativa dos princípios do sec.XVI, com a instituição, no reinado de D. João III, de novas comarcas, entre as quais a de Aveiro, em 20 de Dezembro de 1533⁴, sendo nomeado Corregedor e Provedor da dita Comarca, composta por 31 vilas, 9 concelhos, 1 couto e 1 comenda⁵.

A elevação de Aveiro a sede de Comarca, era, de resto, um contra-senso, por várias razões:

- a jurisdição da Vila não pertencia a Coroa, mas a D. Jorge, filho bastardo de D. João II⁶.

3 Id., *Ibid.*, p. 136.

4 Vide, sobre esta matéria, Id., *Ibid.*, p.137. NEVES, Francisco Ferreira - *A Formação do Distrito Administrativo de Aveiro...*, o.c., p.37; COSTA, Mário Alberto Nunes - *A provedoria de Esgueira...* o.c., p.60, o qual publica o documento relativo à criação da Comarca e Provedoria da Chancelaria de D.João III.

5 Cf. em OLIVEIRA⁷ António de - *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640, ...*, o.c., Pag 11, que noticia o manuscrito n.870 do ANTT, Ms.da Livraria. Ver ainda, LOUREIRO, J.Pinto-A *Comarca de Esgueira...*, o.c., pag. 202, o qual apresenta uma lista extremamente deficiente pela omissão e destrinça de vilas, coutos e concelhos, e ainda problemas de transcrição. Por exemplo: onde escreve «couto da Barca da Guarda», deve ler-se Couto de Barro Daguada», ou ainda «Pereira de Gestão» por Vila de Pereira de Jusaa, etc. Estes erros são repetidos em COSTA, Mário Alberto Nunes - *A Provedoria...*, o.c., pag.54.

6 Este doou-lhe, no seu testamento de 29 de Setembro de 1495, vários senhorios, entre eles, o Ducado e Alcaidaria-mor da cidade de Coimbra, e de tudo o mais que tivera o seu tio-avô D.Pedro, encarregando o seu sucessor de formalizar estas mercês: Vd.PEREIRA, João Cordeiro - *A renda duma grande casa senhorial de Quinhentos ...*, o.c., p.789 D.Manuel I, ampliou ainda estas doações ao conceder-lhe, em 27 de Maio de 1500, vilas como Aveiro e Montemor-o-Velho, entre outras, além de rendas e padroados, transmissíveis por qualquer linha, e fora da «Lei Mental». Só que, a data da referida doação, Aveiro estava ainda na posse de D.Sancho de Noronha, 2º Conde de Faro e Odemira, passando para a jurisdição de D.Jorge apenas em 1520, por morte daquele: Cf. NEVES, Francisco Ferreira - *A casa e ducado de Aveiro, sua origem, evolução e extinção...*, o.c., pags.164 e 166. Id. - *Os Duques de Aveiro...*, o.c., pag.242.

— por outro lado, designava-se Comarca de Aveiro, mas a sede era Esgueira. A escolha desta para cabeça da Comarca, explica-se provavelmente pela sua proximidade de Aveiro, e pelo facto de a jurisdição crime ser da Coroa sendo a cível das freiras de Lorvão⁷.

A situação volta a complicar-se com a nomeação, em 1587, por Filipe II, de dois provedores distintos, para Coimbra e Esgueira, mantendo-se, porem, um só corregedor, o de Coimbra⁸.

Efectivamente, num manuscrito de 1640, que indica cidades vilas e lugares das diferentes comarcas do Reino, com a menção dos respectivos vizinhos, ofícios e seus rendimentos⁹, referenciam-se algumas terras da Comarca de Coimbra onde apenas entra o Provedor de Esgueira, estando totalmente vedadas a entrada do corregedor de Coimbra.

Estes avanços e recuos na determinação dos limites de jurisdição, são, como vemos, uma constante, e sinais de uma teia complicada de poderes privados e das dificuldades sentidas por um Estado em construção em consolidar a sua alçada jurisdicional. Este facto será motivador de dúvidas e conflitos, como os que surgem em 1618, quando se

F.E.U.C.
59-70

7 Vd. LOUREIRO, J.Pinto - *A Comarca de Esgueira...*, o.c., p.201.

8 COSTA, Mário Alberto Nunes - *A Provedoria de Esgueira...*, o.c., pag.61, transcreve o documento de 5 de Dezembro de 1587, do ANTT, Chancelaria de D.Filipe I, Doações, Liv.18, fol.14v: nomeação do Dr.Pedro Aires Botelho para Provedor «*das obras, orfãos, hospitais, confrarias, albergarias, gafarias, e contador das tenças e resíduos da comarca e provedoria dessa vila [Esgueira], que ora houve por meu serviço mandar separar da provedoria da cidade de Coimbra*».

9 ANTT, Manuscritos da Livraria, n.488. *Relação de cidades, vilas, concelhos e lugares das diferentes Comarcas do Reino, com indicação dos vizinhos, ofícios e seus rendimentos, distâncias entre lugares e destes a cabeça de correição*, datado de 1640. Contêm as Comarcas ou Provedorias de Lamego, Pinhel, Guarda, Castelo Branco, Porto, Guimarães, Viana, Miranda, Torre de Moncorvo. Este volume e a continuação dum outro que Manuel Hespanha indica na sua tese, «*As vésperas do Leviathan*», ...o.c., vol.1, última página, em adenda. Encontra-se nos Manuscritos da Livraria, com o n.1194, referente as Comarcas ou Terras de Santarém, Tomar, Évora, Beja, Priorado do Crato, Avis, Nisa, Setúbal, Campo de Ourique, Lagos, Tavira, Leiria e Viseu. Os dois livros são provenientes da Livraria do Convento da Graça de Lisboa, com cotas consecutivas, respectivamente, (ANTT, n.488) M-10-32 e (ANTT, n. 1 194) M-10-33. Estes dois livros corresponderiam a um pedido régio de 20/12/1639, de uma relação de «*cidades, vilas, lugares e concelhos*» de cada comarca, «*com distinção das léguas que há de cada uma a cabeça da correição, e de uns lugares a outros e que vizinhos haverá em cada um deles, e quais são de donatários, com a declaração de seus nomes e da jurisdição que neles tem e quantos ofícios há em cada uma, das ditas vilas e lugares e concelhos, e de cuja data e apresentação são, e o que cada um poderá render*».

exige aos povos da Comarca de Esgueira a imposição sobre carnes e vinhos, aplicada as pontes, calçadas e cais de Coimbra, suscitando, naturalmente protestos¹⁰.

Nos finais do sec.XVII, a conhecida Corografia do Padre Carvalho da Costa refere ser constituída a Provedoria de Esgueira pelas Comarcas de Esgueira, onde inclui as vilas pertencentes a Casa de Bragança¹¹, e a Ouvidoria da Feira¹². Assegura, porém, o mesmo autor, que, em 1590, as duas comarcas de Coimbra e Esgueira se teriam dividido, elegendo-se Esgueira como cabeça de Comarca, apesar de Aveiro ter todas as proeminências: o ser vila nobre e notável, ter banco nas Cortes, a ela escreverem os soberanos, aí estarem sediados o Almojarife executor, o cartório, escrivão e mais oficiais da Provedoria, assim como o Provedor.

Uma provisão régia de 1681, esclarece melhor as competências referidas. Na falta do Provedor de Esgueira serviria o Corregedor de Coimbra, e na de ambos, o juiz de fora da Vila de Aveiro¹³. A conclusão a retirar será a da existência de um Provedor de Esgueira com acção em duas unidades administrativas: a comarca de Esgueira, superintendida pelo corregedor de Coimbra, e a Ouvidoria da Feira, tendo à frente um ouvidor nomeado pelos Condes da Feira. Um estudo sobre a estrutura administrativa do Condado da Feira no sec.XVII¹⁴ confirma a presença do Provedor de Esgueira amiudadas vezes, devido às suas alargadas competências no domínio das disposições testamentarias, curadoria de orfão, fiscalização e aprovação de contas concelhias, assim como do Corregedor de Esgueira, que era o mesmo de Coimbra, nos assuntos de ordem judicial e mesmo administrativa.

Em 1689, o «Promptuário das Terras de Portugal», disposto e ordenado na Secretaria da Junta dos Três Estados, apresenta uma resenha

F.E.U.C.
59-70

-
- 10 LOUREIRO, J.Pinto - *A Comarca de Esgueira...*, o.c., p.203. OLIVEIRA, António de - *A vida económica...*, o.c., p.19, escreve «*pelo menos para fins tributários ao serviço de interesses regionais, as duas comarcas, com áreas e nomes distintos, eram uma só*»
 - 11 COSTA, Pe.António Carvalho da - *Corographia Portuguesa e descripçam topographica do famoso Reyno de Portugal...*, o.c., p.96 e 97.
 - 12 Id., *Ibid.*, Distingue, o autor, a Comarca de Esgueira da Comarca e Ouvidoria da Feira.
 - 13 «*Provisão régia, para que o juiz de fora desta vila sirva de Provedor — 12 de Fevereiro de 1681*», publicada in MADAHIL, A.G.da Rocha — *Milenário de Aveiro. Colectânea de Documentos Históricos...*, o.c., v.2, p.253.
 - 14 SILVA, Francisco Ribeiro da — *Estrutura administrativa do Condado da Feira...*, o.c., p.257.

completa da Provedoria. Trata-se da «Descrição da Provedoria de Esgueira»¹⁵, bem semelhante a lista de terras de 1533.

Já no 2º quartel do sec. XVIII, em 1732, Caetano de Lima, enumera as terras da Provedoria, omitindo as da Ouvidoria da Feira, escrevendo de uma forma um tanto vaga que as terras «que não são de donatários e se acham unidas à Coroa, dependem da Correição de Coimbra, assim como o faziam antigamente da Correição de Aveiro»¹⁶. Argumenta que, a quando da criação duma correição cuja cabeça era Aveiro, entregue a D. Jorge, filho de D. João II, nomeou-se um ouvidor para ela. Por consequência várias vilas passaram para a correição e provedoria de Coimbra. No entanto, e segundo a leitura do autor, «*andando o tempo e crescendo mais as povoações, pareceu melhor separarem-se aquelas terras, e formar-se delas uma nova provedoria, para cuja cabeça se escolheu a vila de Esgueira*»¹⁷

Nas vésperas da criação da comarca de Aveiro, o Mapa de Portugal de Baptista de Castro¹⁸, cinge-se a repetição dos dados de Caetano de Lima, com excepção de Esgueira, que localiza na Comarca de Coimbra, numa altura em que Aveiro era já cidade.

Finalmente, em 1760, foi criada, ou recriada a Comarca de Aveiro. Esta localidade, elevada a cidade em 1759¹⁹, depois do estrangulamento do Ducado de Aveiro, envolvido no atentado ao Rei²⁰, estava apta a funcionar como centro de comarca, definindo-se-lhe os limites²¹.

F.E.U.C.
59-70

-
- 15 COSTA, Mário Alberto Nunes — *A Provedoria de Esgueira...o.c.*, p.53 a 80. Publica o «*Promptuário das Terras de Portugal*», de Vicente Ribeiro Meireles, de 1689, existente no ANTT, no que diz respeito a provedoria de Esgueira.
- 16 LIMA, Luís Caetano de — *Geografia Histórica de todos os Estados Soberanos da Europa...*, o.c., vol.2, pag.97 a 110. O autor refere as diferentes terras da Provedoria de Esgueira, acrescentando sem mais pormenores: «*entre estas terras, as que não são de Donatários, e se acham unidas a Coroa, dependem da Correição de Coimbra, assim como o faziam antigamente da Correição de Aveiro*». Nesta lista estão integradas terras da Ouvidoria de Montemor-o-Velho como Segadães, Recardães, Brunhido, Casal de Álvaro e Aveiro mas, as da chamada Ouvidoria da Feira, não constam (Cambra, Castanheira, Ovar, Pereira Jusã e Feira).
- 17 Id., *Ibid.*, p.98.
- 18 CASTRO, J.Baptista - *Mapa de Portugal...*, o.c., p.59 a 67.
- 19 Cf. MADAHIL, A.G. da rocha - *Milenário de Aveiro...*, o.c., p.586.
- 20 Id., *Ibid.*, p.583: Sessão do Senado de Aveiro, lamentando os acontecimentos relacionados com o atentado ao rei.
- 21 Carta régia de 19 de Setembro de 1760, publicada in MADAHIL, A.G. da Rocha — *Milenário de Aveiro...*, o.c., pag.592. *As vilas da nova Comarca eram as seguintes: «Esgueira, Ilhavo, Arada, Soza, Vagos, Frossos, Pinheiro, Angeja, Estarreja, Fervedo, Bemposta, Trofa, Serem, Vouga, Agueira, Préstimo, Assequins, Recardães, Segadães, Casal D'Álvaro, Brunhido, Avelas de Cima, Sangalhos, Ferreiros, S.Lourenço do Bairro, Couto de Esteves, Paredes, Ois do Bairro, Oliveira do Bairro[...]e ainda que algumas destas vilas pertencessem ate ao presente a Correição de Coimbra, lhe fica esta diminuição recompensada com as mais vilas que foram da Ouvidoria de Montemor-o-Velho»*

Aveiro fora, até então, um dos poucos centros urbanos a não pertencer a Coroa, passando assim, desde a sua inserção na jurisdição régia, a assumir o papel de centro da Comarca e Provedoria.

Entretanto, a Ouvidoria da Feira, em 1700, depois de o último Conde, D. Fernando Forjaz Pereira, ter falecido sem descendência, vagou para a Coroa e foi integrada na Casa do Infantado a 10 de Fevereiro de 1708²².

Finalmente, por carta de lei de 19 de Julho de 1790 e alvará de 7 de Janeiro de 1792, foram os ouvidores substituídos por corregedores de nomeação régia, e redefinidas as comarcas, de modo que as terras das ouvidorias extintas ficassem pertencendo às comarcas mais próximas²³. A rainha prescrevia, assim, a total abolição das ouvidorias e isenções de correição, concretamente as da Casa das Rainhas, Casa de Bragança e Casa do Infantado²⁴, três senhorios com significativa implantação na Provedoria de Aveiro, como mais a frente iremos ver.

Não seria totalmente bem recebido tal alvará, sobretudo no que dizia respeito ao Almojarifado de Eixo. Este transitara em 1680 para a posse da Casa de Bragança, depois da morte do 6º Conde de Odemira, sem descendência, e por as terras pertencentes a este Almojarifado não terem sido confirmadas ao 7º Conde como as restantes da Casa de Odemira²⁵. O Almojarifado de Eixo compunha-se das vilas e conceelhos de Eixo, Ois da Ribeira, Paos e Vilarinho do Bairro²⁶. Ora, apesar

F.E.U.C.
59-70

22 ANTT, MR, CF, maço n.294 «*Fundação e Regalias da Serenissima Casa e Estado do Infantado dos Reinos de Portugal e Algarves*, por Francisco Xavier de Lemos, 1826». ANTT, Casa do Infantado, C.17, n.2357 «*Noticia Histórica da Casa do Infantado, feita a 18 de Setembro de 1830, pelo Dr.Diogo Vieira de Tovar e Albuquerque*». Ainda os trabalhos de LOURENÇO, Maria Paula Marcal — *A Casa do Infantado: perspectivas de estudo de um património senhorial...*, o.c., v.2, p.821 a 839. Id. - *A Casa e o Estado do Infantado, 1654 a 1706...*, o.c., Era constituída por Vila da Feira, Ovar, Macieira de Cambra, Castanheira do Vouga, Pereira Jusa e Couto de Cortegaça. Além destas terras, ainda os Coutos de Cucujães, Crestuma e Sandim, pertencentes a Ouvidoria, mas não a Casa do Infantado, embora ligados a esta pelo facto de se servirem de oficiais do provimento daquela, com a excepção dos juizes ordinários, de nomeação dos respectivos donatários; ver AMORIM, Inês *Descrição da Comarca da Feira - 1801...*7 o.c., p.234 e 235.

23 MIRANDA, J.C. de — *Dissertação histórico-jurídica em defesa dos povos do extinto almojarifado d'Eixo...*, o.c., p.7

24 SANTOS, José António — *Regionalização, processo histórico...*, o.c., p.48.

25 GOMES, Marques — *O Distrito de Aveiro...*, o.c., pag.168. HESPANHA, António — *As vésperas do Leviathan...*, O.C., 2º vol., pag.91.

26 BNL—Cod 678/1801 — *Relação das Igrejas, Comendas, Alcaidarias-Mores, Lugares de Letras...da Casa de Bragança—feita no anno de 1680 e copiada em 1844: fol.31— Vilas que por morte do Conde de Odemira tornaram ao Estado de Bragança.*

do disposto nas providências legislativas de 1790 e 1792, estas nunca tiveram inteira execução no que diz respeito ao Almojarifado de Eixo, porque, ficando-lhe mais próxima a comarca de Aveiro, continuaram as suas terras a pertencer à comarca de Barcelos, exceptuando somente a parte da freguesia de Agueda, que o citado alvará de 7 de Janeiro de 1792 mandou expressamente anexar à comarca mais vizinha²⁷.

Os limites da Provedoria sofreram uma última alteração, quando a Vila e Comarca de Mira, da Casa das Rainhas, provavelmente a partir de 1770, passou a integrar a Provedoria de Aveiro²⁸. E se até então era o Corregedor de Coimbra que ali entrava como ouvidor da Rainha e não como corregedor²⁹, a partir da criação da Comarca Aveiro, estas funções transitaram para o respectivo corregedor, tanto mais que pertenciam igualmente, aquela Casa as rendas do pescado e os direitos reais da cidade de Aveiro³⁰.

Finalmente, em 1801, as «Taboas Topograficas e Estatísticas de todas as Comarcas de Portugal», apresentam estas rectificações administrativas, distinguindo, dentro da Provedoria de Aveiro, as terras das diferentes jurisdições: Casa do Infantado-Comarca da Feira, Casa de Bragança-Comarca de Barcelos, e Comarca de Aveiro³¹,

F. E. U. C.
59-70

E este, enfim, o espaço histórico da Provedoria de Esgueira Aveiro que se constitui em inícios de XVI, que sofre vicissitudes ao longo do tempo, mas cujos limites, grosso modo, se mantêm. No seu interior os

27 MIRANDA, J.C. - *Dissertação histórico-jurídica ...*, O.C., p.7.

28 ANTT—Casa das Rainhas, maço 391, Cx.2, L.22 — *Descrição Statístico — Geografica das terras da Real Casa e Estado*, por José Joaquim Leal, 1823. Pelo menos o levantamento de Pina Manique, de 1789 já refere Mira dentro da Comarca de Aveiro. Desde 25/1/1770 que a Casa das Rainhas, que até 1769 tinha administração independente, passou, por ordem do Marques de Pombal a ser administrada pelo Erário Régio; sobre o assunto ver in *Dicionário de Historia de Portugal...*, o.c., vol.5, pag.231: «Casa das Rainhas»; e ainda BENEVIDES, Francisco da Fonseca - *Rainhas de Portugal. Estudo histórico...*, o.c., t.1, p.37, onde se explica que a partir de 25/1/1770 passou a Casa das Rainhas a ser administrada pelo Erário Régio, sendo as receitas integradas no Erário, e as despesas pagas segundo o determinado por decretos e ordens da Rainha.

29 HESPAÑA António Manuel *As vésperas do Leviathan...*, o.c., v.2, p.80.

30 Em 1764, foi passada uma carta de propriedade do cargo de Almojarife do pescado e direitos reais de Aveiro, e razões de Mira a João Rangel Varela de Quadros, de Aveiro, sendo o corregedor desta cidade a dar-lhe posse do dito cargo, como se vê em MADAHIL. A.G. da Rocha - *Milenário de Aveiro...*, o.c., vol.2, pag.593.

31 *Taboas Topograficas e Estatísticas de todas as Comarcas de Portugal, e das terras de cada huma em Ordem Alfabética Com a Povoação existente no Anno de 1801*, in «Subsídios para a Historia da Estatística em Portugal»..., o.c.

contornos das comarcas oscilam, as vilas, coutos e concelhos são um mosaico descontínuo, e sobretudo as unidades mais simples, as paróquias, dividem-se entre jurisdições, num «puzzle» difícil de reconstituir. Tentaremos assim estabelecer vários quadros que definam o espaço da Provedoria a vários níveis: comarcas, vilas e seu termo, dioceses e freguesias.

B — UNIDADES SENHORIAIS E DA COROA — A MANTA RETALHADA

C — AVEIRO: DE VILA (1580) A CIDADE (1759)

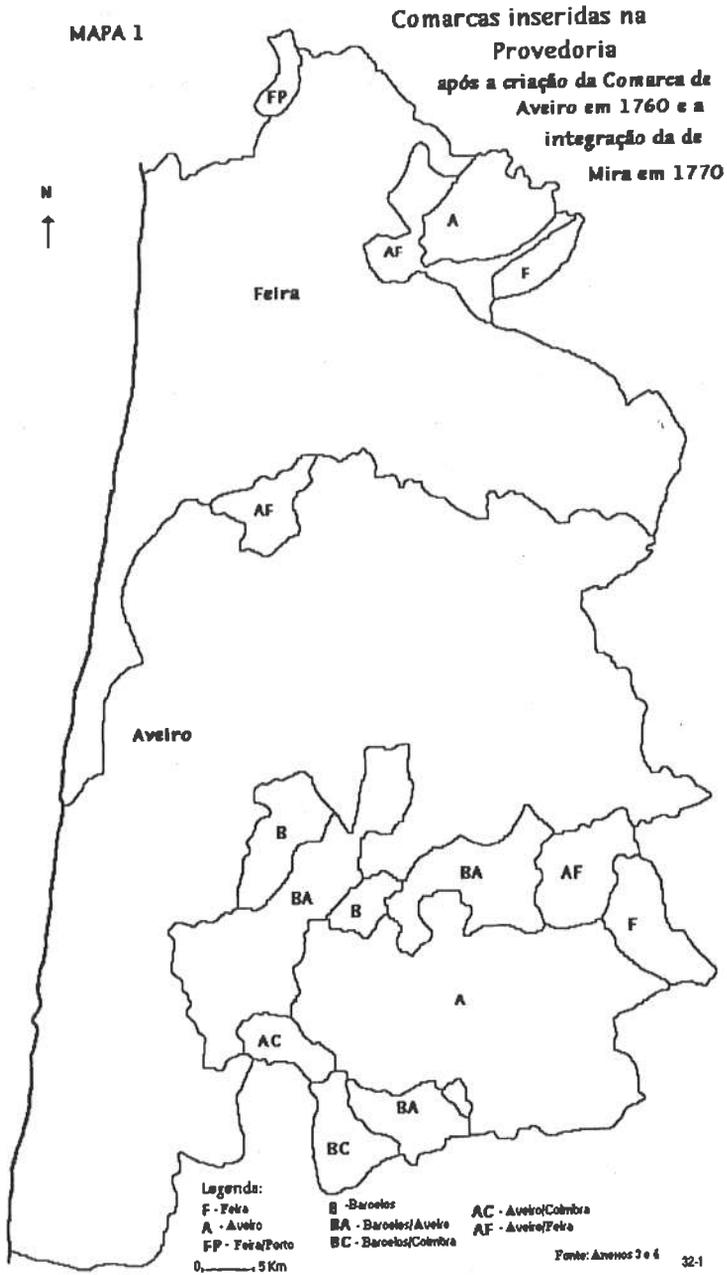
2 — QUADRO RELIGIOSO

O espaço da Provedoria abarcava 148 freguesias [ver mapa 11] distribuídas por várias Dioceses, cujos contornos evoluíram, ao longo do sec.XVIII. Vejamos.

F.E.U.C.
59-70

A — A CRIAÇÃO DA DIOCESE DE AVEIRO (1774)

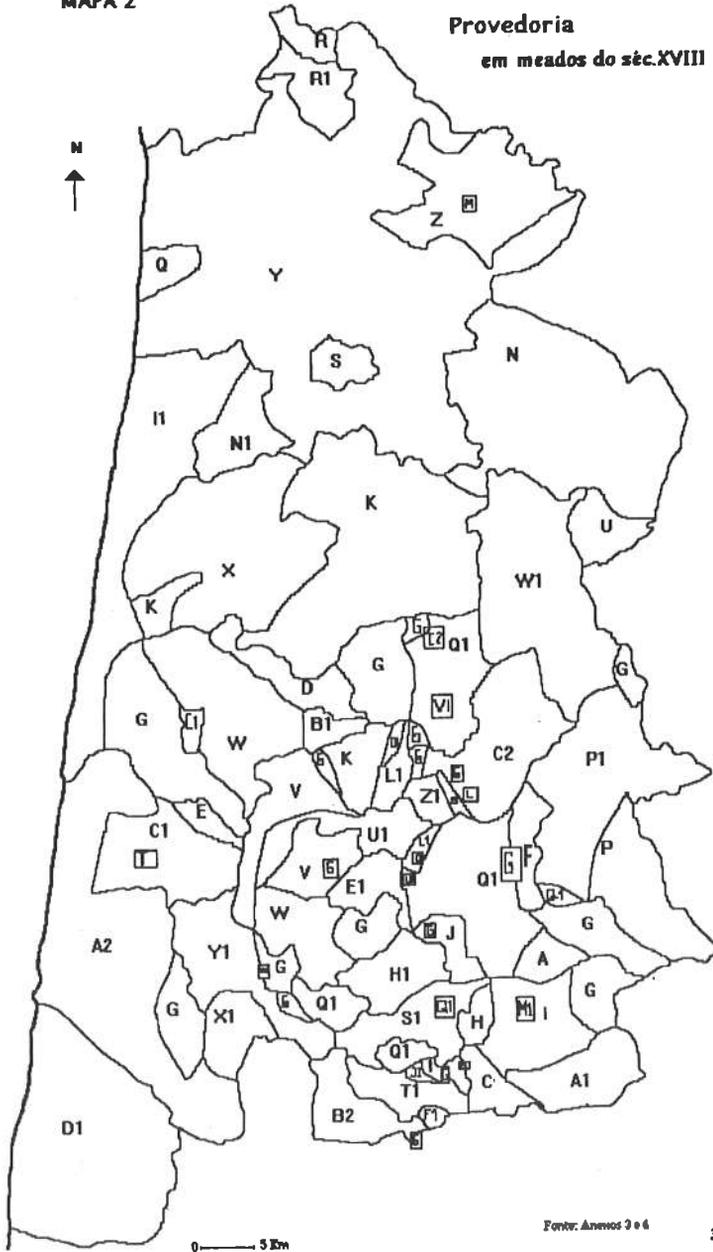
B — AS FREGUESIAS: REDE ANTIGA DE CRIAÇÃO CONTINUA



F.E.U.C.
59-70

MAPA 2

Terras inseridas na
Provedoria
em meados do séc.XVIII

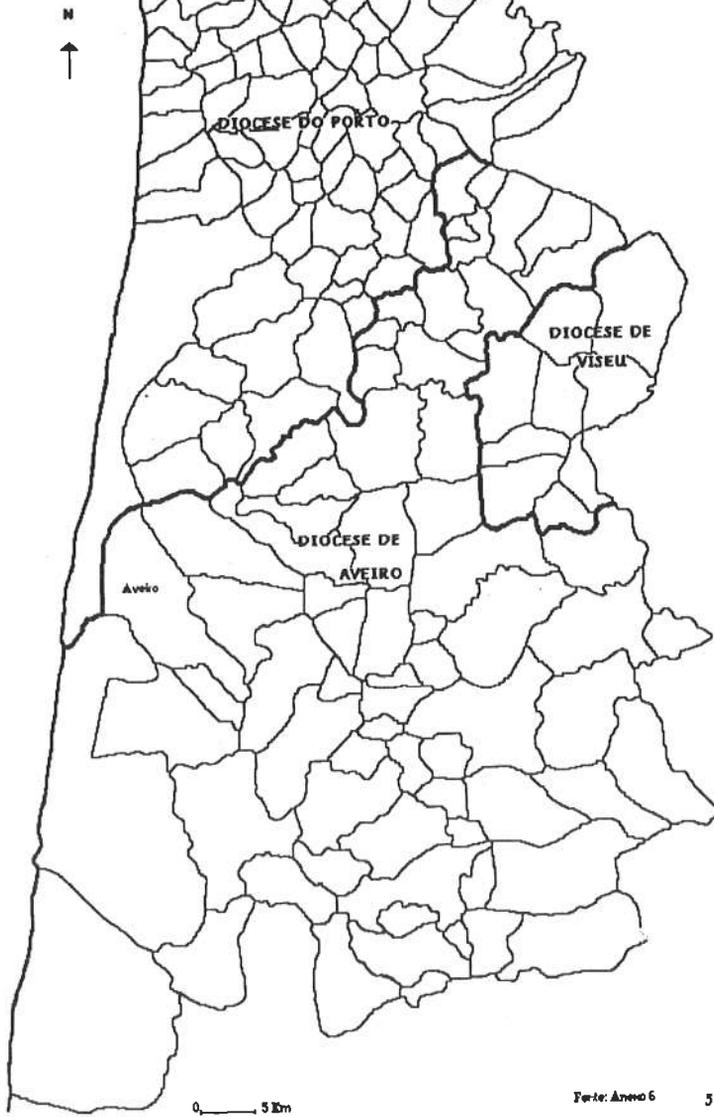


Fonte: Anuário 3 e 4

33-1

MAPA 12

Freguesias da Providoria
distribuídas por Dioceses
após a criação da Diocese
de Aveiro (1774)



F.E.U.C.
59-70

Forte: Anexo 6

53-2

OS CONGRESSOS REGIONAIS DAS BEIRAS E O REGIONALISMO EM PORTUGAL (1921-1940)

António Rafael Amaro

1. INTRODUÇÃO

F.E.U.C.
71-92

Numa fase em que a problemática em torno da regionalização do nosso país se tornou, de alguma forma, central na sociedade portuguesa, fazendo ressurgir, afinal, contraditórias paixões e antigos medos, ganham ainda mais relevo e importância todos os estudos que, de uma forma ou de outra, possam contribuir para o esclarecimento de como no passado, ainda que em contextos sociais e políticos diferentes, estas mesmas questões se colocaram. Bem sabemos que aquilo que hoje se propõe com a regionalização e muito diferente daquilo que no passado estava subjacente ao próprio conceito de regionalizar; todavia, sem que procuremos no passado qualquer legitimação abusiva de discursos e projectos do presente, não deixa de ser curioso, como veremos adiante, que muitos dos argumentos hoje utilizados, pró e contra uma maior descentralização do poder (que muitos tenderão a considerar novos!) tenham sido, afinal, utilizados em outros momentos históricos.

O período por nós privilegiado neste estudo — anos vinte e trinta do nosso século —, coincidente, e não por acaso, com a conhecida crise do liberalismo republicano e como todo o processo político e social que conduziu a queda da I República e a instauração do Estado

Novo, e talvez, pelas repercussões práticas que viria a ter na reforma administrativa de 1936 e pela riqueza social do explosivo caldo cultural que emergiu em torno do regionalismo, um dos mais importantes momentos para a compreensão e significado das manifestações regionalistas. Assistiu-se, então, em Portugal a um movimento regionalista—só aparentemente basista e espontâneo, mas de todo o modo não controlado pelos poderes centrais—sem precedentes. Os palcos preferenciais destas manifestações acabaram por ser os *Congressos Regionais*. Assumiram estes quase sempre um carácter de Assembleia Magna de toda uma Província (não obstante ser normalmente uma cidade capital de distrito a organizar o evento), aos quais nunca faltava uma importante pitada de pompa e circunstância, sem rival a nível regional. Com esta obediência da organização as tradicionais divisões provinciais, pretendiam os seus organizadores dar um importante sinal de procura de uma identidade supostamente perdida¹. E, deste modo, traziam, mais uma vez, para a ordem do dia a persistente e magna questão que sempre dividiu a sociedade portuguesa entre os que defendiam a extinção do distrito como órgão autárquico e aqueles que desde sempre viram nele a melhor forma de administração do país.

F.E.U.C.
71-92

É sabido como o movimento republicano, mesmo antes de ter atingido o poder, sempre defendeu, nas suas propostas programáticas, a divisão administrativa por províncias². Derrubada a monarquia, em 5 de Outubro de 1910, a maioria dos republicanos, pelos menos teoricamente, mantiveram-se fieis a esse propósito. Contudo, mal começaram as discussões sobre esta problemática, vieram mais uma vez ao de cima as tradicionais divisões entre os partidários da divisão provincial e os que defendiam a manutenção do distrito como órgão autárquico supra-municipal³. Alegavam estes em sua defesa que o distrito, não sendo uma solução óptima, acabou por criar raízes na sociedade portuguesa e que, dada a conflitualidade política então existente, não lhes parecia politicamente oportuno fazer qualquer modificação que pusesse em causa a divisão administrativa existente. Tanto mais que, durante a monarquia constitucional, argumentavam, tais tentativas levaram quase sempre a instabilidade política e mesmo a queda dos governos.

-
1. Segundo Amorim Girão (1933:3), os Congressos Regionais tiveram sempre um carácter provincial, excepção feita ao Congresso Ribatejano.
 2. Em 1894, o Partido Republicano confiou a José Jacinto Nunes a elaboração de um projecto de Código Administrativo no qual se previa a substituição do distrito pela província.
 3. Para um melhor acompanhamento em torno desta polémica, ver (Santos, 1985: 116-120).

Com estes e outros argumentos, lá se foi adiando a aprovação de um novo Código Administrativo, acabando por permanecer o esquema de divisão distrital do nosso território⁴. E, deste modo, mantiveram-se praticamente incólumes os distritos, sem qualquer modificação de vulto, entre 1836 e 1936⁵.

A I República, nestas como em outras matérias, que não vem agora ao caso, acabou por demonstrar uma iniludível falta de coragem política para efectuar mudanças de carácter mais estrutural. Fraqueza veementemente explorada nos *Congressos Regionais e Municipais*, como o comprovam os comentários de Eloy Amaral, aquando do *Congresso Nacional Municipalista de 1922*: «O novo regime, proclamado em 5 de Outubro de 1910 não reorganizou administrativamente o país como devia. (...) Não criou ...sequer um Estado Republicano. Na essência tudo ficou como estava: a mesma centralização; a mesma dominação das províncias pelo Terreiro do paço; as mesmas intrigas... e os mesmos processos de caciquismo. A descentralização administrativa tem servido aos nossos dirigentes apenas como enfeite oratório» (cit. por Santos, 1985: 120).

Temos assim que o novo regime republicano, ao mostrar-se incapaz de elaborar um novo Código Administrativo que dividisse o espaço económico nacional, criando órgãos autárquicos supramunicipais, num sentido mais moderno e descentralizador, acabaria por frustrar muitas das expectativas criadas a este respeito, tanto nos seus adversários políticos como nos apoiantes tradicionais da jovem República. De relevante quanto a esta matéria, como referiu César Oliveira num estudo recente, apenas a criação de sete novos concelhos. Em tudo o mais manteve-se a divisão político-administrativa do constitucionalismo monárquico no contexto de uma prática política jacobina, onde o poder central continuou a tutelar, de facto, o poder local e as autarquias (Oliveira 1996: 264).

F.E.U.C.
71-92

4. o Senado, depois de intensa polémica a volta do distrito e da província como órgão supra municipal, acabou por aprovar, em Junho de 1914, um novo Código que dividia o país em províncias, mantendo, no entanto, os distritos como órgão intermédio. Este Código não viria ser publicado por não ter merecido concordância da Câmara dos Deputados. E, desta forma, os distritos mantiveram-se incólumes durante a República, gorando por completo muitas das expectativas dos defensores da divisão administrativa provincial.
5. Sobre esta experiência secular de codificação administrativa, cf (Marcello, 1935)

Neste quadro de desalento pelo não cumprimento de expectativas criadas, não nos admirara, por certo, que os *Congressos Regionais* acabassem por ser um dos centros onde, de alguma forma, se viria a reflectir a revolta e o desencanto da «Província», perante um poder que muito prometeu mas que pouco fez. Era este, por exemplo, o sentimento de Jaime Lopes Dias⁶, secretário do governo Civil de Castelo Branco e grande entusiasta dos congressos e do movimento regionalista, quando, em Fevereiro de 1926, escreveu: «Não obstante o art.: 85 da Constituição, alínea (b) que atribui ao primeiro Congresso da República o dever de elaborar o Código Administrativo, continuamos ainda hoje em magna confusão, com a administração subordinada a três retalhos de códigos: o de 1896 em matéria contenciosa, ainda que modificado por varia legislação dispersa; o de 1878 para os magistrados administrativos e a lei n.º 88 sobre atribuições e funcionamento dos corpos administrativos alterada e modificada, entre outras, pelas leis n.º 621, de 23 de Junho de 1916 e 1453 de 26 de Julho de 1923»⁷ E, perante tamanha confusão, o mesmo autor, mais adiante, não deixa de advertir os responsáveis políticos para a urgência de nova legislação, condição, a seu ver, «indispensável para o prestígio do regime» e «para o regular funcionamento da vida nacional»⁸

F.E.U.C.
71-92

Acompanhar, portanto, mais de perto o alcance e significado dos *Congressos Regionais* — pelo simbolismo que a organização destes eventos comportava, pelo sentimento de pertença e de poder que as regiões que neles participavam viviam, pelos rituais de identidade regional que estas reuniões magnas ofereciam e naturalmente pelos estudos e teses aí apresentadas — parece-nos ser um importante caminho para a compreensão do regionalismo, nos anos vinte e trinta. Pena e que nem sempre seja fácil o acesso à documentação aí produzida. Já que, dos *Congressos Regionais*, restam-nos apenas, na melhor das hipóteses, algumas das suas actas, compiladas e publicadas, por vezes, alguns anos depois. Para além destas fontes, poderão confrontar-se algumas teses individuais dispersas, quase sempre publicadas pelo próprio autor, com divulgação muito reduzida. Restam ainda, como com-

6. Jaime Lopes Dias foi socio fundador da Associação *Acção Regional* de Castelo Branco, fundada em 18 de Março de 1922, e viria a pertencer à comissão que, por Portaria de 17 de Outubro de 1930 ficou encarregada de proceder à remodelação provincial do país que viria a servir de base à divisão administrativa de 1936.

7. *Acção Regional*, n.º 60, 4 de Fevereiro de 1926

8 *Idem, ibidem.*

plemento importante, as referências feitas ao acontecimento nos jornais nacionais e regionais que, apesar de se ficarem muitas vezes pelo que é exterior aos congressos e menos com o seu conteúdo programático, acabam por ser fontes imprescindíveis para a compreensão do impacte nacional e regional destes eventos. Tarefa, neste caso, facilitada pelos próprios organizadores dos congressos que, conscientes da importância que tinham as notícias sobre o evento, acabavam por publicar, quase sempre no final das actas, as principais apreciações que os vários órgãos de informação escrita faziam.

Serão estas, portanto, as principais fontes deste nosso estudo, sobre a problemática do regionalismo. Todavia, razões que se prendem com investigações que temos em curso — a preparação de uma tese de doutoramento sobre a Economia e o Desenvolvimento da Beira Alta na primeira metade do nosso século —, aliadas a uma maior disponibilidade de fontes sobre os congressos regionais beirões, levaram-nos a tomar especialmente em linha de conta os congressos realizados na antiga «Província da Beira». Tal facto, assim pensamos, não nos impedira de podermos generalizar o essencial desta problemática ao todo nacional. Pois, aquilo que de mais importante se passou nos congressos regionais das beiras, não difere muito, a não ser no que diz respeito a problemáticas estritamente regionais, do que entretanto se ia passando no país, em relação ao movimento regionalista.

F.E.U.C.
71-92

O movimento regionalista que aqui tratamos acaba, naturalmente, por estar intimamente ligado com a evolução política e económica de Portugal no primeiro terço deste século e, necessariamente também, com as próprias mudanças nas relações económicas internacionais entre os centros mais importantes e os países periféricos. Aliás, esta leitura menos localista deste fenómeno não escapou a Amorim Girão, também ele beirão e verdadeiramente empenhado na causa regional, que, no seu livro *Esboço duma Carta Regional de Portugal*, lembrou estar o regionalismo «na ordem do dia em todos os países, se bem que manifestando-se diversamente na forma por que se procura obter a sua realização prática»⁹. Emergindo este, no seu entender, como uma «consequência lógica duma

9 Amorim Girão apresenta os exemplos de dois casos extremos: Inglaterra e Espanha, de um lado, e França de outro. Em França que, aliás, merece a sua simpatia, o movimento regionalista procurava reatar a tradição quebrada pela revolução de 1789 e procurava dividir o país em grandes regiões económicas; enquanto que nos outros dois países referidos, com o regionalismo Irlandês e Catalão se caminhava para o separatismo, não evitando estes manifestarem-se por processos violentos (1933.1)

revolução económica que impõe a especialização da produção como necessidade imperiosa da hora que passa» (Girão 1933: 1-4).

A Província da Beira — una e indivisível, como gostavam de lembrar os seus congressistas e que, no seus entenderes, designou em todos os tempos o território que na altura compreendia os distritos de Aveiro, Coimbra, Castelo Branco, Guarda e Viseu — foi, entre as províncias do país, aquela que mais *Congressos Regionais* realizou: nada menos que sete encontros, entre 1921 e 1940¹⁰. E com uma particularidade singular — ter efectuado cinco reuniões no espaço temporal que vai de 1921 a 1932: o primeiro em Viseu (1921), o segundo em Coimbra (1922), o terceiro em Aveiro (1928), o quarto em Castelo Branco (1929) e o quinto congresso na Figueira da Foz (1932). Como se pode verificar, apenas a cidade da Guarda faltou à chamada, nesta roda pelas capitais de distrito, sendo substituída pela Figueira da Foz. Tal facto ficou a dever-se às reservas desde sempre levantadas pelos egitanenses quanto à falta de solidariedade demonstrada pelos congressos beirões, em relação às suas pretensões de não ficarem subordinados administrativamente a Viseu, como de facto veio a acontecer, com a criação da Beira Alta, em 1936. O amuo por parte da cidade da Guarda só terminou alguns anos mais tarde, em 1942, realizando então esta o seu congresso beirão, num contexto político e social completamente diferente¹¹.

Ainda que não existam, tanto quanto sabemos, publicadas as actas dos sete congressos beirões que se realizaram entre 1921 e 1940 — do nosso conhecimento, apenas existem publicadas as actas completas referentes ao segundo congresso¹², publicadas em 1922, ao terceiro¹³,

F.E.U.C.
71-92

-
- 10 Para além das beiras, também Tras-os-Montes realizou o seu primeiro congresso em 1920, o Ribatejo realizou o seu congresso em Santarém, em 1923 e o Algarve também conheceu um evento do mesmo género, em 1915. Isto para já não referimos o importante *Congresso Nacionalista Municipalista* de 1922.
- 11 A cidade da Guarda, depois de algumas vicissitudes e amuos que ainda vinham do seu manifesto desacordo quanto ao processo de divisão administrativa em Províncias que acabou por subordinar a Guarda a Viseu, acabou por aceitar realizar, em 1942, o *VIII congresso Beirão*. Isto, depois de Coimbra ter realizado o *VI Congresso*, em 1936, pela segunda vez, o mesmo acontecendo com Viseu que organizou o VII, em 1940. o *IX Congresso* vinha realizar-se em 1953 e o seguinte em 1965. Deste último, chegaram até nós as respectivas actas, publicadas no *Arquivo Coimbrão*, volumes XXI-XXII, Coimbra, 1967.
12. As conclusões do *II Congresso Beirão* foram publicadas em cinco *Boletins* e reunidos em *Centro de Portugal—Album Ilustrado—Riquezas da Beira*, Coimbra, Coimbra Editora, 1922.
13. Ver O *III Congresso Regional das Beiras (Congresso de Aveiro). Relatório. Teses. Votos* (org. Francisco Ferreira Neves), Vila-Nova-de-Famalicao, Tipografia Minerva, 1928.

publicadas em 1928, ao quarto¹⁴, publicadas em 1931 e ao quinto¹⁵, publicadas em 1948, dezasseis anos depois, portanto, da sua realização — as informações disponíveis que conseguimos, sobretudo sobre os cinco primeiros, permitem-nos levar por diante algumas interpretações que desenvolveremos de seguida:

- a) O movimento regionalista foi desde o seu início um conceito vago e impreciso, onde cabiam antigas teses municipalistas, regionalistas, anti-republicanos e republicanos convictos, sem uma orientação política definida: unia — o, sobretudo na sua fase mais combativa (1920-1932), o sentimento de abandono da «Província» face a Lisboa.
- c) O regionalismo teve o seu período mais activo e reivindicativo entre os finais dos anos vinte e o período que antecede a institucionalização do Estado Novo; após esta fase tende a perder o seu cariz mais contestatário e passa progressivamente a incorporar no seu discurso a cultura nacionalista e corporativa dominante, deixando cair totalmente a sua bandeira mais combativa e descentralizadora.

F.E.U.C.
71-92

2. A EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO REGIONALISTA

Não deixa de ser curioso que Amorim Girão, num dos seus mais influentes e importantes livros, *Esboço de duma Carta Regional de Portugal*, com segunda edição em 1933, abrisse o seu estudo com uma pergunta: «Como deve entender-se o regionalismo»? Observador atento e empenhado nesta causa, cedo percebeu que o regionalismo que se manifestava em Portugal, não podia ser visto como algo de sentimental e passadista, reflectindo unicamente o amor à região natal e muito menos poderia ser reduzido a um simples ressurgir da tradicional luta Província/Distrito (Girão, 1933: 2-12). Entendia, pelo contrario, que de alguma forma o que se passava em Portugal não diferia muito de movimentos semelhantes na Europa e que, no fundo, estava ligado com a

-
14. Ver IV Congresso e Exposição Regional das Beiras. Relatório. Sessões. Teses. Exposição. Imprensa (org. Jaime Lopes Dias), Vila Nova de Famalicão, Tipografia Minerva, 1931.
 15. Ver V Congresso Regional das Beiras. Organização, Festas, Sessões, Teses (org. Jaime Lopes Dias), Vila Nova de Famalicão, Minerva, 1948.

necessidade que os países passaram a ter de se organizarem em termos económicos para responderem a uma cada vez maior divisão internacional do trabalho, que tornou imperiosa uma mais intensa especialização da produção. Era, no fim de contas, uma resposta da sociedade às transformações do capitalismo no mundo, sobretudo após a I Guerra Mundial.

Reconhecia, ainda, o mesmo autor que o fenómeno do regionalismo era animado pela progressiva tomada de consciência da periferia, em relação ao abandono a que era votada pelo poder central: era, no seu entender, «Portugal tomando consciência de que é mais alguma coisa do que Lisboa, a tentar descongestionar-se por forma que as suas diversas regiões, recuperando a antiga vitalidade, possam opor-se à aglomeração da capital, impedindo que esta continui exercendo a atracção exagerada que tem exercido sobre todas as inteligências, actividades e interesses da populações provinciais» (*Idem:4*).

De facto, a vitalidade e unidade reivindicativa que assumiram os *Congressos Regionais*, só foram possíveis porque a falta de uma orientação política definida que sempre caracterizou o movimento regionalista acabou por ser compensada por uma ideologia, embora difusa, contestataria do sistema de mediação política entre Lisboa e a «Província». Contestação que não se conformava, como sintetizou recentemente João Serra, com o abandono a que era votada a periferia por um centro que se mostrava incapaz de criar mecanismos que atenuassem a crise económica e de representação política que então se vivia. (Serra, 1996: 278).

É sabido como o liberalismo republicano não encontrou mecanismos políticos e sociais capazes de compensarem as inevitáveis consequências de qualquer tentativa de modernização, acabando por sofrer politicamente o reflexo dessa mesma crise social, de que o movimento de contestação regionalista é parte importante. Decorrendo daqui a necessidade de explicar a emergência do regionalismo na sociedade portuguesa, na década de 20, a partir do próprio modelo de desenvolvimento dualista do nosso país, o qual, inevitavelmente, cavou «linhas de fractura entre os sectores modernizantes e tradicionais e, por arrastamento, entre o campo e a cidade» (Pais, 1987:141).

Os avisos sobre as consequências sociais do modelo de desenvolvimento seguido em Portugal, que, naturalmente, punha em causa tradici-

onais equilíbrios sociais, bem como a falta de estruturas de mediação política que servissem de almofada a inevitável modernização económica do país e que derivou naquilo que, alguns já chamaram de revolta da «Província», eram bem visíveis nos congressos regionais. No *Segundo Congresso Regional das Beiras*, realizado em Coimbra (1922) — perante uma plateia de convidados onde se contavam ministros de um governo democrático, deputados dos diversos partidos, governadores civis, etc.—, o representante da Covilhã, resumiu assim o sentimento do Portugal profundo: «A política centralizadora do Terreiro do Paço caíu de norte a sul numa irrespirável atmosfera de descrença. Os interesses dos partidos, as aspirações dos políticos, tantas vezes exclusivamente pessoais, não se harmonizam com as necessidades urgentes do País, e por via de regra fazem esquecer e abandonar a província que trabalha e produz».¹⁶ E, mais adiante, atacando de frente os vícios do sistema jacobino, que, no seu entender, giravam em torno «do Terreiro do Paço, gabinetes ministeriais e directórios dos partidos», lamentava-se pelo facto de qualquer projecto de fomento precisar, para ser aprovado, da protecção de um influente político; pois, caso contrário, arrastar-se-ia «tempos infinitos através de mil formalidades burocráticas»¹⁷.

F.E.U.C.
71-92

De igual revolta se lamentava três anos depois o hebdomadario *Acção Regional*, que alertava para o facto da «Província» ainda não «estar farta de eleger deputados que não conhece e que a não conhecem»¹⁸. Pois, se caso todos «os que dispõem dos votos, colocassem os interesses da terra acima da política das facções, não haveria tanta incurria nem o país que é principalmente constituído pela província estaria submetido a uma escassa meia dúzia de mandarins»¹⁹. Alguns meses depois, o mesmo jornal voltava a não deixar cair o assunto, lançando a seguinte pergunta: «Os deputados e os vereadores são eleitos com os votos populares?». A resposta não parecia difícil ao articulista: «Não. Quem elege são os caciques e os delegados do governo. O povo deita na urna as listas que lhe impingem sem querer saber em quem votou»²⁰.

16 Boletim n.º 4, p. 10 (Centro de Portugal—Album Ilustrado—Riquezas da Beira. Colecção dos cinco números do Boletim do segundo Congresso Beirão, realizado em Coimbra, em Julho de 1922).

17 Idem, ibidem.

18 *Acção Regional*, n.º 45, 15 de Outubro de 1925

19 Idem, ibidem.

20 Idem, n.º 50, 26 de Novembro de 1925

Não ficam, portanto, dúvidas de que, à medida que se avançava na década de 20, aumentava também a desconfiança no sistema político. Um pouco como uma bola de neve, este sentimento acabou por alastrar pelo conjunto do país. E assim sendo, como tudo parece indicar, a crescente desconfiança no regime, por parte da «Província», acabou por ser um dos factores mais importantes para a descrença na I República, criando por sua vez as condições políticas e sociais para a emergência de novos actores locais. Novas elites que, declaradamente, hostilizavam a forma como os republicanos conduziam a política do país e que viriam a revelar-se importantes apoiantes locais da viragem política que se seguiu a ditadura de 28 de Maio de 1926. Pugnaram sempre estes novos actores locais por uma outra forma de mediação política, entre o centro e a periferia, criticando severamente a forma como esta se fazia pelos partidos do sistema. E, com esta postura, acabaram por granjear prestígio e poder local, não admirando, por isso, que os encontremos na primeira linha do movimento regionalista²¹.

Faltam, é certo, estudos regionais em qualidade e quantidade que confirmem totalmente esta tese; contudo, podemos dizer que esta interpretação encontra alguma confirmação na forma como se movimentaram politicamente as elites locais da cidade de Castelo Branco. Seguindo o exemplo de outras cidades do país, em 18 de Março de 1922, alguns influentes locais — advogados, médicos, professores e mesmo o Secretário Geral do Governo Civil, Jaime Lopes Dias (este, para além, de grande impulsionador da causa regionalista, viria a fazer parte da Comissão que, em 1930, elaborou o projecto de *Remodelação Provincial* que serviu de base à divisão em Províncias inscrita no Código Administrativo de 1936), todos residentes em Castelo Branco, conforme exigiam os Estatutos — agrupam-se em torno de uma Associação, sugestivamente denominada *Acção Regional*. Como também era costume noutros pontos do país, autoproclama-se como totalmente independente dos partidos, afirmando-se composta de «elementos moderados, com ideias políticas diferentes»²².

21. Para um melhor acompanhamento deste fenómeno, cf. (Serra, 1996: 272-279); (Rosmaninho, 1993).

22. Da acção Regional ao IV Congresso Beirão, Vila Nova de Famalição, Tipografia de Minerva, 1929, p. VI [Trata-se de um conjunto de teses, depois reunidas e publicadas, que o grupo Acção Regional apresentou ao IV Congresso Regional das Beiras, realizado em Castelo Branco, em 1929.

Tinham como lema servir os interesses da região, pautando toda a sua acção pela defesa desta.

A prova da aceitação que este tipo de associações tinha junto das populações não obstante serem frequentes as queixas, por parte dos membros da *Acção Regional*, de viverem uma «vida obscura e incerta»; «devido ao ambiente de desconfiança por parte de alguns e de franca hostilidade da parte de muitos»²³ — está no facto de o número de associados não parar de aumentar, durante a década de 20. Como resultado, em 1924 sai o primeiro número do hebdomadario *Acção Regional*, órgão oficial da Associação com o mesmo nome. Este facto, refere Pires Bento, director do periódico *Acção Regional* e um dos seus principais ideólogos²⁴, faz crescer a contestação a acção do grupo. As críticas vinham, sobretudo, referia o militante regionalista, da parte «dos partidos extremos — democráticos e monárquicos — e de outros «cuja animadversão» não se compreendia claramente²⁵.

Afirmam-se, portanto, estas elites locais e regionais pela sua independência em relação aos partidos e propõem-se, como causa primeira, «libertar a administração das imposições da política, [e] subtrair a administração da causa pública ao domínio nefasto do partidarismo»²⁶. Isto não significava, diziam no Editorial do primeiro número da *Acção Regional*, que fossem contra os partidos — «A causa dos partidos é dos partidos; eles que a sustentem como entenderem. A causa da administração é de todos; por esta é que nos combatemos»²⁷.

Para além do que já referimos quanto à realidade local que, afinal, esteve subjacente ao emergir do regionalismo, gostaríamos de referir aqui um outro dado importante. Referimo-nos à estratégia discursiva adoptada por estas elites locais, a qual, como veremos adiante, acabou por dar ao regionalismo uma das suas facetas mais consistentes e reivindicativas. Trata-se de um discurso que põe em causa, sobretudo, a tradi-

F.E.U.C.
71-92

23 *Idem, ibidem, p.V.*

24 Pires Bento, para além de principal ideólogo do Grupo Acção Regional, foi também autor do livro *A Questão Municipal* (subsídio para a Reforma Administrativa), Castelo Branco, 1928. Para além de advogado, foi também governador civil de Beja (1898), presidente da Câmara de Castelo Branco (1901-1907) (Cf. César Oliveira, 1996: 303).

25 *Idem, ibidem, p. VI.*

26. *Acção Regional*, nº 1, 11 de Dezembro de 1924.

27. *Idem, ibidem.*

cional mediação partidária, entre o centro e a periferia, e que dá ao conceito regionalista um cunho mais politizado e descentralizador. A propósito, detenhamo-nos um pouco na mensagem política da já referida *Acção Regional*: «Muita gente vê como nós — referia um dos seus articulistas, em Maio de 1925 —, que os corpos administrativos não produzem nada de útil, mas podiam, reorganizado e bem dirigidos, prestar importantes serviços, auxiliando ao mesmo tempo a causa do bem estar nacional»²⁸. Para isso, reforçava mais adiante o mesmo jornal, «a acção a exercer deve ter a sua base no município», mas «sendo a circunscrição municipal um campo demasiado restrito», toda a organização regional a empreender teria de passar pela «personificação num organismo regional, que fosse a representação superior da Província»²⁹.

Um ano depois, sensivelmente, o mesmo jornal lamentava ainda as limitações do movimento regionalista, sobretudo a sua falta de orientação política, pugnando por uma outra atitude face ao poder. Defendia, então, que o regionalismo não podia continuar a ser apenas uma forma de pedir mais melhoramentos aos governos: «O nosso ideal de regionalista [referia o articulista consiste em formar o Município autónomo (...)]. Ao Estado não se pedem favores porque o Estado não pode fazer favores sem cometer injustiças. As necessidades locais, as necessidades próprias da região e a região que por si mesma deve procurar satisfazê-las»³⁰. E, para que não ficassem dúvidas sobre os objectivos perseguidos pela *Acção Regional*, concluía o mesmo articulista: «Este é o regionalismo que nós defendemos, é o regionalismo que enobrece a região, engrandecendo-a perante o Estado»³¹.

Este discurso mais politizado sobre o que devia ser o movimento regionalista, bem vivo e actuante até 1933, acabou por eclipsar-se na presença de um Estado forte e autoritário. Acabando, após esta data, por manifestar muitas das contradições e ambiguidades da sua emergência. Evoluindo, como o mostraram os sucessivos congressos beirões dos finais dos anos trinta e quarenta, para manifestações ritualizadas de discussão de problemas regionais, vergando-se nitidamente ao Estado Novo e esquecendo totalmente a sua faceta descentralizadora. Em face desta evolução, poderá perguntar-se: o que era afinal o regionalismo?

28 *Idem, ibidem*, nº 22, 7 de Maio de 1925.

29 *Idem, ibidem*.

30 *Idem*, nº 68, 8 de Abril de 1926.

31 *Idem, ibidem*.

3. O QUE ERA AFINAL O REGIONALISMO?

A resposta a esta questão implica, necessariamente, a divisão do regionalismo em dois períodos: tudo aquilo que ele representou até 1933 e naquilo que se veio a transformar depois desta data. Ou seja: tudo mudou após a institucionalização político jurídica do Estado Novo, altura em que o regionalismo perde a sua combatividade e espontaneidade inicial, acabando por, progressivamente, tender para a sua institucionalização nas *Casas de Província*, situadas na capital, e para uma integração colaborante e pacífica nos principais valores e objectivos do Estado Novo. Não deixa, por isso, de ser sintomático que o *Boletim da Casa das Beiras* encete uma autêntica cruzada no sentido de reescrever a história do movimento regionalista, fazendo remontar as suas origens a 1911 e caracterizando-o, na sua raiz, «como a primeira expressão, mais simples e basilar, do Nacionalismo»³². Alguns anos mais tarde (1941), ainda o mesmo órgão considerava a emergência do regionalismo «espontânea», brotando «do próprio instinto de defesa dos valores morais em perigo», sobretudo «numa Pátria sacudida por um prolongado referver de egoísmos e paixões que não davam quartel às aspirações de paz, regeneração e progresso do Povo Português»³³.

Claramente interessado em colaborar e em merecer as boas graças do Estado Novo, o regionalismo organizado acabou por cair naquilo que, em 1930, Amorim Girão acertadamente negava que ele fosse: «um esforço sentimental feito no sentido de fazer reviver as lembranças do passado»; ou ainda somente o amor da região natal com as suas paisagens, as suas tradições, os seus costumes característicos» (Girão, 1933: 3-4). De facto, o movimento regionalista que se desenvolveu em Portugal na década de 20, tinha objectivos bem mais ambiciosos. De tal forma que não concordamos com César Oliveira quando, a este propósito, escreveu — na importante obra que dirigiu recentemente sobre a *Historia dos Municípios e Poder Local* (1996:495) — que Amorim Girão confundia *Regionalismo* com *Regionalização*. Não nos parece que fosse exactamente isso: o que se passa e que a definição actual que César Oliveira faz de *regionalismo* (aliás, como de *regionalização*) como «a defesa da região onde se nasceu, com a projecção num espaço nacional dos valores, dos interesses e da cultura de parte do seu territó-

F.E.U.C.
71-92

32 Boletim da Casa das Beiras, nº 1, Abril de 1936, p. 10.

33 Idem, II Série, ano VII, nº 24, 1941, p.2.

rio» (*idem*), se bem que operatória para aquilo em que acabou por derivar a realidade e o conceito, não corresponde totalmente ao que então se entendia ele representar. Esta pequena *nuance*, que implica uma análise diacrónica e sincrónica da evolução do conceito, não deve ser entendida como um mero preciosismo; pois, na evolução que o conceito teve, está uma das chaves para que possamos compreender as manifestações regionalistas, antes e depois da institucionalização do Estado Novo.

Até 1933, o sentimento de defesa da sua região, o amor ao seu torrão natal e às suas paisagens e tradições está naturalmente presente, mas, contudo, aquilo que dava força e animava sobremaneira o movimento regionalista era a necessidade que a *província* sentia de uma descentralização efectiva do poder. Não nos podemos esquecer, como refere José António Santos, que no centro das discussões dos principais activistas do regionalismo esteve sempre a «promoção da descentralização, [o] fortalecimento dos órgãos autárquicos (em particular dos municípios) [a] instituição da autarquia provincial e abolição dos governadores civis, administradores de concelho e regedores de freguesia, conduzidas sob o lema «negar a descentralização e negar a liberdade» (Santos, 1985: 120).

F.E.U.C.
71-92

Tendo em conta esta realidade, o que temos nesta fase e aquilo que ousaríamos designar de *regionalismo descentralizador*, onde cabiam as velhas aspirações municipalistas oitocentistas, reactualizadas pelo movimento. Aliás, esta junção entre dois conceitos que não se devem confundir, esteve na base de uma certa inconsistência teórica do movimento regionalista. Orientação indefinida e ambígua que não escaparia a um dos mais activos e esclarecidos militantes do regionalismo beirão, Manuel Pires Bento, que, numa tese apresentada ao IV *Congresso Regional* de Castelo Branco (1929), intitulada *Regionalismo (a minha interpretação)*, deixa claro que «O pensamento regionalista não está esclarecido» (Bento, 1929:3). E, a propósito, refere que foi precisamente esta falta de esclarecimento que levou o reitor da Universidade de Coimbra, António Luis Gomes, na 2ª Sessão de trabalhos do *Congresso Regional das Beiras*, realizado em Coimbra (1922), a propor a necessidade de se formar uma comissão para definir o que se deveria entender por regionalismo. Ideia prontamente aceite pelo congresso que acabou por nomear uma comissão de cinco nomes—ainda

que, tanto quanto sabemos, sem grandes resultados práticos — para se encarregarem de definir o referido conceito. Ora, concluía Pires Bento, a necessidade de nomear uma comissão para definir o conceito só provava a confusão que então reinava em torno dele.

Havia, assim, nos finais da década de 20, três formas de entender o regionalismo. E é o próprio Pires Bento que assim as caracteriza:

- 1) Para alguns, o regionalismo pouco mais seria do que a defesa do «seu torrão natal»; ser regionalista era, portanto, ser amigo da sua terra;
- 2) Para outros, o regionalismo resumia-se ao «sistema pelo qual os homens das diferentes províncias são levados «a reunir-se em assembleias com o fim de discutir os problemas, que a cada região interessam, para em seguida solicitarem dos governos a solução prática aos problemas estudados»;
- 3) Por último, e o autor cita uma tese de Correia Monteiro, proferida, em 1922, no Congresso regional de Coimbra, «o Regionalismo é um movimento político, destinado a reclamar uma descentralização do poder» (*idem*: 5).

F.E.U.C.
71-92

É evidente a preferência de Pires Bento por esta última corrente. E, neste sentido, esclarece que a primeira forma de entender o regionalismo era muito simples, mas não significava nada. Aliás, acrescenta, tal doutrina não teria adversários; pois não havia quem não gostasse da sua terra.

Quanto à segunda, o sistema parecia-lhe «vago nos intuitos e contraditória nos processos» (*idem*: 6).

Ora, por este facto, não admira que este militante regionalista, claramente adepto de um regionalismo mais combativo e empenhado na descentralização do poder, considerasse que reinava grande confusão em torno do que se pretendia com a organização dos congressos regionalistas. Pois, se para todos parecia evidente que o regionalismo nasceu «da desconfiança contra os poderes do Estado e contra as administrações locais» ele só pode «ser interpretado como um movimento instintivo contra o absolutismo moderno, chamado centralização». E, neste caso, «os soldados desta nova cruzada deveriam declarar a guerra ao existente, inserindo no seu programa a abolição pura e simples dos órgãos da governação pública ou, quando menos, deveriam preconizar

reformas destinadas a corrigir os defeitos de que esses organismos enfermam» (*idem*: 6). No entanto, não era isto que acontecia (e daí a contradição do movimento): «o que vemos é que os Congressos Regionais, se para estudar os problemas contam consigo próprios, para realizações só pensam em recorrer aos governos, não dispensando o patrocínio dos deputados» *idem*: 7).

Importa talvez lembrar que Pires Bento escrevia três anos depois do derrube da I República; não se trata, portanto, aqui de um mero discurso conjuntural com fins políticos imediatos, ou anti-republicanos. Quando muito há aqui uma intenção clara de não deixar morrer esta concepção descentralizadora, numa altura em que a ditadura ainda não se tinha definido politicamente e, também ela, dava mostras de não querer ir por aí. A mesma preocupação revelava Hipólito Raposo que, escrevendo na mesma altura, na *Acção Regional* (número comemorativo do IV Congresso Regional das Beiras (1929)), lembrava que «A vitalidade e a justiça das aspirações regionalistas» estavam a oferecer «a quem governa ou vier a governar, preciosas indicações para reforma orgânica do Estado»³⁴. E, mais adiante, sublinha: «O Regionalismo vai traduzindo uma correcção e um protesto contra um século de centralismo desordenado e opressor, em que as vozes da Província se abafaram no tumulto valioso e tantas vezes sanguinário das urnas eleitorais»³⁵.

Descontando agora a colocação estratégica das vozes integralistas, numa fase crucial da ditadura, não se nos oferecem dúvidas de que há aqui como que uma tentativa desesperada de não deixar morrer a faceta mais combativa e descentralizadora do movimento regionalista. E havia todas as razões para preocupações; o canto de sereia que havia de ligar o regionalismo ao nacionalismo já se fazia ouvir e dava mostras de fazer calar os que pretenderam fazer dele um projecto descentralizador. E não pensamos que eram apenas os integralistas que se mostravam interessados em manter viva a chama da descentralização, também muitos republicanos abraçaram a causa do regionalismo, fazendo jus a uma memória política que sempre esteve ligada a um Estado descentralizador, ainda que este ideário tivesse sido contrariado, na prática, pela supremacia jacobinista dos seus dirigentes.

34 *Acção Regional* (número especial dedicado ao IV Congresso Regional das Beiras), Castelo Branco, 16 de Junho de 1929.

35 *Idem*, *ibidem*.

Contudo, à medida que se caminha para a institucionalização do Estado Novo, sabidamente pouco receptivo, como já referimos, a movimentos que manifestassem qualquer ponta de independência, o discurso regionalista muda claramente. Assim, basta folhear o *Boletim da Casa das Beiras*, para que se sinta a mudança: «O regionalismo — escrevia um dos seus articulistas, em 1936 — não dispõe de autoridade, mas defende, pelo amor à tradição e ao património moral local, a própria nação, contra a desordem, confusão e demandas de dentro, e contra a descoordenação de interesses e aspirações locais; procura disciplinar os espíritos numa doutrina de abnegação pelo bem comum da sua região: e a primeira cidadela de combate contra as ofensivas e devastações do Internacionalismo»³⁶.

Apesar destas provas de colaboração política, o Estado Novo dava mostras de grande desconfiança, em relação a estas formas organizadas de manifestação. Sobretudo, quando, em 1941, algumas casas provinciais decidiram convergir para um *Conselho Superior do Regionalismo Português*. Ocasão aproveitada, mais uma vez, pelo *Boletim da Casa das Beiras*, para não só desmentir que estivesse em preparação qualquer Federação Regionalista, mas, sobretudo, para reafirmar que o regionalismo estava apenas interessado em ser «um agregado moral de colaboração e disciplina» e que «não comporta elementos de traição»³⁷. Ora, acrescentava o articulista, «Isto não pode deixar de interessar aos Governos verdadeiramente Nacionalistas»³⁸. E, pretendendo, porventura, fazer doutrina, concluiu: «O Regionalismo poderia bem ser em certos aspectos de ordem política o que a Religião é na Ordem Moral»³⁹.

F.E.U.C.
71-92

É evidente a inflexão reivindicativa das estruturas de cúpula, afinal herdeiras do regionalismo inicial — como era o caso da *Casa das Beiras*, em face do Estado Novo, optando por renunciar, por completo, a muitas das suas bandeiras: descentralização, maior autonomia dos poderes locais, etc.. Comportamento tanto mais intrigante quanto é sabido que, durante o Estado Novo, todas as medidas tomadas sobre esta matéria acabaram por convergir num ponto: «homogeneização decisional, perspectivada para um mais directo controlo da actividade autárquica»

36 Acção Regional (número especial dedicado ao IV Congresso Regional das Beiras), Castelo Branco, 16 de Junho de 1929.

37 Boletim da Casa das Beiras, IIb série, Ano VII, n° 24, 1941

38 Idem, ibidem.

39 Idem, ibidem.

(Santos, 1985:129). Pode dizer-se que do que de mais importante foi defendido pelo movimento regional, o Código Administrativo de 1936 apenas atendeu a uma pretensão: consignar no novo código a divisão administrativa em províncias erigindo-as como órgãos supramunicipais⁴⁰. No tudo o resto, como uma maior autonomia efectiva dos poderes locais e o tão almejado progresso que, hoje, designaríamos de desenvolvimento regional, não passou, afinal, de uma miragem⁴¹.

Em face disto que acabamos de dizer, uma pergunta surge naturalmente: o que teria acontecido ao poder reivindicativo do regionalismo inicial e a dinâmica que sempre imprimiu ao seu discurso na defesa da descentralização? O que teria acontecido às elites locais e regionais que estiveram sempre na linha da frente na contestação ao abandono das «Províncias» por parte do poder central e que proclamavam uma maior autonomia administrativa das províncias e dos concelhos? Perguntas, a nosso ver importantes, mas que esperam respostas de estudos regionais cada vez mais aprofundados sobre esta matéria. Ainda assim, para ajudar as respostas, será talvez útil recordar aqui aquilo que Lucena e Vale escreveu, em 1944, sendo ao tempo director da revista *Beira Alta*, órgão, então, propriedade da Junta de Província com o mesmo nome. Este viseense, dando mostras do seu desagrado por, no Congresso da União Nacional, se propor a nomeação pelo governo de todos os presidentes das autarquias locais, ainda mais quando já se fazia a nomeação pelo governo dos presidentes da Câmara, facto que, no seu entender, já representava «um profundo golpe na tradição municipalista portuguesa», não compreende que, no referido congresso, «por espírito de disciplina e em homenagem aos altos propósitos de regeneração e ascensão nacionais (...) se calem reparos (...) e se alienem direitos»⁴². Comportamento que, mais adiante, rotula de «servilismo com que não se pactua sem alienação da própria personalidade»⁴³. Estas não são

F.E.U.C.
71-92

40 Aliás, o próprio Marcello Caetano veio a reconhecer mais tarde que foi em consequência do movimento regionalista que a constituição de 1933 admitiu a divisão administrativa em províncias e as erigiu em autarquias locais (cit. por Caldas e Loureiro, 1966 p.98)

41 Recorde-se, a propósito, que, durante o estado Novo, foi instituído «legítimar, designadamente, a possibilidade de o Executivo dissolver os órgãos autárquicos, de par com a obrigatoriedade de determinadas deliberações dos corpos administrativos carecerem de sancionamento a nível central» (Santos, 1985:127)

42 Lucena e Vale, «A Margem do Congresso — Autarquias Locais», *Beira Alta*, vol III, 1944, pag. 197.

43 Idem, ibidem.

palavras de um homem da oposição ao regime, são de alguém que pertence à Junta de Província da Beira Alta e que lhe causava revolta, afinal, a total abdicação de muitos daqueles que com ele defenderam uma maior autonomia do poder local.

É bem visível que o Estado Novo — argumentando com a necessidade de regenerar o país, erguendo as bandeiras da unidade nacional e do corporativismo e oferecendo as elites tradicionais o tão almejado equilíbrio entre agraristas e industrialistas⁴⁴, para já não falarmos das preciosas ajudas da censura e polícia política — encontrou um terreno bastante favorável para calar o movimento regionalista, naquilo que ele tinha de mais descentralizador e autonomista⁴⁵. E, neste como em outros domínios, não lhe foram regateados apoios por parte da Câmara Corporativa que, tendo consciência da existência, em alguns sectores da sociedade portuguesa, de um sentimento que ia no sentido de uma maior descentralização do poder, veio em apoio do legislador do Código Administrativo de 1936, como o seguinte parecer: «bem fez a proposta em não se deixar deslumbrar pelos ideais descentralizadores, e em preferir antes um Código que... não esqueça todavia a unidade de pensamento e de ritmo que deve caracterizar hoje as relações entre a administração central e a administração local» (cit. por Santos, 1985:129). E, deste modo, mais uma vez, em Portugal, se voltaram a calar as vozes, como já tinha acontecido em outros períodos da nossa história, de todos aqueles que, de uma forma ou de outra, pugnaram por uma distribuição mais justa do próprio poder.

F.E.U.C.
71-92

44 Sobre a lógica económica de desenvolvimento do nosso país, nos anos trinta, e sobre a forma como o Estado Novo realizou aquilo a que Fernando Rosas denominou de triplo equilíbrio social (contenção da classe operária, equilíbrio entre os interesses agraristas e industrialistas) ver, entre outros (Fernando Rosas, 1986)

45 Neste sentido, atente-se no que escreveu na revista Beira Alta, em 1944, O visiense Lucena e Vale: «Na corrente duma política de centralização, imposta em grande parte—de novo o reconhecemos — pelo condicionalismo do nosso tempo, encontra clima propício a tendência de sempre, comum a todos os governos e a todos os serviços, de tudo concentrarem e dominarem do alto, por mais fácil, pronta e segura actuação(Beira Alta, vol. III, 1944, p.193-194).

CONCLUSÃO

Em conclusão, breve, gostaria de deixar aqui algumas notas:

1. O regionalismo que emergiu na sociedade portuguesa nos anos vinte do nosso século foi um movimento bem aceite na «Província», correspondendo a um importante mal estar social e económico do mundo rural, perante um poder cada vez mais distante e centralizador.
2. O movimento regionalista inseriu-se, afinal, na própria crise do demoliberalismo que, não quis, não soube e/ou não pode encontrar almofadas políticas e sociais capazes de compensar o desequilíbrios abertos pelo próprio desenvolvimento do capitalismo. Realidade sentida de forma crítica especialmente nos campos, onde os antigos equilíbrios sociais de rompiam progressivamente, sem que o poder desse mostras de pretender pacificar os conflitos emergentes.
3. O Estado Novo sem que, na prática, tivesse cedido a muitas das aspirações veiculadas nos congressos regionalistas, acabou por pacificar os campos, através da autoridade e/ou autoritarismo dos Estado, ao mesmo tempo que dava garantias às elites da «Província» de procurar um desenvolvimento mais equilibrado do capitalismo, retardando, portanto, muitas das desestruturas sociais e muitos dos anseios dos sectores mais modernizadores da sociedade portuguesa. E, com isto, retirou ao movimento regionalista, sobretudo aos seus líderes mais conscientes e apostados numa efectiva descentralização do poder, muito do apoio anterior.
4. O movimento regionalista que, até 1933, deu mostras de uma vitalidade crescente, ainda que difusa, sobretudo na defesa de aspirações de um regionalismo descentralizador, acaba por incorporar-se no folclore ruralista e nacionalista tão ao gosto do Estado Novo. Continuam os congressos regionais, pelo menos na Beira, mas cada vez mais organizados pelas casas províncias situadas na capital, sem o entusiasmo inicial das elites regionais e locais. Sobressai, então, do regionalismo a defesa da região natal, o amor ao seu torrão, aos seus costumes, às suas tradições, bem como uma certa tentativa de promover este espaço, alertando as autoridades para carências e problemas.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- *Ação Regional, Castelo Branco* (1924-1930)
- *Beira Alta* (1944), Viseu.
- *Boletim da Casa das Beiras* (1935-1943)
- *Centro de Portugal — Album ilustrado — Riquezas da Beira* (Coleção dos cinco números do *Boletim do Segundo Congresso Beirão*, realizado em Coimbra em Julho de 1922, Coimbra, Coimbra Editora, 1922.
- Jaime Lopes Dias), Vila Nova de Famalicão, Tipografia Minerva, 1931.
- *Da Ação Regional ao IV Congresso Beirão*, Castelo Branco, Vila Nova de Famalicão, Minerva, 1929.
- *O III Congresso Regional das Beiras (Congresso de Aveiro). Relatório. Teses. Votos* (org. Francisco Ferreira Neves), Vila-Nova-de-Famalicão, Tipografia Minerva, 1928.
- *IV Congresso e Exposição Regional das Beiras. Relatório. Sessões. Teses. Exposição. Imprensa* (org.
- *V Congresso Regional das Beiras. Organização, Festas, Sessões, Teses* (org. Jaime Lopes Dias), Vila Nova de Famalicão, Minerva, 1948.

F.E.U.C.
71-92

BIBLIOGRAFIA

- BENTO, Manuel Pires (1929), «Regionalismo — a minha interpretação» in *Da Ação Regional ao IV Congresso Beirão*, Castelo Branco, Vila Nova de Famalicão, Minerva.
- CAETANO, Marcello (1935), *A Codificação Administrativa em Portugal (Um Século de Experiência: 1836-1935)*, Separata da Revista da Faculdade de Direito, Lisboa.
- CALDAS, Eugénio de Castro; LOUREIRO, Manuel de Santos Loureiro (1966), *Regiões Homogéneas no Continente Português — Primeiro Ensaio de delimitação*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Industrial—Fundação Gulbenkian — Centro de Estudos de Economia Agrária.
- DIAS, Jaime Lopes (1927), *A Junta Geral na Vida Administrativa Portuguesa*, Famalicão, Minerva.
- GIRÃO, Aristides de Amorim (1933), *Esboço duma Carta Regional de Portugal*, 2ªed, Coimbra, Imprensa da Universidade.

- História dos Municípios e do Poder Local [dos finais da Idade Média a União Europeia (dir. César Oliveira) (1996), Lisboa, Círculo de Leitores.
- PAIS, José Machado (1986), «A crise do regime liberal republicano: algumas hipóteses explicativas», in O estado Novo das origens ao fim da autarcia, vol. 1, Lisboa, Fragmentos.
- ROLO, Nuno Rosmaninho (1993), Anadia durante a Primeira República (1910-1926, Anadia, Casa Rodrigues Lapa.
- ROSAS, Fernando (1986), O Estado Novo nos anos trinta, elementos para o estudo da natureza económica e social do salazarismo (1928-1938), Lisboa, Editorial Estampa.
- SANTOS, José António (1985), Regionalização. Processo Histórico, Lisboa, Livros Horizonte.
- SERRA, João B. (1996), «Os poderes locais; administração e política no primeiro quartel do século XX», in História dos Municípios e do Poder Local [dos finais da Idade Média à União Europeia) (dir. César Oliveira) (1996), Lisboa, Círculo de Leitores.

F.E.U.C.
71-92

UM SÉCULO DE MORTALIDADE NA FREGUESIA DO TEIXOSO (SERRA DA ESTRELA) — 1750-1849 ESTUDO DE DEMOGRAFIA HISTÓRICA

Carlos Alberto Oliveira Damas

INTRODUÇÃO

F.E.U.C.
93-116

Esta comunicação constitui parte de uma investigação em curso que tem por objectivo conhecer os comportamentos demográficos no Teixoso, lugar onde se sediava uma importante produção doméstica inserida no processo da indústria dos lanifícios.

Em 1760 existiam nesta localidade 46 teares¹. Este número, comparado com os 72 teares existentes na Covilhã e os 28 em Manteigas², revela-nos a importância que o Teixoso tinha enquanto pólo importante de indústria rural doméstica.

Vários autores assinalam a decisiva importância da demografia no estudo do modelo de estratégias da família proto-industrial, mostrando que o seu comportamento demográfico tem uma lógica e racionalidade próprias.³

- 1 segundo as estatísticas industriais em 1822 existiam ainda em funcionamento 25 teares que empregavam 75 pessoas, cf. Luís Fernando Carvalho Dias, *História dos Lanifícios*, Vol. IV-V, pp. 1655 - 1670.
- 2 In Luís Fernando Carvalho Dias - *História dos Lanifícios (1750-1834)*, p.46, cit. por Borges de Macedo, *Problemas da História da Indústria Portuguesa no séc. XVIII*, p. 146.
- 3 cf. Hans Medick, Peter Kriedte e Jürgen Schlumbohm - *Proto-industrialization revisited: demography social structure and modern domestic industry in Continuity and Change* 8 (2), Cambridge, 1993, pp. 217-252.

Pretende-se chegar à reconstituição da paróquia seguindo a metodologia Amorim⁴ para, posteriormente, se proceder a uma abordagem de economia doméstica.

Por ora, debruçar-nos-emos somente sobre uma das variáveis reguladoras da população, modesto contributo para se conhecerem aspectos da história de uma das povoações que estavam na órbita do núcleo industrial da Covilhã.

O breve estudo de demografia quantitativa que se apresenta tem por base a análise agregativa dos registos de óbitos da freguesia de N^a Senhora do Ó ou da Expectação, vulgarmente conhecida por N^a Sr^a. dos Coros, do lugar do Teixoso, “assim chamado por haver tradição antiga de que neste sítio existiu um famoso Teixo, árvore de que tomou o nome está situado na Província da Beira, Bispado da Guarda e é da sua Comarca e constante de uma só freguesia...”⁵, abrangendo a mortalidade registada entre 1750 e 1849.

No citado documento lê-se que o lugar do Teixoso “tem vizinhos quinhentas e dezessete pessoas maiores, mil e duzentas e cinquenta e oito e menores cento e noventa e seis, esceptuando os parvulos e incluindo-se neste número um pequeno povo chamado Gibraltar (...) conceelho separado do Teixoso e consta de vizinhos trinta e sete, e número de pessoas maiores cem e menores vinte e duas...”. Estas indicações, referidas a 1758, mesmo se não completamente correctas, dão-nos contudo uma medida que aponta para que o Teixoso fosse uma paróquia com mais de 1500 habitantes.

Poucos anos após o limite temporal deste estudo, em 1864 e segundo o Censo, no Teixoso contavam-se 614 fogos a que correspondiam 2365 habitantes (1140 homens e 1225 mulheres)⁶

A vila do Teixoso está situada no piemonte da Serra da Estrela a uma altitude de 400 metros, distando 7 kms da Covilhã. Segundo Amorim Girão, faz parte de uma região natural específica, a Beira transmontana “limite estabelecido pelo carvalho pardo da Beira em mistura constante com o castanheiro”.⁷

4 Maria Norberta Amorim - Uma Metodologia de reconstituição de paróquias. Guimarães: I. C. S., 1991.

5 in AN/IT - dicionário Geográfico, vol.36, N. 35, fl.305.

6 in João da Costa Brandão e Albuquerque - Relação das freguesias do continente e ilhas. População, sexos, fogos, e visão civil, militar, judicial e eclesiástica. Lisboa: 1866, p.42.

7 Amorim Girão - Esboço de uma carta regional de Portugal, pp. 38-39.

Em conformidade com o Pe. Vicente de Oliveira Durão, que em 2 de Junho de 1758 redigiu as respostas ao inquérito promovido pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, “em maior abundância recolhem os moradores desta freguesia vinho, que uns anos por outros terão de dez até doze mil almudes, bastante castanha, excelente fruta de vários sabores, algum azeite, pão, milho e legumes”⁸

1. CRÍTICA DAS FONTES DOCUMENTAIS

Antes de se proceder a uma detalhada análise dos dados torna-se necessário efectuar uma sumária crítica das fontes fornecedoras dos elementos que sustentam o nosso trabalho. Quanto à qualidade dos registos consideramos:

- a) — 1750 até 1793 — insuficiente,
- b) — 1794 a 1829 — boa
- c) — 1830 a 1849 — suficiente

F.E.U.C.
93-116

Independentemente de outros factores, a forma como os assentos eram feitos tem, em nosso entender, muito a ver com qualidades pessoais dos párocos. Exemplo disso, é o caso de nas mais de três décadas correspondentes ao período b), se incluírem os registos mais completos e minuciosos, servidos por uma caligrafia esmerada, devidos ao Padre José Ferreira Leitão Freire⁹.

Desde 1794 até final do século repartiu com o Pároco Francisco Antunes Madeira a tarefa. Depois, ininterruptamente desde 1800 até Junho de 1829, foi o único que assentou os óbitos, que se distinguem pelo rigor e precisão postos na informação do óbito. Mesmo no conturbado período em que a zona do Teixoso esteve à mercê das tropas francesas nos princípios de 1811, não deixou de anotar, durante os dois

8 in AN/TT - Dicionário Geográfico, Vol. 36, M. 35, fl. 306 v.

9 O Pe. José Ferreira Leitão Freire faleceu em 29 de Julho de 1830 com 62 anos.

meses em que a regularidade da vida foi dramaticamente afectada, todos os eventos que lhe foram possíveis, transcrevendo-os posteriormente para o livro de óbitos¹⁰.

Quanto ao primeiro período — 1750/1793 — nada menos que 14 párcos se ocuparam dos registos. Só entre 1750 e 1757, uma dezena deles efectuou assentamento de óbitos, de desigual qualidade. São assentos onde faltam elementos decisivos para qualificar os óbitos, sobretudo a indicação das idades dos menores de 7 anos, assim dos adultos.

Notámos também que em 1770 não existem registos de óbitos nos meses de Julho e Agosto quer para menores, quer para maiores de 7 anos.

Em 1763 apenas 2 registos de óbito de menores e em 1764 nenhum. O sub-registo volta a ocorrer, de forma flagrante, em 1774 com apenas 5 assentos, quando na década anterior a média atingiu os 33 óbitos e a década seguinte os 24.

Quanto ao período c), entre 1830 e 1835, 4 responsáveis eclesiásticos revezaram-se nas tarefas de redigirem os registos. Depois, entre 1835 e o final do período estudado, há apenas um redactor, que se salienta pelos registos incompletos onde faltam elementos preciosos como a naturalidade, estado civil, nome do cônjuge sobrevivente e indicação do nome da mãe dos menores falecidos.

A não indicação da idade nestes atinge 16% e nos adultos sobe aos 20%, num total de 1122 registos (475 de menores e 647 de maiores), valores elevados que podem, pela sua ausência em variados cálculos, introduzir algumas distorções nas análises da mortalidade diferencial.

F.E.U.C.
93-116

10 Declaração feita pelo Padre José Ferreira Leitão Freire no Livro de óbitos Nº6, a fls. 62 a 64 "Na invasão que fizeram os Franceses neste Reino de Portugal no Ano de mil oitocentos e dez e no de mil oitocentos e onze aquartelaram-se vários corpos deste exército nas vizinhanças deste lugar e nele desde o primeiro do mês de Fevereiro até ao princípio mês de Abril do sobredito último ano, sendo todo esse espaço de tempo empregado em contínuos saques e ainda das serras vizinhas mais escarpadas; arruinou o sobredito exército todos os efeitos dos moradores deste lugar, profanou e destruiu todos os seus santuários, retirando-se por estas e por outras razões os moradores para as montanhas aonde e neste dito lugar faleceram os que abaixo nomearei e outros de que não tive notícia uns assassinados pelos franceses, outros de fome frio e aflições cansaços e também as moléstias, que dos muitos incómodos se originaram sendo uns enterrados na igreja deste lugar e muitos mais no seu adro, outros nos sítios em que os mataram e faleceram e outros em aldeia de carvalho, sarzedo, manteigas e noutros povos vizinhos, faleceram muitos com todos os sacramentos, bastantes só com a confissão e bem poucos sem sacramento algum; e enfim quase todos sem testamento à excepção dos que adiante se apontarem; faleceram pois nos ditos dois meses do ano referido ultimamente os abaixo nomeados e outros de que não há notícia sem que se possa declarar o dia certo das mortes por causa dos tumultos da guerra mais bárbara que tem havido entre nações civilizadas".

Todos os 6 livros consultados estão em bom estado de conservação, não existindo quaisquer danos ou manchas de acidez que dificultem ou impossibilitem a leitura.

As visitasões sucederam-se quase anualmente entre 1750 e 1771. A partir desse ano tornam-se mais espaçadas até final do século. A última refere-se ao ano de 1815.

Para o estudo desta variável microdemográfica no Teixoso e outros lugares, desde o princípio da 2^a metade do séc. XVIII até ao final da 1^a do séc. XIX, extraímos dos livros de óbitos indicados os seguintes elementos, que foram recolhidos em fichas de acto:

- 1.Nome do defunto
- 2.Data do evento
- 3.Naturalidade
- 4.Idade
- 5.Estado civil
- 6.Ocupação, títulos ou cargos
- 7.Filiação
- 8.Naturalidade dos pais
- 9.Administração de sacramentos
- 10.Indicação de disposição testamentária
- 11.Nome do padre

F.E.U.C.
93-116

A irregularidade qualitativa dos assentos, se bem que não permita retirar o máximo da informação que seria desejável habilita-nos ainda assim com uma série de dados importantes que, devidamente enquadrados, nos podem ajudar à caracterização da economia e da sociedade teixonense.

Nesta comunicação, apenas afluiremos alguns poucos elementos que se inscrevem no campo da demografia social.

2. EVOLUÇÃO QUANTITATIVA DA MORTALIDADE GLOBAL

O número dos defuntos registados pelos 19 párocos que se ocuparam da paróquia do Teixoso, no período em estudo, ultrapassam os seis milhares, assim distribuídos:

QUADRO DA MORTALIDADE GLOBAL (1750-1849)

	Menores	Maiores	Totais
Masculinos	1529	1482	3011
Femininos	1510	1731	3241
Totais	3039	3213	6252

O quadro seguinte, sistematiza a evolução quantitativa da mortalidade global nesta freguesia no período considerado, indicando os números absolutos de óbitos de menores e maiores de 7 anos, separados por sexos. Apresentamos os cálculos das médias móveis trienais, a partir dos quais se construiu o gráfico que se encontra na página 8.

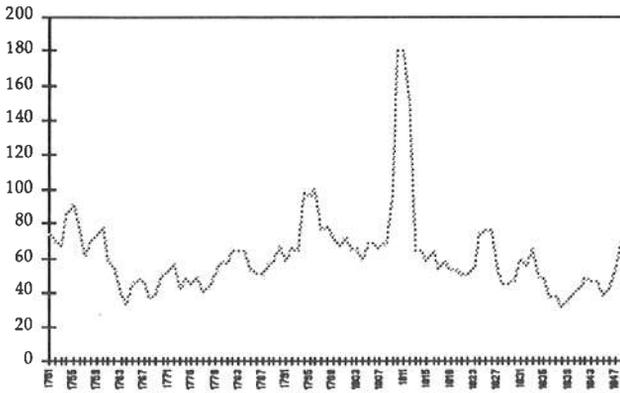
DISTRIBUIÇÃO ANUAL DE ÓBITOS (POR SEXOS) E MÉDIAS MÓVEIS TRIENAIS

Anos	Masc.	Fem.	Total/Ano	M.M.J
1750	37	42	79	-
1751	32	62	94	74
1752	22	28	50	70
1753	27	40	67	67
1754	52	33	85	85
1755	54	48	102	91
1756	40	46	86	76
1757	16	23	39	62
1758	29	32	61	70
1759	51	60	111	73
1760	21	26	47	78
1761	31	46	77	60
1762	19	38	57	55
1763	13	18	31	38
1764	12	15	27	33
1765	18	24	42	45
1766	35	30	65	48
1767	13	25	38	45
1768	18	13	31	37
1769	18	23	41	40
1770	19	29	48	52
1771	33	34	67	52
1772	20	21	41	57
1773	29	33	62	43
1774	9	16	25	48
1775	30	26	56	45
1776	23	31	54	49
1777	22	17	39	41
1778	12	19	31	43
1779	28	31	59	52
1780	38	27	65	58
1781	21	28	49	57
1782	27	31	58	65
1783	53	35	88	64
1784	22	25	47	64
1785	40	17	57	53
1786	27	27	54	52
1787	22	23	45	51
1788	23	31	54	57
1789	38	33	71	59
1790	17	35	52	67
1791	31	46	77	59
1792	22	25	47	66
1793	35	38	73	64
1794	33	38	71	98
1795	74	76	150	96
1796	39	28	67	100
1797	41	42	83	77
1798	43	38	81	78
1799	36	35	71	73

F.E.U.C.
93-116

Anos	Masc.	Fem.	Total/Ano	M.M.J
1800	31	36	67	67
1801	32	31	63	73
1802	43	45	88	65
1803	20	23	43	66
1804	39	27	66	59
1805	39	30	69	69
1806	36	36	72	69
1807	35	31	66	66
1808	26	33	59	70
1809	37	48	85	97
1810	56	90	146	181
1811	157	156	313	180
1812	35	46	81	151
1813	22	36	58	64
1814	22	32	54	65
1815	47	35	82	59
1816	20	21	41	64
1817	39	31	70	53
1818	28	19	47	58
1819	23	35	58	53
1820	24	31	55	53
1821	24	22	46	51
1822	26	25	51	51
1823	21	34	55	56
1824	34	27	61	74
1825	58	48	106	76
1826	26	34	60	76
1827	39	22	61	53
1828	21	17	38	45
1829	18	17	35	45
1830	34	28	62	47
1831	21	23	44	60
1832	44	30	74	56
1833	22	29	51	65
1834	36	35	71	49
1835	12	12	24	49
1836	26	27	53	37
1837	12	21	33	38
1838	11	16	27	31
1839	15	19	34	35
1840	18	25	43	41
1841	27	19	46	42
1842	19	18	37	48
1843	26	35	61	47
1844	17	27	44	46
1845	22	11	33	38
1846	13	24	37	42
1847	25	31	56	53
1848	30	35	65	70
1849	38	51	89	-

ÓBITOS (1750-1849) — MÉDIAS MOVEIS TRIENAIS



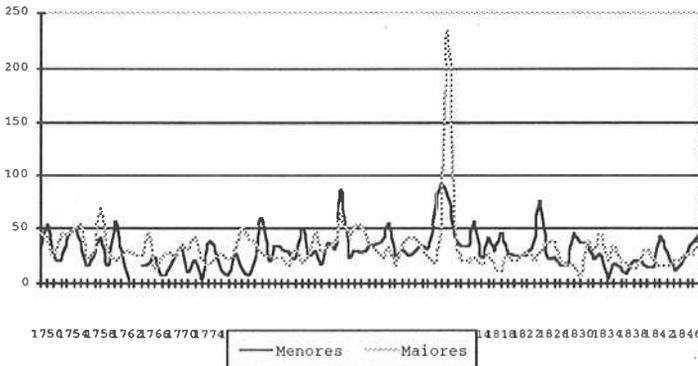
Uma primeira constatação face aos números globais indicados no quadro da página 6, é a da percentagem muito equilibrada para os dois grandes grupos de defuntos: 49% nos menores contra 51% nos adultos.

A observação da distribuição anual dos óbitos separada por menores e maiores de 7 anos, como se pode ver no gráfico seguinte, permite-nos detectar alguns picos de mortalidade elevada.

F.E.U.C.
93-116

Nestes 100 anos encontram-se pequenas subidas da mortalidade dos maiores de 7 anos (se exceptuarmos a grande crise de 1811) nem sempre coincidentes com os anos em que os óbitos dos menores de 7 os superam, em números absolutos, como podemos visualizar no gráfico da pág. 9.

DISTRIBUIÇÃO ANUAL DA MORTALIDADE — (1750-1849)



3. MORTALIDADE POR ESTRATOS ETÁRIOS

3.1. — MORTALIDADE DE MENORES DE 7 ANOS

Os falecidos menores de 7 anos correspondem a 49% do total com 3039 óbitos.

De forma sistemática só a partir de 1774 é que os registos indicam a idade precisa do menor defunto.

A partir da data referenciada e até 1829 há uma significativa melhoria na precisão da idade, existindo centenas de registos que a indicam em anos, meses, dias e, alguns, até em horas.

Vejam agora como se distribuíram pelos vários níveis etários os defuntos deste grupo:

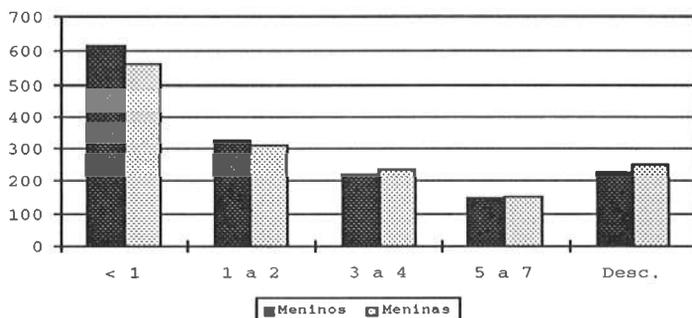
QUADRO DA DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DOS ÓBITOS DE MENORES DE 7 ANOS

IDADE	MENINOS			MENINAS			TOTALS	
< 1	615	47%	52%	560	44%	48%	1175	100% ⁽¹⁾
1 a 2	322	25%	51%	310	25%	49%	632	100%
3 a 4	219	17%	48%	239	19%	52%	458	100%
5 a 7	146	11%	49%	153	12%	51%	299	100%
Desc.	227			248			475	100%
TOTALS	1529	<i>100%</i> ⁽²⁾		1510	<i>100%</i>		3039	

F.E.U.C.
93-116

Observando o quadro e o gráfico seguinte constata-se, para cada grupo de idades, o lento declínio da mortalidade de conjunto à medida que o 1º ano de vida vai sendo vencido.

GRÁFICO DA DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DOS ÓBITOS MENORES DE 7 ANOS



11 A bold a distribuição da percentagem entre maiores e menores de 7 anos.

12 Em itálico a distribuição da percentagem por grupos etários, separados por sexo.

Se privilegiarmos a observação sobre o género, no que aos menores de 7 anos respeita, outras evidências se nos deparam. Em primeiro lugar que a mortalidade infantil atingiu em igual percentagem de 50% os elementos dos dois sexos, isto é, no período estudado faleceram, segundo os registos, 1529 meninos e 1510 meninas.

Mesmo considerando que em relação a 16% do total ignoramos as idades dos menores defuntos, os números conhecidos permitem-nos distinguir as tendências dominantes.

Uma delas mostra que, até à idade de 2 anos, morrem mais meninos do que meninas com uma diferença de 6 pontos percentuais. À medida que a idade vai aumentando, a morte tende a atingir mais as meninas entre os 3 e os 7 anos, “compensando” na mesma proporção a diferença verificada nos dois primeiros anos de vida.

3.2 — MORTALIDADE DE MAIORES DE 7 ANOS

O quadro e o gráfico seguintes facilitam-nos, tal como fizemos para a observação anterior, a apreensão da realidade da morte na população com mais de 7 anos

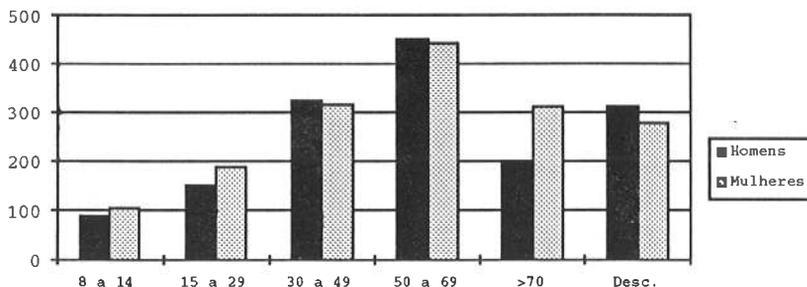
F.E.U.C.
93-116

QUADRO DA DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DOS ÓBITOS DE MAIORES DE 7 ANOS

IDADE	MASCULINOS							
	FEMININOS		TOTALS		MASCULINOS		TOTALS	
> 8 a 14	88	7%	46%	104	8%	54%	192	100%
15 a 29	149	12%	44%	188	14%	56%	337	100%
30 a 49	321	27%	50%	317	23%	50%	638	100%
50 a 69	449	37%	50%	442	32%	50%	891	100%
> 70	198	17%	39%	310	23%	61%	508	100%
Desc.	277			370			647	
TOTALS	1482	100%		1731	100%		3213	

Seguimos a mesma metodologia quanto aos valores percentuais apresentados no quadro supra, cuja análise faremos com maior detalhe na página seguinte após o gráfico publicado.

DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DOS ÓBITOS DE MAIORES DE 7 ANOS



No conjunto, o grupo etário mais castigado pelo óbito é o dos 50/69 anos, seguido pelo dos 30/49 anos, em ambos os sexos.

No grupo dos 8/14 anos, com uma % diminuta relativamente ao cômputo geral (talvez por efeito da emigração), existe uma ligeira supremacia da mortalidade das raparigas, continuando a tendência que já assinalámos no ponto 3.1, e prosseguindo no grupo etário dos 15/29 anos.

O mesmo não se verifica nos dois grupos seguintes, igualando-se os números nos 50%.

F.E.U.C.
93-116

Após os 70 anos de idade, a tónica dominante é a do desequilíbrio que atinge as mulheres que sobreviveram aos grupos etários anteriores, perfazendo 61% do total geral dos óbitos dos defuntos com mais de 70 anos.

As diferenças conjuntas dos dois primeiros grupos etários (>8/14 e 15/29) que somam 20 pontos percentuais em “desfavor” dos maiores de 7 anos do sexo masculino, vão ser absorvidos pelos 22% que diferenciam a mortalidade entre homens e mulheres com mais de 70 anos, em que o óbito destas prevalece

Por último referência para a percentagem daqueles assentos de óbito em que os párcos não indicaram a idade, alcançando os 20%, valor elevado que, se conhecido, poderia alterar algumas das evidências demonstradas.

No cômputo percentual por sexo e segundo cada grupo etário referência para o crescendo do número de óbitos até aos 50/69 anos, caindo depois os valores no último grupo etário, embora em diferentes proporções consoante o género.

Uma última referência para a frequência com que surgiram nos registos, óbitos de pessoas nonagenárias, havendo mesmo um homem,

José Antunes Paulo, falecido em 1771 que o cura indica como tendo de idade “mais de 100 anos”.¹³

4. NÍVEIS DE MORTALIDADE

Verificámos através das curvas expressas no gráfico da pág. 9 que existem situações em que os níveis de mortalidade têm um incremento súbito e pronunciado.

Pela leitura do referido gráfico, que distingue a mortalidade dos menores de 7 anos da dos maiores, sobressai destacadamente um aumento da mortalidade dos adultos em 1811. Quanto aos menores, os óbitos distribuem-se ao longo do período, registando-se algumas subidas acentuadas.

O conhecimento das flutuações dos preços do trigo e do centeio poderão contribuir para precisar a natureza das crises, aspecto sensível no quotidiano das gentes, pelo que apresentamos a sua representação gráfica.

PREÇOS MÉDIOS ANUAIS DO ALQUEIRE DE TRIGO MAIOR E DE CENTEIO NA PRAÇA DA COVILHÃ (1798-1850)

F.E.U.C.
93-116



FONTE: AMC — Controlo de actividades económicas¹⁴

13 Ficha de acto nº1319.

14 Arquivo Municipal da Covilhã, Secção Controlo de Actividades Económicas:
Série Preços dos Géneros, Lv. 61, 67, 69 e 80
Série Estiva Camarária, Lv. 78

4.1- — CRISES DE MORTALIDADE

Para a determinação das situações de crise recorremos ao método de Dupâquier, utilizando a sua fórmula para conhecer a sua intensidade e magnitude.

A base de referência foi a média dos 5 anos anteriores ao ano da crise, excluindo-o, tal como ao ano precedente, e os 5 seguintes, exceptuando o imediatamente posterior.¹⁵

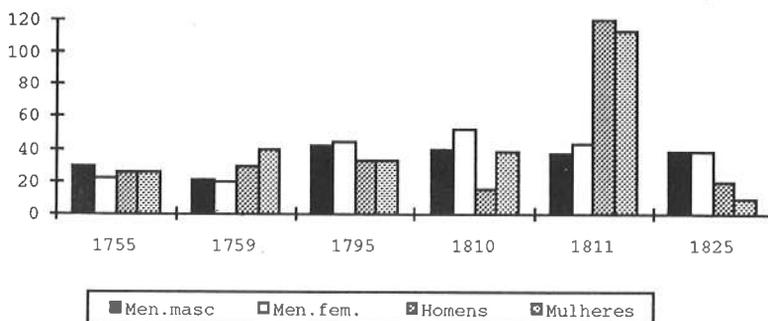
	INTENSIDADE	MAGNITUDE	TIPO DE CRISE
1755	1.44	1	Menor
1759	2.01	2	Média
1795	7.3	3	Forte
1810	6.88	3	Forte
1811	19.82	5	Grande
1825	6.2	3	Forte

O quadro e o gráfico de distribuição de óbitos por sexos, separados em menores de 7 anos e maiores de 7, ao longo dos anos das referidas crises, são as seguintes:

F.E.U.C.
93-116

ANO	MENINOS	MENINAS	HOMENS	MULHERES	TOTAIS
1755	29	23	25	25	102
1759	21	20	30	40	111
1795	42	44	32	32	150
1810	40	52	16	38	146
1811	37	43	120	113	313
1825	38	38	20	10	106

DISTRIBUIÇÃO DOS ÓBITOS NOS ANOS DE CRISE



15 Conf. Vicente Pérez Moreda, Las crisis de mortalidad en la Espanã interior (Siglos XVI-XIX), p. 104

4.1.1. — CRISE DE 1755

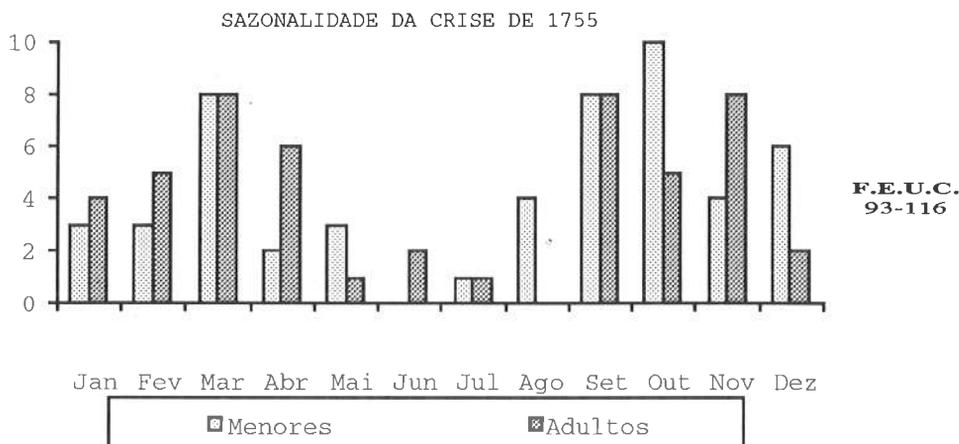
De magnitude 1 constitui, no conjunto das crises destes 100 anos, a única crise menor atingindo todos os grupos etários por igual.

A sua incidência nos menores, decorre de Agosto a Dezembro, prolongando em dois meses a crise estivo-outonal, que é o seu ciclo habitual, conforme os diversos estudos demográficos da mortalidade corroboram.

Neste ano, a mortalidade adulta acompanha sazonalmente a mortalidade infantil, exceptuando no mês de Agosto, e superando-a nos meses de Janeiro, Fevereiro, Abril e Novembro.

As 102 mortes registadas em 1755 distribuem-se em igual número pelos dois sectores da população, atingindo iguais valores para ambos os sexos.

No concelho de Castelo Branco este ano foi de crise para 7 das suas freguesias.¹⁶

**4.1.2. — CRISE DE 1759**

Crise de tipo média de magnitude 2 atingiu quase duplamente a população adulta, sobretudo feminina, distribuindo-se irregularmente ao longo do ano, com picos de mortalidade nos meses de Março, Abril, Novembro e Dezembro, e com ausência de crise infanto-juvenil no seu conhecido período clássico, sobretudo nas zonas rurais.

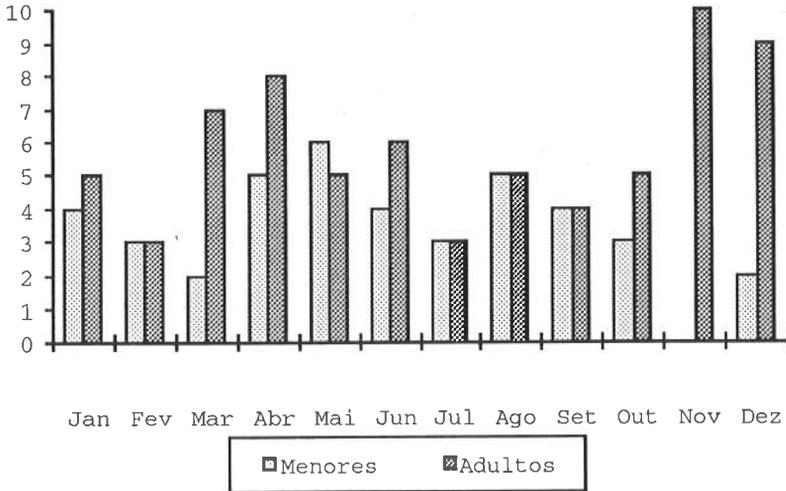
Estamos em presença dos efeitos da Primavera e do Inverno na população adulta cuja idade desconhecemos na quase totalidade, por

¹⁶ Maria Luísa Rocha Pinto, Crises de mortalidade e dinâmica populacional...p.324

esse dado ter sido omitido pelo pároco, que apenas indicou a de um defunto com 76 anos.

De referir que 98% dos adultos falecidos têm nos assentos a indicação de “pobre”.

SAZONALIDADE DA CRISE DE 1759



F.E.U.C.
93-116

4.1.3. — CRISE DE 1795

Crise forte de magnitude 3, atingiu particularmente a população infantil nos meses de Julho a Setembro (63% do total dos óbitos), paradigma da crise típica estivo-outonal, causada por doenças de várias ordens, directamente relacionadas com a maior actividade nos campos por parte dos pais, não lhes deixando tempo para os cuidados com as crianças, então presas fáceis das infecções, das febres e de outras maleitas originadas pelos efeitos da canícula.

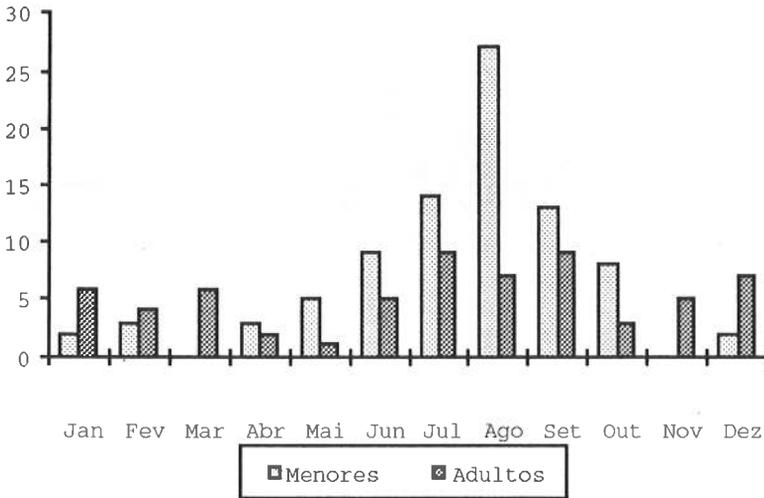
De notar que os sinais de crise têm início em Junho e ainda subsistem em Outubro.

A mortandade atingiu também os adultos com alguma regularidade, mas também com maior incidência no mesmo período que o dos menores, embora mais concentrada no Verão.

Neste mesmo ano registaram-se também crises no concelho do Fundão.¹⁷

¹⁷ Helena Isabel B. Correia, As crises de mortalidade no concelho do Fundão.

SAZONALIDADE DA CRISE DE 1795



4.1.4. — CRISE DE 1810

A crise de 1810 — forte, de magnitude 3 — ocorre entre a população infantil com particular violência nos meses de Julho, Agosto e Setembro, retomando depois um movimento normal de óbitos, parcialmente semelhante à de 1795.

F.E.U.C.
93-116

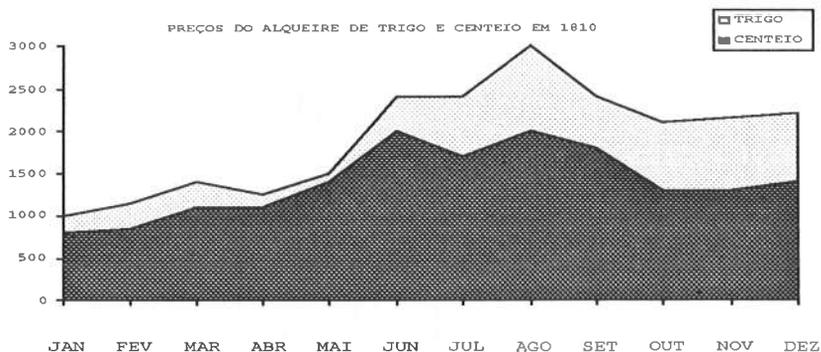
De notar o aumento do preço do trigo e do centeio que neste ano, particularmente entre Junho e Setembro, sofreu um brusco aumento como o gráfico abaixo demonstra.

No grupo dos adultos o movimento de óbitos teve a sua maior expressão em Dezembro.

Também no concelho de Castelo Branco em várias freguesias se assinalaram crises.¹⁸



18 Cf. M^a Luísa Rocha Pinto, ob. cit., p. 273.



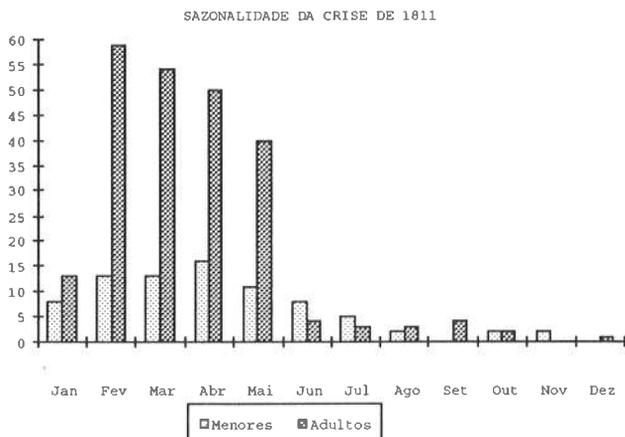
4.1.5. — CRISE DE 1811

Possui a maior intensidade com a magnitude 5 sendo do tipo grande crise, a única verificada no período em estudo.

Trata-se de uma crise de tipo misto, com início em Fevereiro prolongando-se até Maio penalizando intensamente os adultos. Teve a sua origem directa na situação anormal que se vivia na zona devido ao aquartelamento de tropas francesas nas vizinhanças do Teixoso, que tudo destruíram¹⁹

F.E.U.C.
93-116

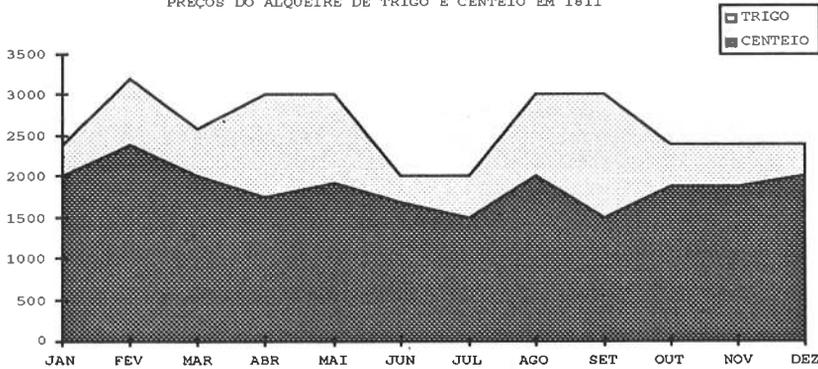
À anomalia da situação de guerra, juntou-se o agravamento do preço dos cereais. Desde Junho do ano anterior que os preços dos cereais vinham a encarecer atingindo um máximo de 3200 rs. o alqueire do trigo e 2400 rs. o do centeio no mês de Fevereiro de 1811, quando os franceses ocuparam a zona, aumentos na ordem dos 35%.



19 Ver nota 10

Ano em que a falta de cereais se fez sentir, por não terem sido feitas as sementeiras, os preços já de si elevados em comparação com as médias dos anos anteriores a 1810, voltam a subir em Agosto, depois de alguma estagnação em Junho e Julho.

PREÇOS DO ALQUEIRE DE TRIGO E CENTEIO EM 1811



Se se reparar no gráfico da página anterior, entre Junho e o final do ano, o número de óbitos foi extremamente baixo, como se todos os que sobreviveram à guerra, menores e maiores, estivessem “defendidos” de todas as debilidades e carências.

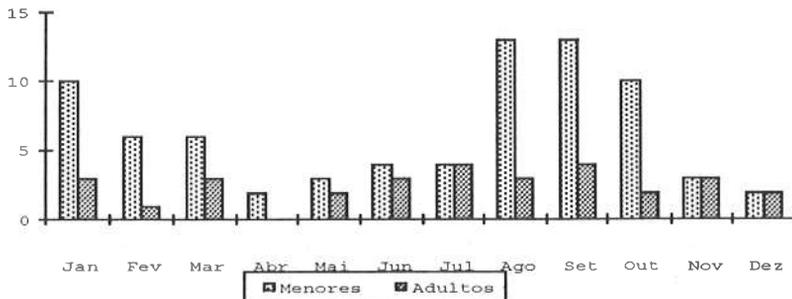
F.E.U.C.
93-116

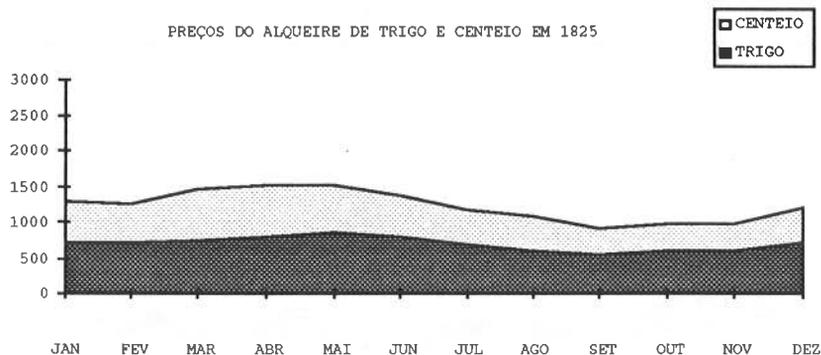
4.1.6. — CRISE DE 1825

Crise forte de magnitude 3, atinge de forma anormal os menores de 7 anos em Janeiro, Agosto, Setembro e Outubro. Trata-se de uma crise infanto-juvenil típica do período estivo-outonal, sem deixar de actuar no 1º trimestre do ano.

Os preços dos cereais mantiveram-se estáveis e baixos ao longo de todo o ano.

SAZONALIDADE DA CRISE DE 1825



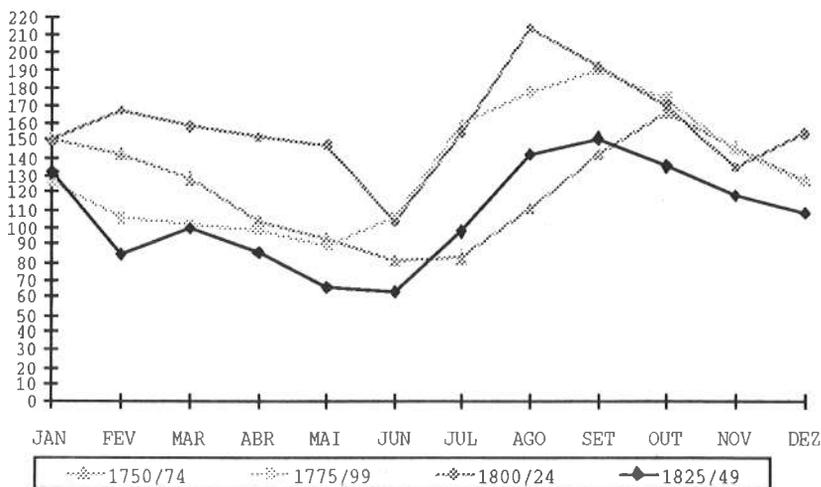


5. SAZONALIDADE DA MORTALIDADE GLOBAL

Para uma sucinta análise da sazonalidade elaborámos os gráficos seguintes, com o número de óbitos (maiores e menores) por períodos de 25 anos.

SAZONALIDADE DOS ÓBITOS (MAIORES E MENORES DE 7 ANOS) POR PERÍODOS DE 25 ANOS

F.E.U.C.
93-116

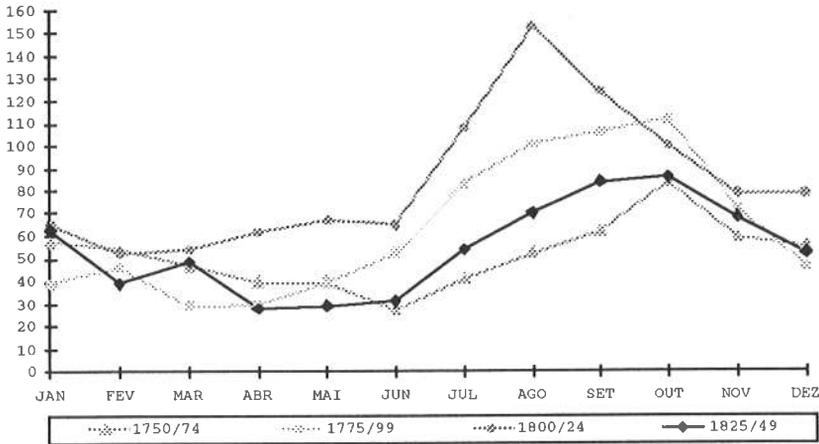


Este gráfico demonstra-nos que a sazonalidade dos 1º, 2º e 4º períodos de 25 anos tem uma grande regularidade, apesar de alguns pequenos desvios.

O quartel de 1800-1824 apresenta-se com os valores mais elevados nos primeiros cinco meses, situação, como já verificámos, decorrente da instabilidade introduzida pela guerra peninsular.

Apresenta também o valor mais elevado para o mês de Agosto, e quase acompanha a curva de 1775/99, no 2º semestre.

Vejamus se na sazonalidade, quando separada a correspondente aos menores de 7 anos da dos outros grupo, as tendências se mantêm, através da observação do gráfico seguinte.



F.E.U.C.
93-116

SAZONALIDADE DOS ÓBITOS DOS MENORES DE 7 ANOS

O peso da mortalidade infantil concentrava-se nos meses de Julho a Outubro, indiciando como causas das mortes, doenças relacionadas com o aparelho digestivo e do foro intestinal, num tempo em que as actividades agrícolas pouco ou nenhum tempo sobrava para cuidar das crianças. Muitas delas eram levadas com os pais para o campo, sucumbindo aos fortes calores ou á ingestão de águas inquinadas dos poços. A situação da morte infantil era tão frequente, banalizando-a perante mães indiferentes “forçadas por circunstâncias materiais e por atitudes da comunidade a subordinar o bem-estar do bebé a outros objectivos, como prover o bom andamento dos campos ou ajudar o marido...”²⁰

Para os 25 anos que englobam o período de 1800 a 1824 há um pico de mortalidade infantil claramente diferenciado dos restantes períodos, para o mês de Agosto.

²⁰ Edward Shorter, A formação da família moderna, p. 184.

Com efeito, verificamos que nesses espaços de tempo a mortalidade infantil tem o seu pico, não em Agosto, mas sim em Outubro.

SAZONALIDADE DOS ÓBITOS DOS MAIORES DE 7 ANOS

A irregularidade das curvas da sazonalidade dos óbitos dos maiores de 7 anos é mais pronunciada. A morte atinge valores elevados quer nos meses de Verão, quer em todo o período do Inverno. Mesmo no mês mais benigno, Junho, morrem no Teixoso, entre 30 a 60 pessoas.

O período de 1800 a 1824 volta a revelar-se instável, relativamente aos restantes, apresentando elevados índices de mortalidade entre Fevereiro e Maio em grande parte devidos aos terríveis meses de Fevereiro, Março e Abril de 1811. Depois, a curva deste período “afunda-se” estabilizando em valores semelhantes aos outros períodos de 25 anos.

3. ALGUNS EXEMPLOS DE CAUSAS DE OBITO

Uma muito breve referência a algumas das causas dos óbitos que muitos dos registos indicam. A maioria refere-se a doenças, muitas delas responsáveis por “morte súbita” ou “por acidente”, inviabilizando a administração dos sacramentos, tal como em defuntos que se encontravam em “estado de delírio”.

F.E.U.C.
93-116

Outros foram achados mortos no campo, ou pereceram afogados no rio Zêzere. Várias mulheres faleceram ao dar à luz. Algumas outras mortes relacionam-se directamente com actos de violência. Por exemplo no dia 24 de Janeiro de 1782 foi a enterrar Frei Manuel Tinoco que falecera “quase de repente de umas facadas que lhe deram na noite de 24”²¹

Em 3 de Outubro de 1797 Manuel Gonçalves Coelho, natural de Malpica, Belmonte, “morreu de morte desastrada aparecendo assassinado de um tiro nas vizinhanças da Quinta dos Lamaçais”²²

Em 1805 a 27 de Janeiro foi a enterrar “um homem desconhecido que dizia chamar-se Luís, e ser natural de Belmonte, achado morto à borda do Zêzere junto da Quinta do Canhoso tendo as mãos ben atadas atrás das costas o que talvez para o sufocarem no dito rio, porque segundo consta não tinha feridas nem pisaduras”²³

21 Idem, nº 1830

22 Idem, nº 2884

23 Idem, nº 3404

Quando do estacionamento dos franceses na zona, 3 homens e 2 mulheres foram “assassinados pelos franceses”, conforme indicação do pároco.

Existem ainda dois casos de suicídio ou “morte artificial” e algumas “mortes desastrosas” como foi o caso de José Esteves Sigano, em 19 de Janeiro de 1805,²⁴ “descarregando-se-lhe uma espingarda dentro do corpo” ou de Manuel Sigano que foi a enterrar em 25 de Junho de 1805 por morte causada pelas “chaves de um touro que se corria neste lugar”²⁵.

Para outros a origem da morte foram catástrofes naturais. Em 31 de Agosto de 1804 “um homem de mais de 40 anos apareceu morto nas margens do rio Zêzere por baixo da ponte nova, sem se conhecer quem era porque a deformidade em todo o corpo e rosto e perfeita nudez em que estava não deixavam conhecer. (...) e presumiu-se que seria dos afogados no rio mencionado, na vila de Manteigas, no desastrado e sempre memorável acontecimento da trovoada do dia 27 deste mês”.²⁶

4. MOBILIDADE E GRUPOS SOCIO-PROFISSIONAIS

Dos 6252 óbitos de adultos registados no período que estudamos, em 247 deles existe a indicação da naturalidade.

F.E.U.C.
93-116

Se bem que a esmagadora maioria dos defuntos adultos fosse natural do Teixoso ou de lugares abrangidos pela jurisdição da paróquia, o pouco cuidado de alguns párocos não dá grande fiabilidade a este número que julgamos muito superior. Por exemplo, em grande parte dos assentos de óbito a actividade indicada é a de “assistentes” trabalhando em quintas ou nos moinhos do Zêzere e que julgamos não serem, na sua maior parte, naturais do Teixoso. Só o Pároco José Ferreira Leitão Freire é que indica para os ditos “assistentes”, a sua naturalidade. De considerar ainda que, face à inexistência do levantamento dos registos de casamento, trabalho que estamos a desenvolver, a caracterização sócio-económica destes migrantes é praticamente impossível de fazer, salvo em casos isolados.

109 dos defuntos eram naturais de povoações do actual Distrito de C. Branco, 80 do da Guarda e 22 do de Viseu.

24 Idem, nº 3400

25 Idem, nº 3419

26 Idem, nº 3367

Contam-se ainda 2 falecidos do “reino de Angola” e 6 estrangeiros, sendo 5 de Espanha e 1 de França.

Com menor “representação” vários outros distritos: Braga, Porto, Coimbra e Viana do Castelo.

Estamos perante migrações de muito curta distância e, maioritariamente, de sentido norte-sul.

O maior grupo no conjunto destes poucos mais de 100 migrantes, provêm de centros urbanos como a Covilhã e Manteigas, num total de 55 pessoas. Peraboa com 11 pessoas, Aldeia do Carvalho com 10 e Caria e Orjais com 7 cada uma, são pequenas aldeias e povoações que atraem gente para trabalhar no Teixoso.

Quanto aos grupos sócio-profissionais, os 119 registos que indicam profissões, ocupações e cargos, sistematizam-se do seguinte modo:

Actividades militares	-	21
Funções administrativas	-	8
Ofícios artesanais	-	47
Religiosos	-	23
Mercadores e negociantes	-	2
Outros:		
Criadas:	-	11
Mendicantes e peregrinos	-	7

F.E.U.C.
93-116

Nos ofícios temos a informação de que um albardeiro era de Almeida e que um “artífice de foguetes” era de Albacete, do reino vizinho. Neste grupo destaque ainda para 16 moleiros e 9 forneiros, indicador da importância das actividades da panificação nesta zona, aproveitando as condições naturais oferecidas pelo rio Zêzere, onde se erigiam muitos moinhos²⁷, alguns dos quais eram propriedade de capitães e licenciados, conforme os lançamentos nos livros da décima.

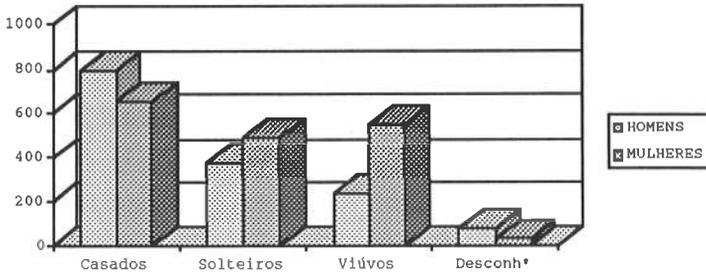
27 "Os aserto de que os moinhos e os moleiros foram, entre nós, até à introdução e difusão da máquina a vapor, eventos históricos muito significativos, é um dos esteios fundamentais da vida da grei", in Joel Serrão, Temas oitocentistas — Rotina e inovação na utensilagem técnica, p. 84.

5. ESTADO CIVIL À DATA DO ÓBITO

A partir dos elementos extraídos dos livros de óbitos organizámos os dados em função do estado civil do defunto no momento da morte, permitindo-nos a sua visualização de conjunto.

Dos 3213 óbitos de maiores de 7 anos — correspondentes a 1482 do sexo masculino e 1731 do sexo feminino — 45% dos falecidos de

ESTADO CIVIL À DATA DO ÓBITO (1750-1849)



ambos os sexos eram casados repartindo-se os restantes defuntos pelo estado solteiro (27%) e viúvo (24%). De cerca de 4% desconhece-se o estado civil.

F.E.U.C.
93-116

Se observarmos a distribuição dos defuntos quanto ao sexo, verificamos o quadro seguinte:

	CASADOS	SOLTEIROS	VIÚVOS	DESC.	TOTAL
HOMENS	794 55%	379 44%	237 30%	72	1482
MULHERES	654 45%	489 56%	550 70%	38	1731

No sector masculino os homens no estado de casado eram os que mais morriam. Por sua vez, se solteiros ou viúvos as mulheres estão em maior percentagem, com particular destaque para as viúvas, o que está de acordo com os dados dos óbitos que apresentámos quando nos referimos à distribuição de óbitos por grupos etários.

Dos solteiros com mais de 50 anos, 76 eram do sexo masculino e 115 do feminino, representando cerca de 22% do total dos solteiros.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I — FONTES DOCUMENTAIS

Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (AN/TT):

Memórias paroquiais:

Teixoso — Dicionário geográfico, Vol. 36, M. 35, fl. 304 a 311

Registos paroquiais:

Freguesia do Teixoso

Livros de Óbitos Nº 002, Cx. 0249 — 1713 — 1755.DEZ.19
 Nº 003, Cx. 0249 — 1756.JAN.03 — 1773.DEZ.27
 Nº 004, Cx. 0250 — 1774.JAN.08 — 1791.JUL.22
 Nº 005, Cx. 0250 — 1791.JUL.22 — 1802.NOV.30
 Nº 006, Cx. 0251 — 1802.DEZ.01 — 1833.MAR.18
 Nº 007, Cx. 0251 — 1833.MAR.29 — 1859.DEZ.30

II — BIBLIOGRAFIA

AMORIM, Norberta Bettencourt — Os homens e a morte na freguesia da Oliveira em Guimarães através dos seus registos de óbito. Guimarães: 1982

DIOGO, Helena Isabel Boavida Correia — As crises de mortalidade no concelho do Fundão (Cova da Beira) no séc. XVIII. Lisboa: FCSH/UNL, 1992.

MIRANDA, Fernando António da Silva — Estudo demográfico de Alvito S.Pedro e Anexa 1567-1989. Barcelos:Junta de Freguesia de Alvito S.Pedro, 1993.

MOREDA, Vicente Pérez — Las crisis de mortalidad en la España interior (siglos XVI-XIX). Madrid: Siglo Veintiuno, 1980.

MOREIRA, Maria João Guardado — Vida e morte no concelho de Idanha-a-Nova: estudo de demografia histórica — século XVIII. Lisboa: Livros Horizonte, 1994, 174 pp.

PINTO, Maria Luís Rocha — Crises de mortalidade e dinâmica populacional nos séculos XVIII e XIX na região de Castelo Branco. Lisboa: FCSH, 1993.

RODRIGUES, Teresa — Nascer e morrer na Lisboa oitocentista. Migrações, mortalidade e desenvolvimento. Lisboa: Cosmos, 1995

RODRIGUES, Teresa — A população portuguesa nos sécs. XIX e XX in população e sociedade, Nº1. Porto: Centro de Estudos da população e da família, 1995.

CONFIGURAÇÃO ECONÓMICA DAS FREGUESIAS DE LISBOA EM 1895 ENSAIO DE CARACTERIZAÇÃO

António Alves Caetano — (ISCEF)

INTRODUÇÃO

F.E.U.C.
117-156

Por uma situação furtuita está publicada uma Estatística dos estabelecimentos comerciais e industriais existentes em Lisboa em 1895. Não há notícia, nos Arquivos Camarários, de mais nenhuma outra compilação do género. Ao que se presume do texto introdutório do volume, teria sido posta em causa a capacidade de chefia do 2.^o Oficial que estava a dirigir, interinamente, a Secção das Contribuições Municipais, o qual entendeu que o melhor modo de provar a sem razão dos seus detratores era tornar públicos os resultados obtidos em 1895 nos serviços que lhe estavam confiados. Com isso, legou-nos importante manancial de informação estatística.

Em determinada passagem do relatório que antecede os quadros numéricos faz-se referência a que a simples «formação do índice das vias públicas, contendo o número de todas as portas e os estabelecimentos que lhes correspondem e o número das respectivas licenças, trabalho começado em Novembro de 1894 e concluído três meses depois,...permitiu ter encontrado 205 estabelecimentos que deixavam de pagar imposto, que neste ano já foi pago e cuja importância atingiu

a 684\$470 réis»¹. Assim, para além das isenções previstas no Código de Posturas Camarárias, haveria estabelecimentos que escapavam à tributação.

De qualquer modo, os valores publicados constituem uma aproximação quantitativa — a única de que tenho conhecimento —, de parte importante da actividade económica da cidade de Lisboa. Sublinhe-se, ainda, que nesta compilação existem outros dados, além dos relativos aos estabelecimentos que pagavam a taxa camarária, a que oportunamente se irá aludir. Por agora importa aproveitar esta circunstância excepcional para procurar, com o suporte dos números, caracterizar, do ponto de vista da actividade económica exercida pela hoje denominada «sociedade civil», as diferentes freguesias em que, então, se subdividia a capital do país.

Contra o pagamento de uma taxa anual, as licenças de estabelecimento eram concedidas pela Câmara às entidades que eram colectadas «pela contribuição industrial do Estado». Portanto, na estatística que vamos utilizar não estão abrangidos estabelecimentos comerciais e industriais do Estado ou «as cooperativas de consumo que só vendam aos seus associados». Assim, escapam ao numeramento feito, entre outros, estabelecimentos fabris de carácter militar (v.g. Arsenal da Marinha, Fábricas de Explosivos e de Armas, a Manutenção e o Casão Militares)².

F.E.U.C.
117-156

Merece referência especial a ausência das fábricas de Tabaco, grandes empregadoras, até de mão de obra feminina. A «Régie» estabelecida em Maio de 1888 conservara, em Lisboa, apenas duas fábricas — a de Xabregas e a Lisbonense — que continuaram a laborar quando, em 1891, foi decretado o regime de monopólio³. Face às condições adversas em que o Governo negociou com os contratadores do empréstimo destinado ao saneamento da crise de 1890, é de presumir que a nova Sociedade de Tabacos tenha obtido isenção do pagamento da Contribuição Industrial.

- 1 Como se nota, os Serviços usam a designação de Impostos, quando aludem aos vários tipos de Licenças camarárias. Para simplificar, e esperando que seja relevada a imprecisão técnica, também designo a Licença de Estabelecimento como Imposto Camarário (IC).
- 2 Procurou-se suprir esta lacuna com dados referentes à actividade dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas. Nada se obteve porque, apesar da boa vontade do respectivo Director, não se encontrou informação no Arquivo Histórico do Exército, fosse para o ano em causa ou para qualquer outro, próximo ou longínquo.
- 3 Cf. Santos, Raul Esteves dos - *Os Tabacos*, vol. I, Lisboa, Seara Nova, 1974, p. 133.

A informação estatística fornecida pela fonte citada é bastante limitada do ponto de vista qualitativo, já que decorre do simples verbete de cobrança da taxa camarária: classe de actividade, localização, tipo de proprietário (sociedade ou indivíduo, nacionalidade, etc.), escalão de renda paga ao senhorio, valor das licenças camarárias e pouco mais. Não é possível conhecer, portanto, para melhor caracterizar a Economia da Cidade de Lisboa, dados tão importantes como o volume de negócio ou o nível de emprego de cada estabelecimento. Porém, como já se salientou, não se conhece outro apanhado, mesmo de âmbito tão limitado como este, para qualquer outro ano. Isso permitiria, até, estabelecer paralelos e avaliar sentidos de evolução nas várias freguesias lisboetas. Vamos, portanto, tentar aproveitar da melhor forma o pouco que aqui se obteve, pelo muito que constitui no deserto da informação estatística disponível para quem procura entender como a Capital foi afeiçoando a economia, ou o devir económico foi moldando a Capital.

Ao avançar interpretações para a maior ou menor presença de tipos de estabelecimentos comerciais ou industriais, nas freguesias de uma cidade como Lisboa, nos finais do século passado, é necessário ser muito cauteloso na interpretação de correlações, que, nalguns casos, poderão ser espúrias.

F.E.U.C.
117-156

O povoamento de Lisboa, em especial na segunda metade do XIX, sofreu tantas transformações que existe um sem número de variáveis em jogo. Há as migrações quotidianas, para a Cidade, dos homens que vinham tentar melhor sorte nas indústrias e nos novos empregos pesados que uma cidade a crescer exige. Aos não solteiros que vieram isolados, se conseguem fixar-se, mais tarde vem juntar-se a família. Dos que, em algum tempo, vieram da província, como de entre nados e criados em Lisboa, também foi saindo, barra fora, muita gente a tentar fortuna noutras terras.

E as raparigas que vinham para aprender costura e trabalhar em modistas ou para criadas de servir. E os mancebos que entravam em Lisboa para fazer o serviço militar e ficaram na Cidade, regressaram à origem ou demandaram os Brasis.

A tudo isto acresce, em cada época, o natural movimento fisiológico das populações estabelecidas na Cidade, com nascimentos e mor-

tes, tantas vezes aumentadas por endemias que mais dizimavam nos agregados vivendo em piores condições de salubridade, o conjunto refletindo-se, de par com o fluxo e refluxo das migrações, nas pirâmides etárias de cada freguesia.

Faça-se referência, ainda, sem a pretensão de ser exaustivo no enumerar das dificuldades, aos modos como, em cada tempo, a população foi ocupando os espaços da Cidade. A começar naqueles que, desalojados pelo Terramoto, demandaram o litoral, fosse no caminho dos Olivais ou no de Santos e Belém, ou tentaram o interior, pelo vale dos Anjos ou para as bandas de Campolide.

Como habitaram os que vieram de fora: em casa de patrões, de parentes ou conterrâneos, em albergarias ou em aldeamentos operários, vulgo «casas de malta», e para onde se transferiram quando a família se lhes veio juntar ou, mesmo solteiros, tiveram condições de ter outro tecto?

Funcionários da Administração Pública, Políticos e Letrados, quantos não entravam em Lisboa, na roda do ano, para nela fixar residência? E quantos saíam?

F.E.U.C.
117-156

Não é menor factor de indeterminação o desconhecimento da forma como, em cada época, se processaram as migrações dentro da própria Cidade, como as populações se foram transferindo e substituindo de uns bairros para outros. Os recenseamentos, principalmente os do fechar do século, permitem alguma luz sobre a temática enunciada⁴.

O reduzido número de lojas de uma especialidade tanto pode significar ser uma actividade emergente como declinante. E em todas as modalidades há lojas mais antigas e outras acabadas de constituir, umas em que o negócio será florescente e outras que estarão a caminho de fechar as portas.

No fundo, a informação estatística relativa à situação existente num momento, como é o caso deste inventário de estabelecimentos em 1895, representa um corte da realidade, em que se sobrepõem estratos de muitas épocas e de muitas situações diferenciadas, ao jeito dos cor-

4 Importa sublinhar que depois dos trabalhos de Teresa Rodrigues sabe-se bastante mais acerca da Demografia Histórica de Lisboa.

tes geológicos. Importa ser, sempre, prudente e não tender a tomar a núvem por Juno⁵.

CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

O trabalho foi desenvolvido com base na informação estatística contida no volume «CML - «O Serviço dos Impostos Municipais», Lisboa, Imprensa Nacional, 1896». Para consideração da população residente nas diversas freguesias utilizaram-se os valores compilados, para os vários Recenseamentos da População, pelo Eng.^o Vieira da Silva no seu trabalho «A População de Lisboa», inicialmente publicado na «Revista de Obras Públicas e Minas», Lisboa, 1919⁶. As áreas atribuídas às freguesias integrantes de Lisboa foram coligidas na obra da Doutora Teresa Rodrigues, «Nascer e Morrer na Lisboa Oitocentista - Migrações, mortalidade e desenvolvimento», Edições Cosmos, Lisboa, 1995. A área total estimada para essa Lisboa do final de 1895 é de 8.387,2 hectares⁷.

-
- 5 Em 1895 ainda era sentida a crise de 90/91, com os relatórios anuais das Companhias, nomeadamente as principais seguradoras de Lisboa - *Fidelidade e Bonança* - a queixar-se da quebra generalizada de transacções, da redução dos capitais seguros, da anulação de apólices por falência ou incapacidade para pagamento de prémios, do aumento da sinistralidade criminosa, etc. Como Ruy Ennes Ulrich escreveu na sua tese de doutoramento, em 1902, nesse ano aquela crise não fora ainda superada. Cf. Relatório de gerência de 1894 da Companhia de Seguros Fidelidade, Lisboa, 1895, p.3, Saraiva, José Hermano - *A Companhia de Seguros Bonança - Notícia histórica*, Lisboa, 1992, pp. 369/370 e Ulrich, Ruy Ennes - *Crises Económicas Portuguezas*, Coimbra, 1902, p. 215, citado por Justino, David - *A Formação do Espaço Económico Nacional*, vol. II, p. 93, Lisboa, 1989(?).
- 6 Depois reunido em *Dispersos de Augusto Vieira da Silva*, vol. II, de que consultei a 2.^a edição, Lisboa, 1985, pp. 11 a 83.
- 7 Não foram consideradas as freguesias de Sacavém e de Camarate que, pertencentes à Cidade no início do ano, dela foram desligadas por Decreto de 26 de Setembro de 1895. Interessa, ainda, esclarecer aspectos relacionados com as áreas de algumas freguesias. Assim, com a designação de Santiago figura a freguesia que incorporou, também, a de S. Martinho, totalizando 6,2 hectares. Processo análogo ocorreu com a de S. Vicente, cujos 30,6 ha. correspondem à sua junção com as antigas freguesias de S. Tomé e do Salvador. À freguesia de St.^o André acrescentou-se a de St.^o Marinha, totalizando o conjunto, identificado como de St.^o André(Graça), 34,1 ha. Para simplificar designa-se apenas como freguesia de S. Cristóvão a que, tal como agora, incorpora a de S. Lourenço e totaliza 7,7 ha. A freguesia de St.^o Engrácia da época tinha a área de 123,1 hectares. A da Sé, 12,1 ha., resultantes da adição da freguesia de S. João da Praça. Algumas freguesias tinham áreas diferentes das que lhes estão atribuídas na actualidade, e eram as seguintes, em hectares: Alcântara (637,4), Ajuda (524,9), Beato (1.008,9), Benfica (f.223,3), Campo Grande (574,2), St.^o Isabel (112,5) e S. Sebastião da Pedreira (616,1).

F.F.U.C.
117-156

Por interpolação linear das populações dos recenseamentos de 1890 e de 1900, hipótese que se afigura aceitável, elaborei a estimativa da população, masculina e feminina, das diferentes freguesias de Lisboa em 1895. Pela razão já aduzida não foram consideradas as freguesias de Sacavém e de Camarate. Lisboa contaria com 327.442 habitantes, embora para a freguesia de Benfica apenas se considerem os habitantes residentes na sua parte que correspondia à zona «intra-muros», já que a nova circunvalação, estabelecida em 1885, cortou a antiga freguesia de Benfica. As freguesias mais populosas seriam St.^a Isabel, Alcântara, Santos, Anjos e St.^a Engrácia, só cinco acumulando 31,5% das gentes de Lisboa. St.^a Isabel tinha 28.712 habitantes, população superior à da terceira cidade do país, Braga, que, pelo mesmo critério, teria 23.646 habitantes em 1895.

Sobre aquela estimativa ensaiou-se a aplicação de um modelo demográfico para avaliar os desequilíbrios do balanceamento de sexos nas várias freguesias, cujos resultados serviram no apoio à definição dos vários núcleos funcionais.

Considera-se que a forma mais apropriada de avaliar a importância das várias actividades comerciais e industriais em cada freguesia consiste em relacionar as posições relativas, face aos respectivos totais da Cidade, dos estabelecimentos e da população residente. Entende-se denominar esse quociente como *Coefficiente de implantação de estabelecimentos (CIE)*. Nos casos em que o peso relativo de lojas e de residentes se equivalem o coeficiente tem o valor da unidade. Quando a implantação de estabelecimentos atender a outros factores que não a população residente, como é o caso dos polos terciários, haverá desequilíbrio manifestado por coeficientes superiores à unidade, tanto mais elevados quanto maior for a desproporção face à posição relativa da população residente da freguesia. Quando o número de estabelecimentos tem posição relativa inferior à da população residente o CIE assume valores entre um e zero ⁸.

As conclusões que é possível obter com este indicador, face à informação estatística disponível, são meramente de carácter quantitativo.

⁸ Com o propósito de contemplar, apenas, as freguesias onde cada actividade adquiria algum destaque, estabeleceu-se que seriam inventariadas aquelas em que a percentagem do número de lojas fosse superior ou igual a 2% do respectivo total em Lisboa e correspondesse a mais de um estabelecimento.

Para cada tipo de actividade um estabelecimento é contado da mesma maneira em qualquer freguesia. A única diferenciação que pode ser estabelecida é a decorrente dos montantes de imposto pago que, na maior parte dos casos, só se conhece para o conjunto da actividade, em cada freguesia.

ESTABELECEMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS

Os Serviços Camarários inventariaram 10.844 estabelecimentos a que foram concedidas licenças na cidade de Lisboa. A estatística coligida abrange 342 tipos de actividade, dos quais 89 (26%) com apenas um estabelecimento. Pouco mais de metade (51,1%) do montante arrecadado, em 1895, pela concessão das licenças de estabelecimento foi proveniente de, apenas, 17 tipos de actividade, considerando como um deles o conjunto de lojas que vendiam fruta, hortaliça, criação, louça e vinho, segundo várias combinações, e reunindo, num único grupo, as 101 fábricas que pagaram a licença camarária.

As classes que contribuíram com 75% do total dessa arrecadação foram 43 e bastaram 87, ou seja, 25% dos tipos inventariados, para se atingirem 90% da receita total. Note-se que, para acrescentar os últimos 15% da receita foi necessário mais um tipo de actividade (44) do que os computados (43) para obter os primeiros 75%, o que sugere a fragilidade económica da maior parte das classes de estabelecimentos existentes em Lisboa. A análise incide sobre essa amostra que contribui com 90% da receita de licenças camarárias, ainda que possam ser feitas referências, incidentais, a outras actividades por particularidades que, então, serão salientadas.

F.E.U.C.
117-156

De uma forma geral, destacam-se umas quantas actividades que se distribuem, generalizadamente, por toda a cidade, outras que se localizam, preferentemente, na zona da Baixa e outras adstritas a funções mais próprias de freguesias de forte implantação industrial, ou àquelas que não haviam perdido, ainda, a sua feição rural.

Nas Actividades de grande implantação nas várias zonas de Lisboa, em que se busca satisfazer a clientela próximo da respectiva residência, o CIE apresenta valores oscilantes em torno de 1, com os coeficientes mais

altos a fazer supor maior apetrechamento, que poderá relacionar-se, também, com diferenciação de qualidade de estabelecimentos e os coeficientes mais baixos a denotarem menor difusão de lojas, eventualmente por inferior densidade populacional ou mais baixo poder aquisitivo.

Podem arrolar-se neste grupo, de mais estrita vinculação às populações locais, em que nenhum CIE atinge o valor 2, apenas cinco actividades: Mercearia, Carvoaria, Taberna, Capela (a actual Capelista) e Padaria.

Em Mercearia (único tipo de actividade difundido pelas 42 freguesias, totalizando 1.136 lojas) o CIE mais elevado regista-se nos Olivais e não vai além de 1,4. Aparentemente bem ajustadas às respectivas clientelas, apresentam-se, por ordem decrescente, St.^a Justa, S. Nicolau, Carnide, Alcântara, Sé, Madalena, St.^a Engrácia, St.^o Estêvão, Belém, Mártires e Conceição Nova. O destaque de St.^a Justa e de mais quatro freguesias do centro da Cidade, que estava a perder população, sugere qualidade de lojas, a que a localização não será estranha. As restantes são freguesias em que predominará povoamento popular. Mas também Santos, Mercês, St.^o André(Graça) e Ajuda, como St.^a Isabel, St.^a Catarina, S. José e Arroios têm CIE igual ou superior a 1. A importância destes estabelecimentos para o fornecimento de produtos alimentares às populações expressa-se na circunstância de os valores de CIE inferiores à unidade não se afastarem muito dela.

F.E.U.C.
117-156

Quanto às Carvoarias (392 lojas), o CIE de Carnide (1,89) destaca-se dos demais. Aliás, esta freguesia apresenta-se como a de melhor cobertura em lojas de apoio familiar no núcleo das periféricas abrangidas pela nova circunvalação, o que expressa nos valores de CIE. A posição seguinte é da Encarnação (1,75), a denotar, como em muitas outras expressões das suas estruturas económica e de povoamento, tratar-se de uma zona que, se numa parte é constituída pelo Bairro Alto, com tudo o que isso implica de tipos de actividade e de estrutura socio-profissional preponderantes, noutra, em especial para sul do Loreto, tem residência de alta burguesia, ao nível do mais abastado da freguesia dos Mártires. O conjunto que se apresenta, a seguir, melhor equipado de Carvoarias é formado por Madalena, S. Nicolau, S. Miguel, Beato, St.^o Estêvão, Sé e Santos, ou seja, um núcleo ribeirinho envolvente da Sé e as industriais freguesias do Beato e de Santos. No entanto, esta análise tem de ser conjugada com outro tipo de lojas, as de Carvoaria e Vinhos, de que havia 167 na Cidade.

Nesta agregação de 559 lojas do mesmo tipo de comércio, o maior CIE ocorre na Encarnação (1,59), seguida de Carnide. Os destaques imediatos permitem identificar a zona do Bairro Alto e seus prolongamentos de St.^a Catarina, Mercês e S. José, a freguesia de St.^a Isabel, onde um CIE de 1,16 corresponde à liderança em número de lojas (57), o núcleo de Alcântara, Belém e Ajuda, muito industrial (e, portanto, operário) e as freguesias mais centrais, ainda populares, de S. Miguel (CIE de 1,25), Madalena e S. Vicente.

Impressiona a geoeconomia da Taberna, não tanto por, à excepção da Charneca — que, ao todo, não tinha mais de nove estabelecimentos — aparecer em toda a Cidade mas, principalmente, pelo número de freguesias em que é o estabelecimento mais frequente.

Com efeito, no Campo Grande representa mais de 1/4 das 55 lojas registadas, na Ajuda são 23,8%, em S. Sebastião 22,3, no Beato 19,7, em Benfica 16,9, em igualdade com as Mercearias, 14,1% em Belém e, na região central de Lisboa, temos: St.^a Estêvão (15,4%), Socorro (8,8), Encarnação (8,5), Sé (7,9, em igualdade com Mercearias), S. Paulo (6,8%, com a particularidade de os Botequins virem logo a seguir, com 6,4%) e Mártires (5,4, ex-aequo com Casa de Hóspedes). Em St.^a Justa nota-se a sofisticação de a Taberna ceder a primazia ao Botequim, de que há 6% dos estabelecimentos da freguesia.

F.E.U.C.
117-156

Para além do fornecimento doméstico, a Taberna seria o local privilegiado para o convívio social das populações operárias que povoavam essas freguesias.

Em muitas outras é a segunda loja mais frequente, no geral, após Mercearias: Olivais (17,2%), Carnide (16,7), Alcântara (12,9), Arroios (12,3), S. Vicente (11,7), Santa Engrácia (11,2%, logo seguidas dos Armazéns de vinhos, com 5,1%), Santos (8,8), S. Cristóvão (8,7% e os armazéns com 7,0%), Pena (7,8), St.^a Isabel (7,7) e S. Mamede (7,3). Na freguesia de S. Miguel ocupa, também, a segunda posição, com 12,4%, e os Armazéns de vinho 9,3%, mas o estabelecimento mais representado é o Lugar de hortaliça, fruta e criação.

As Tabernas são o terceiro tipo de loja, depois de outras consagradas à alimentação, no Lumiar e em St.^a André (Graça), mas logo seguidas pelos Armazéns de vinho, nos Anjos, nas Mercês e no Coração de Jesus. Os Armazéns tinham representação superior às Tabernas em St.^a Catarina e em S. José, onde, aliás, estas eram poucas.

A alta dos alugueres, que estaria a pressionar já o centro da Cidade, deveria ser a razão principal da pouca importância que aí tinham as Tabernas que, nos 899 estabelecimentos que enxameavam Lisboa, registam um Imposto Camarário médio, muito baixo, de 2\$213 réis. Eram quase inexistentes em S. Nicolau, na Conceição Nova, na Madalena e em S. Julião, nas duas últimas aparecendo substituídas, sem destaque, por Botequins.

A actividade actualmente designada de Capelista (331 lojas), presente em 37 freguesias, tinha maior saliência em número considerável delas, incluindo as mais populosas, de um modo geral, além de St.^a Justa, a de maior CIE (1,75) em igualdade com a de St.^o André (Graça), esta acompanhada por outras três da zona da acrópole, St.^o Estevão, Santiago e a do Castelo. Nos restantes destaques identificam-se, com nitidez, algumas contiguidades, como St.^a Catarina/Encarnação, Alcântara/Belém, St.^a Isabel/Lapa/Santos e Socorro/Anjos.

Considerem-se, ainda, as Padarias (351, ao todo), com destaque em 16 freguesias, quando existiam estabelecimentos em toda a cidade, menos na Ameixoeira. No entanto, em mais oito os valores estão pouco abaixo da unidade. A surpresa estará nos fracos valores assumidos na Sé e em três freguesias do núcleo de povoamento antigo, S. Cristóvão, Graça e Santiago, a contrastar com S. Vicente, e mesmo o Castelo, para além de St.^o Estêvão, que registou o CIE de 1,67, o maior. Aliás, como irá ser visto em relação a muitas outras actividades, esta apresenta-se como a freguesia mais bem equipada de todas as do Núcleo do Castelo/Graça/Alfama.

Como é natural, as actividades que proporcionavam alimento, bebida, iluminação e combustível para a cozinha doméstica, eram as mais numerosas, à frente das que permitiam obter e consertar calçado, e das que forneciam chitas e outros artigos necessários à confecção do vestuário popular, nomeadamente de mulheres e crianças.

Seguidamente, evidencia-se o pendor da intermediação no comércio (313 escritórios), a que não é estranho o porto de Lisboa, de acesso fácil à navegação marítima de grande arqueação, que garantia o movimento de importações e exportações.

Se o número de Botequins (265) evidencia a importância dos locais de convivência burguesa a pretexto da bebida, a posição do Talho (251 lojas), praticamente o último do sector alimentar, denota o menor peso

da carne (exceptuados os galináceos) na composição da dieta alimentar dos lisboetas, por dificuldades económicas⁹. Não é o último porque há, ainda, as 118 Vacarias, mas estas constituem um caso especial, análogo ao das hortas saloias, donde vinha, diariamente, o principal dos frescos para os mercados alfacinhas. Embora vamos encontrar Vacarias em plena Baixa — do mesmo modo que havia muitas hortas em quintas tão centrais como na Lapa, S. Mamede ou Coração de Jesus —, a maior concentração destes estabelecimentos estava nas freguesias do Lumiar, Carnide e Benfica, donde os produtos lácteos demandavam as clientelas de outras freguesias.

As seis primeiras actividades, todas do essencial antes referido, absorviam mais de 35% do número de estabelecimentos comerciais e industriais de Lisboa sujeitos a Contribuição Industrial. Os que comerciavam Vinho (Taberna, Armazéns de vinho, Botequim, Carvoaria e Vinho, Fruta, Hortaliça, Louça e Vinho, Fruta, Hortaliça e Vinho, Fruta, Hortaliça, Vinho e Criação, Capela, Louça e Vinho, Capela e Vinho, Vinho e Azeite) totalizavam 1.985 estabelecimentos e, portanto, representavam 18,3% do total geral.

Praticamente 51% do número de estabelecimentos concentrava-se, apenas, nas 12 primeiras actividades enunciadas, quando estavam registados, no Município de Lisboa, estabelecimentos representativos de 342.

F.E.U.C.
117-156

A necessidade de seleccionar temas numa comunicação como esta, obriga a reservar para a secção seguinte a análise do comportamento de outras actividades relevantes, então na óptica da caracterização de núcleos funcionais de freguesias.

NÚCLEOS FUNCIONAIS DE FREGUESIAS

A forma como se articulam na Cidade as várias funções comerciais e industriais permite que se ensaie a divisão de Lisboa em termos que

9 Um cálculo feito pelo director da Alfândega de Consumo, para carnes de gado bovino, ovino e suíno, avaliava em cerca de 47 quilogramas o «consumo pela média da carne limpa vendida nos talhos e salsicharias» de Lisboa, em 1885. Praticamente, era o valor registado em Bruxelas, mas como média de anos bem mais recuados (1836 a 1845). O valor era o mesmo de Madrid, mas sem indicação de data, em Paris, em 1873, seria de 73 kg. e, em Londres, segundo inquérito parlamentar, em 1849 a capitação seria de 93,5 kg. Cf. *Considerações gerais sobre os consumos em Lisboa*, relatório para o Administrador-geral das Alfândegas e Contribuições Directas, elaborado em 1886.

procuram atender à sucessiva génese dos agregados populacionais da urbe, mas se afastam dos tradicionais Bairros Administrativos. É uma simples tentativa, que privilegia as contiguidades geográficas e tem presentes as considerações feitas, de início, acerca da precariedade destes estudos de raiz demográfica urbana. São dez os Núcleos identificados.

Apresenta-se, com nitidez, um conjunto de freguesias que poderemos designar como *Polo de Base Terciária* ou, simplesmente, *Polo Terciário* e que corresponde à Baixa Pombalina acrescida, nos flancos, pela ribeirinha Madalena e pela dos Mártires, no Chiado. É formado, portanto, pelas freguesias de Madalena, S. Julião, Conceição Nova, S. Nicolau, St.^a Justa e Mártires.

Cobrindo uma área que não chega a ser 1% da considerada para a Cidade, em 1895, alberga quase 1/4 dos estabelecimentos licenciados em Lisboa e menos de 7% da população estimada.

A desproporção dos termos apresentados radica na circunstância de essa zona se constituir em núcleo central da função terciária de Lisboa. Adquirem relevo especial as actividades relacionadas com o comércio marítimo de importação e exportação, feito a partir do vizinho porto de Lisboa, bem como as decorrentes da localização das sedes das principais companhias comerciais, industriais e agrícolas e das instituições creditícias, de câmbios ou das agências de navegação. Igualmente aí se situam os dois únicos Grandes Armazéns e um núcleo importante de lojas destinadas a vestir, com esmero, populações femininas e masculinas. Também nesse reduzido espaço da Cidade se encontra o maior número de ourivesarias, livrarias e papelarias, os principais e mais numerosos hotéis e outros estabelecimentos de acolhimento de visitantes. Tudo quanto é importante para o conforto das casas da população mais abastada, encontra-se em lojas situadas, predominantemente, nesse acanhado espaço.

Embora seja possível encontrar algumas dissemelhanças nos modelos terciários das freguesias enunciadas, afigura-se que formam uma unidade diferenciadora do resto do espaço urbano. Constituem a sede da terciarização em Lisboa. A população residente ou diminui ou cresce às taxas mais baixas, porque os escritórios das sociedades e os comércios que podem pagar aluguéis mais elevados já aqui se instalaram, como irão continuar a instalar-se.

Como já referido a fonte estatística utilizada não permite conhecer, em termos monetários, mais do que o montante das licenças camarárias pagas, função dos aluguéis cobrados. De uma forma geral estas são as freguesias de maior volume de cobrança do Imposto Camarário (IC) e de maiores valores médios por estabelecimento.

É comum, na Cidade, os estabelecimentos situarem-se em lojas. Porém, nas freguesias consideradas, ainda que a maioria sejam lojas, regista-se já importante expressão de estabelecimentos em andares ou em loja e andar: S. Julião (40%), S. Nicolau (37%), Madalena (34%), Conceição Nova (30%), Mártires (21%) e St.^a Justa (17%).

Neste espaço situam-se, além dos «grandes armazéns» já referidos, todas as casas bancárias e, com uma única excepção, em cada caso, bancos, mercadores e agências de navegação. Os escritórios comerciais, identificados como «de comissões», correspondem a mais de 90% dos existentes em Lisboa, os escritórios ditos «de fábricas ou companhias» contam-se por 85% do respectivo total e para um conjunto significativo de negócios existem índices de concentração pouco usuais.

S. Julião, Madalena e S. Nicolau registam os maiores valores de CIE nos Escritórios de Comissões, em termos que determinam seja a actividade nelas preponderante, a grande distância das seguintes. Com efeito, na Madalena, os Escritórios de Comissões representam 1/5 dos estabelecimentos existentes, e a actividade seguinte, de Fanqueiros, apenas 6,8%. Em S. Julião os Escritórios de comissionistas têm uma frequência de 19,7% e a imediata, Escritórios de fábrica ou de companhia, de 7,0%. Em S. Nicolau, os valores percentuais relativos às duas primeiras actividades são de 16,3 para os Comissionistas e de 4,6 para as Alfaiatarias. Na Conceição Nova a distribuição de frequências das lojas existentes é menos assimétrica, correspondendo os Escritórios de comissões — ainda a principal actividade — a 7,9% e a de Ourivesaria a 7,2%.

Representação importante no *Polo Terciário* têm os estabelecimentos de Empréstimos sobre Penhor, que apresentam os coeficientes CIE mais elevados, manifestamente para além do requerido pelas respectivas populações residentes, nas freguesias de S. Nicolau (7,1), Conceição Nova (5,0) e St.^a Justa (4,6). Esta actividade de crédito popular, se é permitido o eufemismo, encontra-se com relevo noutras freguesias de Lisboa, como é natural, podendo salientar-se, desde já,

F.E.U.C.
117-156

ser um dos casos em que se destacam, também, freguesias do núcleo de povoamento mais antigo, Santiago, St.^o Estêvão, S. Miguel e St.^a Engrácia. Porém, a intensidade da presença desses estabelecimentos no coração da Baixa e, como se verá, em todas as freguesias que se considera envolverem-no, não deixa de refletir carências das suas populações residentes mas deverá relevar, não apenas da importância dos fluxos populacionais no centro da Cidade, mas também, da vantagem em dispor de local onde se possa fugir à curiosidade da vizinhança, nas transacções mais volumosas.

Passando para as actividades de Vestuário e Calçado, verifica-se que o *Polo Terciário* concentra, não apenas o maior número de estabelecimentos como, a avaliar pelo «Imposto Camarário» (IC) pago em alguns casos, os que teriam qualidade mais elevada, por dimensão, apetrechamento ou localização.

Nas lojas de Modas e de Modista, a Madalena não está representada: a sua posição geográfica terá mais a ver com o movimento do porto de Lisboa. Nas outras cinco freguesias registam-se valores muito elevados de CIE, em particular na Conceição Nova (36,2) quanto a Modas, e na Conceição Nova (27,3) e em S. Nicolau (16,3), para as Modistas. As lojas de Fanqueiro são mais salientes na Madalena (20,4) e em S. Nicolau (15,0).

F.E.U.C.
117-156

Retroseiros quase só existem na área que, de S. Julião, Conceição Nova e St.^a Justa se alonga até aos Mártires. Situação análoga ocorre com as Camisarias, em que a freguesia do Sacramento se lhes junta, configurando, assim, uma melhor continuidade geográfica. As lojas de Sombrinhas e guarda-chuvas têm proeminência na Conceição Nova, nos Mártires e em S. Julião (valores de CIE entre 34 e 12).

Embora presentes noutras áreas da Cidade, como se verá adiante, as lojas de Alfaiate, Chapelaria, Luvaria e Sapataria têm o destaque maior no *Polo Terciário*. Nele se situa, igualmente, o maior núcleo da actividade de fato feito, designada como de Algibebe. A principal concentração estava, porém, na freguesia de S. Paulo (CIE de 23,2), prolongamento da Baixa na direcção das populações industriosas da zona do Aterro.

Assinalam-se valores elevados de CIE, entre outras, em actividades como Ourivesaria, Livraria, Papelaria, Relojoaria, bem como no conjunto de actividades de Hotelaria e Restauração, nelas compreendendo

as Confeitarias e as lojas de Chá e Café, também denominadas de Mercarias Finas.

No fundo, a maioria das actividades não consagradas a prover o sustento das populações está localizada no *Polo Terciário*, procurando aproveitar-se dos incessantes fluxos de pessoas que diariamente circulavam pela parte mais meridional da planura encravada entre as elevações do Castelo e Senhora do Monte, de um lado, e S. Francisco, Chiado e S. Pedro de Alcântara, do outro.

Fluxos de que se aproveitavam algumas dessas actividades, que tinham presença significativa em freguesias que envolvem o «Polo», prolongando-o. No sentido de nascente encontram-se as da Sé e do Socorro e, para poente, alcandoradas, as do Sacramento e Encarnação e, encostada ao Tejo, a de S. Paulo.

Denomino este conjunto *Núcleo de Envoltente Terciária*, para significar que, embora haja funções residenciais e de carácter oficial de maior intensidade do que na Baixa, o que individualiza este conjunto de freguesias é a circunstância de irem propagando, para a periferia, sinais de vivência terciária. Nalguns casos poderá pressentir-se um esbater de intensidade e este conjunto de freguesias funciona quase como uma «testa de ponte» da função terciária, eminentemente implantada na zona mais central. Mas não deixa de haver situações, como a dos Algibebes há pouco referida, em que uma freguesia do *Núcleo de Envoltente* constitui o principal foco.

F.E.U.C.
117-156

Trata-se de zona fortemente povoada, evidenciando elevada densidade populacional, tanto nas freguesias que estabelecem a ligação com Alfama, Costa do Castelo e Anjos, como nas que se projectam na colina do Chiado e avançam pelo Bairro Alto.

A densidade de estabelecimentos também é significativa, ainda que não atinja o pico de S. Nicolau (52,6 por ha.), e o rácio de população residente por estabelecimento apresenta valores equilibrados. Neste tipo de análise a freguesia de S. Paulo regista ligeiros desvios, provenientes de apresentar o dobro da área da maior das restantes, Encarnação.

No cálculo do CIE efectuado para o conjunto dos estabelecimentos de cada freguesia, estas cinco apresentam valores situados entre 1,4 e 2,0, logo abaixo dos registados para o «Polo Terciário».

Os Escritórios encontram-se, ainda com expressão, na Sé e em S. Paulo. Se, nas Modas e Modista, são as freguesias do Sacramento e da Encarnação que prolongam o «Polo Terciário», como é próprio do Chiado, nos Fanqueiros e Ourivesarias a parte maior vai para as do Socorro e de S. Paulo. Todas as cinco, porém, protagonizam a sua função de *Núcleo de Envolvente* em Sapataria, Tabacaria, Drogaria, Hospedaria, Botequim, Carpintaria, Armazéns de vinho e de Cereais e noutras, como em Empréstimos sobre Penhor. Neste particular, porém, o adensamento de estabelecimentos também não é estranho às populações locais, em particular no Socorro, Sé e Encarnação.

Note-se que estas cinco freguesias têm peso significativo de populações ligadas ao trabalho oficinal, sendo daquelas, já assinaladas, em que os estabelecimentos mais numerosos são Tabernas¹⁰. Praticamente em todas, as Fábricas e Serralharias têm valores elevados de CIE. Em S. Paulo localizam-se importantes unidades fabris, a avaliar pelo IC pago: a do gás, a de pregos e a de conservas; na Sé são praticamente indústrias alimentares, de pouca expressão, excepto a moagem, como alimentares são as do Sacramento, com destaque para a da cerveja, ainda que seja por pagar menos IC do que seria previsível, já que é uma das poucas fábricas citadas como paradigma de indústrias na Baixa/Chiado.

F.E.U.C.
117-156

A freguesia do Socorro adquire maior expressão através das Fundições e das 12 Serralharias, actividade em que se destacam, ainda, S. Paulo e a Encarnação, em especial esta. O *Núcleo da Envolvente* apresenta outras actividades oficinais que prolongam o peso do Centro da Cidade, como Colchoaria, Carpintaria, Marcenaria, Tipografia, Encadernador, Canteiro, Caldeireiro e Caixoteiro, afigurando-se que esta tenha ligação privilegiada ao porto de Lisboa, expressa no destaque aqui atribuído a S. Paulo e à Sé, quando a Madalena, Conceição Nova e S. Nicolau eram as proeminentes no «Polo».

Todas as funções de Hotelaria e restauração se apresentam, nesta cintura, com grande importância no acomodar dos viajantes e doutros deslocados para Lisboa, evidenciando a interligação com o Centro, a

10 Todas as freguesias, excepto a da Encarnação, evidenciam sobrepopulação masculina. No caso da freguesia que incorpora o Bairro Alto, o peso das populações operárias deste, no cômputo geral, deve ser ultrapassado pelo elevado número de criadas (e de aprendizes femininas), tal como em S. Nicolau, Mártires e Conceição Nova, do «Polo Terciário».

par do carácter flutuante que deveriam ter muitos dos seus efectivos humanos.

Este *Núcleo de Envoltente Terciária* secunda o do «Polo» ainda noutra indicador significativo, o da proporção de estabelecimentos instalados em andares ou em loja com andar. No Sacramento representa 19% do total, 18% na Sé, 13% em S. Paulo e 12% na Encarnação, estes dois a denotarem já, como no Socorro (9%), a proeminência oficial e de estabelecimentos que funcionam ao nível da porta da rua.

Em meados do século XVI a expansão urbana, para norte, atingia tal expressão que foram destacados, da freguesia de St.^a Justa, territórios para instituição de três freguesias: Anjos, Sant'Ana (depois denominada de N.^a S.^a da Pena) e São José ¹¹.

Apesar de apresentarem algumas dissemelhanças nas estruturas funcionais urbanas, outros valores recolhidos na estatística em estudo aconselham reuni-las no mesmo núcleo. Podem ser consideradas freguesias em que se mesclam funções terciárias e funções de residência, em proporções diferenciadas, evidenciando a de S. José os sinais inerentes a um território que se estende desde as paragens de D. Pedro V/Príncipe Real, passando pela metade inferior da Av.^a da Liberdade, até ao Hospital de St.^o António dos Capuchos.

F.E.U.C.
117-156

Não surpreende, portanto, que esta freguesia tenha dois hotéis - um dos quais, eventualmente detido por sociedade estrangeira, a pagar imposto camarário pelo mais alto escalão —, disponha de outras funções de hotelaria, pertença ao grupo das eleitas em Confeitaria, Perfumaria, Drogaria, Tabacaria, etc., e tenha destaque no comércio de Móveis, em que é secundada pela Pena, e na Marcenaria, onde Anjos e Pena também se avantajam. A par disso, assegura equilíbrio quanto a Mercarias — o CIE respectivo é igual a 1 —, nos fornecimentos de vegetais e quanto a outras funções directamente vinculadas à alimentação básica dos residentes e à manutenção doméstica. Não é por acaso, igualmente, que a freguesia de S. José figura entre as urbanas que detêm número significativo de Vacarias.

O agrupamento de freguesias não pode ser matéria pacífica, principalmente porque, na parte mais antiga da Cidade, os limites de cada

11 Cf. *Dispensos de Augusto Vieira da Silva*, vol. I, 2.^a edição, Lisboa, 1968, p. 195.

uma são partes de uma mesma rua ou logradouro. Com a informação disponível não é possível compartimentar cada freguesia. No caso vertente, podemos admitir que as funções de maior peñdor terciário nuclear, com isto querendo significar aquelas que independem da população residente, se situem nas imediações das freguesias de St.^a Justa e da Encarnação, sendo as derivadas do povoamento local mais aproximadas à Pena e ao Coração de Jesus. Mas isto é meramente especulativo.

Porque está em causa a caracterização comercial e industrial das freguesias, interessa atender aos indicadores que relacionam a população residente e os estabelecimentos, seja em termos absolutos como relativos. As freguesias do «Polo Terciário» têm os menores valores de população residente por estabelecimento, e os maiores quando se efectua o quociente das percentagens que os respectivos estabelecimentos e população têm face ao conjunto da Cidade, ou seja, quando se calcula o CIE. O «Núcleo de Envolverte Terciária» regista rácios da população residente por estabelecimento com os níveis imediatos, entre os estreitos limites de 15 e 22, e, simultaneamente, o CIE varia entre 1 e 2.

F.E.U.C.
117-156

Embora não causasse estranheza eleger a integração de S. José, vizinha da Encarnação, no «Núcleo de Envolverte Terciária», para que não lhe faltam atributos, entendeu-se privilegiar a unidade urbana com as freguesias da Pena e dos Anjos, em que o índice de população residente por estabelecimento se situa em patamar mais elevado (entre 33 e 54), a densidade de estabelecimentos se afunda para limites entre 4 e 8 e o valor do CIE é inferior à unidade.

Com efeito, a estrutura de estabelecimentos nestas três freguesias hierarquiza funções de apoio aos residentes e às populações operárias locais: Mercearia, Produtos hortícolas e frutícolas, Padaria e Talho, acompanham Taberna, Carvoaria, Armazéns de vinho e, mesmo, Botequim.

A freguesia da Pena marca a transição entre a de S. José - com a qual tem em comum, além do já referido, estabelecimentos de Hotelaria e Vacarias - e a dos Anjos, na qual estava em curso o processo de urbanização da Avenida dos Anjos e de arruamentos circundantes, por sinal, muito retardado, de que se destacavam, já, os Bairros Andrade e dos Castelinhos, como espaços abertos à fixação da classe

média nas imediações do Centro, em contraponto ao relativo luxo das Avenidas Novas e do Bairro Barata Salgueiro¹². A freguesia dos Anjos estava em expansão e tinha tradição industrial¹³, onde acompanhava a de S. José no destaque quanto a Torneiros em metal e se lhe avantajava em Serralharias.

Marca de fortes incidências de estratos de população de condição modesta estará no peso que tinha nos Anjos, como em S. José, o comércio de roupa usada (Adelo). Como não será estranho à natureza das respectivas pirâmides etárias, às condições da habitação e à proximidade de hospitais, a importância, nas três freguesias, de Agências funerárias¹⁴.

A freguesia dos Anjos, no entanto, já tinha sinais das novas orientações urbanísticas¹⁵, e ostentava a única Lavandaria que existiria em Lisboa, detida por uma sociedade anónima, a ocupar loja e andar e tributada, pela Câmara, em 47\$800 réis, que era escalão importante. Escalão que abrangia, ainda nos Anjos, um dos três Botequins aí existentes.

É a prevalência de funções comerciais de apoio às populações residentes, onde não haverá poucas famílias operárias, que aconselha a reunião das freguesias de Mercês, St.^a Catarina, S. Mamede e Coração de Jesus, correspondentes a diferentes idades de povoamento, as duas últimas de mais recente constituição e não tendo frutificado em 1895, ainda, as medidas urbanísticas adoptadas sob o consulado técnico de Ressano Garcia. No entanto, as respectivas estruturas de estabelecimentos denotam que albergam, cada uma, lugares de povoamento mais antigo: a zona do Rato, em S. Mamede, e a de St.^a Marta, no Coração de Jesus.

F.E.U.C.
117-156

12 Cf. Silva, Raquel Henriques da - *Lisboa de Frederico Ressano Garcia, 1847-1909*, CML e FCG, Lisboa, 1989, pp. 30/31.

13 Considerando todos os estabelecimentos, fabris e oficinais, a freguesia dos Anjos figura logo a seguir a Alcântara e Santos-o-Velho, como as de mais acentuadas características industriais.

14 Em termos de salubridade havia zonas mais funestas (Cf., em especial, a «Parte Terceira» da obra citada de Teresa Rodrigues). A localização deste tipo de estabelecimentos deveria orientar-se, principalmente, pela proximidade de hospitais, prisões e da clientela de mais posses. O maior CIE era no Sacramento (4,5) e o seguinte, de 3,5, situava-se no Coração de Jesus, a que o Hospital de St.^a Marta não seria alheio.

15 Nos Anjos, como em S. José, onde o peso relativo seria superior, a sobrepopulação era marcadamente feminina, o que deve traduzir influência de habitação da classe média alta.

É uma unidade envolvente, em que o aumento da população é síncrono¹⁶ e a estrutura económica repousa, fundamentalmente, no apoio aos residentes e às respectivas populações operárias: domínio de Merceria, seguida, a distância, de Produtos hortícolas e Padaria, bem como de Taberna, Armazéns de vinho, Carvoarias e Talho.

St.^a Catarina e Mercês não deixam de denotar a situação de charneira entre o Bairro Alto e a zona das Cortes/Lapa¹⁷: destaque em Luvária e Tabacaria, como em Estâncias de Madeira, Carpintaria e Carpinteiro de Carruagens. Se St.^a Catarina apresenta, ainda, actividades com relevo em ligação com o Terciário comum do Chiado e Bairro Alto (ex.^o Papelaria, Livraria, Fotografia), a freguesia das Mercês aproxima-se da clientela das Cortes/Lapa, com actividades como Perfumaria, Chapelaria, Modista, Estalagem, Tipografia, Encadernador e Colégio, onde ombreia com S. Mamede e Coração de Jesus.

Já estas não deixam de ter as suas peculiaridades. Em conjunto, destacam-se em Marcenaria, Colégio e Confeitaria, tendo S. Mamede notáveis funções terciárias a denotar, já, a qualidade de algum do seu povoamento, que lhe permite apresentar CIE elevado, por exemplo, em Modas, Alfaiate, Chapelaria, Papelaria, Móveis ou nas Mercerias Finas.

F.E.U.C.
117-156

Ao tempo, a freguesia do Coração de Jesus ainda não disfrutava do progresso que conheceu depois da urbanização da zona circundante do Marquês de Pombal, mais tarde completada. Dispunha de importante população operária, em especial pelas bandas de St.^a Marta, o que explica o relevo de Taberna e Carvoaria na sua estrutura de estabelecimentos.

O núcleo seguinte é, aparentemente, dissemelhante, por integrar três freguesias, duas das quais têm povoamento mais antigo, apresentando uma destas, Santos-o-Velho, maior densidade de estabelecimentos e alguns aspectos de estrutura funcional muito diversos da freguesia da Lapa. Nesse núcleo acrescenta-se, às referidas, a freguesia de Santa Isabel.

16 Entre o recenseamento de 1864 e 1895 estas freguesias aumentaram de população a níveis absolutos próximos: Coração de Jesus, 3.540 habitantes; Mercês, 3.231; S. Mamede, 3.023 e Santa Catarina, 2.637.

17 Aliás, um caso exemplar da obsolência da estrutura paroquial de Lisboa é a Rua de S. Bento, retalhada por cinco freguesias: Santa Catarina, Mercês, S. Mamede, Lapa e Santa Isabel.

Caso paradigmático da artificialidade das fronteiras comuns a algumas freguesias lisboetas, é o das freguesias de Santos e Lapa. Esta, como não poderia deixar de ser, foi um desmembramento da de Santos¹⁸ e os aspectos diferenciados que apresenta na sua estrutura socio-económica mostram bem ser a Lapa uma zona residencial tributária de três freguesias que a circundam: Santos, St.^a Isabel e Mercês. Mas Santos e Lapa funcionam em conjunto, como claramente exemplifica a Madragoa, que a ambas penetra. Basta atender a que a tal fronteira comum se expressa, no geral, pela partilha dos mesmos arruamentos.

Claro que, se Santos fosse olhada fora deste contexto umbilical, era admissível associá-la à freguesia de S. Paulo, constituindo o que poderia ser apelidado como Zona Industrial do Aterro, já que as respectivas fábricas e oficinas de maior relevo foram uma sua consequência. Mas, como já foi referido, a estrutura funcional de S. Paulo reflete, essencialmente, ligação às suas vizinhanças da Baixa e do Chiado/Bairro Alto.

Santos/Lapa, como S. José/Pena, Encarnação e zonas de Alfama e da Mouraria, denotam uma particularidade da urdidura da malha urbana, em que existiam, paredes meias, as casas senhoriais e as habitações dos que os serviam, dos artesãos e artífices e, também, dos comerciantes que se iam estabelecendo para de todos aproveitar.

F.E.U.C.
117-156

A estrutura económica das três populosas freguesias deste núcleo, evidencia, ainda, a prevalência de actividades de dois agrupamentos: o que denomino de alimentação básica (Mercearia, Produtos hortícolas, Padaria e Talho) e o de bebidas alcoólicas (Taberna, Armazéns de vinho, Botequim, Carvoaria e vinhos). A expressão da Mercearia é, aqui, muito forte, correspondendo, na freguesia da Lapa, a 19,1% dos seus estabelecimentos.

A anunciada interligação funcional entre Santos e Lapa decorre, naturalmente, do enunciar das actividades que nelas predominam. As Fundições que existem em Santos servem, também, as Serralharias localizadas na Lapa, mas há outras actividades, apenas salientes em Santos, que não serão indiferentes à clientela residente na Lapa¹⁹: Alfaiate, Tabacaria, Relojoaria, Colégio, Confeitaria, Candeeiros e Canalizações, etc.

18 Cf. *Dispersos de Augusto Vieira da Silva*, vol. I, 2.^a edição, Lisboa, 1968, p. 201.

19 Esta freguesia é a única, neste Núcleo, a denotar excesso de população feminina.

A freguesia de St.^a Isabel, tendo população correspondente a ser o terceiro núcleo urbano português, era atraente para o estabelecimento de lojas. Com 8,8% dos efectivos humanos da Cidade, os valores de CIE dificilmente se afastavam da unidade, em especial nas actividades muito difundidas. Basta notar que a sua liderança em Mercarias, com não menos de 96 lojas, não lhe permitiu melhor do que um CIE de 1,0.

St.^a Isabel apresenta uma estrutura interna muito próxima da de Santos e os seus melhores posicionamentos são em comércios alimentares (e de bebidas), no Adelo e em actividades officinais de Vidraceiro, Canteiro, Carpinteiro de Carros e Correeiro, todas modestamente tributadas. Recorde-se que, nesta época, a urbanização de Campo de Ourique, apesar de ter mais de quinze anos, era ainda incipiente.

O núcleo seguinte é formado pelas duas freguesias que, pelo norte, eram interceptadas pela estrada de circunvalação de 1852 e que, apesar da diferença de superfície (S. Sebastião era quase 5,5 vezes superior a S. Jorge de Arroios), apresentavam pontos comuns: número de habitantes e de estabelecimentos, donde, valores aproximados de CIE e de rácio de população residente por estabelecimento.

F.E.U.C.
117-156

Em termos de estrutura económica interna encontram-se semelhanças, com a Mercaria e a Taberna nas primeiras posições, com a particularidade de S. Sebastião denotar o seu cariz industrial²⁰, em que a Taberna é o tipo de estabelecimento mais representado, como já foi referido e iremos encontrar em St.^o Estêvão, no Beato, na Ajuda e em Belém.

Simultaneamente, mantêm fortes traços de ruralidade²¹, expressos pela importância relativa do Ferrador, da Vacaria e da Tanoaria, o que apresenta, ainda, aproximação aos modelos geoeconómicos, não apenas do Beato, mas, também, das antigas freguesias rurais do Campo Grande, Benfica e Lumiar, anexadas à Cidade em 1885, não por impeditivos de insuficiência de espaço para o desenvolvimento urbanístico,

20 Tem sobrepopulação masculina, em mais de 32%, enquanto Arroios evidencia maior peso da urbanização burguesa.

21 O que não quer dizer que não existissem noutras freguesias tidas por mais citadinas. Basta atender às Vacarias, situadas mesmo em freguesias como Conceição Nova, Encarnação, Santa Justa, S. José, Mártires, S. Nicolau, Sacramento, Mercês e Pena, e nas hortas que pontuavam toda a Cidade, para além das freguesias já citadas, na Lapa ou em S. Mamede.

mas com o fito de alargar a base de incidência do Imposto do Consumo, como está sobejamente demonstrado²².

Mas Arroios e S. Sebastião igualmente comportam, já em 1895, áreas de residência burguesa que, além da adequada cobertura de Mercearia e Talho (Arroios) e de Mercearia e Padaria (S. Sebastião), dispõem de Colégios, com a particularidade de Arroios registar um CIE de 3,1, ao nível do mais elevado de Lisboa.

Para caracterizar o que se poderia chamar o «miolo» da Cidade, falta referir o núcleo que denominarei de *Zona Envolvente do Castelo*, e em que se incluem, além da freguesia do Castelo, as de Santiago, S. Miguel, St.^o Estêvão, S. Vicente, St.^o André (Graça), S. Cristóvão e St.^a Engrácia.

Região de povoamento antigo apresenta, no geral, elevadas densidades, resultantes do emaranhado de ruelas, habitações, pátios e vilas, onde há sempre lugar para acolher mais um conterrâneo. Estas freguesias, sem excepção, têm sobrepopulação masculina, a denotar, até, o peso das «casas de malta», em que se albergavam os expatriados das agriculturas de fome, ao vir tentar a sorte na grande urbe. Haveria, também, como em S. Julião e noutras freguesias do «Polo Terciário» é do seu «Núcleo Envolvente», estabelecimentos em que, na tradição medieval, aprendizes e marçanos habitavam no espaço da oficina ou dá loja.

A antiga acrópole pouco espaço tinha, mesmo para lojas, onde pouco passavam da vintena, consagradas a prover o alimento essencial (e a bebida), mais uns artigos de Capelista, com que se ajeitavam vestidos de mulher, roupas das crianças, mesmo camisas e calças de homem. De mais, só tinha uma Serralharia.

F.E.U.C.
117-156

22 Não me parece, no entanto, que as finanças municipais fossem as grandes beneficiadas com o alargamento da jurisdição fiscal em Lisboa, já que os Direitos de Consumo (DC) eram receita da respectiva Alfândega, pertencente à Administração Central. Apesar de decretado em 1885, o alargamento das funções da Alfândega do Consumo à nova cintura fiscal só se verificou em Outubro de 1887, produzindo efeitos já neste ano e, principalmente, no seguinte. Com efeito, as receitas dos DC cresciam, anualmente, a taxas entre 1 e 4%. Em 1887 o acréscimo foi de 10,4% e, no ano seguinte, de 20,7%. Em 1889 atingiu-se um total superior a 2.179 contos de réis, mas em 1890 já os DC tiveram quebra de 4% e de 4,5% no ano seguinte, o que a conjuntura económica da época inteiramente justifica. O valor de DC alcançado em 1889 só veio a ser ultrapassado em 1900. Cf. *Consumo em Lisboa*, Estatística dos Géneros sujeitos à Pauta dos Direitos de Consumo, Anos de 1890 a 1908, Ministério dos Negócios da Fazenda, Lisboa, Imprensa Nacional.

No comum das freguesias circundantes, caminho da Mouraria ou do Tejo, a estrutura básica dos comércios teria de ser centrada no apoio aos residentes, com Merceria e Taberna a formarem o grupo dianteiro. Na mais reibeirinha freguesia de St.º Estêvão, onde a faina portuária sobreleva, a Taberna pesa 15,4%, quando a Merceria representa 13,0% e, em S. Miguel, que lhe está encostada, os Lugares de hortalíça, fruta e criação são os estabelecimentos mais representados (15,5%)²³, logo seguidos das Tabernas (12,4%), só depois aparecendo, com 10,3% do total, as Mercerias.

Padarias, Carvoarias, Carvoarias e vinhos, bem como os armazéns de Vinho, com posições diferenciadas, ocorrem nas várias freguesias, como oportunamente foi salientado. As Capelistas existem em todas elas, à excepção da de S. Cristóvão — bem apoiada nas vizinhanças do Socorro, Santiago e Sé —, e aparecem os Comércios de roupa usada, com relevo em S. Vicente, S. Miguel e St.º Estêvão.

Ofícios mecânicos evidenciam-se também, em especial no trabalho da Madeira, com destaque para S. Vicente, onde, além de Marcenaria e Carpintaria, há oficinas de Caixoteiro (ainda o porto de Lisboa?) e comércio de Móveis. Marcenarias em St.º André (Graça) e, em St.ª Engrácia, estâncias de Madeira e oficinas de Tanoeiro, completam o quadro.

S. Cristóvão também possuía lote importante de Carpintarias, destacando-se, ainda, em ligação com a do Socorro, na arte do ferro, com evidência para Serralharias e oficinas de Torneiro em metal, actividade em que Santiago tinha CIE de 7,6, só ultrapassado pelo do Socorro (7,9). Não conheço a razão pela qual Santiago era a principal freguesia em lojas de Fotografia, com CIE superior aos encontrados no «Polo» e no «Núcleo da Envolvente».

23 Esta posição correspondia ao CIE de 2,8, situação única nas actividades bastante difundidas pela Cidade, em que, como foi salientado, nem sequer o valor 2 era atingido. Os 555 estabelecimentos que agrupei nesta rubrica existiam em todas as freguesias, à excepção da Ameixoeira que, rural, dispensaria lojas relacionadas com o seu auto-consumo, e da Conceição Nova, S. Julião e S. Nicolau, que é natural não comportarem estabelecimentos da que seria a mais pobre das actividades da amostra (mais baixo IC médio, de 1\$454). Aliás, a circunstância de haver CIE importante, quanto a estas lojas, também nas freguesias da Sé, St.º Estêvão, S. Vicente e Graça, faz supor que daqui pudesse partir o abastecimento da Baixa.

Um pouco por toda a Cidade, com raras excepções, das quais se contam, neste Núcleo, S. Miguel e Castelo, havia lojas de Funileiro, que contribuíam, de modo decisivo, para o conserto dos recipientes em que se cozinhavam os alimentos.

Do ponto de vista fabril os elementos estatísticos recolhidos não permitem identificar mais do que quatro estabelecimentos, todos de indústria alimentar, de modesto porte, sendo uma fábrica de Chocolate, em St.^a Engrácia, e as restantes de Massas, cada uma em S. Cristóvão, St.^o Estêvão e S. Vicente.

Olhando em conjunto a estrutura comercial e oficial da «Zona Envolvente do Castelo» há que registar a fraca densidade de estabelecimentos, apesar da exiguidade da maioria das áreas, e os baixos valores do CIE patenteados por cada freguesia.

A partir do seu núcleo central, os prolongamentos da Cidade à beira do rio Tejo, tanto para montante como para juzante, têm características marcadamente industriais, traduzidas nos tipos predominantes de estabelecimentos e em peculiaridades de povoamento.

Pode denominar-se *Zona Industrial de Nascente* a agregação das duas freguesias do Beato e dos Olivais. Apesar das extensas áreas que lhes estão atribuídas, é na região ribeirinha que as populações se adensam, na proximidade das oficinas e fábricas, em termos que fazem desta uma das zonas da Cidade com maior presença de pátios e vilas, em que o estreitamento da vizinhança mais propicia a entreajuda. Como é natural, também, ambas as freguesias apresentam acentuado predomínio de homens, que terá resultado do afluxo de mão de obra masculina, já que as operárias fabris seriam recrutadas entre as famílias aí residentes.

F.E.U.C.
117-156

Beato e Olivais têm características muito aproximadas, evidenciando vários pontos de contacto, ainda que no Beato, a exemplo de outras freguesias industriais, os estabelecimentos mais numerosos sejam Tabernas (19,7% do total). Nos Olivais o destaque era pouco menor (17,2%), mas as lojas de maior representação, com 20,5% do total, eram as Mercarias. Aliás, o conjunto destas freguesias é o núcleo que apresenta o mais elevado valor de CIE quanto a Tabernas (1,53), contra 1,51 do «Núcleo de Envolvente Terciária», onde estes estabelecimentos são equilibradamente representados nas cinco freguesias que o integram.

A *Zona Industrial de Nascente* tem, ainda, dois outros sectores em que os seus CIE sobrepõem os dos outros nove deste estudo: Tanoaria e Estância de Madeiras, ambas derivadas da grande actividade de trasfega e armazenagem de vinhos que se regista nesta zona ribeirinha, provenientes, rio abaixo, dos Campos do Ribatejo e destinados à exportação.

O trabalho da madeira desenvolve-se, ainda, em lojas de Carpintaria e de Caixoteiro, existindo no Beato duas oficinas de Carpinteiro de Carros, a denotar a importância local do transporte de mercadorias e as dificuldades de locomoção dos grandes carregos que, por terra, não deixaria de ser forçoso fazer.

Além das de Tabaco que sabemos existirem, havia oito fábricas, das quais cinco se localizavam nos Olivais. A avaliar pelo IC, a melhor apetrechada seria a de Conservas, no Beato, que pagou 14\$200, a mais alta contribuição individual na freguesia. Fábricas de Sabão, havia quatro, a maioria nos Olivais. A mais insignificante, por ter pago, apenas, 2\$800 de IC, seria uma de Tecidos, no Beato, detida por sociedade anónima.

À reunião das freguesias de Alcântara, Belém e Ajuda denomino *Zona Industrial de Poente*. As duas primeiras têm índices mais aproximados: densidades populacionais e de estabelecimentos, donde resulta analogia no rácio de população residente por loja. Também os valores do CIE são próximos.

F.E.U.C.
117-156

Sendo Alcântara a segunda mais populosa freguesia da Cidade, as três apresentam, em 1895, sobrepopulação masculina, de maior peso relativo em Belém, expressão da importância da fábrica e da oficina na estrutura económica da zona. Nas freguesias de Ajuda e Belém a Taberna sobrepõe a Merceria, na fidelidade ao modelo que foi encontrado noutras regiões de significativo povoamento operário. Em Alcântara, apesar de forte representação, não é tão frequente como a Merceria. Lugares de hortaliza, fruta e criação, Padarias, Talhos e mesmo Salsicharias, além de Carvoarias, abastecem as populações locais, em boa parte dependentes dos proventos obtidos no trabalho em indústrias e oficinas.

Em termos de CIE, quanto a fábricas, é a zona de mais elevado índice (2,8), seguida pela «Zona Industrial de Nascente», com 1,8. Apresenta importante concentração industrial, registando-se 27 fábricas em Alcântara, 7 em Belém e 3 na Ajuda. A indústria de Curtumes é a

mais representada, com 11 fábricas em toda a zona. Porém, as que se presume, pelo imposto pago, sejam de maior dimensão ou melhor aparelhadas, estão em Alcântara, uma de Tecidos, tributada pelo escalão VI, a de Gelo, que pagou 21\$400 réis (escalão V), uma de Conservas, também neste escalão e uma de Ladrilhos, no mesmo, tributada em 13\$000.

A Fundição, em Alcântara, era sociedade anónima, acomodava-se em loja e andar e deveria ter actividade de nível elevado, já que o IC pago foi de 19\$000 réis, também no escalão V. Serralharias eram dezasseis, mas só uma, implantada em Alcântara, deveria ter melhores condições operativas, já que pagou 13\$000 de IC, enquanto as nove restantes dessa freguesia pagaram, por junto, 19\$800 réis. Havia cinco Estâncias de Madeira na zona, mas apenas uma, ainda em Alcântara, se avantajava, a avaliar pelo IC pago, de 18\$600.

Muito modesta seria a única Refinação de açúcar existente em Alcântara, com um IC de, apenas, 1\$600 réis. Em Alcântara, também, ficava a Oficina de caldeiras a vapor com que toda a Lisboa contava. Sociedade anónima, ocupando loja e andar, pagou IC pelo escalão IV, que, em Alcântara, só era atingido por 3% das lojas. A importância do comércio vinícola na região justifica o peso da Tanoaria em Belém, apoiado por Estâncias de Madeira.

F.E.U.C.
117-156

Se as Capelistas abundavam na zona, permitindo às famílias dispor dos materiais necessários a tantas tarefas de modista doméstica, nota-se, também, a importância do Comércio de roupa usada, com não menos de sete lojas de Adelo. O carácter periférico desta zona face ao centro da Cidade, a par da relativa concentração populacional²⁴ faz com que, tanto Alcântara como Belém, freguesia encostada ao rio, prolongamento da anterior, tenham na sua estrutura estabelecimentos que têm valores de CIE significativos e são apanágio dos dois Núcleos mais centrais. Estão neste caso, Sapataria, Relojoeiro, Sombreireiro e Colégio.

A última zona que a legislação de 1885 incorporou na Cidade, colhe a denominação de *Zona das Antigas Freguesias Rurais* porque, dez anos depois da sua anexação ao perímetro urbano, não tinha perdido o

²⁴ A dimensão média destas freguesias era de 13.893 indivíduos, só superada pela média de 19.696, encontrada para o Núcleo 5, de Santos/Lapa/Santa Isabel.

cariz que lhe emprestavam as hortas e quintas que a embelezavam. O povoamento continuava escasso, com densidades populacionais muito baixas, e os estabelecimentos, pouco numerosos, de uma forma geral refletiam a importância do campo na economia destas freguesias. É assim que este conjunto assume importância, no âmbito da economia lisboeta, nas Vacarias (CIE de 6,2), preponderantes no Lumiar, Carnide, Benfica e Campo Grande, nas oficinas de Ferrador (4,5), com relevo para o Lumiar e Benfica, nas de Carpinteiro de Carros (3,5), com a freguesia do Lumiar na dianteira, e de Correeiro (3,2), ainda com destaque nas do Lumiar e de Benfica. De resto, a estrutura local de estabelecimentos tinha maior frequência de Mercarias e demais lojas destinadas à alimentação das populações, sem esquecer a importância dos comércios de vinhos, com a Taberna a prevalecer no Campo Grande, como já foi notado, e esses estabelecimentos, mais os Armazéns de vinho, bem representados, ainda, no Lumiar, Carnide e Benfica.

F.E.U.C.
117-156

IMPOSTO CAMARÁRIO

Nas freguesias que constituíam a cidade de Lisboa, no final de 1895, pagaram-se Licenças de Estabelecimento na ordem dos 39,3 contos de réis, rendendo as outras licenças camarárias²⁵ e emolumentos quase outro tanto, cerca de 37 contos.

Em termos de receitas camarárias pouca coisa seria. O Orçamento do Estado, através do Tesouro, deveria atribuir-lhe bastante mais, pelo menos 215 contos de réis, que tinham sido encargo regular, anual, da Alfândega do Consumo²⁶. O interesse que o chamado «Imposto Camarário» (IC) suscita está nas inferências que permite acerca do que seria a qualidade das fábricas, oficinas e serviços que existiam, ao tempo, em Lisboa.

Num total de 342 actividades, bastaram 17 para acumular mais de metade do IC. Nelas figuravam algumas das de maior difusão pela

25 De veículos e cavalgadas, obras, ocupação da via pública e cães.

26 Cf. *Considerações gerais sobre os consumos em Lisboa*, relatório para o Administrador-geral das Alfândegas e Contribuições Directas, elaborado em 1886.

Cidade — à cabeça, Mercearia e Taberna — mas, também, lojas de negócios do «Polo Terciário» e do «Núcleo de Envolvente», ou quase.

No primeiro caso, os valores de IC médio, por estabelecimento, são reduzidos, até inferiores à média encontrada para Lisboa, 3\$620 réis, pelo peso que nessas actividades têm as lojas situadas no comum das freguesias. Isso é patente quando se analisam as distribuições de frequência do IC por escalões do imposto pago. A distribuição é enviesada, com a maior frequência no escalão mais baixo, em Mercearia, Taberna, Armazéns de vinho, Sapataria, Carvoaria, Produtos hortícolas e frutícolas e em Alfaiate, sendo esta a única actividade em que a média do IC pago supera os 3\$620. Em Padaria e Talho, em que o IC médio também é baixo, a incidência maior é no segundo escalão, logo seguido do primeiro.

Neste reduzido núcleo que permite a arrecadação de 51% das Licenças camarárias, o destaque qualitativo irá para Hotel, com IC médio de 65\$691 réis, com os estabelecimentos distribuídos desde o escalão V até ao mais elevado, o X. Por ordem decrescente apresentam-se as lojas de Modas (11\$153)²⁷, as Fábricas (6\$883)²⁸, as lojas de Fanqueiro (6\$631), de Móveis (6\$353), Escritórios de comissões (5\$897), Botequim (4\$513), Tabacaria (4\$165) e Alfaiate (3\$750).

F.E.U.C.
117-156

A distribuição do IC pago pelas 80 lojas de Modas evidencia predomínio de escalões intermédios, sem qualquer estabelecimento no primeiro escalão e apenas dois no segundo. A forma abreviada como, num texto desta natureza, as matérias têm de ser abordadas não permite análises mais alargadas. Como não pode deixar de ser, os maiores valores de IC médio identificam-se com actividades em que a distribuição de frequências é enviesada no sentido dos escalões de mais alta contribuição, ou se aproxima da normal, com os escalões mais baixos nada ou pouco representados. Só o cálculo das várias medidas de posição e de dispersão dessas distribuições permitiria melhor caracterizar cada uma.

27 Note-se a distância para o valor médio dos Hotéis e o relativo fosso para os seguintes.

28 Este agrupamento de 101 estabelecimentos é muito heterogéneo, apresentando numerosas unidades que seriam modestas oficinas, dotadas de tecnologia primitiva, e algumas, poucas, fábricas que seriam melhor equipadas ou de maior dimensão, a avaliar pelo IC pago, em escalões do V ao VII. Aliás, o capitalismo português, virado para o comércio, pouco investiu na Indústria, em especial na região de Lisboa, como, já a propósito dos séculos XVII e XVIII, bem notava o Prof. Borges de Macedo.

A forma como o Imposto Camarário arrecadado se reparte pelas freguesias e o modo como, em cada qual, estão representados os dez escalões de taxas do IC, constitui importante contributo para a diferenciação dos Núcleos integrantes da Cidade, um século atrás, e está patente num dos quadros anexos.

Como é natural, o «Polo Terciário» é o maior contribuinte, com 41,6%, enquanto o Núcleo a que se alargou Lisboa para que o Estado e a Câmara obtivessem maiores receitas, apesar de ter quase 40% da área da Cidade, acrescentou apenas 1% à arrecadação do Imposto Camarário.

A média da Cidade (3\$620 réis) é baixa e a respectiva distribuição de frequências tem de evidenciar o peso da pobreza reinante, com a moda no escalão I e os valores a decaírem, regularmente, pelos restantes. Resulta do exposto e de observações anteriores que as actividades de maior destaque são das que se situam no coração da Cidade e dispõem de poucas lojas. Isto era, igualmente, um sinal da fraqueza da terciarização de Lisboa.

F.E.U.C.
117-156

Os dois Grandes Armazéns correspondiam, naturalmente, ao maior IC médio, de 94\$000 réis, situavam-se na Conceição Nova, zona da Judiaria Antiga, um era tributado no escalão mais alto e o outro no VII. A média de IC seguinte, 65\$691, era dos quinze Hotéis, localizados no «Polo Terciário» e em S. José, como já se viu, tributados desde o escalão V ao máximo, onde havia três, e o escalão modal era o VI. O IC médio imediato é o dos onze Bancos (32\$382), com S. Julião a evidenciar um enorme CIE de 74,9, sendo os estabelecimentos tributados nos escalões IV, V, VI e X, onde havia um. A actividade de Máquinas também não tem nenhum dos seus nove estabelecimentos tributados pelos escalões I e II: com a moda no IV, a variação opera-se entre os escalões III e VII. O IC médio é de 17\$053 e o maior CIE está em S. Paulo, com o «Polo Terciário» e o «Núcleo da Envolvente» a marcarem presença.

Acima do valor médio de IC de 10\$000 réis, há, ainda, Agências de Vapores (10 lojas), Bazar (8), Camisaria (23), Modas (80) e Bijouterias (8). A própria designação de algumas actividades e a escassez do número de lojas, justifica a chamada de atenção para o sector das Modas, já com 80 estabelecimentos, confinado à Baixa e ao Chiado, aqui compreendendo a parte «chique» da Encarnação. E as 23

Camisarias, com IC médio ligeiramente superior ao das Modas, para as quais o Chiado, a que se alongavam, terminava nos Mártires e no Sacramento, como já se viu.

Das 342 actividades, ou grupos delas, apenas 51, cerca de 15%, apresentavam IC médio superior aos 3\$620 calculados para o conjunto das lojas de Lisboa. Não há condições para uma análise desenvolvida, convindo salientar, no entanto, que todas elas tinham, em exclusividade, valores de CIE com destaque no «Polo Terciário» e no «Núcleo da Envoltente Terciária», com apenas seis excepções, a seguir indicadas.

Nas Fábricas, Alcântara avanta-se à Sé e ao Sacramento, salientando-se, ainda, as freguesias dos Olivais e de Belém. Quanto a Estâncias de Madeira (IC médio de 6\$369) o maior CIE está nos Olivais, ainda que S. Paulo, Santos, Sé e Santa Justa tenham representação importante. Na Tipografia (IC médio de 4\$822) a freguesia das Mercês acrescenta-se ao polo Bairro Alto/Chiado, representado pelas da Encarnação e Mártires. Também a Salsicharia, com forte predomínio em Santa Justa, a exemplo do que ocorria com o Talho, não se confinava aos dois primeiros núcleos e tinha destaque nos Olivais, onde desembarcariam grandes quantidades de porcos vindos do principal mercado abastecedor, o Alentejo. A Malveira era já, também, sede de importante mercado semanal de gado.

F.E.U.C.
117-156

Os estabelecimentos de ensino particular, designados como Colégios, eram 66 e, além dos localizados no «Polo» e no «Núcleo da Envoltente», adquiriam destaque em Arroios, como reflexo, já, da qualidade burguesa de algum do seu povoamento, que incluía esta freguesia no número restrito das que registariam alguma abundância de criadas de servir.

Finalmente, as lojas de Fotografia, quarenta ao todo, com um IC médio de 4\$156, que, além do «Polo Terciário» e da Encarnação, evidenciavam atracção especial, por razões que ignoro, por duas freguesias do núcleo de povoamento mais antigo: Santiago e St.^o André.

OUTROS DADOS RELEVANTES

Dos 10.844 estabelecimentos inventariados, 77,4% eram pertença de indivíduos nacionais, com predomínio de homens, 13,3% resultavam de sociedades, na maioria, em nome colectivo, e os restantes 9,3% eram lojas detidas, a título individual, por cidadãos estrangeiros. Só 1,2% dos estabelecimentos (134) eram sociedades anónimas e foram contadas 11 sociedades estrangeiras. Quatro destas estavam situadas em S. José: hotel, botequim, agência de transportes e a única loja de «carnes frias» em toda a Cidade.

Em S. Julião eram estrangeiros um dos sete Bancos aí implantados e um dos mais de vinte Escritórios de fábrica ou companhia. Havia também uma Fundação, uma Oficina de aparelhos eléctricos e outro Escritório de companhia, os dois últimos nos Mártires, e mais dois estabelecimentos em Santos, uma Serralharia e uma Livraria, por sinal tributada pelo mais baixo escalão. Na maior parte dos casos não se consegue individualizar o IC pago.

Temos de convir, a avaliar por esta amostra, que o investimento estrangeiro, sob a forma de sociedades integralmente detidas pelo exterior, seria pouco significativo em Lisboa, um século atrás. Não é de excluir a hipótese, aventada quanto à falta de Fábricas de Tabaco e porque, por exemplo, também não está especificada a actividade de Transportes urbanos sobre carris, de os maiores investimentos estrangeiros obterem isenções fiscais.

F.E.U.C.
117-156

Outro tipo de investimento estrangeiro era realizado pelos que se estabeleciam em nome individual. Apenas oito actividades absorviam 68,4% dos 1.005 estrangeiros inventariados, no grupo se destacando as mais associadas ao comércio de vinho, com quase metade deste total (47,6%). Não deverá ser grande a margem de erro se for admitido que a maioria destes seria oriunda da Galiza.

Algumas actividades mais denotam participação estrangeira com posição relativa significativa, ainda que, em termos absolutos, fossem sectores pouco representados. O maior destaque vai para a Refinação e venda de Velas, então ainda muito importante na iluminação doméstica, em que num total de 13 estabelecimentos 11 eram detidos por cidadãos estrangeiros. Destaque, ainda, para os estabelecimentos de Forno (54,5% estrangeiros), Casa de Pasto (41,2%), Florista (40%),

Engraxador (35,7%), Caixoteiro (34,9%), Oficina de Rolhas de cortiça (30,8%) e Máquinas de costura (25,0%).

As 134 Sociedades anónimas, não mais de 1,2% do total de estabelecimentos lisboetas, justificam alguma atenção, já que é suposto representarem sectores mais progressivos e implantarem-se em áreas de ponta. Com os dados de que se dispõe não é possível estabelecer, em 1895, uma relação biunívoca e completa entre sociedades anónimas e melhor apetrechamento das empresas. É certo que se situavam, predominantemente, no «Polo Terciário» e nas freguesias industriais de Alcântara e de S. Paulo.

Se há casos em que se pode identificar a forma de SA com estabelecimento de maior porte, que poderiam corresponder a situações de qualidade, como é a fábrica de Gás, em S. Paulo, a Lavandaria, nos Anjos ou os estabelecimentos da Cristalaria localizados em S. Julião e em S. Paulo, há casos a apontar em sentido contrário, como a fábrica de Tecidos do Beato, o Armazém de Gelo ou uma fábrica de Produtos químicos em S. Sebastião, e, na maioria dos casos, não se conhece o tipo de sociedade ou de propriedade individual, que se identifica com cada estabelecimento.

F.E.U.C.
117-156

Os Bancos são todas sociedades anónimas e há uma, com indicação de ser estrangeira, que o deve ser, igualmente. Em Escritórios de fábrica ou de companhia a maioria é SA e, embora só seja possível identificar poucos casos, pode admitir-se que os mais tributados tivessem essa forma societária. Mesmo assim, os escalões de IC mais representados são o III (modal), IV e V, o que, nomeadamente nas freguesias do «Polo», não é muito abonatório.

Nenhum dos quinze Hotéis é sociedade anónima e os dois Grandes Armazéns são-no em nome colectivo. Também nenhum dos 313 Escritórios de comissões é sociedade anónima e há alguns que são tributados acima do escalão IV.

O volume editado em 1896 encerra, ainda, um cortejo de informações estatísticas que corroboram as descrições literárias que davam a Lisboa do fim do século XIX como arredia da civilização.

Quanto a Transportes de Pessoas tinham sido emitidas 58 licenças para «carros de transporte de passageiros em comum», havia trens de aluguer, puxados a uma parelha, dos quais 1.080 só tiravam licença

para operar num trimestre, 50 num semestre e apenas 2 para todo o ano. Dos 224 trens particulares só 60% é que tinham licença anual, quedando-se os restantes, em partes equilibradas, entre a licença de semestre e de um trimestre.

Em 1895 ainda havia, na capital do Império, 94 carros de bois em serviço particular, sem ser de lavoura, porque estes subiam a 354, dos quais 124 eram de eixo fixo, para dois bois. Havia, igualmente, mais 40 carros de bois para serviço de aluguer, sendo a maioria para tracção dupla.

E havia o numeroso exército de Vendedores ambulantes, cujas licenças eram passadas segundo as modalidades do transporte do cargo: fardo às costas, levado por cavalgaduras ou por veículos.

Claro que a primeira modalidade era a mais numerosa, impressionando, não só a variedade de géneros que eram vendidos de porta em porta e escada acima escada abaixo, como a incomodidade de suportar, sem o auxílio de animais, o transporte de géneros como o petróleo, de que foram concedidas 383 licenças, a maior parte de curta duração. Para que o negócio pudesse ser eficaz não deveria ser pequeno, também, o fardo na venda ambulante de Tecidos, de que se passaram 681 licenças, quase todas com duração entre um e três meses.

F.E.U.C.
117-156

Com o auxílio de animais, o petróleo era o mais representado, com 84 licenças, das quais 49 para um semestre. Com a mercadoria transportada sobre veículo, ainda de tracção animal, o maior número de licenças era para Quinquelharias, também muito representadas na modalidade de fardo às costas, ainda que a maior parte fossem licenças de curta duração. Para a venda de Carvão, em 31 licenças, seis eram anuais e oito semestrais, havendo mais nove para o comércio ambulante de carvão e petróleo.

A actividade comercial de Lisboa contava, ainda, com os mercados mensais do Campo Grande, Luz e Charneca, e com Feiras, mais frequentes em espaços reservados de Alcântara, Belém e Campo Grande, além da Feira da Ladra, no Campo de Santa Clara, apenas às terças. Havia, ainda, feiras anuais, uma na Charneca e duas no Lumiar, uma das quais não ocupava mais do que 25 metros quadrados da via pública.

Com duração variando, na roda do ano, entre um e seis dias, havia Arraiais, sempre nas regiões periféricas: Benfica, Cruzeiro d'Ajuda, Calhariz de Benfica, Paço do Lumiar, Olivais, Carnide, Sacavém,

Caselas e Charneca. Finalmente, a Câmara de Lisboa ainda obtinha rendimento pela ocupação da via pública em mais três situações peculiares: ao redor da Praça de Touros, no Campo Pequeno, nos vinte e quatro dias em que havia touradas, por ocasião da Procissão dos Passos, em Carnide, e nos 52 domingos em que mais de 900 metros quadrados eram ocupados, no Campo Grande, pela Praça dos Trabalhadores.

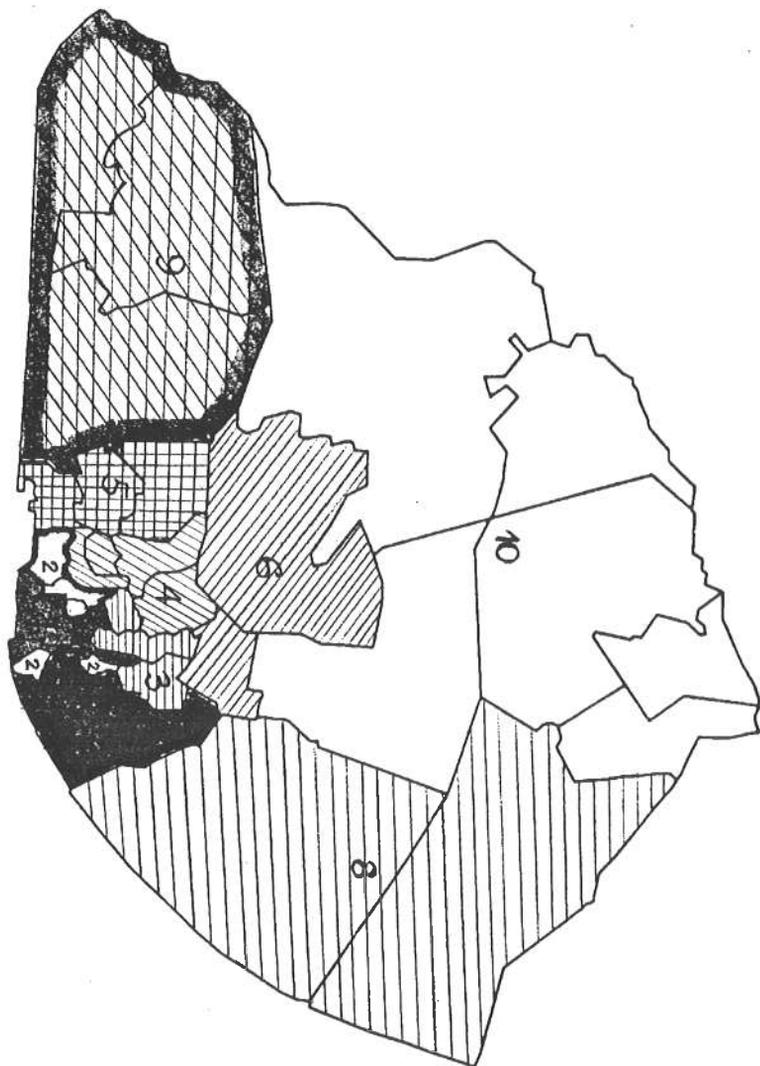
Há um século atrás a terciarização do nosso principal centro urbano, cabeça de império, seria ainda incipiente. Muitas actividades de sectores mais ligados ao progresso eram inexistentes ou dispunham de número reduzido de estabelecimentos. Para o financiamento da Economia contava-se com onze bancos e dez casas bancárias, os cambistas eram também dez e havia apenas três corretores de fundos.

Nas freguesias que dispõem dos maiores contingentes de escritórios, os valores evidenciados pelos impostos camarários pagos, único indicador com expressão pecuniária, são mais baixos do que seria de esperar de actividades dinâmicas. Aliás, tenha-se presente que a maioria deles é designada como escritório de comissões, o que pressupõe o mero negócio de intermediação, ainda que decorrente do comércio externo trafegado pelo porto de Lisboa.

Definitivamente, em 1895 não se pode glosar a «grandeza e abastança de Lisboa», como soía acontecer no distante século XVI.

F.E.U.C.
117-156

F.E.U.C.
117-156



SEGUNDO O NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, A POPULAÇÃO RESIDENTE E A ÁREA
 CARACTERIZAÇÃO DOS NÚCLEOS DE FREGUESIAS DE LISBOA EM 1895

Freguesias	População	Área (ha)	Número de Estabec. "s" populac. "l" de Estabec. "s" p/ Estabec. "s"	Densidade populac. "l" de Estabec. "s" p/ Estabec. "s"	Pop. resid. p/ Estabec. "s"	População (A)	Estrutura percentual (%) ÁREA (B)	Estabec. "s" (C)	(A) / (B)	(C) / (B)	(C) / (A)
Madalena	2.229	11,10	265	200,81	23,87	8,41	0,68	2,44	5,14	18,47	3,59
S. Julião	2.779	14,00	345	198,50	24,64	8,06	0,85	3,18	5,08	19,06	3,75
Conceição Nova	3.262	13,10	497	249,01	37,94	6,56	1,00	4,58	6,38	29,34	4,58
S. Nicolau	4.015	10,70	563	375,23	52,62	7,13	1,23	5,19	9,61	40,70	4,23
Santa Justa	6.198	23,80	696	260,42	29,24	8,91	1,89	6,42	6,67	22,62	3,39
Mártires	3.205	9,60	277	333,85	28,85	11,57	0,98	2,55	8,55	22,32	2,61
Núcleo 1	21.688	82,30	2.643	263,524	32,11	8,21	6,02	24,37	6,75	24,84	3,68
Sé	6.057	12,10	317	500,58	26,20	19,11	1,85	2,92	12,82	20,26	1,58
Socorro	9.676	10,80	442	895,93	40,93	21,89	2,96	4,08	22,99	31,65	1,38
Sacramento	4.906	8,10	255	605,68	31,48	19,24	1,50	2,35	15,51	24,35	1,57
Encarnação	9.575	14,80	472	646,96	31,89	20,29	2,92	4,35	16,57	24,67	1,49
S. Paulo	7.406	30,60	483	242,03	15,78	15,33	2,26	0,56	6,20	12,21	1,97
Núcleo 2	37.820	76,40	1.969	492,408	25,77	19,11	11,49	18,16	12,61	19,83	1,58
S. José	9.146	34,00	278	269,00	8,18	32,80	2,79	2,56	6,89	6,32	0,92
Pena	11.712	49,40	217	237,09	4,39	53,97	3,58	2,00	6,07	3,40	0,56
Anjos	17.665	47,80	374	369,56	7,82	47,23	5,39	0,57	9,47	6,03	0,64
Núcleo 3	38.523	131,20	869	293,62	6,82	44,33	11,76	8,01	7,52	5,12	0,68
Coração de Jesus	6.337	54,20	116	116,92	2,14	54,63	1,94	1,07	2,99	1,66	0,55
S. Mamede	7.945	59,60	191	133,31	3,20	41,60	2,43	1,76	3,41	2,48	0,73
Santa Catarina	11.292	20,90	327	540,29	15,65	34,53	3,45	3,02	13,84	12,10	0,87
Mercês	11.020	30,30	344	363,70	11,35	32,03	3,37	3,17	9,32	8,78	0,94
Núcleo 4	36.594	165,00	878	221,78	5,93	37,42	11,18	1,97	9,02	5,68	0,81
Santos-o-Velho	19.130	50,80	568	376,57	11,18	33,68	5,84	5,24	9,65	8,65	0,90
Lapa	11.245	72,10	173	155,96	2,40	65,00	3,43	1,60	3,99	1,86	0,46
Santa Isabel	28.712	112,50	599	47,93	5,32	47,93	8,77	5,52	6,54	4,12	0,63
Núcleo 5	59.087	235,40	1.340	291,01	5,69	44,09	18,05	12,36	6,43	4,40	0,68
S. Jorge de Arroios	9.627	113,40	219	84,89	1,93	43,96	2,94	2,02	2,17	1,49	0,69
S. Sebastião da Pedreira	9.832	616,10	197	15,96	0,32	49,91	3,00	1,82	0,41	0,25	0,61
Núcleo 6	19.459	729,50	416	26,67	0,57	46,78	5,94	3,84	0,68	0,44	0,65

F.E.U.C.
 117-156

**CARACTERIZAÇÃO DOS NÚCLEOS DE FREGUESIAS DE LISBOA EM 1895
SEGUNDO O NÚMERO DE ESTABELECIAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, A POPULAÇÃO RESIDENTE E A ÁREA**

Freguesias	População	Área (ha)	Número de Estabec.ª	Densidade populac.ª de Estabec.ª	Densidade popul.ª	Pop. resid.ª	Estrutura percentual (%)		(A) / (B)	(C) / (B)	(C) / (A)	
							População (A)	Área (B)				Estabec.ª (C)
Carleto	2.683	5.40	22	496,85	4,07	121,95	0,82	0,06	0,20	12,73	3,15	0,25
Santinho	2.866	6.20	49	462,26	7,90	58,49	0,88	0,07	0,43	11,84	6,11	0,52
S. Miguel	3.261	5,80	97	562,24	16,72	31,62	1,00	0,07	0,89	14,40	12,94	0,90
S.º Estevão	3.114	18,30	162	279,45	8,83	31,57	1,56	0,22	1,49	7,16	6,85	0,96
S.º Vicente	7.381	30,60	163	241,21	5,33	45,28	2,25	0,36	1,50	6,18	4,12	0,67
S.º André (Graças)	3.377	34,10	92	99,03	2,70	36,71	1,03	0,41	0,85	2,54	2,09	0,82
S.º Cristóvão	5.117	7,70	115	664,55	14,94	44,50	1,56	0,09	1,06	17,02	11,55	0,68
S.º Engarçã	17.216	123,10	295	139,85	2,40	58,36	5,26	1,47	2,72	3,58	1,85	0,52
	47.015	231,20	995	203,35	4,30	47,25	14,36	2,75	0,17	5,22	3,33	0,64
Beato Olivais	8.306	1008,90	178	8,23	0,18	46,66	2,54	12,03	1,64	0,21	0,14	0,65
	6.270	1066,20	151	5,88	0,14	41,52	1,91	12,71	1,39	0,15	0,11	0,73
	14.576	2075,10	329	7,02	0,16	44,30	4,45	24,74	3,03	0,18	0,12	0,68
Alcântara	20.284	637,40	550	31,82	0,86	36,88	6,19	7,60	5,07	0,32	0,67	0,82
Ajudá	10.407	524,90	189	19,83	0,36	55,06	3,18	6,26	1,74	0,31	0,28	0,55
Belém	10.988	338,80	320	32,43	0,94	34,34	3,36	4,04	2,95	0,83	0,73	0,88
	41.679	1501,70	1.059	27,77	0,71	39,36	12,73	17,90	9,77	0,71	0,55	0,77
Campo Grande	2.099	574,20	55	3,66	0,10	38,16	0,64	6,85	0,51	0,09	0,07	0,79
Charreia	1.132	170,40	9	6,76	0,05	128,00	0,35	2,03	0,08	0,17	0,04	0,24
Amarecoia	341	162,20	2	2,10	0,01	170,50	0,10	1,93	0,02	0,05	0,01	0,18
Lumiar	2.258	628,20	61	3,59	0,10	37,02	0,69	7,49	0,56	0,09	0,08	0,82
Caridade	1.771	401,70	42	4,41	0,10	42,17	0,54	4,79	0,39	0,11	0,08	0,72
Benfica	3.580	1223,30	77	2,93	0,06	46,51	1,09	14,59	0,71	0,07	0,05	0,65
	11.207	3760,00	246	3,62	0,08	45,53	3,42	37,68	2,27	0,09	0,06	0,66
TOTAL DA CIDADE	327.442	8387,20	10.844	39,04	1,29	30,20	100,00	100,00	100,00	1,00	1,00	1,00

Não se consideram já as Freguesias de Seouram e de Cumarite, que pertenciam à Cidade em 1890, da qual foram desanexadas por Decreto de 26 SET. 1895.
 Estimativa da população em 1895 considerando o crescimento linear entre os recenseamentos de 1890 e de 1900.
 A estrutura percentual total dos Núcleos tem sempre carácter com o somatório das respectivas freguesias, em resultado de arredondamentos.
 (A) Intra-urbano.
 FONTES: - Silva, Augusto Vieira de - "A População de Lisboa", in Revista de Obras Publicas e Minus, Lisboa, 1919.
 - Rodrigues, Teresa - "Mecor e Morrer na Lisboa Oitocentista, Mergulhos, mortalidade e desenvolvimento", Edições Cosmos, Lisboa, 1995 (Áreas das Freguesias).
 - CML - "O Serviço dos Impostos Municipais em 1895", Lisboa, Imprensa Nacional, 1896 (Número de estabelecimentos comerciais e industriais).

**CARACTERIZAÇÃO DOS NÚCLEOS DE FREGUESIAS DE LISBOA EM 1895
SEGUNDO O IMPOSTO CAMARÁRIO (RENDIMENTO DE TAXAS)**

Freguesias	Número de Estabelecimentos	Imposto Camarário Total	%	Médio p/ Estabelec.º									
				Porcentagem dos escalões de Imposto									
				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Madalena	265	1.627.130	4,14	10	17	38	27	6	2	0	0	0	0
S. Julião	345	2.533.430	6,45	3	10	37	41	7	1	0	0	0	0
Conceição Nova	497	3.211.495	8,18	6	14	38	31	7	1	0	0	0	0
S. Nicolau	563	3.080.550	7,85	10	16	38	30	5	1	0	0	0	0
Santa Justa	696	3.990.435	10,17	10	17	35	32	5	1	0	0	0	0
Mártires	277	1.885.835	4,80	4	17	40	31	5	2	1	0	0	0
Núcleo 1	2.643	16.328.875	41,60	8	15	37	32	6	7	0	0	0	0
Sé	317	1.197.420	3,05	21	27	38	12	2	0	0	0	0	0
Socorro	442	1.324.270	3,37	38	31	24	6	1	0	0	0	0	0
Sacramento	255	1.575.100	4,01	16	17	24	31	18	8	1	0	0	0
Encarnação	472	1.657.370	4,22	27	33	30	8	1	0	0	0	0	0
S. Paulo	483	2.324.755	5,92	12	23	43	19	2	1	0	0	0	0
Núcleo 2	1.969	8.078.975	20,58	24	28	33	12	2	0	0	0	0	0
S. José	278	1.286.355	3,28	32	30	21	13	3	1	0	0	0	0
Pena	217	476.850	1,21	52	36	12	0	0	0	0	0	0	0
Aufjos	374	945.610	2,41	50	35	13	1	0	1	0	0	0	0
Núcleo 3	869	2.708.815	6,90	45	33	15	5	1	1	0	0	0	0
Coração de Jesus	116	302.440	0,77	37	40	21	2	0	0	0	0	0	0
S. Mamede	191	508.260	1,29	43	29	23	4	1	0	0	0	0	0
Santa Catarina	327	853.470	2,17	41	38	18	2	0	0	0	0	0	0
Mercês	344	920.980	2,35	43	34	20	3	0	0	0	0	0	0
Núcleo 4	978	2.585.150	6,59	42	35	20	3	0	0	0	0	0	0
Santos-o-Velho	568	1.711.090	4,36	33	19	5	1	0	0	0	0	0	0
Lapa	173	379.640	0,97	58	34	7	1	0	0	0	0	0	0
Santa Isabel	599	1.215.250	3,10	64	27	8	0	0	0	0	0	0	0
Núcleo 5	1.340	3.305.960	8,42	53	31	13	2	1	0	0	0	0	0
Arroios	219	453.010	1,15	58	33	8	0	0	0	0	0	0	0
S. Sebastião da Pedreira	197	366.450	0,93	72	22	5	0	1	0	0	0	0	0
Núcleo 6	416	819.460	2,09	65	28	7	0	0	0	0	0	0	0

F.E.U.C.
117-156

**CARACTERIZAÇÃO DOS NÚCLEOS DE FREGUESIAS DE LISBOA EM 1895
SEGUNDO O IMPOSTO CAMARÁRIO (RENDIMENTO DE TAXAS)**

Freguesias	Número de Estabelecimentos	Imposto Camarário Total	%	Médio p/ Estabelec.*	Percentagem dos escutes de imposto												
					1	2	3	4	5	6	7	8	9	10			
Castelo	22	43.400	0,11	1.973	77	9	14	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Santiago	49	125.260	0,32	2.556	47	37	12	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
S. Miguel	97	216.560	0,55	2.233	71	14	12	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
St.º Estevão	162	359.030	0,91	2.216	58	31	9	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
S. Vicente	163	329.600	0,84	2.022	67	24	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
St.º André (Graça)	92	201.600	0,51	2.191	50	41	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
S. Cristóvão	113	257.130	0,66	2.236	57	29	7	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
St.º Engrácia	295	598.500	1,52	2.029	71	21	7	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Núcleo 7	995	2.131.080	5,43	2.142	64	26	9	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Beato Olivares	178	331.500	0,84	1.862	75	18	6	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
	151	297.015	0,76	1.967	81	10	4	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Núcleo 8	329	628.515	1,60	1.910	78	15	5	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alcântara	550	1.332.450	3,39	2.423	61	24	10	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Ajuda	189	287.400	0,73	1.521	94	5	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Belém	320	648.940	1,65	2.028	70	23	5	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Núcleo 9	1.059	2.268.790	5,78	2.142	70	20	7	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Campo Grande	55	101.100	0,26	1.838	76	13	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Charreia	9	14.200	0,04	1.578	89	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arco da Cova	2	3.200	0,01	1.600	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Lumiar	61	94.000	0,24	1.541	95	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Caridade	42	62.000	0,16	1.476	98	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Benfica	77	126.100	0,32	1.638	88	9	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Núcleo 10	246	400.600	1,02	1.628	89	8	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LISEO4	10.844	39.256.180	100,00	3.620	40	24	22	11	2	0	0	0	0	0	0	0	0

Escutes de imposto:

1 - Taxa de 1\$600; 2 - de 2\$800; 3 - de 4\$600; 4 - de 4\$840 a 11\$800; 5 - de 12\$040 a 23\$800; 6 - de 24\$040 a 47\$800; 7 - de 48\$040 a 71\$800; 8 - de 72\$040 a 95\$800; 9 - de 96\$040 a 119\$800; 10 - de 120\$040 a 239\$800.

* - Valor inferior a 0,5%.

FONTE: CML - "O Serviço dos Impostos Municipais em 1895", Lisboa, Imprensa Nacional, 1896.

A «CORRIDA AO VOLFRÂMIO» NO PERÍODO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1933-1953) MINERAÇÃO DO VOLFRÂMIO E PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

João Paulo Avelãs Nunes — (Assistente de História da FLUC)

As características da breve comunicação que me propus apresentar ao XVI Encontro da APHES justificam (exigem mesmo) uma explicação prévia. Ao contrário do que é habitual, o discurso de natureza historiográfica aqui esboçado surge no início e não no fim (ou numa fase adiantada) de um processo de investigação; integra sobretudo indícios avulso, hipóteses interpretativas e intensões nos planos epistemológico, teórico e metodológico, não elementos informativos confirmados e conclusões ‘finais’ ou intermédias.

F.E.U.C.
157-177

Sob a orientação do Prof. Doutor José M. Amado Mendes, iniciei, em Outubro de 1994, um projecto de investigação que visa a apresentação de uma dissertação de doutoramento sobre o tema *O Estado Novo e o volfrâmio (1933-1953). Neutralidade, guerra económica e estratégias de desenvolvimento em Portugal no contexto da Segunda Guerra Mundial*. Procurando respeitar o programa definido para este XVI Encontro («Portugal e as regiões: perspectivas históricas»), o presente texto surge no âmbito desse mesmo projecto de trabalho.

Entre os condicionalismos que estiveram na origem de uma tal opção, é possível referir a centralidade assumida pelo sector do volfrâmio (minério estratégico, objecto por excelência da «guerra econó-

mica») no que diz respeito à compreensão da política externa do Estado Novo durante a Segunda Guerra Mundial¹; a possibilidade de, através do estudo do fenómeno que foi a «corrida ao volfrâmio», se poder ter um contacto mais directo com a forma como, quer as elites nacionais, regionais e locais, quer, em geral, a população do interior centro/norte do país («rural e arcaico») encarava (em termos dos princípios proclamados e da prática quotidiana) questões como a do «desenvolvimento económico» (nacional e regional/local), do acesso à riqueza e dos hábitos de consumo, das modalidades de relacionamento económico e social²; a especificidade da actividade mineira e a reduzida atenção prestada pelos cientistas sociais portugueses aos «coutos mineiros», universos sociais globais relativamente fechados e homogéneos³; a aura de mistério e aventura que envolve todo o fenómeno do volfrâmio na primeira metade da década de quarenta, marcado por vectores como

- 1 I «A questão da exportação de volfrâmio para os dois blocos beligerantes constituiu, na conjuntura da II Grande Guerra, um dos aspectos mais delicados da política externa portuguesa. Desde 1941 que o transporte deste minério a partir da China e pelo Transiberiano fora interrompido com o ataque alemão à URSS, passando então Portugal, na qualidade de maior produtor europeu, a ser insistentemente procurado. Extraíram-se das suas minas, em 1942, 600 toneladas/ano representando meio milhão de contos. As pressões inglesas e norte-americanas para que os fornecimentos da preciosa matéria-prima à Alemanha fossem embargados vão-se avolumando e tornam-se quase diários a partir do início deste ano de 1944. Winston Churchill chega mesmo, após várias insistências do seu embaixador em Lisboa, R. Campbell, a escrever pessoalmente nesse sentido a Salazar (24 de Fevereiro). Era então já evidente o declínio militar alemão, a braços com a contra-ofensiva soviética. O Governo de Lisboa irá, não obstante, protelar o embargo até 1 de Junho, data em que, face ao crescendo das pressões anglo-americanas, é decidida a «proibição da exportação de volfrâmio para todos os destinos» como prova de «fidelidade à tradicional aliança» luso-britânica [...]» (Cfr. Correspondência de Santos Costa [...], 1988, p. 133)
- 2 «Incalculable were the costs or the price of neutrality on the wolfram question paid by Portugal and the Portuguese. Precise answers to the questions of the social, economic or «moral» costs will be lacking until scholars make a detailed study of 1939-44 north central Portugal, but available evidence from many sources suggests that aspects of the wolfram business formed part of the modernization of an old society, whose moral manifestations offended the stern Dr. Salazar, and fascinated but frightened novelist Ribeiro. In the last weeks of the embargo controversy, the private, internal arguments of Salazar revolved about the Premier's obsessive conviction that, whatever the diplomatic, economic (domestic) war consequences of a Portuguese wolfram embargo, ending the wolfram business was necessary and righteous act, a sort of moral purge, long overdue.» (Cfr. D.L. Wheeler, 1986, p. 106/107)
- 3 «A historiografia portuguesa tem-se ocupado pouco das minas e dos mineiros. Praticamente nada se sabe sobre a evolução do sector ou as condições de vida. No que diz respeito às riquezas mineiras, tende-se a aceitar criticamente aquilo que os contemporâneos afirmavam, isto é, que o subsolo português era riquíssimo. Segundo esta visão optimista, o país não extrairá o carvão, o ferro e o cobre que possuía, porque os políticos e os capitalistas oitocentistas preferiam entregar tudo ao estrangeiro, de mão beijada.» (Cfr. P. Guimarães, 1989, p. 5)

o contrabando e o «bandoleirismo», a espionagem e as relações secretas entre Estados (envolvendo entidades públicas, empresas e particulares), a especulação e o enriquecimento fulgurante, a alteração repentina de hábitos e comportamentos arreigados⁴.

Tirando partido das propostas interpretativas já apresentadas, entre outros (e cito apenas apenas autores portugueses), por investigadores como Fernando Rosas e António José Telo, mas, também, Ana Nunes de Almeida, José M. Brandão de Brito, Helder Adegar Fonseca, Paulo Guimarães, David Justino, Pedro Lains, José M. Amado Mendes, Fátima Patriarca, Jaime Reis, José Reis, Nuno Valério, o objecto de estudo delimitado será abordado — tanto quanto é possível ‘prever’ no actual estado de desenvolvimento do plano de trabalho — a partir de duas perspectivas fundamentais: nacional e internacional; regional e local.

Numa primeira parte, será apresentada uma caracterização da exploração dos minérios de volfrâmio em Portugal e no Mundo até ao fim da Guerra da Coreia (ciclos de ‘normalidade’, ‘euforia’ e ‘crise’ tendo em conta a natureza específica do volfrâmio enquanto matéria-prima e, simultaneamente, bem estratégico em caso de conflito militar envolvendo potências industriais); do comportamento de diversos países durante a Segunda Guerra Mundial (tipologia de regimes políticos; relações internacionais e estatutos de «beligerância», «não-beligerância» e «neutralidade»; natureza e relevância da «economia de guerra», «guerra económica», «guerra secreta» e «propaganda de guerra»; principais responsáveis políticos e soluções legais/institucionais adoptadas; correntes de pensamento económico, políticas económicas concretizadas e evolução sócio-económica efectiva).

F.E.U.C.
157-177

4 «O volfrâmio foi para as populações do Norte, deserdadas de Deus, o que o maná foi para os Israelitas através do deserto faraónico. Imagine-se o que seriam os impulsos da orda esfaimada perante o alimento providencial, no afogo do jejum. O irmão engalfinhar-se-ia com o irmão, o mais forte encheria duas vezes o saco, enquanto o mais débil choraria lágrimas de sangue, dado que não ficasse britoado pelos pés dos digladiadores. Levaria melhor, se não o mais violento, o mais astucioso e o que tivesse olho rápido e pé leve. Os capitães, esses, acabariam advertidamente por maquiar a Zacarias e deixar correr protéria e iniquidade. E não é ponto de fé que Moisés não comesse as mais gordas codornizes, que eram o prato do domingo, o arroz com vaca e chouriço do convento, e não atafulhasse a boca sequiosa às mãos fartas de tal mamadeira. Assim se passou *mutatis mutandis* com o oiro preto que imprevisivelmente brotou das terras sáfaras do Norte, mais loja que húmus, mais serra que plaino, infelizes até à data. Não consta, com efeito, que as funções da vida animal tenham sofrido variante depois que o mundo é mundo». (Cfr. A.Ribeiro, 1985, p.6).

Será, ainda, tentada, partindo do sub-universo do volfrâmio, uma reapreciação da situação económica e das relações internacionais de Portugal durante o período da Segunda Guerra Mundial. Em termos económicos, ter-se-ão em conta a legislação, acordos internacionais e instituições de tutela (com destaque para a Comissão Reguladora do Comércio dos Metais); a titularidade das minas e o tipo de relacionamento estabelecido com os dois blocos beligerantes; a produção e a comercialização (dentro e fora do país); a acumulação e distribuição dos lucros do volfrâmio; a situação monetária, fiscal e da inflação; o peso do volfrâmio na Balança Comercial; a interioridade e a centralidade — centros, semi-periferias e periferias; a capacidade e as formas de reacção perante a alteração das conjunturas; a potenciação das vantagens alcançadas durante a guerra; as estratégias de gestão económica no período do pós-guerra; as correntes de pensamento económico e as concepções de sociedade.

F.E.U.C.
157-177

No plano das relações internacionais e da influência das mesmas nos equilíbrios internos, serão referidas a legislação, acordos internacionais, quadro institucional, empresas envolvidas, principais responsáveis nacionais e estrangeiros, comportamentos-tipo; os contactos mantidos com a Grã-Bretanha, Espanha, Alemanha, Estados Unidos da América; a evolução da capacidade de compra e exportação por parte da Grã-Bretanha/Estados Unidos e da Alemanha — circuitos, transportes, meios próprios e postura das autoridades nacionais; a posição das diversas correntes do Estado Novo — «neutrais», «anglófilos» e «germanófilos», com destaque para Oliveira Salazar, Oscar Carmona, Marcelo Caetano, Santos Costa, Armindo Monteiro, Pedro Teotónio Pereira —, de diversas instituições nacionais — União Nacional, Legião Portuguesa, Mocidade Portuguesa, corpo diplomático, aparelho de Estado, Forças Armadas, forças policiais, estruturas corporativas, associações empresariais, Universidades, Igreja e Acção Católica —, das oposições, da população em geral; a postura dos países parceiros de Portugal; a guerra secreta e a propaganda — nacional e estrangeira — no que diz respeito ao volfrâmio e à relação do mesmo com o conflito mundial.

A segunda parte privilegiará uma abordagem regional e local, eventualmente mais interdisciplinar. Começará por ser apresentada uma caracterização da situação prévia no interior centro/norte do país —

zona por excelência de localização da mineração do volfrâmio — no que diz respeito à estrutura demográfica, actividades económicas, distribuição da população activa, níveis de rendimento e hábitos de consumo, movimentos migratórios, hábitos culturais e mundividências dominantes. Procurar-se-à adoptar uma das diversas leituras propostas quanto ao conceito de região.

Em termos sócio-económicos, estabelecer-se-à uma tipologia de explorações e métodos de laboração, sua inventariação e localização geográfica (dos coutos mineiros de maior dimensão — de que são exemplos por excelência as Minas da Panasqueira e as Minas da Borralha — às médias e pequenas minas, às iniciativas ‘informais’ resultantes do aumento espectacular do preço do volfrâmio); tentar-se-à, quer caracterizar os agentes económicos (empresas, empresários e técnicos superiores — através de histórias de empresa, biografias, prosopografias, micro-biografias), quer estabelecer a origem de capitais, saber-fazer e tecnologias.

Será, também, prestada atenção aos circuitos de escoamento do volfrâmio (legais e ilegais, com destaque para as redes de contrabando — as ‘privadas’ e as ‘órficas’); ao comportamento das entidades privadas e instituições públicas; à mão-de-obra (homens, mulheres e crianças, sua origem sócio-profissional e geográfica, formação, vínculo contratual, doenças profissionais — recorrendo, eventualmente, à metodologia das histórias de vida); às modalidades de distribuição dos «rendimentos» (dividendos, lucros ou salários); às relações de produção, modalidades de organização sócio-profissional, mecanismos de integração e situações de conflitualidade.

No plano sócio-cultural dar-se-à relevância a questões como a dos níveis de fuga da mão-de-obra das actividades tradicionais (e substituição da emigração, inviabilizada pela situação de guerra), reacção dos proprietários e das «autoridades» (Estado e estruturas corporativas); alterações e permanências em termos de estrutura dos rendimentos, hábitos de consumo, níveis de transferência da posse de bens imóveis, fenómenos de ascensão social (através da actividade económica, escolaridade, casamento, ou migração), ritmos de crescimento e desenvolvimento económico. Procurar-se-à estabelecer uma comparação entre esta conjuntura de «corrida ao volfrâmio» e o fenómeno do «brasileiro».

F.E.U.C.
157-177

Serão, ainda, equacionadas as permanências e as transformações ocorridas em termos de mentalidade económica (empírica ou estruturada) e cultura empresarial, concepções de sociedade e de desenvolvimento económico (nacional, regional e local), valores morais e religiosos, expectativas e aspirações individuais e colectivas; estruturas de enquadramento exteriores às empresas mineiras (Sindicato Nacional e Casas do Povo, União Nacional e Legião Portuguesa, Federação Nacional para a Alegria no Trabalho, Igreja Católica e organismos da Acção Católica como a Juventude Operária Católica e a Liga Operária Católica); formas de «criminalidade» e sociabilidade específicas (contrabando na «raia seca» e no litoral, violência directa e indirectamente relacionada com o «boom» do volfrâmio, estruturas de controlo); registos ao nível da cultura popular (anedotas, canções, estórias, etc.), cultura de massas (teatro de revista, canções, caricatura) e cultura erudita (literatura, teatro, cinema, fotografia, publicidade); situação actual do património industrial da mineração do volfrâmio.

F.E.U.C.
157-177

No final, para além de uma comparação com a realidade espanhola (em muitos aspectos semelhante à e relacionada com a situação portuguesa), poder-se-à, eventualmente, conhecer melhor, quer as dimensões do *boom* do volfrâmio durante o período da Segunda Guerra Mundial (estabelecendo paralelismos com as conjunturas da Primeira Grande Guerra e da Guerra da Coreia), quer as características (as potencialidades e bloqueios em termos de promoção do desenvolvimento integrado à escala regional e nacional) deste sub-sector mineiro; reconstituír as reacções coevas (no interior rural e nas cidades do litoral, sobretudo em Lisboa e no Porto) a um fenómeno inabitualmente perturbador dos equilíbrios sócio-económicos e mentais (sobretudo porque localizado nas zonas mais «arcaicas e imóveis» do «território metropolitano»); compreender porque é que a «corrida ao volfrâmio» (a qual resultou no aumento da riqueza em circulação, na emergência de diferentes relações sociais e hábitos de consumo, na estruturação — mesmo que ‘informal’ ou embrionária — de atitudes e de uma mentalidade de tipo empresarial) não marcou o início de um processo de desenvolvimento económico das regiões do interior centro e norte do país.

A terminar será, talvez, ainda, possível, quer constatar a inexistência de uma noção autónoma de «desenvolvimento regional» no discurso teórico e na prática política da maioria dos dirigentes e «pensadores»

(nacionais e regionais) do Estado Novo, quer contextualizar essa ausência nas concepções de economia, sociedade e modalidades de integração na economia-mundo capitalista dominantes, até meados da década de cinquenta, no regime fascista português (com destaque para as «elites» das regiões do interior centro/norte, particularmente conservadoras); confirmar as propostas interpretativas que salientam, entre os pressupostos da política externa do Estado Novo no período da Segunda Guerra Mundial, a defesa do regime franquista (retaguarda da ditadura portuguesa), o reforço da relevância internacional dos países onde vigoravam «regimes de ordem» (com destaque para os «Estados latinos» da Europa e da América), a manutenção na Alemanha de um «regime de autoridade» (apesar dos «excessos» do nacional-sindicalismo) — condição indispensável à preservação do seu estatuto de «potência continental» e de «fronteiro de Leste» (frente ao «perigo comunista»), a desconfiança em relação aos EUA (símbolo por excelência do capitalismo industrial e urbano, apoiante do desmantelamento dos impérios coloniais europeus com propósitos de dominação económica).

Em termos metodológicos, será, eventualmente, de referir, quer a natureza potencialmente transdisciplinar do objecto de estudo e dos vectores de abordagem delimitados, quer a pertinência de integrar informação, documentação e bibliografia existentes em outros países (Espanha, Reino Unido, Alemanha, Estados Unidos da América). No que diz respeito ao acesso à informação primária, pretender-se-à utilizar documentação escrita (impressa e de arquivo), documentação material, oral (inquéritos e entrevistas), gráfica e audio-visual.

F.E.U.C.
157-177

Tendo em conta a situação da documentação de arquivo, é previsível que se venham a verificar as dificuldades características da investigação em história recente (pelo menos quando realizada em Portugal). Por um lado, a existência de grandes volumes de informação de determinados géneros, o que torna inevitável o abandono da exigência de exaustividade e a definição de critérios de selecção (ou, mesmo, a opção por amostras significativas); em sentido inverso, a escassez de outros tipos de fontes, destruídas ou inacessíveis (por insuficiência de tratamento arquivístico ou vontade deliberada da legislação e das entidades tutelantes).

Alguns dos mais importantes núcleos de documentação escrita não-impressa já referenciados parecem ser:

a) para as relações externas, Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo Histórico Parlamentar, Arquivo Histórico Militar, Arquivo do Ministério do Interior, «arquivos Salazar» (oficial e particular), da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado/Polícia Internacional de Defesa do Estado, Igreja Católica, Partido Comunista Português e outras forças políticas, instituições britânicas, alemãs e norte-americanas em Portugal;

b) para as questões económicas, os arquivos dos Ministérios da Economia, Obras Públicas e Finanças, Comissão Reguladora do Comércio dos Metais, Instituto Geológico e Mineiro (ex-Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos), Conselho Superior de Minas, circunscrições mineiras, Campanha de Fomento Mineiro/Serviço de Fomento Mineiro, Condicionamento Industrial, outros organismos de coordenação económica, Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Associação Industrial Portuguesa, Associação Industrial Portuense, Câmaras de Comércio, Beralt Tin and Wolfram (Minas da Panasqueira), Mines da Borralha, Banco Espírito Santo, Banco Lisboa & Açores, Sofindus (?), Silvícula (?), outras empresas nacionais ou estrangeiras dos sectores mineiro, industrial, comercial, de transportes, financeiro;

F.E.U.C.
157-177

c) para os aspectos sociais e ideológicos, os arquivos da União Nacional, Legião Portuguesa, Mocidade Portuguesa, Mocidade Portuguesa Feminina, Sindicato Nacional e Grémio(s) respectivo(s), sindicatos mineiros e associações patronais antes da corporativização forçada, outras estruturas corporativas (Grémios industriais, Grémios da Lavoura, Casas dos Pescadores, Sindicatos Nacionais), Federação Nacional para a Alegria no Trabalho, Ministério do Emprego e Segurança Social, Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, Acção Católica Portuguesa, Liga Operária Católica e Juventude Operária Católica, cartórios notariais, conservatórias do registo predial, repartições de finanças, associações culturais, recreativas e desportivas;

d) sobre a «criminalidade» e a conflitualidade em torno do volfrâmio, os arquivos do Ministério da Justiça, judiciais, PSP, GNR, Guarda Fiscal, Polícia Judiciária (?), Governos Cívicos, Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia;

e) para as reacções sociais ao fenómeno da «corrida ao volfrâmio», os arquivos do *Jornal do Fundão*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*,

Século, Diário da Manhã, Novidades, Avante!, Secretariado Nacional de Propaganda/Secretariado Nacional de Informação, Direcção Geral de Espectáculos, Direcção Geral dos Serviços de Censura.

Seria, ainda, importante poder ter acesso a espólios de particulares e a diversos arquivos estrangeiros: no Reino Unido, Foreign Office, Ministry of Economic Warfare, United Kingdom Commercial Company, Câmaras de Comércio, defesa, serviços secretos, propaganda, empresas, etc.; nos Estados Unidos da América, State Department, Board of Economic Warfare, Diplomatic Branch, United States Commercial Company, Câmaras de Comércio, defesa, serviços secretos, propaganda, empresas, organismo da Administração Federal responsável pela identificação de interesses alemães na fase final do conflito e no imediato pós-guerra, etc.; em Espanha e, eventualmente, na Alemanha.

DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA JÁ ANALISADA

1- LEGISLAÇÃO

Decreto de 25 de Novembro de 1836, *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa [COLP]*, 1836, p. 163-165 [Legislação mineira — liberalização do sector].

F.E.U.C.
157-177

Decreto de 25 de Julho de 1850, *COLP*, 1850, p. 484-489 [Criação da Comissão de Minas].

Decreto de 31 de Dezembro de 1852, *COLP*, 1852, p. 909-918 [Reforma do Conselho de Obras Públicas e Minas].

Decreto de 9 de Dezembro de 1853, *COLP*, 1853, p. 737-751 [Regulamentação da legislação mineira de 31 de Dezembro de 1852].

Decreto de 13 de Agosto de 1862, *COLP*, 1862, p. 251/252 [Regulamentação da legislação mineira de 31 de Dezembro de 1852].

Portaria de 31 de Agosto de 1875, *COLP*, 1875, p. 210 [Acidentes em minas].

Decreto de 30 de Setembro de 1892, *COLP*, 1892, p. 758/759 [Registo de patentes de actividade mineira].

Decreto de 30 de Setembro de 1892, *COLP*, 1892, p. 762-768 [Revisão de «Lei de Minas»].

Decreto de 30 de Setembro de 1892, *COLP*, 1892, p. 769-771 [Imposto de mineração].

Decreto de 20 de Abril de 1893, *COLP*, 1893, p. 214-220 [Poluição das águas fluviais].

Portaria de 7 de Agosto de 1897, *COLP*, 1897, p. 244 [Acidentes em minas].

- Lei nº 677 de 13 de Abril de 1917, *COLP*, 1917, 1º Semestre, p. 166-175 [Lei de Minas].
- Decreto nº 4: 159 de 26 de Abril de 1918, *COLP*, 1918, 1º Semestre, p. 347/348 [Poluição resultante da actividade mineira].
- Decreto nº 4: 544 de 1 de Julho de 1918, *COLP*, 1918, 2º Semestre, p. 31-33 [Regulamentação do Decreto nº 4: 159 de 26 de Abril de 1918].
- Decreto nº 16: 206 de 7 de Dezembro de 1928, *COLP*, 1928, 2º Semestre, p. 827 [Criação de polícias privativas das empresas mineiras].
- Decreto-Lei nº 18: 713 de 11 de Julho de 1930, *COLP*, 1930, 2º Semestre, p. 275-292 [Lei de Minas].
- Decreto-Lei nº 23: 048, 23 de Setembro de 1933, *COLP*, 1933, 2º Semestre, p. 224-227 [Estatuto do Trabalho Nacional].
- Decreto-Lei nº 23: 203, 6 de Novembro de 1933, *COLP*, 1933, 2º Semestre, p. 359-363 [Regulamentação dos «delitos políticos»].
- Decreto-Lei nº 26: 757 de 8 de Julho de 1936, *COLP*, 1936, 2º Semestre, p. 25-27 [Criação dos Organismos de Coordenação Económica].
- Decreto-Lei nº 27: 003, 14 de Setembro de 1936, *COLP*, 1936, 2º Semestre, p. 268 [Limitação dos direitos políticos e declaração obrigatória de anti-comunismo].
- Decreto-Lei nº 27: 891 de 26 de Julho de 1937, *COLP*, 1937, 2º Semestre, p. 75 [Convenção relativa ao emprego de mulheres em trabalhos subterrâneos nas minas].
- Carta de 28 de Agosto de 1937, *COLP*, 1937, 2º Semestre, p. 443-446 [Ratificação da Convenção relativa ao emprego de mulheres em trabalhos subterrâneos nas minas de qualquer categoria (19ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, Genebra, 4 a 25 de Julho de 1935)].
- Lei nº 1: 972 de 21 de Junho de 1938, *COLP*, 1938, 1º Semestre, p. 769-779 [Lei da Propriedade Industrial]
- Decreto-Lei nº 28: 852 de 13 de Julho de 1938, *COLP*, 1938, 2º Semestre, p. 38/39 [Comercialização de minérios].
- Decreto-Lei nº 29: 179 de 24 de Novembro de 1938, *COLP*, 1938, 2º Semestre, p. 341/342 [Tributação da actividade mineira].
- Decreto-Lei nº 29: 725 de 28 de Junho de 1939, *COLP*, 1939, 1º Semestre, p. 469-474 [Lei de Fomento Mineiro].
- Decreto nº 30: 072 de 20 de Novembro de 1939, *COLP*, 1939, 2º Semestre, p. 393 [Comercialização de minérios].
- Decreto nº 30: 083 de 23 de Novembro de 1939, *COLP*, 1939, 2º Semestre, p. 403-406 [Criação da Comissão Reguladora do Comércio dos Metais].

F.E.U.C.
157-177

- Decreto-Lei nº 30: 679 de 24 de Agosto de 1940, *COLP*, 1940, 2º Semestre, p. 127-153 [Código da Propriedade Industrial].
- Alvará de 4 de Outubro de 1940, *Diário do Governo [DG]*, II Série, nº 238, 12 de Outubro de 1940, p. 5369/5369 [Uniforme da polícia privativa da Beral Tin & Wolfram Limited, Couto da Panasqueira].
- Decreto-Lei nº 31: 328 de 21 de Junho de 1941, *COLP*, 1941, 1º Semestre, p. 361-363 [Controlo da importação e exportação de matérias-primas estratégicas].
- Portaria nº 9: 902 de 2 de Outubro de 1941, *COLP*, 1941, 2º Semestre, p. 205 [Limitação do registo de minas de volfrâmio].
- Decreto-Lei nº 31: 635 de 12 de Novembro de 1941, *COLP*, 1941, 2º Semestre, p. 270 [Revisão da «Lei de Minas»].
- Decreto-Lei nº 31: 649 de 18 de Novembro de 1941, *COLP*, 1941, 2º Semestre, p. 275/276 [Criação na CRCM da «Secção do volfrâmio»].
- Portaria nº 10: 013 de 3 de Fevereiro de 1942, *COLP*, 1942, 1º Semestre, p. 101 [Exportação de minério].
- Portaria nº 10: 014 de 3 de Fevereiro de 1942, *COLP*, 1942, 1º Semestre, p. 101 [Exportação de mercadorias diversas].
- Decreto-Lei nº 31: 884 de 14 de Fevereiro de 1942, *COLP*, 1942, 1º Semestre, p. 125/126 [Reforma do imposto de minas].
- Decreto-Lei nº 31: 926 de 17 de Março de 1942, *COLP*, 1942, 1º Semestre, p. 168/169 [Reforma da «Secção de volfrâmio e estanho da CRCM»].
- Declaração do Ministro da Economia de 24 de Março de 1942, *COLP*, 1942, 1º Semestre, p. 196 [Reforço da intervenção da CRCM no comércio de volfrâmio].
- Decreto nº 32: 086 de 15 de Junho de 1942, *COLP*, 1942, 1º Semestre, p. 321 [Repressão de «crimes económicos»].
- Despacho do Ministro da Economia de 22 de Junho de 1942, *COLP*, 1942, 1º Semestre, p. 337 [Exploração de minas de volfrâmio].
- Decreto-Lei nº 32: 104 de 25 de Junho de 1942, *COLP*, 1942, 1º Semestre, p. 331/332 [Exploração de minas de volfrâmio].
- Decreto-Lei nº 32: 105 de 25 de Junho de 1942, *COLP*, 1942, 1º Semestre, p. 332 [Exploração de minas de volfrâmio].
- Despacho de 26 de Junho de 1942, *COLP*, 1942, 2º Semestre, p. 20 [Transformação de minério de volfrâmio].
- Despacho do Ministro das Finanças de 30 de Junho de 1942, *COLP*, 1942, 2º Semestre, p. 16 [Exportação de volfrâmio].
- Decreto-Lei nº 33: 707 de 12 de Junho de 1944, *COLP*, 1944, 1º Semestre, p. 376/377 [Proibição da exportação de volfrâmio].

F.E.U.C.
157-177

Decreto-Lei nº 35: 445 de 3 de Janeiro de 1946, *COLP*, 1946, 1º Semestre, p. 2/3 [Reinício da exportação de volfrâmio].

Decreto-Lei nº 36: 484 de 27 de Agosto de 1947, *COLP*, 1947, 2º Semestre, p. 166/167 [Extinção da CRCM].

Decreto-Lei nº 37:447 de 13 de Junho de 1949, *COLP*, 1949, 1º Semestre, p. 293-295 [«Segurança do Estado» e repressão política].

2- ARTIGOS E MONOGRAFIAS

ANTUNES, José Freire, *Salazar e Caetano. Cartas secretas (1932-1968)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

CAETANO, Marcelo, *Minhas memórias de Salazar*, Lisboa, Editorial Verbo, 1984, 3ª edição.

CAMPOS, Ezequiel de, *A conservação da riqueza nacional. A grei, os minerais, as matas, os rios*, Porto, s.e., 1913.

CAMPOS, Ezequiel de, *Problemas fundamentais portugueses*, Lisboa, Revista *Ocidente*, 1946.

CASTRO, Augusto de, *Subsídios para a história da política externa portuguesa durante a guerra*, Venda Nova, Livraria Bertrand, s.d.

F.E.U.C.
157-177

CEREJEIRA, Manuel Gonçalves, *Obras pastorais*, 7 volumes, Lisboa, União Gráfica, 1936-1970.

I Congresso da União Nacional. Discursos, teses e comunicações (Lisboa, 26 a 28 de Maio de MCMXXXIV), 8 volumes, Lisboa, União Nacional, 1935.

Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar (1931-1944), 4 volumes, Lisboa, CLNRF, 1987-1991.

Correspondência de Santos Costa para Oliveira Salazar (1934-1950), Lisboa, CLNRF, 1988.

COSTA, Quintino da, «Missão de estudo na Alemanha em guerra», *Boletim do Instituto Nacional de Educação Física*, nº 1-2, IV Ano, 1943, p. 78-144; nº 3, p. 212-233.

Couto mineiro da Panasqueira. Conselhos e normas gerais de segurança a observar nos trabalhos subterrâneos, Lisboa, Beralt Tin & Wolfram, Ltd., 1969.

Couto mineiro da Panasqueira. Normas de segurança, Covilhã, Beralt Tin & Wolfram Portugal, 1978.

DESCAMPS, Paul, *Le Portugal. La vie sociale actuelle*, Paris, Librairie Firmin-Didot, 1935.

FERRO, António, *Viagens à volta das ditaduras*, Lisboa, Empresa do *Diário de Notícias*, 1927.

FERRO, António, *Salazar. O homem e a sua obra*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1933.

FERRO, Marc, *Chronologie universelle du monde contemporain (1801-1992)*, Paris, Éditions Nathan, 1993.

GARCIA, Francisco (coord.), *Minas concedidas no continente desde Agosto de 1836 a Junho de 1946. Lista cronológica e índice alfabético*, Beja, Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos do Ministério da Economia, 1946.

JÚNIOR, José Nascimento Ferreira Dias, *Linha de rumo. Notas de economia portuguesa*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1945.

LEAL, Manuel Vaz, *As minas da panasqueira. Vida e história (ano de 1945, Bodas de ouro)*, Lisboa, Portugália Editora, 1945.

LEAL, Transmontano, *Minérios e minas*, Lisboa, s.e., 1942.

Legislação repressiva e antidemocrática do regime fascista, Lisboa, CLNRF, 1985.

MIRANDA, Jorge, *Anteriores Constituições portuguesas*, Lisboa, 1975 (separata do *Boletim do Ministério da Justiça*, 1975).

MONCADA, Luís Cabral de, *Memórias. Ao longo de uma vida. Pessoas, factos, ideias*, Lisboa, Editorial Verbo, 1992.

MORAIS, João e VIOLANTE, Luís, *Contribuição para uma cronologia dos factos económicos e sociais: Portugal 1926-1985*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986.

NOGUEIRA, Franco, *Salazar. Estudo biográfico*, 6 volumes, Coimbra e Porto, Atlântida Editora e Livraria Civilização Editora, 1977-1988.

PEREIRA, Pedro Teotónio, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, 2 volumes, Lisboa, Editorial Verbo, 1972-1973.

Proibição da Time no regime fascista, Lisboa, CLNRF, 1982.

RIBEIRO, Aquilino, *Volfrâmio*, Amadora, Bertrand Editora, 1985.

ROSAS, Fernando e outros (coord.), *Armindo Monteiro e Oliveira Salazar. Correspondência política (1926-1955)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.

SALAZAR, António de Oliveira, *Discursos e notas políticas*, 6 volumes, Coimbra, Coimbra Editora, 1945-1967.

Sector mineiro estratégico em Portugal. Situação e perspectivas — Encontro promovido pelo PCP, Coimbra, 15 de Março de 1987, Lisboa, Edições Avante!, 1987.

Uma série de conferências promovida pelo Centro de Estudos Corporativos e realizada na sede da União Nacional em Outubro de 1936, Lisboa, União Nacional, 1937.

Trabalho, sindicatos e greves no regime fascista, Lisboa, CLNRF, 1984.

F.E.U.C.
157-177

BIBLIOGRAFIA ESPECIFICA JA CONSULTADA

- Actas do Encontro Ibérico sobre História do Pensamento Económico*, Lisboa, CISEP, 1992.
- AFONSO, Rui, *Injustiça. O caso Sousa Mendes*, Lisboa, Editorial Caminho, 1990.
- ALMEIDA, Ana Nunes de, *A fábrica e a família. Famílias operárias no Barreiro*, Barreiro, CMB, 1993.
- ALMEIDA, José Maria da Costa Almeida, *O mercado mundial de volfrâmio e a situação dos produtores portugueses*, Lisboa, Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, 1963.
- ALVES, Laurinda e AMARAL, Domingos, «Salazar e os nazis», *Independente* («Vida»), nº 364, 5 de Maio de 1995, p. 22-24.
- AMARO, Rogério Roque, «O salazarismo na lógica do capitalismo em Portugal», *Análise Social*, vol. XVIII, nº 72-73-74, 1982 (3º, 4º, 5º), p. 995-1011.
- BARROS, Júlia Leitão de, «Propaganda. Portugal no cerco da guerra», *Público* («Magazine»), 5 de Junho de 1994, p. 38-48.
- BERSTEIN, Serge, *Démocraties, régimes autoritaires et totalitarismes au XX siècle. Pour une histoire comparée du monde développé*, Paris, Librairie Hachette, 1992.
- BRITO, José Maria Brandão de, *A industrialização portuguesa no pós-guerra (1948-1965). O condicionamento industrial*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989.
- CARNEIRO, Fernando Soares, «A riqueza da indústria extractiva metropolitana. Do passado, do presente e das perspectivas do futuro — algumas sugestões para a sua necessária valorização», *Estudos, Notas e Trabalhos*, vol. XIII, fasc. 3-4, 1959, p. 65-215.
- CARNEIRO, Fernando Soares, *Potencialidades minerais da metrópole. Base firme de desenvolvimento do país*, Lisboa, Ministério da Economia, 1971.
- CASTRO, Armando, «A dinâmica económico-social portuguesa do pós-guerra (1946-74) numa perspectiva teórico-crítica testemunhal», *Análise Social*, vol. XVIII, nº 72-73-74, 1982 (3º, 4º, 5º), p. 1013-1032.
- CERQUEIRA, Silas, «L'Église catholique et la dictature corporatiste portugaise», *Revue Française de Science Politique*, vol. XXIII, 1973, p. 473-513.
- CERVEIRA, Alberto de Morais, «Problemas, tendências e perspectivas na produção do tungsténio primário», *Boletim de Minas*, vol. 23, nº 2, 1986, p. 109-128.
- COELHO, José Dias e SANTOS, Ericínia, *Propaganda política e militar na Segunda Guerra Mundial*, 2 volumes, Coimbra, 1995 (fotocopiado).
- Contribuições para a história do pensamento económico em Portugal. Comunicações apresentadas no Seminário sobre história do pensamento económico em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1988.

- COSTA, Ramiro da, *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1975.
- CRUZ, Manuel Braga da «As elites católicas nos primórdios do salazarismo», *Análise Social*, vol. XXVII, nº 116-117, 1992 (2º, 3º), p. 547-574.
- DIAS, Jaime Lopes, «Volfrâmio e estanho na vida e costumes da Beira Baixa», *Revista de Etimologia*, vol. XII, t.1, nº 23, Janeiro de 1969, p. 35-39.
- DUARTE, João Mateus, «Implicações históricas no meio comunitário periférico ao couto mineiro da Panasqueira», *II Jornadas da Beira Interior*, Fundão, *Jornal do Fundão*, 2º vol., 1988, p. 199-203.
- DURAND, Yves, *Le nouvel ordre européen nazi: la collaboration dans l'Europe allemande (1938-1945)*, Bruxelas, Éditions Complexe, 1990.
- Enciclopédia Universal Ilustrada Euro-Americana*, Madrid, Espasa Calpe, s.d. — «Tungstato», t. LXV, p. 96-99; «Tungsteno», t. LXV, p. 99-104; «Tungstita», t. LXV, p. 104-106.
- O Estado Novo. Das origens ao fim da autarcia (1926-1959)*, 2 volumes, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1987.
- O fascismo em Portugal. Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982.
- FELDMAN, Gerard D. e TENFELD, Klaus (dir.), *Workers, owners and politics in coal mining. An international comparison of industrial relations*, Oxford, Berg Publishers, 1990.
- FERREIRA, António Matos, «Portugal [...]. C. Le Catholicisme aux 19 ème. et 20 ème. siècles», *Dictionnaire de Spiritualité*, Paris, Beauchesne, 1985, t. XII, fasc. LXXX-LXXXI-LXXXII, cols. 1973-1985.
- FONSECA, Fernando Vasconcelos Nascimento da, *Considerações sobre o volfrâmio*, Lisboa, 1974 (separata do *Boletim de Minas*, 1974).
- FONSECA, Helder Adegar, *O Alentejo no século XIX. Economia e atitudes económicas*, Lisboa, IN-CM, 1996.
- GARCÍA PÉREZ, Rafael, *Franquismo y Tercer Reich. Las relaciones económicas hispano-alemanas durante la Segunda Guerra Mundial*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1994.
- GILBERT, Martin, *A Segunda Guerra Mundial* (trad. do inglês), 2 volumes, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, s.d. — «Volfrâmio», vol. XXXVI, p. 608-612; «Volframite», vol. XXXVI, p. 612/613.
- GROS, Marielle Christine, *O alojamento social sob o fascismo*, Lisboa, Edições Afrontamento, 1982.

F.E.U.C.
157-177

- GUIMARÃES, Paulo, *Indústria, mineiros e sindicatos. Universos operários do Baixo Alentejo (dos finais do século XIX à primeira metade do século XX)*, Lisboa, ICS, 1989.
- GUIMARÃES, Paulo, «Duas aldeias mineiras do Baixo Alentejo na segunda metade do século XIX», *Vértice*, II Série, nº 36, Março de 1991, p. 55-63.
- História*. Nova Série, Ano XVII, nº 4, Janeiro de 1995, p. 4-37 («As propagandas estrangeiras em Portugal durante a II Guerra»).
- História*. Nova Série, Ano XVII, nº 8, Maio de 1995, p. 4-61 («Portugal e a II Guerra»).
- JUSTINO, David, *A formação do espaço económico nacional: Portugal (1810-1913)*, 2 volumes, Lisboa, Editorial Vega, 1988.
- LAINS, Pedro, *A economia portuguesa no século XIX. Crescimento económico e comércio externo (1851-1853)*, Lisboa, INCM, 1995.
- LOUÇÃ, António, «Como um português germanófilo viveu a derrota nazi. Os telegramas de Tovar de Lemos, ministro em Berlim, para Lisboa», *Público*, 25 de Fevereiro de 1995, p. 22/23.
- LOUREIRO, João Adolfo, *Economia e sociedade. A indústria no após guerra (anos 50 e 60)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1991.
- LUCENA, Manuel de, *A evolução do sistema corporativo português*, 2 volumes, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1976.
- MARQUES, A.H. de Oliveira (coord.), *Portugal da Monarquia para a República*, SERRÃO, Joel e MARQUES, A.H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, vol. XI, 1991a.
- MARTINS, Maria Belmira, *Sociedades e grupos em Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1973.
- MARTINS, Maria Belmira, *As multinacionais em Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1976.
- MARTINS, Maria João, *O paraíso triste. O quotidiano em Lisboa durante a II Grande Guerra*, Lisboa, Editorial Vega, 1995.
- MEDEIROS, Fernando, *A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978.
- MEDINA, João, *Os primeiros fascistas portugueses. Subsídios para a história ideológica dos primeiros movimentos fascistas em Portugal anteriores ao nacional-sindicalismo. Estudo antológico*, Coimbra, *Vértice*, 1978 (separata da revista *Vértice*, 1978).
- MEDINA, João, *Salazar e os fascistas. Salazarismo e Nacional-Sindicalismo: a história de um conflito (1932-1935)*, Amadora, Livraria Bertrand, 1979.

- MEDINA, João (dir.), *História Contemporânea de Portugal*, Lisboa/Genebra, Multilar/Edições Feni, 1990, vol. III-VI.
- MEDLICOTT, W.N., *The economic blockade*, 2 volumes, Londres, HMS Office/Longmans, 1952-1959.
- MELO, António, «Os portugueses perdidos da Flandres», *Público*, 3 de Dezembro de 1995, p. 32-61.
- MENDES, José M. Amado, *A área económica de Coimbra. Estrutura e desenvolvimento industrial (1867-1927)*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1984.
- MENDES, José M. Amado, «Bloqueios à inovação no tecido empresarial português em finais do século XIX: achegas para o seu estudo», *Revista de História*, vol. X, 1990, p. 193-201.
- MENDES, José M. Amado, «O contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos», *Análise Social*, vol. XXVII, nº 116-117, 1992a (2º, 3º), p. 357-365.
- MENDES, José M. Amado, *Santos Barosa. 100 anos no vidro (1889-1989)*, Marinha Grande, Santos Barosa — Vidros, S.A., 1992b.
- MENDES, José M. Amado, *História da Marinha Grande. Introdução e perspectivas*, Marinha Grande, CMMG, 1993.
- MIRANDA, Sacuntala, *Portugal: o círculo vicioso da dependência (1890-1939)*, Lisboa, Teorema, 1991.
- MÓNICA, Maria Filomena, *Artesãos e operários. Indústria, capitalismo e classe operária em Portugal (1870-1934)*, Lisboa, ICS, 1986.
- MOREIRA, Vital, *Direito corporativo. Tópicos das lições do ano lectivo de 1971-72 na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Unitas, 1973, 2ª edição (policopiado).
- MORENO, Dinis de Jesus, «Que saúde nas Minas da Panasqueira?», *II Jornadas da Beira Interior*, Fundão, *Jornal do Fundão*, 2º vol., 1988, p. 353-360.
- NAPOLEONI, Claudio, *A teoria económica no século XX* (trad. do italiano), Lisboa, Editorial Presença, 1973.
- NASH, June, *We eat the mines and the mines eat us. Dependancy and exploitation in bolivian tin mines*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1993.
- NOGUEIRA, A. de Mello, «Elementos para o estudo da indústria mineira em Portugal nos anos de 1930 a 1939», *Boletim de Minas*, 1939, p. 3-90.
- NUNES, Adérito Sedas, *História dos factos económicos e das doutrinas económicas. Apontamentos das lições proferidas em 1958/1959, na 14ª Cadeira, pelo Dr. Adérito Sedas Nunes*, 2 volumes, Lisboa, Associação Académica do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, 1958/1959 (policopiado).

F.E.U.C.
157-177

- NUNES, Adérito Sedas, «Questões preliminares sobre as ciências sociais», *Análise Social*, vol. VIII, nº 30-31, 1970a, p. 201-298.
- NUNES, António José Avelãs Nunes, *Os sistemas económicos*, Coimbra, 1975 (separata do *Boletim de Ciências Económicas*, 1973).
- NUNES, António José Avelãs, *Economia Política — Apontamentos de acordo com as aulas do Doutor A.J.A. Nunes ao 1º Ano da FDC*, Coimbra, SSUC-Serviço de Textos, 1988a, p. 1-103 («Introdução. Noção e objecto da Economia Política»)(policopiado).
- NUNES, António José Avelãs, *Noção e objecto da economia política*, Coimbra, FDUC, 1995 (separata do *Boletim de Ciências Económicas*, vol. XXXVII, 1995).
- OLIVEIRA, César, *Salazar e o seu tempo*, Lisboa, Edições O Jornal, 1991.
- O'NEILL, Brian Juan, *Proprietários, lavradores e jornaleiros. Desigualdade social numa aldeia transmontana (1870-1978)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984.
- PATRIARCA, Maria de Fátima, *A questão social no salazarismo (1930-1947)*, 2 volumes, Lisboa, IN-CM, 1995.
- PEREIRA, José Jorge Álvares, «A fabricação de ferro-tungsténio nas minas da Borralha», *Boletim de Minas*, vol. 11, nº 3, Julho-Setembro de 1974, p. 121-143.
- PEREIRA, Miriam Halpern, *Das revoluções liberais ao Estado Novo*, Lisboa, Editorial Presença, 1994.
- PIMENTEL, Irene, «Salazar impediu os refugiados de «contagiarem» Portugal», *Público*, 18 de Março de 1995, p. 22/23.
- PINTO, António Costa, «O salazarismo na recente investigação sobre o fascismo europeu — velhos problemas, velhas respostas?», *Análise Social*, vol. XXV, nos. 108-109, 1990 (4º, 5º), p. 695-713.
- PINTO, António Costa, *O salazarismo e o fascismo europeu. Problemas de interpretação nas ciências sociais*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992b.
- PINTO, António Costa, *Os camisas azuis. Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal (1914-1945)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.
- PINTO, José Madureira, *Ideologias: inventário crítico de um conceito*, Lisboa, GIS/Editorial Presença, 1978.
- Portugal na Segunda Guerra Mundial. Contributos para uma reavaliação*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989.
- Portugal, a guerra e os novos rumos da Europa*, Lisboa, IBNL, 1995.
- POUILLON, François (dir.), *A antropologia económica. Correntes e problemas* (trad. do francês), Lisboa, Edições 70, 1978.
- QUADRADO, R., «Volframite», *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa, Editorial Verbo, 1976, vol. 18º, col. 1374/1375.

- RABY, Dawn Linda, *Resistência antifascista em Portugal. Comunistas, democratas e militares em oposição a Salazar (1941-1974)* (trad. do inglês), Lisboa, Edições Salamandra, 1990.
- RAFAEL, Francisco e outros, *Portugal, capitalismo e Estado Novo*, Porto, Edições Afrontamento, 1976.
- RANDLES, W.G.L. e outros, *Para uma história antropológica. A noção de reciprocidade* (trad. do francês), Lisboa, Edições 70, 1978.
- REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, vols. 2-5.
- REIS, António Cláudio dos, «As minas da Panasqueira», *Boletim de Minas*, vol. 8, nº1, Janeiro-Março de 1971, p. 3-44.
- REIS, Jaime, *O atraso económico português em perspectiva histórica.(1850-1930) Estudos sobre a economia portuguesa na segunda metade do século XIX*, Lisboa, IN-CM, 1993.
- REIS, José, *Os espaços da indústria. A regulação económica e o desenvolvimento local em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento, 1992.
- Revista de História das Ideias*, nº 16, 1994 e nº 17, 1995 («Do Estado Novo ao 25 de Abril»).
- REYNAUD, Ruy, «Produção e mercado dos minérios de tungsténio portugueses. Principais centros produtores do país», *Boletim de Minas*, vol. 19, nº 2, Abril-Junho de 1982, p. 75-85.
- RIBEIRO, Maria da Conceição, *A política política no Estado Novo (1926-1945)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira, «Arquivos das empresas: património ignorado», *Estudos Aveirenses*, nº1, 1993, p. 151-163.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira, «A Metalurgia Casal (1964-1974): elementos para uma cultura de empresa», *Gestão e Desenvolvimento*, nº 3, 1994, p. 103-151.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira, *A Dinastia Pereira Campos. Breve esboço prosopográfico*, Aveiro, IEFP, 1995, 2ª edição.
- ROLLO, Fernanda, *Portugal e o Plano Marshall*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.
- ROSAS, Fernando, *O Estado Novo nos anos trinta (1928-1938). Elementos para o estudo da natureza económica e social do salazarismo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1986.
- ROSAS, Fernando, «A crise do Liberalismo e as origens do «Autoritarismo Moderno» e do Estado Novo em Portugal», *Penélope*, nº 2, 1989a, p. 97-114.
- ROSAS, Fernando, *Portugal entre a paz e a guerra (1939-1945). Estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesas*, Lisboa, Editorial Estampa, 1990.

F.E.U.C.
157-177

- ROSAS, Fernando (coord.), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, SERRÃO, Joel e MARQUES, A.H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, vol. XII, 1992.
- ROSAS, Fernando (coord.), *O Estado Novo (1926-1974)*, MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, vol. 7.
- ROSAS, Fernando, «Estado Novo e desenvolvimento económico (anos 30 e 40): uma industrialização sem reforma agrária», *Análise Social*, vol. XXIX, nº 128, 1994 (4º), p. 871-887.
- RUHL, Klaus-Jörg, *Franco, Falange y Tercer Reich. España en la Segunda Guerra Mundial* (trad. do alemão), Madrid, Ediciones Akal, 1986.
- Salazar e o salazarismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989.
- SILVA, J.J. Fraúst da, «Tungsténio», *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa, Editorial Verbo, 1976, vol. 18º, col. 221-223.
- SMITH, Gaddis, *American diplomacy during the Second World War (1941-1945)*, Nova Iorque, Alfred A. Knopf, 1985, 2ª edição.
- SOBRAL, Fernando Sousa e Silva e MATIAS, Manuel João Senos, *Volfrâmio, aspectos técnico-económicos*, Coimbra, FCTUC, 1982, 2ª edição (policopiado).
- TELO, António José, *Decadência e queda da 1ª República portuguesa*, 2 volumes, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980-1984.
- TELO, António José, *Portugal na Segunda Guerra Mundial*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1987.
- TELO, António José, *Propaganda e guerra secreta em Portugal (1939-1945)*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1990.
- TELO, António José, *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*, 2 volumes, Lisboa, Editorial Vega, 1991.
- TELO, António José, *Portugal e a NATO. O reencontro da tradição atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996.
- THOMPSON, Paul, *The voice of the past. Oral history*, Oxford, Oxford University Press, 1982, 2ª edição.
- TORGAL, Luís Reis, «Salazarismo, fascismo, Europa», *Vértice*, II Série, nº 52, Janeiro-Fevereiro de 1993, p. 41-52.
- TORRES, José Veiga, *Introdução à história económica e social da Europa*, Coimbra, Livraria Almedina, 1983.
- VALÉRIO, Nuno, *As finanças públicas portuguesas entre as duas guerras*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994.
- VALÉRIO, Nuno e MATA, Eugénia, *História ecoeconómica de Portugal. Uma perspectiva global*, Lisboa, Editorial Presença, 1994b.

Vértice, II Série, nº 69, Novembro-Dezembro de 1995, p. 3-155 e nº 70, Janeiro-Fevereiro de 1996, p. 4-49 «Em questão: A Segunda Guerra Mundial 50 anos depois...»).

VIANA, Clara e MENDES, João, «Budapeste, 1944: a embaixada que salvou mil judeus», *Público*, 27 de Março de 1994.

VIANA, Clara, «Lisboa, cais para sempre», *Público* («Magazine»), 26 de Março de 1995, p. 18-32.

VIANA, Clara, «Espões no Estoril. Histórias do tempo da Guerra», *Público* («Pública»), 26 de Maio de 1996, p. 26-36.

VILAR, Pierre, *Desenvolvimento económico e análise histórica* (trad. do francês), Lisboa, Editorial Presença, 1982.

VILAR, Pierre, *Iniciação ao vocabulário da análise histórica* (trad. do francês), Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1985.

WALLERSTEIN, Immanuel, *The modern world-system*, 3 volumes, Nova Iorque, Academic Press, 1974-1989.

WHEELER, Douglas L., «The price of neutrality: Portugal, the wolfram question, and World War II», *Luso-Brazilian Review*, vol. 23, nº1, Verão de 1986, p. 107-127; nº 2, Inverno de 1986, p. 97-111.

WOOD, Ellen Meiksins, *Democracy against capitalism. Renewing historical materialism*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996, 2ª edição.

F.E.U.C.
157-177

O FUTEBOL EM PORTUGAL: UMA PERSPECTIVA REGIONAL

Nuno Valério (ISEG — UTL)

INTRODUÇÃO.

F.E.U.C.
179-193

Esta comunicação procura responder a três questões:

- Quando se começou a praticar futebol nas várias regiões de Portugal ?
- Quando se verificou a consolidação da prática do futebol nas várias regiões de Portugal ?
- Qual a importância dos clubes das várias regiões de Portugal nas principais competições nacionais de clubes ?

Os resultados aqui apresentados sob minha responsabilidade são resultado de investigações realizadas em colaboração com os colegas Ana Bela Nunes e Carlos Barros do ISEG.

1. OS PRIMÓDIOS DA PRÁTICA DO FUTEBOL EM PORTUGAL.

Não é fácil saber com rigor quando se começou a praticar futebol nas várias regiões do país. Na verdade, as notícias dos primeiros jogos

de futebol realizados em Portugal foram coligidas por uma série de autores no período entre as duas guerras mundiais, mas não existe, nem foi possível realizar para este estudo, esforço idêntico em relação a maior parte das regiões do país. É, aliás, de supor que isso se possa vir a revelar impossível para algumas delas. Na verdade, a realização dos primeiros jogos de futebol não era necessariamente uma notícia, no sentido jornalístico do termo, e a maior parte dos testemunhos pessoais está há muito perdida.

De qualquer forma, é possível afirmar que a prática do futebol em Portugal deve ter-se iniciado no último quartel do século 19, por iniciativa de cidadãos ingleses ou de portugueses educados em Inglaterra. As mais antigas notícias de jogos mencionadas na bibliografia datam de meados da década de 1870 na Madeira, de finais da de 1880 na região de Lisboa e de inícios da de 1890 na região do Porto e Aveiro.

Entretanto, sabe-se também quando se começaram a constituir clubes de futebol na maior parte das regiões do país - os dados constam do quadro 1.

F.E.U.C.
179-193

QUADRO 1 — FUNDAÇÃO DOS PRIMEIROS CLUBES DE FUTEBOL.

REGIÃO	ANO DE FUNDAÇÃO DO PRIMEIRO CLUBE DE FUTEBOL
Aveiro	1914 — Sporting Clube de Espinho
Beja	1916 — Clube Desportivo de Beja
Braga	1918 — Barcelense
Bragança	1926 — Sport Clube de Mirandela
Castelo Branco	1924 — Benfica de Castelo Branco
Coimbra	1909 — Conimbricense (a)
Évora	1911 — Lusitano Ginásio Clube (de Évora)
Faro	1910 — Sporting Clube Farense
Guarda	1956 — Associação Desportiva da Guarda (b)
Leiria	1911 — Bombarralense
Lisboa	1890 — Real Ginásio Clube Português

Portalegre	1911 — Sport Clube Estrela (de Portalegre)
Porto	1903 — Boavista Futebol Clube (c)
Santarém	1914 — União Futebol Comércio e Indústria (de Tomar)
Setúbal	1908 — Setubalense
Viana do Castelo	1898 — Sport Clube Vianense (d)
Vila Real	1920 — Sport Clube de Vila Real
Viseu	1914 — Clube Académico de Futebol (de Viseu)
Madeira	1910 — Clube Sport Marítimo (do Funchal)
Açores	1909 — Fayal Sport Clube (da Horta)

- (a) A prática do futebol na Associação Académica de Coimbra, fundada em 1876 parece ter-se iniciado em 1910.
- (b) Não foi possível apurar a data de fundação de clubes mais antigos.
- (c) O Futebol Clube do Porto foi fundado em 1893, mas só iniciou as suas actividades em 1906.
- (d) Não foi possível apurar a data de início da prática do futebol, indubitavelmente posterior à data de fundação.

O mapa 1 procura sintetizar estes dados, classificando as várias regiões do país de acordo com a maior ou menor precocidade com que nelas se iniciou a prática do futebol. Assim:

F.E.U.C.
179-193

- a) Nos distritos de Aveiro, de Lisboa e do Porto e na Madeira a prática do futebol iniciou-se relativamente cedo, ainda no século 19.
- b) Nos distritos de Beja, Braga, Coimbra, Évora, Faro, Leiria, Portalegre, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo e Viseu e nos Açores a prática do futebol deve ter-se iniciado já no século 20, mas antes do final da primeira guerra mundial.
- c) Nos distritos de Bragança, Castelo Branco, Guarda e Vila Real a prática do futebol deve ter-se iniciado relativamente tarde, provavelmente só depois do final da primeira guerra mundial.

Poder-se-á tentar explicar este panorama dizendo que a prática do futebol se iniciou pelas regiões com maiores contactos com a Grã-Bretanha, alastrando depois para o resto do país, com maior rapidez no litoral e no sul e com alguma lentidão no norte interior.

2. A CONSOLIDAÇÃO DA PRÁTICA DO FUTEBOL EM PORTUGAL.

O quadro 2 dá uma ideia do que foi a cronologia da consolidação da prática do futebol em Portugal, através das datas de fundação das várias associações regionais e de início de disputa dos vários campeonatos regionais.

Quadro 2 — Fundação das associações regionais de futebol e início dos campeonatos regionais de futebol.

	DISTRITO	ANO DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO	ÉPOCA DE REALIZAÇÃO DO PRIMEIRO CAMPEONATO
		REGIONAL	REGIONAL
	Aveiro	1924	1924-1925
	Beja	1925	1925-1926
	Braga	1922	1922- 1923
F.E.U.C. 179-193	Bragança	1930 (a)	?
	Castelo Branco	1936	1940-1941 (b)
	Coimbra	1922	1922-1923
	Évora	1926	1921 -1922 (c)
	Faro	1922	1946- 1947
	Guarda	1940	1929- 1930
	Leiria	1929	1906-1907
	Lisboa	1910	1923-1924
	Portalegre	1911	1913-1914 (b)
	Porto	1912	1923- 1924
	Santarém	1924	1925-1926
	Setúbal	1927 (d)	1927- 1928
	Viana do Castelo	1923 (a)	1923-1924 (e)
	Vila Real	1924	1925-1926
	Viseu	1926	1926-1927

Funchal	1916	1916-17(b)
Angra do Heroísmo	1921	?
Horta	1930	1930-1931 (b)
Ponta Delgada	1924	?

- (a) Cessou posteriormente a sua actividade, só sendo reconstituída depois da segunda guerra mundial.
- (b) Houve interrupções esporádicas posteriores
- (c) Tinha-se já disputado um campeonato em 1914-1915, mas sem continuidade.
- (d) O distrito de Setúbal apenas foi separado do de Lisboa em 1926.
- (e) Posteriormente interrompido e só retomado em 1972-1973.

O mapa 2 procura sintetizar estes dados, classificando as várias regiões do país de acordo com a maior ou menor precocidade com que nelas se consolidou a prática do futebol. Assim:

- a) Nos distritos de Lisboa e do Porto e na Madeira a consolidação da prática do futebol verificou-se relativamente cedo, antes do final da primeira guerra mundial. Inclui também neste conjunto o distrito de Setúbal. Na verdade, o distrito de Setúbal só foi separado do de Lisboa em 1926, e, por isso, a formação da Associação de Futebol de Setúbal e a disputa do campeonato regional datam apenas da terceira década do século 20. Porém, desde a primeira década do século que clubes do que posteriormente se tornou o distrito de Setúbal estavam inscritos na Associação de Futebol de Lisboa e participavam no campeonato regional de Lisboa. Por isso, me pareceu justificar-se a opção tomada.
- b) Nos distritos de Aveiro, Beja, Braga, Coimbra, Évora, Faro, Leiria, Portalegre, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu e nos Açores a consolidação da prática do futebol verificou-se depois do final da primeira guerra mundial e antes do início da segunda.
- c) Nos distritos de Bragança, Castelo Branco e Guarda a consolidação da prática do futebol verificou-se relativamente tarde, depois do início da segunda guerra mundial.

F.E.U.C.
179-193

A cronologia da consolidação da prática do futebol é quase idêntica à do início dessa prática, verificando-se um desfasamento temporal médio da ordem das duas décadas.

3. AS PRINCIPAIS COMPETIÇÕES NACIONAIS DE CLUBES

Para uma resposta à questão sobre a importância dos clubes das várias regiões de Portugal nas principais competições nacionais de clubes, importa examinar primeiro brevemente o que foram essas competições.

A primeira prova de clubes a ser organizada a nível nacional foi o Campeonato de Portugal, que começou a ser disputado na época de 1921-1922, como prova por eliminatórias entre os vencedores dos Campeonatos Regionais.

A partir da época de 1926-1927, a regulamentação do Campeonato de Portugal foi profundamente modificada, deixando de se articular com os Campeonatos Regionais. A prova continuou a disputar-se por eliminatórias, mas a inscrição passou a ser aberta.

Na época de 1934-1935 começaram a ser organizadas novas competições de clubes a nível nacional, os Campeonatos da Liga da 1ª e 2ª divisões. Tratava-se de provas disputadas pelo sistema de liga entre os primeiros classificados dos Campeonatos Regionais do Continente (no caso do Campeonato da Liga da 1ª divisão, apenas entre clubes de alguns distritos do Continente). O Campeonato de Portugal passou a ser disputado entre clubes apurados nos Campeonatos da Liga e em provas preliminares na Madeira.

F.E.U.C.
179-193

A partir de 1938-1939, o Campeonato de Portugal passou a denominar-se Taça de Portugal e os Campeonatos da Liga da 1ª e 2ª divisões passaram a denominar-se Campeonatos Nacionais da 1ª e 2ª divisões, mas a forma de disputa e de apuramento dos participantes não se modificou. Apenas há que assinalar a ausência de clubes da Madeira da Taça de Portugal nas épocas de 1941-1942 a 1945-1946, devido às perturbações causadas pela segunda guerra mundial.

Na época de 1946-1947 procedeu-se a uma reforma profunda das competições de clubes a nível nacional. Os Campeonatos Nacionais continuaram a ser disputados pelo sistema de liga, mas passaram a ser competições hierarquizadas entre si e com os Campeonatos Regionais. Assim: o Campeonato Nacional da 1ª divisão passou a ser disputado pelos melhores classificados dos Campeonatos Nacionais da 1ª divisão e da 2ª divisão da época anterior; o Campeonato Nacional da 2ª divisão passou a ser disputado pelos piores classificados do Campeonato Nacional da 1ª divisão, pelos clubes classificados em posição intermé-

dia no Campeonato Nacional da 2ª divisão e pelos melhores classificados do Campeonato Nacional da 3ª divisão da época anterior; e os Campeonatos Regionais do Continente passaram a dar acesso ao Campeonato Nacional da 3ª divisão então criado, deixando assim de incluir os principais clubes do país. (Note-se que foi esta reforma que permitiu a presença no Campeonato Nacional da 1ª divisão de clubes de qualquer distrito do Continente). A Taça de Portugal, cuja realização foi interrompida nas épocas de 1946-1947 e de 1949-1950, continuou a ser disputada pelo sistema de eliminatórias e passou a englobar os clubes do Campeonato Nacional da 1ª divisão e, conforme as épocas, clubes do Campeonato Nacional da 3ª divisão, clubes da Madeira e dos Açores, clubes das províncias ultramarinas, clubes do Campeonato Nacional da 3ª divisão e clubes apurados nos Campeonatos Regionais.

Este esquema manteve-se, no essencial, até hoje, apenas com duas alterações significativas. Em primeiro lugar, os Campeonatos Nacionais passaram também a abranger os clubes das regiões da Madeira a partir da época de 1973-1974 e dos Açores a partir da época de 1978-1979. Em segundo lugar, a partir da época de 1990-1991, o Campeonato Nacional da 2ª divisão foi dividido num Campeonato Nacional da 2ª divisão de honra e num Campeonato Nacional da 2ª divisão B, passando assim, na verdade, a existir quatro níveis nas competições nacionais de clubes em liga.

O quadro 3.1 resume a lista dos vencedores do Campeonato de Portugal, depois Taça de Portugal, competição doravante designada sempre por Taça de Portugal, e do Campeonato da Liga da 1ª divisão, depois Campeonato Nacional da 1ª divisão, competição doravante designada sempre por Campeonato Nacional, até à época de 1995-1996.

F.E.U.C.
179-193

QUADRO 3.1 — VENCEDORES DAS PRINCIPAIS COMPETIÇÕES NACIONAIS

Taça de Portugal		73	Campeonato Nacional		62
Benfica	25		Benfica	30	
Sporting	16		Sporting	16	
F. C. Porto	13		F. C. Porto	15	
Belenenses	6		Belenenses	1	
Boavista	4				
Vitória de Setúbal	2				
Olhanense	1				
Marítimo do Funchal	1				
Carcavelinhos	1				
Académica	1				
Leixões	1				
Sporting de Braga	1				
Estrela da Amadora	1				

F.E.U.C.
179-193

O quadro 3.2 — resume a distribuição por regiões dos clubes que já disputaram o Campeonato Nacional, até à época de 1996-1997.

Quadro 3.2 — Número de épocas em que clubes das várias regiões participaram no Campeonato Nacional.

nº de clubes	0	1	2	3	4	5	6
Aveiro	11	22	23	7	0	0	0
Beja	12	51	0	0	0	0	0
Braga	7	1	15	29	7	4	0
Bragança	12	51	0	0	0	0	0
Cast. Branco	12	36	15	0	0	0	0
Coimbra	0	14	49	0	0	0	0

Faro	17	17	29	10	0	0	0	0
Guarda	12	51	0	0	0	0	0	0
Leiria	12	41	10	0	0	0	0	0
Lisboa	0	0	0	0	12	34	14	3
Portalegre	11	44	8	0	0	0	0	0
Porto	0	0	4	19	17	11	8	4
Santarém	12	45	6	0	0	0	0	0
Setúbal	0	4	31	13	12	3	0	0
Viana Cast.	12	51	0	0	0	0	0	0
Vila Real	12	40	11	0	0	0	0	0
Viseu	12	47	4	0	0	0	0	0
Madeira	43	3	11	4	2	0	0	0
Açores	43	20	0	0	0	0	0	0

- Número de épocas em que os clubes da região não tiveram acesso ao Campeonato Nacional devido ao regulamento.

O mapa 3 procura resumir a informação dos quadros 3.1 e 3.2, classificando as várias regiões do país de acordo com a maior ou menor importância dos seus clubes nas principais competições nacionais de clubes. Assim:

F.E.U.C.
179-193

- Os distritos de Lisboa e do Porto sempre tiveram clubes seus a disputar o Campeonato Nacional e já tiveram clubes seus a ganhar o Campeonato Nacional e a Taça de Portugal.
- Os distritos de Braga, Coimbra, Faro e Setúbal tiveram clubes seus a disputar a maior parte dos Campeonatos Nacionais e já tiveram clubes seus a ganhar a Taça de Portugal, embora não o Campeonato Nacional.

Inclui também neste conjunto a Madeira. Na verdade, os clubes da Madeira apenas tiveram acesso ao Campeonato Nacional a partir de meados da década de 1970, mas desde então clubes da Madeira participaram na maior parte dos Campeonatos Nacionais. Por outro lado, já houve uma vitória de um clube da Madeira na Taça de Portugal, embora não no Campeonato Nacional.

- c) Os distritos de Aveiro, Castelo Branco, Évora, Leiria, Portalegre, Santarém, Vila Real e Viseu já tiveram clubes seus a disputar o Campeonato Nacional, embora não na maior parte das épocas, e nunca tiveram clubes seus a ganhar a Taça de Portugal ou o Campeonato Nacional.
- d) Os distritos de Beja, Bragança, Guarda e Viana do Castelo e os Açores nunca tiveram clubes seus a disputar o Campeonato Nacional e nunca tiveram clubes seus a ganhar a Taça de Portugal ou o Campeonato Nacional.

Creio que o panorama apresentado se pode explicar em função de dois factores básicos. Até à época da segunda guerra mundial, o factor mais importante para explicar a importância dos clubes das várias regiões nas competições nacionais era a intensidade da prática do futebol na região. Esse factor deu, naturalmente, primazia às regiões onde a prática do futebol se iniciou e consolidou mais cedo. A partir da década de 1960, com a profissionalização do futebol de alta competição, o factor mais importante para explicar a importância dos clubes das várias regiões nas competições nacionais passou a ser o potencial económico da região. Esse factor tem dado, naturalmente, primazia às regiões com maior rendimento por habitante. As décadas de 1940 e de 1950 constituem um período de transição, por corresponderem a época em que gradualmente se profissionalizou o futebol de alta competição.

F.E.U.C.
179-193

Não é, por isso, de espantar que:

- a) As regiões que sempre tiveram clubes seus a disputar o Campeonato Nacional e que já tiveram clubes seus a ganhar o Campeonato Nacional e a Taça de Portugal sejam regiões em que o início e a consolidação da prática do futebol foi precoce e em que o rendimento por habitante é dos mais elevados do país.
- b) As regiões que tiveram clubes seus a disputar a maior parte dos Campeonatos Nacionais e que já tiveram clubes seus a ganhar a Taça de Portugal, embora não o Campeonato Nacional, sejam regiões em que o início e a consolidação da prática do futebol não foi tardia e em que o rendimento por habitante está acima ou próximo da média do país.
- c) As regiões que já tiveram clubes seus a disputar o Campeonato Nacional, embora não na maior parte das épocas, e que nunca

tiveram clubes seus a ganhar a Taça de Portugal ou o Campeonato Nacional, sejam regiões em que o início e a consolidação da prática do futebol não foi precoce e em que o rendimento por habitante não é dos mais elevados do país.

- d) As regiões que nunca tiveram clubes seus a disputar o Campeonato Nacional e nunca tiveram clubes seus a ganhar a Taça de Portugal ou o Campeonato Nacional sejam regiões em que o início e a consolidação da prática do futebol não foi precoce e em que o rendimento por habitante está abaixo da média do país.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

A — INQUÉRITO ÀS ASSOCIAÇÕES DE FUTEBOL DE TODOS OS DISTritos DE PORTUGAL.

Responderam ao inquérito enviando as informações solicitadas as Associações de Futebol de Aveiro, Castelo Branco, Portalegre, Porto, Santarém, Viana do Castelo, Viseu e Horta.

Responderam ao inquérito, mas não enviaram todas as informações solicitadas por insuficiências do arquivo as Associações de Futebol de Beja, Braga, Évora, Faro, Guarda e Leiria.

Não responderam ao inquérito as Associações de Futebol de Bragança, Coimbra, Lisboa, Setúbal, Vila Real, Funchal, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada.

F.E.U.C.
179-193

B — IMPRENSA DESPORTIVA.

- A Bola — 1945-...
- Cadernos de A Bola — 1977-...
- Gazeta dos Desportos — 1981-...
- O Jogo — 1985-...
- O Mundo Desportivo — 1945-1980
- O Norte Desportivo — 1973-1983
- Os Sports — 1933-1945
- Record — 1949-...

— Semanário Desportivo — 1987-1989

— Stadium — 1938-1950

C — ARTIGOS E LIVROS.

O futebol em Portugal: uma perspectiva regional

— Bica, Orlando — Futebol fenómeno - Faro,1995.

— Gaspar, Jorge — "Aspectos geográficos do futebol em Portugal" — Broteria, 1971.

— Gaspar, Jorge; Honório, Fernando; Honório, Jorge; Simões, José Manuel "Transformações recentes da geografia do futebol em Portugal" - Finisterra, XVII, 34,1982.

— Ornelas, Ricardo; Silva, Rebelo da — Vinte anos de futebol em torneios da Federação—Os Ridículos, Lisboa,1942.

**F.E.U.C.
179-193**

— Ornelas, Ricardo - Números e nomes do futebol português — 'Diário Popular', Lisboa,1949-1950.

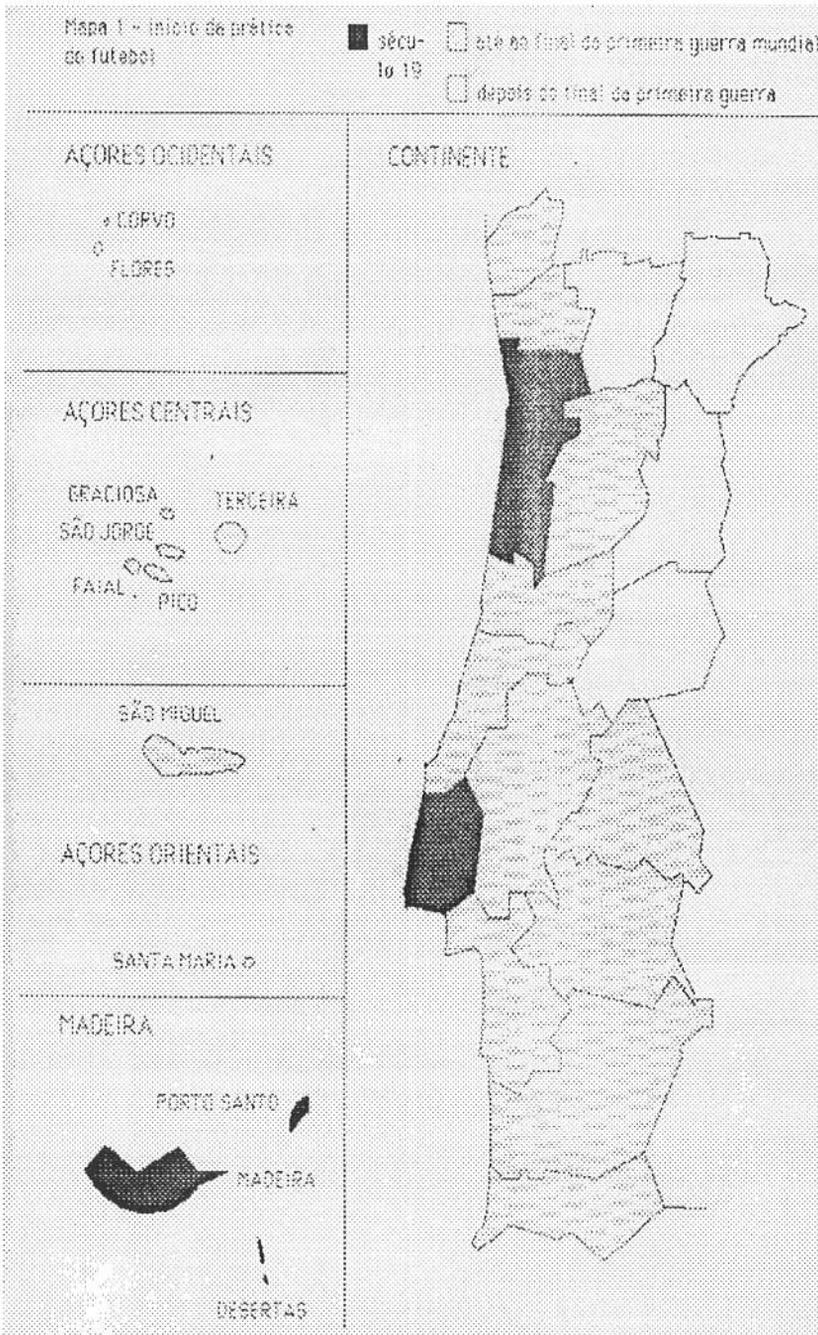
— Ornelas, Ricardo; Silva, Tavares da; Reis, Ribeiro dos — Historia dos desportos em Portugal — Volume I — O futebol — Inquérito, Lisboa,1940.

— Ornelas, Ricardo; Reis, Ribeiro dos — Anuário do futebol português — 'Os Sports', Lisboa,1927-1928.

— Parreirão, Henrique — 1º centenário do futebol português — Federação Portuguesa de Futebol, Lisboa,1989.

— Reis, Ribeiro dos — Futebol — Mega, Lisboa,1943.

Mapa I



F.E.U.C.
 179-193

Mapa 2 - Consolidação da prática do futebol

até à 1ª guerra
 durante ou depois de 2ª guerra
 entre as guerras

Açores Ocidentais

• Corvo
 • Flores

Açores Centrais

• Graciosa • Terceira
 • São Jorge
 • Faial • Pico

São Miguel

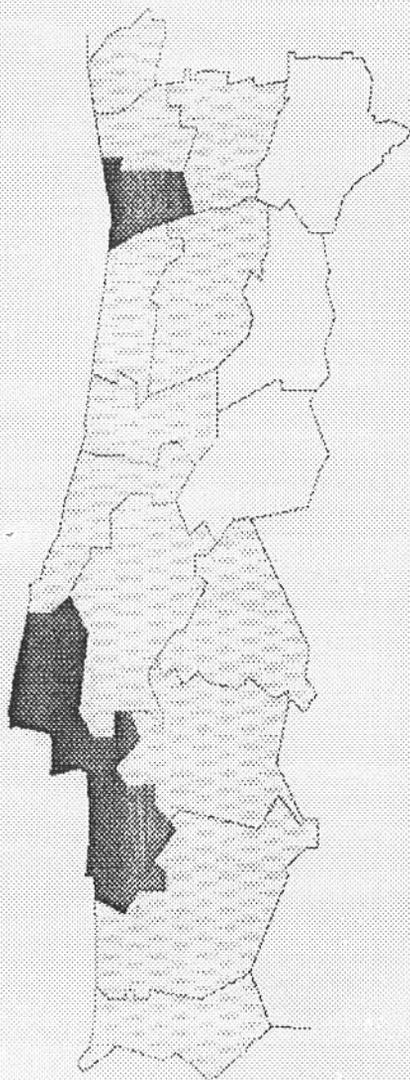
Açores Orientais

Santa Maria

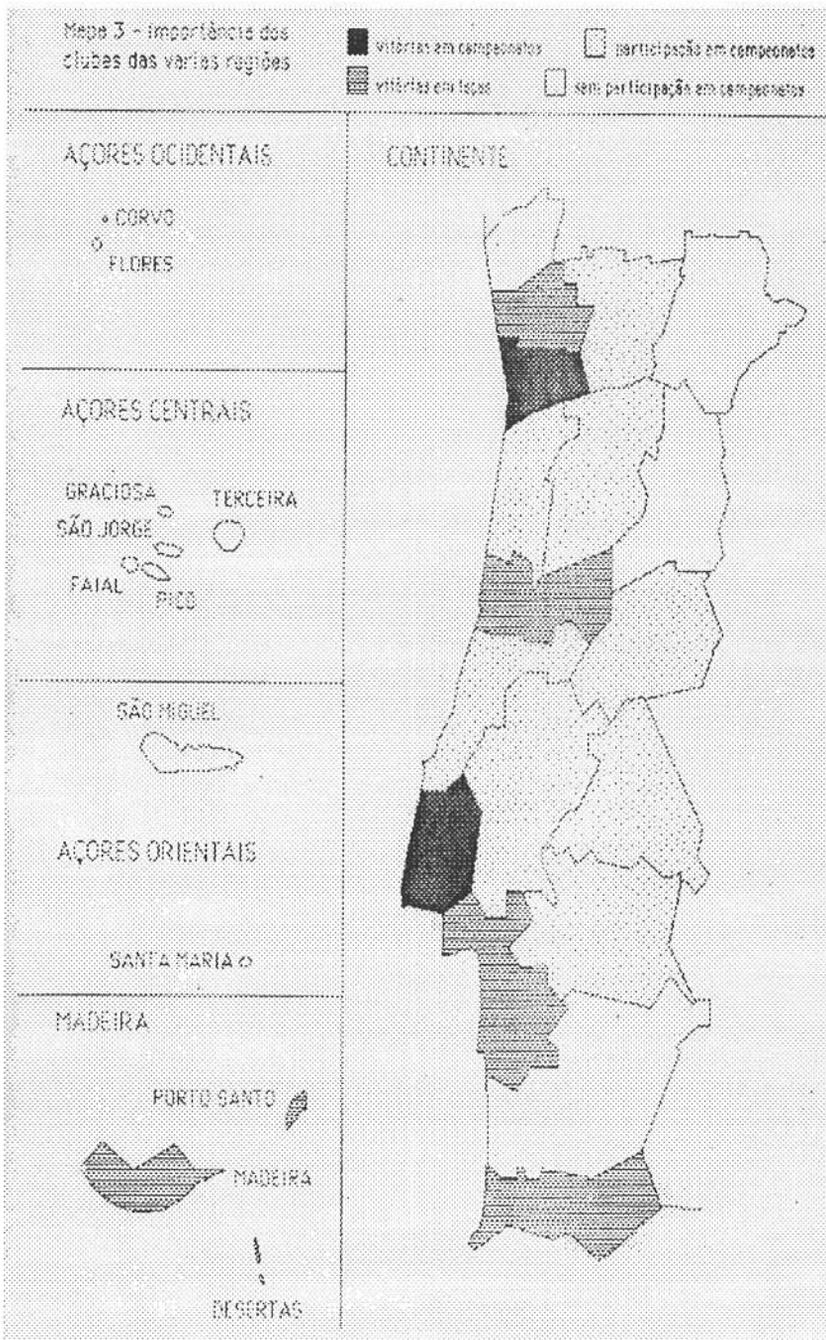
Madeira

• Porto Santo
 • Madeira
 • Desertas

CONTINENTE



F.E.U.C.
179-193



EL COMERCIO HISPANO-PORTUGUES DE GANADO VACUNO (1850-1914): UN EJEMPLO DE COMPLEMENTARIEDAD ENTRE LAS DOS ECONOMIAS IBERICAS

M^a Do Carme ESPIDO BELLO.

(Dpto. Historia e Instituciones Económicas, Universidade de Santiago).

I. INTRODUCCION.

F.E.U.C.
195-219

Dentro del comercio hispano-portugués, los productos ganaderos tuvieron a lo largo de la segunda mitad del siglo XIX y principios del XX una importancia destacada. Entre todos ellos el ganado vacuno ostenta el papel más relevante, a mucha distancia de las demás especies ganaderas, y a él dedicaremos las páginas siguientes.

Algunas de las ideas que se expondrán y justificarán con más detalle son las siguientes:

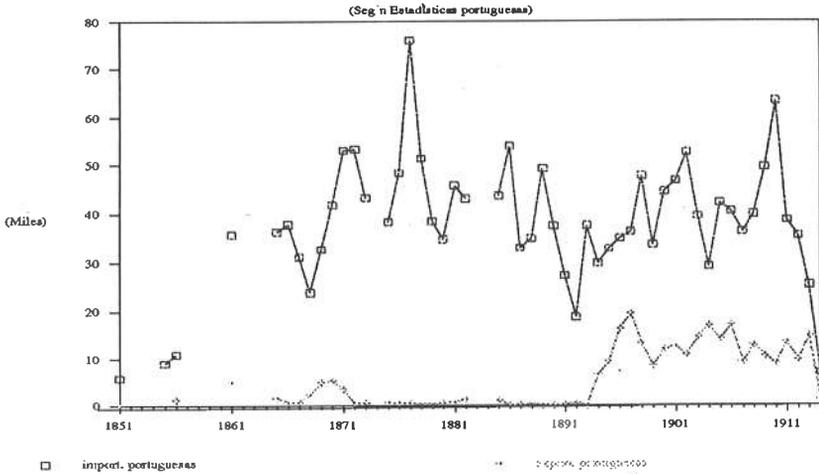
En primer lugar, el comercio de vacuno entre los dos países ibéricos hay que analizarlo como un flujo de doble sentido, es decir, un comercio en el que coexisten exportaciones desde España a Portugal junto a importaciones españolas del país vecino, si bien el saldo favorece a España que exporta más a Portugal de lo que desde allí importa. En segundo lugar, la elevada participación relativa de este producto en el conjunto del comercio bilateral nos hace ver que los conceptos de complementariedad y sustitutividad no siempre deben tomarse linealmente. Areas o regiones que aparentemente producen un mismo producto pueden encontrar vías de complementariedad que hagan posible un mejor aprovechamiento de los recursos y las oportunidades en cada una de

ellas; el comercio hispano-portugués de vacuno creemos que es un ejemplo. En tercer lugar, para comprender bien la evolución de los intercambios de vacuno entre los dos países, las calidades comercializadas y las distintas etapas observables en este comercio, hay que tener presente la influencia de la demanda británica de carne sobre los dos países ibéricos. Finalmente, debe indicarse que, a largo plazo, ninguno de los dos países ha sido capaz de tomar una ventaja clara ni respecto al otro ni en un contexto internacional más amplio y así, después de aprovechar coyunturalmente las posibilidades ofrecidas por el mercado británico, una vez perdido éste, han terminado por centrarse en el mercado propio que terminaría siendo el más duradero.

Comenzaremos observando la evolución del comercio de vacuno entre los dos países ibéricos y su participación relativa en el conjunto del comercio bilateral. Tal como muestra el **gráfico 1**, que recoge el número de cabezas intercambiadas entre España y Portugal, se asiste durante el período señalado a un crecimiento del comercio de este producto. Esta tendencia creciente es general al conjunto del comercio bilateral en los mismos años pero en este caso creemos que debe ser destacada por tratarse de un producto del que no sólo hay producción en los dos países, sino que además los dos llegan a ser exportadores de cierta importancia a otras áreas europeas. Todo ello hacía prever un cierto carácter sustitutivo de las dos economías o al menos un volumen de intercambios muy reducido. La realidad ha venido a mostrarse contradictoria con esa hipótesis y la prueba es que el comercio bilateral de vacuno no sólo ha aumentado en términos absolutos sino que incluso ha ganado posiciones en términos relativos según se puede observar en el **cuadro I**.

Pueden, sin embargo, diferenciarse subetapas tanto en lo que se refiere a las importaciones portuguesas de España como a las exportaciones a nuestro país. Respecto a las importaciones portuguesas cabe destacar dos etapas, una primera de crecimiento ininterrumpido hasta comienzos de los años ochenta del siglo pasado, con un máximo en 1877, y una segunda en la que el volumen de intercambios se mantiene, con algunas oscilaciones, a niveles altos hasta 1910.

GRAFICO NUMERO 1
COMERCIO HISPANO-PORTUGUES DE VACUNO



FUENTE: Elaborado a partir de las Estadísticas de Comercio exterior portuguesas¹.

CUADRO I

PARTICIPACION RELATIVA DEL GANADO VACUNO EN EL COMERCIO BILATERAL.

PERIODO	IMPORT. VACUNO/	EXPORT. VACUNO/
	IMPORT. TOTAL	EXPORT. TOTAL
	(% MEDIOS)	(% MEDIOS)
1850-54	19,293	0,118
1855-59	19,977	1,941
1860-64	49,074	7,652
1865-69	24,609	3,972
1870-7	36,59	4,026
1875-79	35,631	1,969
1880-84	30,719	2,559
1885-89	42,092	1,674
1890-94	29,560	3,633
1895-99	20,884	10,605
1900-04	22,146	9,701
1905-09	22,803	8,620
1910-14	16,595	7,539

F.E.U.C.
195-219

FUENTE: Elaboración propia a partir de ECEP.

1 Las Estadísticas de comercio exterior portuguesas cambian de nombre varias veces a lo largo de nuestro período de análisis. Los nombres correctos en cada momento concreto se aportan en la bibliografía final. A lo largo del texto a partir de aquí nos referiremos a ellas como ECEP.

En lo que respecta a los envíos de Portugal a España podemos establecer tres etapas; en la primera, entre mediados del XIX y comienzos de los setenta, el volumen de exportaciones portuguesas a España presenta escasa importancia aunque con tendencia a aumentar en valores absolutos. En la segunda, de principios de los setenta a finales de los ochenta, las exportaciones disminuyen considerablemente situándose en los niveles más bajos de todo el período. Por último, desde 1894 hasta los años previos a la primera guerra mundial, se asiste a un período de gran crecimiento de los envíos a España en términos absolutos y, además, en esta etapa, el mercado español se convierte en el más importante en el exterior para el vacuno portugués.

Por razones de exposición analizamos separadamente las importaciones y las exportaciones centrándonos sobre todo en el flujo que desde España se dirige a Portugal que es, según se ha visto en el gráfico 1, el más importante.

II. LOS FLUJOS HISPANO-PORTUGUESES: UNA FORMA DE INCREMENTAR LA PRODUCCION FINAL PARA EL MERCADO BRITANICO.

F.E.U.C.
195-219

Los envíos de vacuno desde España a Portugal no constituyen una novedad de la segunda mitad del siglo pasado aunque según todos los datos fue entonces cuando pasaron a cobrar mayor importancia².

Pero, ¿En qué zona o zonas de España se abastece Portugal?. ¿Qué tipo de producto demanda?. ¿Por qué necesita aumentar las importaciones en este período?.

Más del 90% del vacuno que Portugal importa de España lo introduce por las aduanas limítrofes con Galicia y Zamora. Como es bien conocido por la historiografía, Galicia es, dentro del Estado español, un productor destacado. La importancia del vacuno en la economía gallega, que podemos extender a toda la cornisa cantábrica y al norte de

2 Eso es lo que nos indican las comparaciones de las cifras que ya para esta época nos ofrecen las estadísticas de comercio exterior en comparación con cifras puntuales (ya que la serie estadística no es continua hacia atrás) que podemos encontrar en distintas memorias e informes de períodos anteriores. Véase CARMONA BADIA, X. "Sobre as orixes da orientación exportadora na produción bovina galega. As exportacións a Inglaterra na segunda metade do século XIX" en GRIAL, Anexo I, Historia, 1982, pp. 169-206.

Portugal, aparece reflejada en la mayor parte de las memorias y estudios que sobre el sector agrario se elaboraron desde los ilustrados hasta la actualidad. El vacuno proporcionaba fuerza de trabajo, leche, carne y era además uno de los principales productos comercializables que garantizaba al campesino los ingresos necesarios para que pudiese atender los pagos que debía realizar en metálico³.

Pedro Antonio Sánchez, en una conocida memoria sobre los ganados de Galicia publicada a comienzos del siglo XIX, nos dice que «... en lugar de fábricas, este reino tiene por equivalente la industria del ganado. Este es el gran tesoro del labrador y el principal recurso en sus necesidades. De su venta saca casi cuanto necesita para su subsistencia»⁴. Ciertamente, en la Galicia del XIX el vacuno era la principal fuente de ingresos del campesino, ello a pesar de que — como nos recordaría varias décadas más tarde, concretamente en 1884, el vista de la aduana de Vigo Ricardo Mestre— no contase ni con grandes explotaciones ni siquiera con otras más pequeñas pero especializadas; esto es, se está ante una situación de minifundio ganadero que se corresponde con una gran división de la propiedad de la tierra y una enorme parcelación de las explotaciones⁵. La dimensión de las explotaciones determina en gran medida el número de cabezas que cada unidad es capaz de sostener y fuerza, con demasiada frecuencia, a los campesinos a vender una parte de las reses de ganado poco después de nacer.

F.E.U.C.
195-219

Así, el vacuno gallego, con mayor o menor grado de engorde, se comercializaba en las ferias locales donde era adquirido por agentes que posteriormente lo enviaban a Inglaterra, Portugal y Castilla. Cuando había mucha demanda los agentes iban también comprando por las casas de los campesinos. El referido vista, Ricardo Mestre, nos describe el modo de actuación y la habilidad de los agentes que compran vacuno para enviar a Inglaterra: «se valen las casas exportadoras

- 3 VILLARES, R. La propiedad de la tierra en Galicia, 1500-1936, Madrid, 1982., indica como los campesinos son forzados progresivamente por distintas instituciones a obtener recursos monetarios para pagar impuestos, rentas etc.
- 4 SANCHEZ, P. A. "Memoria sobre los ganados de Galicia considerados relativamente a la economía política" reeditada en La economía gallega en los escritos de Pedro Antonio Sánchez. Vigo, 1973, pp. 119.
- 5 MESTRE, R. (Primer Vista de la aduana de Vigo) "Memoria sobre valoraciones de la provincia de Pontevedra, 1884" en Apéndice a las memorias comerciales redactadas por los cónsules de España en el extranjero y publicadas por la Junta de aranceles y valoraciones, Tomo IX, pp. 28.

de unos agentes llamados corredores, los cuales realizan las compras a ojo o tanteo, deduciendo por el estado de gordura del animal el peso que puede dar. (...) pero es tal la práctica adquirida por los corredores, que todos los bueyes elegidos dan un peso de 415 a 420 kilogramos, que es el fijado en las facturas de exportación»⁶.

Si a Inglaterra se envían desde Galicia bueyes cebados de entre tres y seis años⁷, no es éste el tipo de vacuno que Portugal demanda. Lo que Portugal compra en Galicia son terneros de cría, preferentemente machos pero también femias; es decir, la «temera blanca» a la que se referiría algo más tarde el veterinario Juan Rof Codina⁸. Este vacuno menor salía de Galicia hacia Portugal a lo largo de la frontera galaico-portuguesa, bien por tierra, o incluso en barcas antes de la construcción, en 1885, del puente internacional sobre el río Miño en la frontera de Tui⁹. En 1884, sólo por la aduana de Tuy salieron con destino a Portugal 10779 terneros, que habían sido comprados por agentes portugueses en las ferias de las provincias de Coruña, Orense y Pontevedra, con el objetivo de cebarlos y posteriormente embarcarlos para Inglaterra¹⁰. Junto a los terneros Portugal demanda también algún vacuno mayor¹¹, generalmente de calidades inferiores para consumo en el propio mercado portugués e incluso, según nos indica el cónsul de España en Lisboa A. Benitez, para abastecer los trasatlánticos que llegan a Oporto y Lisboa¹².

F.E.U.C.
195-219

6 Idem; Idem., pp. 28.

7 Sobre las exportaciones a Inglaterra, de las que no nos ocuparemos aquí pueden verse CARMONA BADIA, X. "Sobre as orixes da orientación exportadora ..."; resultan también de interés CARMONA BADIA, X. y DE LA PUENTE, L. "Crisis agraria y vías de evolución ganadera en Galicia y Cantabria" en GARRABOU, R. (Ed.) La crisis agraria de fines del siglo XIX. Barcelona, 1988. pp. 181-211; GARCIA LOMBARDEIRO, X. "Evidencias dunha crise agraria en Galicia: precios e exportación de gando a remates do século XIX" en Revista Galega de Estudos agrarios, nº 1, 1979., pp. 53-68.

8 "La edad a que se suelen vender las crías jóvenes oscila entre seis y catorce meses. En el partido de Monforte se suelen vender a los cuatro meses para el matadero de Oporto; (...) formándose así la temera blanca que pagan a buen precio los exportadores portugueses", Cfr. ROF CODINA, J. La raza bovina gallega. (Memoria premiada por la Asociación general de ganaderos en el concurso de 1916). Madrid, 1916, pp. 14.

9 "continúa en grande escala en esta provincia la exportación de ganado vacuno para Portugal. Casi todos los días atraviesan el Rio Miño barcas conduciendo bueyes..", Diario de Santiago (24/12/1877).

10 MESTRE, R. op. cit., pp. 29.

11 COSTA, B.C. Cincinnato da y CASTRO, L. de (Dirs.) Le Portugal au point de vue agricole. Lisbonne, 1900, capítulo IV.

12 BENITEZ, A. (Cónsul de España en Lisboa) "Memoria comercial de Lisboa (24/4/1914) en Boletín Oficial del Ministerio de Estado, 1914, pp. 462.

Si más arriba decíamos que estos envíos a Portugal no constituían una novedad de la segunda mitad del XIX, de nuevo tenemos que decir que esta especialización en un tipo concreto de ganado, las crías, no es tampoco novedosa sino que esa tendencia se puede apreciar desde finales del siglo XVIII. En 1802, Pedro Antonio Sánchez ya constataba que «no son las cabezas grandes y de carnicería las que quieren los portugueses, sino ganado nuevo para cría, tanto vacuno como de cerda»¹³. No estamos, por tanto, ante una característica diferenciadora de la época en la que la zona de Aveiro, y en general el norte de Portugal, engordan vacuno para enviar al mercado inglés. En este sentido las compras portuguesas de vacuno de la segunda mitad del siglo XIX constituyen una continuación, eso sí, en dimensiones más amplias, de una tendencia que se venía dando desde antes de comenzar las exportaciones portuguesas de vacuno a Inglaterra. La demanda inglesa no ha venido más que a acentuar la necesidad de Portugal de incrementar el número de reses que venía comprando en Galicia.

La importante diferencia existente en el peso de la cabaña vacuna per cápita entre Galicia y Portugal nos ayuda a ver la escasez relativa de reses existente en Portugal y explica la necesidad de este país de recurrir a las importaciones. El cuadro II indica esas diferencias. Si bien los datos no coinciden exactamente para los mismos años, se refieren a fechas próximas, y, por tanto, creemos que sirven para la comparación.

F.E.U.C.
195-219

Según puede observarse en el cuadro II, Galicia, con excepción del momento que coincide con la crisis agraria de fines de los ochenta¹⁴, multiplica aproximadamente por tres los efectivos bovinos per cápita de Portugal. Sabemos que el bovino en Portugal se concentra en un área relativamente reducida, en el norte, con lo que en esa zona geográfica el número de cabezas por habitante es superior al que indica el

13 SANCHEZ, P. A. op. cit., pp. 127. Sobre esta extracción de crías hacia Portugal son muy numerosos los testimonios encontrados tanto en España como en Portugal; algunas referencias del lado portugués pueden encontrarse en JUSTINO, D., *A formação do espaço económico nacional. Portugal 1810-1913*. Lisboa, 2 volúmenes, 1988-89, (véase en concreto el vol.I, pp. 252) o REIS, J., "Aspectos económicos de Viana do Castelo em 1840: um inquérito esquecido", *Estudos Contemporâneos*, 2-3, 1981, pp. 196-7.

14 Los datos del censo ganadero de 1891 en Galicia han sido cuestionados por CARMONA, X. y DE LA PUENTE, L. op. cit., que consideran que están sujetos a una fuerte infravaloración; por tanto, creemos más adecuado para las comparaciones fijarse en los datos de 1865 e 1917.

cuadro II, que se refiere al conjunto del país; pero en cualquier caso es desde el norte desde donde se abastece buena parte del consumo portugués. El cuadro muestra también como esas diferencias per cápita se dan ya antes del boom exportador hacia Gran Bretaña, lo que nos permite deducir que esa exportación no acarrea grandes cambios en el número de reses per cápita portugués.

CUADRO NUMERO II

NUMERO DE CABEZAS DE VACUNO POR HABITANTE.

GALICIA	PORTUGAL
1852	0,150
1865	0,429
1870	0,131
189	0,237
1906	0,132
1917	0,412

FUENTES: Datos de Galicia elaborados a partir de CARMONA, X. e DE LA PUENTE, L. Op. Cit. pp.182; CARMONA BADIA, X. El atraso industrial de Galicia. Auge y liquidación de las manufacturas textiles (1750-1900). Barcelona, 1990. y BARREIRO GIL, M.J. Prosperidade e atraso en Galicia durante o primeiro tercio do século XIX, A Coruña, 1990.

Datos de Portugal JUSTINO, D. Op. Cit. Vol. II, pp. 274. y LAINS, P. A evolução da agricultura e da industria em Portugal (1850-1913). Uma interpretação quantitativa., Lisboa, 1990, pp. 12.

F.E.U.C.
195-219

La exportación de vacuno gallego y portugués a Gran Bretaña comienza aproximadamente en las mismas fechas, en la década de 1840. En lo que se refiere a Galicia, Carmona indica que por el puerto de La Coruña comienza a salir ganado en 1842, el mismo año que Gran Bretaña autoriza la entrada de animales vivos. Si en los primeros años las salidas son modestas, a partir de los sesenta aumentan muy rápidamente¹⁵.

15 CARMONA, X. "Sobre as orixes da orientación exportadora...". Esta evolución señalada por Carmona coincide con la que nos indican los informes consulares ingleses en España y Portugal. Si en estos informes apenas aparecen referencias al vacuno en la década de 1850, éstas serán, en cambio, insistentes a partir de 1860. La proporción de vacuno importado dentro del consumo británico empieza a ser importante a partir de 1865, ya que antes la mayor parte del consumo era satisfecho por la producción interna. PERREN, R. The Meat Trade in Britain 1840-1914. London, 1978, pp. 78. El aumento del consumo y la consecuente subida continuada del precio de la carne en Gran Bretaña desde mediados del siglo pasado es lo que hace que los comerciantes ingleses acudan a los mercados europeos en busca de mejores precios.

CUADRO NUMERO III
EXPORTACIONES DE VACUNO POR LA ADUANA DE
PORTO.

ANOS	CABEZAS EXPORTADAS	VALOR (REIS)
1847	548	17500000
1851	150	6000000
1855	2926	142300000
1859	3992	255563000
1863	5772	403350000
1867	6979	493316000
1871	21475	1503250000
1875	21941	1657415000
1876	13434	1140950000
1877	15292	1153185000
1878	13932	1163040000

FUENTE: BONILLA MARTEL, E. «Memoria comercial de Oporto (1880)» en *Memorias comerciales redactadas por el cuerpo consular de España en el extranjero*. 1881, Vol. VI, pp. 22.

F.E.U.C.
195-219

En lo que se refiere a Portugal, Miriam Halpern Pereira sitúa en 1847 el comienzo de las exportaciones portuguesas de vacuno a Gran Bretaña. A estos envíos se dedicarían cinco años más tarde dos líneas regulares de barcos que unían Oporto con Londres y Liverpool¹⁶. Esa misma fecha es la que indica el cónsul español en Oporto, Bonilla Martel, en una magnífica memoria sobre el comercio de aquella plaza¹⁷. El mismo cónsul nos ofrece además datos (recogidos el cuadro III) que muestran la progresión de las salidas de vacuno por la aduana de Oporto, que es por la que salían la mayor parte de las exportaciones portuguesas de vacuno a Gran Bretaña¹⁸.

16 PEREIRA, M. Halpern. Livre-câmbio e desenvolvimento económico. Portugal na segunda metade do século XIX. Lisboa, 1983., pp. 207.

17 BONILLA MARTEL, E. "Memoria Comercial de Oporto", 1880, pp. 22, en *Memorias Comerciales redactadas por...*, Vol. VI, 1881.

18 Como ejemplo podemos indicar que en 1879, según datos que nos ofrece el citado cónsul, mientras por la aduana de Oporto se exportan 14.513 cabezas por la de Lisboa salen apenas 944. Idem, Idem.

Entre los años sesenta y ochenta del siglo pasado se asiste a un período de auge en la exportación de vacuno y de intensa actividad de la industria de engorde portuguesa, actividad especialmente importante en la zona de Aveiro donde cuentan con sistemas de estabulado y ganadería intensiva¹⁹, pero que atañe a un área mucho más amplia de Portugal, por lo menos a toda la región del Miño²⁰, áreas en las que, como ocurre en Galicia, predomina el minifundio. Ese flujo exportador, junto a la baja densidad de reses per cápita en Portugal, ayuda a explicar por qué es en ese período cuando se intensifica la demanda portuguesa de reses vacunas gallegas.

No podemos, sin embargo, establecer una correlación absoluta entre las reses importadas de Galicia y las que, después de ser engordadas, se envían a Gran Bretaña, ya que, no todo el vacuno que Portugal importa sale de nuevo al exterior, sino que una parte se destina a los mercados urbanos en crecimiento, sobre todo de Lisboa y Oporto. Al mismo tiempo con destino a Inglaterra salen razas propias portuguesas, especialmente barrosa y mirandesa, que parece que pierden menos peso en el viaje a Inglaterra que el gallego²¹.

F.E.U.C.
195-219

El gráfico 2 deja claro que el número de reses importadas supera considerablemente al de las exportadas lo que constituye una prueba más de la necesidad de recurrir a las importaciones incluso para satisfacer la demanda que genera el propio mercado interno. En términos de cantidades, Portugal aparece como un importador neto de vacuno durante toda la segunda mitad del siglo XIX y hasta la segunda década del siglo actual.

No por ello debe concluirse que la exportación a Inglaterra haya acarreado un mayor déficit de vacuno en Portugal. Bien al contrario, entre 1865-1885, período álgido para la industria de engorde y la

19 PEREIRA, M. Halpern. Op. Cit.

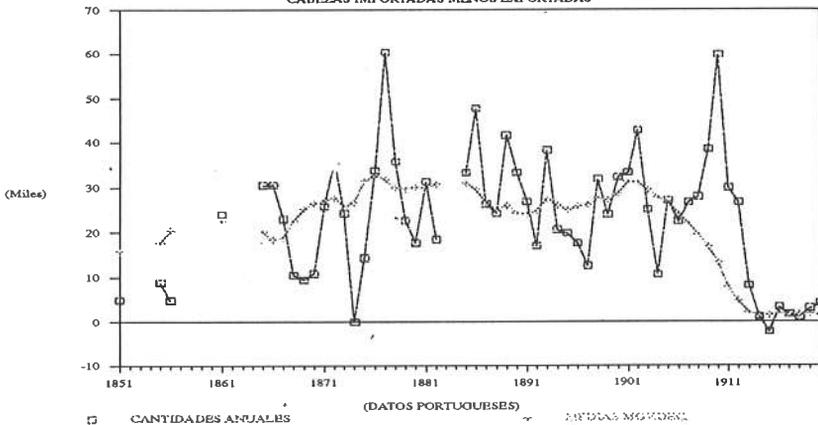
20 PERY, G. Geographia e Estatística Geral de Portugal e Colonias. Lisboa, 1875, en las páginas dedicadas al análisis de la agricultura portuguesa cita en varios distritos el engorde de vacuno como actividad frecuente. Cuando se refiere al Miño dice "Uma parte importante das lavouras do Miño é a criação e engorda do gado bovino cujos lucros chegam a indemnizar ao lavrador da escassez das colheitas". A la importancia de esta actividad se ha referido ampliamente PEREIRA, M. Halpern. Op. Cit.

21 Véase JUSTINO, D. Op. Cit., pp. 252-260 y BONILLA MARTEL, E. "Memoria comercial de Oporto", 1880, pp. 23. Al poco peso del ganado español se refiere R. PERREN quien señala que "Spanish cattle were also described as being generally as 'light' as cork". En cualquier caso ese menor peso unitario de las reses vacunas importadas de España en comparación con las que se producían en Gran Bretaña era una característica común de las importaciones británicas de este producto. PERREN, R. Op. cit., véanse especialmente las páginas 70-79.

exportación a Inglaterra, Portugal se revela como exportador neto, según puede verse al comparar los valores de exportación e importación de este producto en el **gráfico 3**. Se nos muestra claramente la diferencia de valor unitario entre el ganado que Portugal compra en Galicia y el que luego exporta; este último, ya adulto y engordado, alcanza precios muy superiores. No nos detenemos aquí más en este aspecto pues volveremos sobre él más adelante.

GRAFICO NUMERO 2
GANADO VACUNO

CABEZAS IMPORTADAS MENUS EXPORTADAS

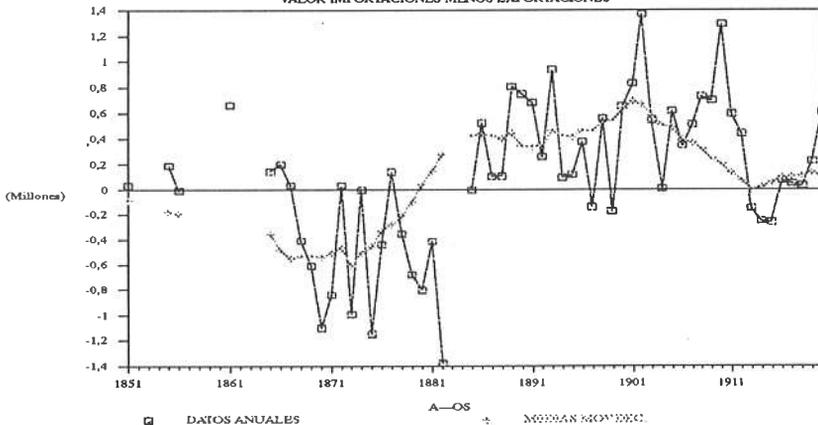


F.E.U.C.
195-219

FUENTE: Elaborado a partir de ECEP.

GRAFICO NUMERO 3

GANADO VACUNO
VALOR IMPORTACIONES MENUS EXPORTACIONES



FUENTE: Elaborado a partir de ECEP.

III. LA PENINSULA IBERICA SE CONVIERTE EN UN MERCADO UNICO PARA EL VACUNO: UN PERIODO DE TRANSICION ENTRE LA PERDIDA DEL MERCADO BRITANICO Y EL APROVECHAMIENTO DE LOS RESPECTIVOS MERCADOS NACIONALES.

A mediados de la década de 1880 se produce un cambio radical para las exportaciones, tanto gallegas como portuguesas, destinadas al mercado británico. Las medidas sanitarias que en 1881 impone Inglaterra constituyen una primera llamada de atención a la que en un principio no se hace mucho caso, ya que los niveles de exportación se mantienen durante tres o cuatro años más. Pero, hacia finales de la década las salidas comienzan a disminuir seriamente hasta llegar a 1892 año en el que Inglaterra prohíbe la entrada de vacuno gallego alegando unha epizotia²². No podemos confirmar si Inglaterra prohíbe también la entrada de reses procedentes de Portugal, pero, en cualquier caso, el resultado final fue el mismo²³. Las epizotias y problemas sanitarios diversos de los que se acusa al ganado de la Península Ibérica no son otra cosa que excusas que encubren otra realidad. La verdaderas razones las resume el vista de la aduana de La Coruña, José Pardo, en el siguiente párrafo «la causa primordial y decisiva es la competencia que en el mercado inglés hace a las carnes de todos los países la producción americana, que como es muy sabido se realiza en condiciones baratísimas, con una abundancia extraordinaria, y que gracias a los adelantos modernos se presenta en los mercados de Europa, (...) conservada por medio del frío, no tan solo procedentes de Buenos Aires y Norte América, sino también de Australia»²⁴. Una visión del tema que comparten José Acuña Santos y López Martínez²⁵, autores que además

F.E.U.C.
195-219

22 CARMONA, X. "Sobre as orixes...".

23 GARCIA CARANTOÑA, Ramón (cónsul de España en Valença do Minho), en una memoria comercial de 1896 se refiere a las alteraciones producidas en el comercio hispano-portugués de vacuno debido al cierre del mercado inglés. En sus propias palabras "hace años que Inglaterra se niega a recibir el ganado portugués, del mismo modo que no recibe los cebones gallegos, y, ahí está una de las causas de las alteraciones en nuestra importación" en GARCIA CARANTOÑA, R. "Memoria comercial (de Valença) para 1896" en Boletín Oficial del Ministerio de Estado, Vol. VII, 1897. pp. 287.

24 PARDO, J. "Preámbulo de la Memoria de Valoraciones de la provincia de La Coruña". en Apéndice a las Memorias Comerciales... Tomo XIII, (1888). pp. 262.

25 LOPEZ MARTINEZ, M. e ACUÑA SANTOS, J. Memoria sobre el comercio de ganado español con las naciones importadoras presentada a la asociación general de ganaderos, Madrid, 1888. La competencia de la carne americana y australiana afecta no sólo al vacuno gallego y portugués destinado a G. Bretaña sino también a las exportaciones francesas, alemanas etc. Véase para el caso francés DESERT, G. "Prosperidad en la crisis?. La ganadería francesa durante el último tercio del siglo XIX" en GARRABOU, R. (ed.) Op. Cit. pp. 245-268.

aportan cifras de importaciones británicas entre 1883 y 1887 en las que se puede ver como Portugal y Galicia pierden peso paralelamente al tiempo que aumentan las importaciones británicas de carne de Estados Unidos y Canadá²⁶.

El cierre del mercado británico va a suponer cambios en el comercio hispano-portugués de vacuno ya que Galicia, que venía combinando las exportaciones de crías a Portugal con las exportaciones de bueyes cebados a Gran Bretaña, se encuentra, de repente, con un excedente de vacuno adulto, listo para ser consumido, para el que tiene que buscar mercados alternativos. Así, después de un breve período de indecisión, va a presentarse con mayor agresividad a la conquista de mercados dentro de la Península Ibérica. Como resultado, empieza a aparecer ganado cebado gallego en mercados hasta ahora no aprovechados; entre estos se encuentran sobre todo el interior de la península y Portugal.

Este proceso no pasa en absoluto desapercibido para los observadores de la época ni en Galicia, ni, por supuesto, en las zonas más afectadas por la competencia gallega. Desde Galicia, el vista de la aduana de Vigo, G. Pérez señala que los campesinos necesitaban imperiosamente numerario para hacer frente a las necesidades familiares, al pago de rentas, impuestos etc. y por ello, van a vender a precios más bajos de lo que lo hacían en años anteriores; en sus propias palabras los campesinos «se han cansado de esperar la ocasión, no ya de resarcir pérdidas, sino de aminorar los daños sufridos concluyendo por llevarlos a la ferias y mercados para vender a cualquier precio»²⁷. Lejos estamos ya de aquellos años sesenta y setenta en los que los agentes ingleses se quejaban de la pasividad de los campesinos gallegos, que esperaban en sus casas a ser buscados por los compradores²⁸.

Los ganaderos de la cornisa cantábrica, especialmente de la montaña santanderina, se quejan, en todos aquellos foros en los que tienen acceso,

F.E.U.C.
195-219

26 En varios informes de los cónsules británicos en Vigo, La Coruña y Oporto se indica que la carne procedente de Estados Unidos y Canada está llegando a la plaza de Londres a menor precio que el que tienen en origen los bueyes cebados en Galicia y Portugal. Véanse British Parliamentary Papers. Accounts and Papers, informes de Vigo, La Coruña y Oporto entre los años 1882 y 1888.

27 PEREZ, G. (Vista de la aduana de Vigo) "Preámbulo de la Memoria de Valoraciones de la provincia de Pontevedra" en Apéndice a las memorias comerciales... Tomo XIII, (1888), pp. 285.

28 LOPEZ MARTINEZ, M. y ACUÑA SANTOS, J. Op. cit., pp. 60-62.

de la gran competencia que está generando en el mercado nacional el ganado gallego al que culpan de la enorme caída de precios²⁹.

En Portugal, donde las crías gallegas eran tan bien acogidas³⁰, aparecen en estos años las primeras quejas que terminan por ser insistentes³¹. Estas quejas de los ganaderos portugueses en referencia al vacuno gallego se comprenden mejor si tenemos en cuenta que en los años en los que se pierde el mercado británico, está en vigor el tratado de comercio hispano-portugués firmado en 1882 y ratificado en 1885 y, en virtud de este tratado, el ganado español entra en Portugal libre de derechos de importación³². El tratado va a favorecer que en las ferias portuguesas próximas a la frontera se comercialicen, junto a los tradicionales terneros de pocos meses, bueyes ya casi cebados que entran en competencia directa con el negocio de engorde del entorno de Aveiro³³.

F.E.U.C.
195-219

29 Véanse, por ejemplo, las "Memoria(s) de Valoraciones de la provincia de Santander" redactadas por F. MUGICA y T. CABALLERO incluidas en Apéndice a las memorias comerciales..., Tomo XII (1887) y Tomo XIII (1888). En una de estas memorias nos dicen: "Desgraciadamente para la montaña ha continuado de un modo alarmante la depreciación del ganado vacuno que era la mayor riqueza, no hace aún dos años. La causa que ha originado tal perjuicio es la invasión que han hecho los ganados gallegos en casi toda España" CABALLERO, T., op. cit., pp. 148. El mismo tipo de argumentos y explicaciones podemos encontrarlos en La crisis agrícola y pecuaria: actas y dictámenes de la comisión creada por Real Decreto de 7 de julio de 1887 para estudiar la crisis que atraviesa la agricultura y la ganadería. Madrid, 1887, especialmente el tomo II, páginas 412 y siguientes.

Los envíos de vacuno gallego hacia el interior se ven favorecidos por la llegada del ferrocarril a Galicia. Sobre la progresión de estos envíos pueden verse CARMONA BADIA, X. "Cien años de economía" en CAMARA DE COMERCIO, INDUSTRIA Y NAVEGACION DE LUGO. Cien años. Lugo, 1986, también GARCIA-LOMBARDERO, J. "La economía de Galicia en los siglos XIX y XX" en Papeles de economía española. Economía de las Comunidades Autónomas, nº 3, 1985, pp. 131-143. La importancia del ferrocarril para comunicar Galicia con el interior de la península había sido ya destacada unos treinta años antes por J. SANCHEZ VILLAMARIN. Para este último autor la producción de carne era en Galicia "el filón de oro de mayor potencia" y el ferrocarril la vía imprescindible para que esa carne llegase al mercado español. SANCHEZ VILLAMARIN, J. "El transporte de los ganados por los caminos de hierro" en Revista Económica de la Sociedad de amigos del país de Santiago. Año IV, (1862-1863), nº 68, Agosto de 1863, pp. 419-422

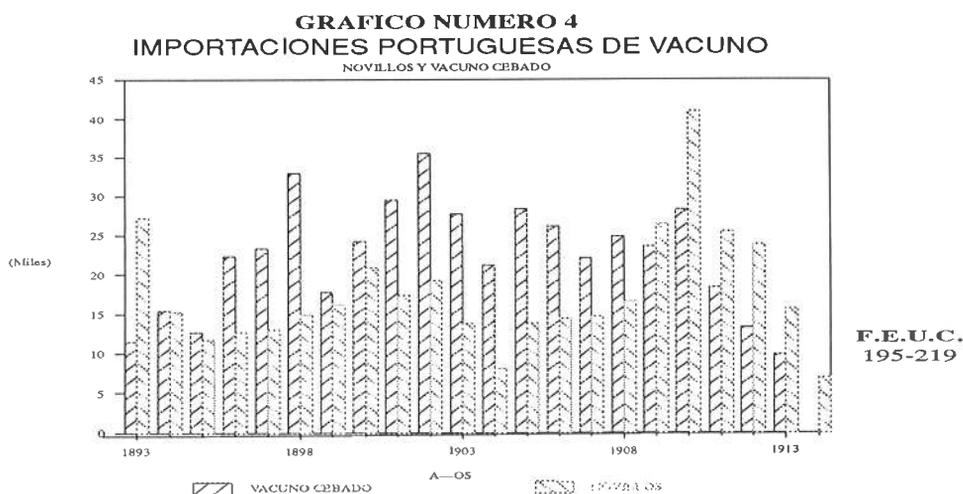
30 JUSTINO, D. Op. Cit. y REIS, J. Op. Cit. se refieren a la buena acogida de las importaciones.

31 CASTRO, J. (Cónsul de España en Lisboa) "Memoria comercial de Lisboa" en Memorias comerciales redactadas por... Tomo XIII, (1888), pp. 225 se referirá a "la grande oposición que siempre se ha manifestado en este reino a facilitar aquella competencia que ha ocasionado serios perjuicios a la ganadería de las provincias portuguesas del norte".

32 El hecho de que por parte portuguesa se haya aceptado la importación libre de derechos creemos que es una prueba de que no había en los años anteriores una gran oposición a esa entrada de vacuno gallego.

33 Se siguen importando las mismas variedades "...termeritos, terneros, y ganado hecho ya, más o menos limpio, más flaco o más gordo, nunca cebado. Aquí crece, se cuida y se ceba y cuando tiene salida se vende..." pero se alteran las proporciones de cada uno de ellos, el de engorde pierde importancia, GARCIA CARANTOÑA, R. "Memoria comercial de Valença" Op. cit., pp. 287.

De esta manera, Portugal, que siempre había comprado mayoritariamente crías, compraba ahora aproximadamente mitad crías y mitad cebado, según puede verse en el **gráfico 4**, que nos ofrece una comparación entre el número de cabezas importadas ya adultas y el de novillos. La mayor proporción relativa de las reses adultas en el conjunto de las importaciones portuguesas se percibe también al ver como los precios unitarios medios de importación suben en estos años a pesar de estar en un contexto en el que la tendencia general de los precios de este producto es de caída³⁴.



FUENTE: Elaborado a partir ECEP.

Todos estos cambios tienen que haber afectado decisivamente no sólo la actividad de la ganadería intensiva de la zona de Aveiro sino el conjunto de la producción bovina portuguesa. Ahora bien, creemos que, al margen de las dificultades, las quejas de los ganaderos constituyen una llamada de atención a las autoridades para que se corrija una situación que consideran discriminatoria y perjudicial a sus intereses. La entrada libre, que el vacuno español tenía en Portugal no tenía reciprocidad por parte española, por tanto, en un momento — finales de los ochenta y comienzos de los noventa — en que se está negociando un nuevo tratado de comercio con España, las voces de alarma suponen una forma de presión para que los negociadores portugueses exijan a España el trato de reciprocidad para el ganado. Esa presión ha resul-

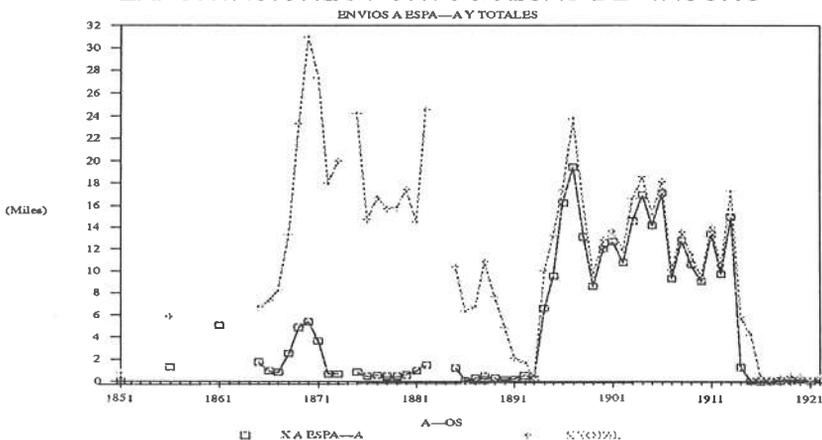
34 La evolución de los precios de importaciones y exportaciones la indicaremos más adelante.

tado ser exitosa y en el tratado de comercio firmado entre los dos países en 1893 queda plasmado ese trato de igualdad.

En nuestra opinión el tratado de 1893, en vigor desde 1894, alivia la tensión, al permitir que continúe la importación y la actividad de engorde en Portugal y que el excedente retorne a España, donde los mercados más destacados son Madrid y el Mediterráneo. También, con carácter más ocasional se envía algún vacuno portugués a Alemania, Francia u Holanda utilizando España como lugar de paso³⁵. El tratado abre una nueva etapa en el comercio bilateral de este producto, los intercambios se hacen más intensos.

Desde el punto de vista de los saldos, en esta nueva etapa Portugal vuelve a ser importador neto, tal como lo era antes de empezar las exportaciones a Gran Bretaña. Sus exportaciones van a ser menos importantes que en el período anterior y además se dirigen a un mercado distinto, el español. Analicemos brevemente la evolución de estas exportaciones.

GRAFICO NUMERO 5
EXPORTACIONES PORTUGUESAS DE VACUNO



F.E.U.C.
195-219

FUENTE: Elaborado a partir de ECEP.

A la vista del gráfico 1 y tal como indicábamos anteriormente, en las exportaciones portuguesas destinadas a España cabía diferenciar tres subperíodos: 1850-1870, 1870-1885/90, 1894-1914. De esas tres etapas la de mayor intensidad exportadora es la última, la que sigue al tratado

35 Véase BONILLA MARTEL, E. (Cónsul en Oporto) "Memoria comercial de 1896" en Boletín Oficial del Ministerio de Estado, vol. VII, 1897, y GARCIA CARANTOÑA, R. Op. Cit.

de comercio de 1893; en esos años los envíos a España no sólo aumentan en términos absolutos, sino que además nuestro país sustituye a Gran Bretaña como cliente portugués. La combinación que resulta del tratado de comercio señalado y la desaparición del mercado británico explica esa evolución de las exportaciones portuguesas a nuestro país.

El **gráfico 5**, en el que se comparan las exportaciones a España con las totales, puede ayudarnos a comprender mejor la tendencia indicada. Según puede verse en el gráfico, entre mediados del siglo pasado y finales de la década de 1860, las exportaciones a España aun no siendo muy importantes siguen la tendencia de las totales; entre 1870-1890 lo que se envía a nuestro país es absolutamente irrelevante³⁶; por último, desde 1894, la evolución de las exportaciones portuguesas de este producto viene determinada por el mercado español.

Pero el **gráfico 5**, junto con otros datos que hemos ido exponiendo a lo largo de este trabajo, nos permite apuntar que el mercado español tenía para Portugal un interés secundario en tanto en cuanto existiesen otras posibilidades más remuneradoras. Se convertía, en cambio, en importante cuando aquellas posibilidades desaparecían. Se comprende así que en 1882 no se haya exigido reciprocidad a España en los derechos de importación porque todas las expectativas de exportación estaban puestas en el mercado británico. Pero, cuando, a partir de 1885, ese mercado desaparece, la reciprocidad se convierte en un objetivo y, como forma de presión, a partir de 1887, el vacuno y el procino español pasan a pagar derechos de entrada en Portugal.

En ese contexto la importancia del tratado de comercio de 1893 resulta evidente, pero creemos que sus efectos serían mucho menores si el mercado inglés se mantuviese ya que los precios que pagaban los compradores ingleses eran superiores³⁷. En los años noventa el mercado español constituye una salida de emergencia para evitar el desplome radical del negocio de engorde portugués, que, con todo se ve seriamente afectado. El consumo urbano de carne en España a finales del siglo pasado era importante³⁸, pero la competencia que ejerce toda la producción del norte de España es muy fuerte³⁹. Frente a esa situa-

F.E.U.C.
195-219

36 Como ya indicamos anteriormente, en esta etapa, el destino casi exclusivo de las exportaciones portuguesas de vacuno era Gran Bretaña.

37 Recordemos los efectos que sobre los precios ejercía la demanda inglesa, según se recogía en el *Diario de Santiago* (24/12/1877).

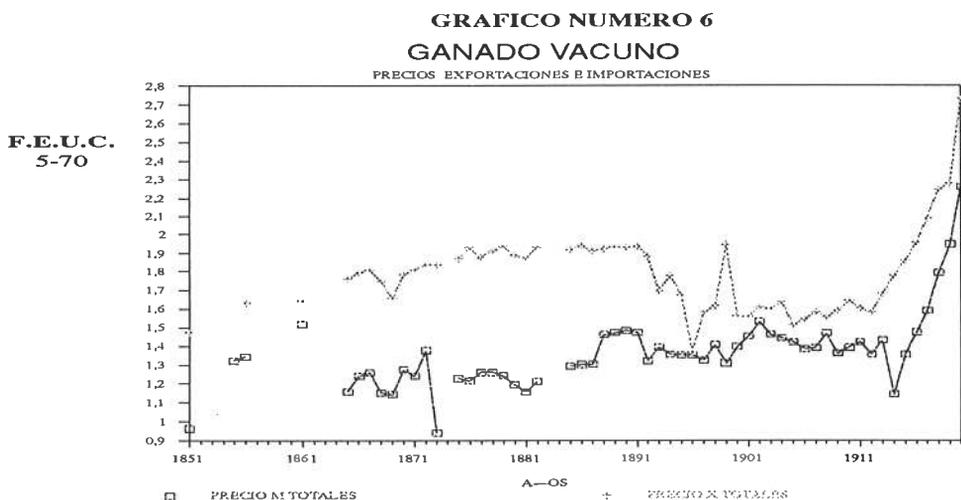
38 GOMEZ MENDOZA, A. e SIMPSON, J.; "El consumo de carne en Madrid durante el primer tercio del siglo XX" en *Moneda y Crédito*, nº 186, 1988, pp. 57-91.

39 CARMONA BADIA, X e DE LA PUENTE, L. "Crisis agraria y vías de evolución ganadera..."

ción los ganaderos portugueses optan por producir cada vez más para el mercado interno y evitar que éste sea abastecido desde el exterior.

IV. UNA APROXIMACION A LOS PRECIOS DEL VACUNO IMPORTADO Y EXPORTADO POR PORTUGAL.

Hasta aquí hemos ido presentando diversos testimonios, e incluso datos cuantitativos, indicativos de que las diferencias de valor unitario de las importaciones y exportaciones portuguesas eran importantes; es decir, en Portugal se añadía un valor considerable al vacuno importado antes de destinarlo a los mercados de consumo. En este apartado haremos una nueva aproximación breve utilizando los precios de entradas y salidas en Portugal, elaborados a partir de las series de valores y cantidades que nos ofrecen las estadísticas de comercio exterior. La evolución de esos precios de referencia se muestra en el **gráfico 6**.



FUENTE: Elaborado a partir de ECEP.

Se trata de valores unitarios medios para las importaciones y exportaciones totales, aunque realmente, de lo expuesto hasta ahora, sabemos que los precios de las importaciones responden a los de las originarias de España y los de las exportaciones vienen marcados hasta mediados de los ochenta por las salidas a Gran Bretaña y a partir de ahí por lo destinado a España.

Del gráfico se desprende que la época de mayor diferencial de precios y, por tanto, la más remuneradora para el engorde portugués, se corresponde con la de auge exportador a Gran Bretaña. El valor unitario medio de las importaciones en el período 1865-1886 oscila entre 8 mil y 24 mil reis, mientras que el de las exportaciones en el mismo período oscila entre 46 y 88 mil reis. Esto es, en regla general el coeficiente multiplicador oscila entre tres y cuatro, llegando en algún año extremo a ser ocho.

Esos coeficientes multiplicadores que se deducen de las estadísticas de comercio portuguesas coinciden casi con exactitud con los datos deducibles de las estadísticas española y la información consular. Entre mediados del siglo XIX y 1870 los valores unitarios medios del vacuno exportado desde España por las aduanas de Vigo, La Coruña o Santander, multiplican por cuatro a los valores unitarios del vacuno exportado por Tui, Salvatierra o las aduanas de Orense y Zamora, aduanas las primeras por las que se exporta a Inglaterra y las últimas a Portugal. A partir de 1870 el sistema de valoraciones oficiales que siguen las estadísticas españolas no nos permite observar esas diferencias, pero, a juzgar por los datos que nos aportan los cónsules y vistas de aduanas en las distintas plazas, debgen mantenerse durante todo el período de exportación a Inglaterra ⁴⁰

F.E.U.C.
195-219

Por tanto, además de hacernos una idea bastante aproximada del valor añadido al vacuno gallego engordado en Portugal, podemos deducir que existe una gran homogeneidad en el producto final que desde la Península Ibérica se destina a Inglaterra, con independencia de que el engorde se realice en Galicia o en Portugal.

Perdido el mercado inglés a mediados de los ochenta, tanto los precios de entrada como los de salida están determinados por el mercado español y el diferencial es ahora mucho menor. Tal como indicábamos en páginas anteriores los precios de las importaciones suben considerablemente pasando de estar, en media, por debajo de 20 mil reis unidad a situarse alrededor de 25 mil reis cabeza. Se refleja en esos precios el cambio en la composición interna de las importaciones, dentro de la cual el vacuno ya adulto pesa cada vez más. En cambio, los valores

40 En 1884, el vista de la aduana de Vigo R. Mestre señala un valor medio para las exportaciones por la aduana de Tui de 100 pesetas por cabeza, mientras que sitúa en 350 pesetas por cabeza la media del que sale por Vigo hacia Inglaterra.

unitarios de las exportaciones, en consonancia con tendencia generalizada de caída de precios del vacuno a finales del siglo pasado, tienden a disminuir pasando de estar entre 70 y 80 mil reis cabeza a situarse por debajo de los 50 mil. Esta caída de precios observable a partir de los datos das estatísticas portuguesas, se corresponden absolutamente con las informaciones que nos dan en España los vistas de aduanas en diversos documentos e informes sobre la gandeiría, que hablan de una disminución de los precios de alrededor del 35% y entran también dentro de la franja delimitada por Leonor de la Puente que señala que "la depreciación del ganado alcanza una reducción del 40%-50% según las estimaciones más pesimistas y un 25%-30% las más bonancibles" 41.

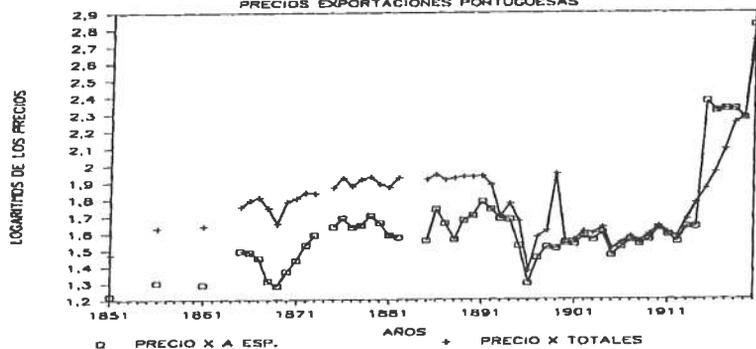
Este análisis de los precios nos permite confirmar con claridad que el beneficio que obtiene Portugal a partir de la última década del siglo pasado es bastante inferior al que obtenía en décadas anteriores. Pero, si damos un paso más y comparamos, según se hace en el gráfico 7, los precios de las exportaciones a España con los de las exportaciones totales, se confirma aún con más claridad el carácter menos remunerador del mercado español en comparación con el inglés.

F.E.U.C.
195-219

GRAFICO NUMERO 7

GRAFICO NUMERO 7

GANADO VACUNO PRECIOS EXPORTACIONES PORTUGUESAS



FUENTE: Elaborado a partir de ECEP.

FUENTE: Elaborado a partir de ECEP.

41 PUENTE FERNANDEZ, L. de la., Transformaciones agrarias en Cantabria, 1860-1930. Cantabria, 1992, pp. 152.

Visto así se comprende que, cuando en los años 1860 España suaviza las barreras de entrada al ganado portugués, los efectos de esas medidas pasen casi desapercibidos porque el mercado español ni exigía la calidad que demandaban los ingleses ni tampoco pagaba tanto. Siendo así, la industria de engorde de Aveiro le resultaba mejor la especialización en el tipo de ganado demandado por Inglaterra, al menos, en tanto en cuanto esa demanda se mantuviese.

En el gráfico se ve como a partir de los años noventa el precio de las exportaciones totales se corresponde con el de las destinadas a España, el mercado que le queda en el exterior, pero también se ve como esos precios han disminuido claramente. Las exportaciones se hacen menos rentables y por tanto la solución más adecuada parece la reorientación de la producción hacia el mercado interno que a lo largo del período va aumentando su consumo⁴². Esa será la opción elegida por Portugal a partir de la segunda década del siglo actual.

V. CONCLUSIONES

Entre mediados del siglo XIX y la primera guerra mundial podemos establecer dos grandes etapas en lo que a comercio hispano-portugués de vacuno se refiere: la primera, de 1850 a mediados de la década de 1880 y, la segunda, desde esta última fecha hasta comienzos de la guerra mundial. A lo largo del primer período España -o más propiamente Galicia- y Portugal tienen como objetivo producir lo más posible para el mercado que en ese momento les resulta más remunerador, el inglés. Para la consecución de ese objetivo la intensificación del comercio entre los dos países fronterizos va a resultar interesante y necesaria. Galicia envía una parte de las crías que nacen en sus explotaciones a Portugal para, de esa forma, además de obtener ingresos necesarios, aliviar la carga ganadera de sus pequeñas explotaciones y poder así engordar mejor las reses que le quedan. Portugal, que como hemos visto disponía de un escaso número de reses, encuentra en la entrada de las crías gallegas el input necesario al que añadir valor para después enviar al mercado británico. En este período los envíos desde Portugal a España son insignificantes.

F.E.U.C.
195-219

42 La evolución del consumo de carne en Portugal puede verse en JUSTINO, D. Op. Cit., así como en LAINS, P. A evolução da agricultura e da indústria em Portugal (1850-1913). Uma interpretação quantitativa. Lisboa, 1990; y A Economia Portuguesa no Século XIX. Lisboa, 1995.

Cuando, a mediados de los ochenta, Gran Bretaña empieza a importar carne del otro lado del océano y deja de comprar en la Península Ibérica, se abre una nueva etapa en los intercambios de vacuno entre España y Portugal. La estructura de este comercio se modifica sustancialmente. En las importaciones portuguesas de España disminuye la proporción de crías y aumenta la de ganado cebado o a medio cebar. Este cambio origina una serie de quejas de los ganaderos portugueses que exigirán un trato recíproco para el comercio de vacuno entre los dos países. Esa reciprocidad se va a reflejar en el tratado de comercio bilateral de 1893 que establece para el ganado un mercado único dentro de la Península Ibérica. El tratado permite mantener un elevado nivel de intercambios y aliviar tensiones coyunturales por excesos de oferta temporales en cualquiera de las dos partes. En este período Portugal exporta a España cantidades considerables de vacuno, sustituyendo así el mercado español al británico.

F. E. U. C.
195-219

Ahora bien, el mercado español va a resultar mucho menos atractivo para la producción portuguesa de lo que había sido el inglés, pues los precios que se pagan son menores y además la competencia de toda la cornisa cantábrica es grande. Ante esta situación, tanto Galicia como Portugal reorientarán progresivamente la producción hacia el mercado interno en una tendencia que refleja también el proceso de integración de los respectivos mercados nacionales. Galicia se aproxima más a la meseta y a Madrid mientras que los ganaderos portugueses se orientan hacia sus centros urbanos, fundamentalmente Lisboa y Oporto.

En nuestra opinión, el tratado de comercio bilateral de 1893 permitió para el vacuno una transición menos traumática entre la producción orientada al mercado británico y la producción para los respectivos mercados nacionales. El tratado permitió aprovechar complementariedades -entre distintas áreas geográficas o en distintos momentos dentro del año natural- y suavizar las dificultades para los productores en esa etapa de transición.

BIBLIOGRAFIA CITADA:

ESTADISTICAS:

Mapas Gerais do Comércio de Portugal com as Suas Possessoes Ultramarinas e as Nações Estrangeiras, (1842-1861). Direcção Geral das Alfândegas e Contribuições indirectas. Lisboa.

Estatística do comercio de Portugal com as Suas Possessoês ULtramarinas e Nações Estrangeiras, (1865-1879). Direcção Geral das Alfândegas e Contribuições indirectas. Lisboa.

Comercio do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes com os Países Estrangeiros e com as Provincias Portuguesas do Ultramar, (1880-1896). Conselho Superior das Alfândegas, Lisboa.

Comercio e Navegação, (1897-1914). Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, Lisboa.

Cuadro General del Comercio Exterior de España con sus posesiones ultramarinas y potencias extranjeras, (1849-1855). Dirección General de Aduanas, Madrid.

Estadística General del Comercio Exterior de España con sus posesiones de Ultramar y potencias extranjeras, (1856-1921). Dirección General de Aduanas, Madrid.

INFORMACION CONSULAR:

(Aqui se presenta unicamente el nombre de las publicaciones que contienen los informes y memorias citadas en las notas del texto por el autor)

F.E.U.C.
195-219

British Parliamentary Papers. Accounts and Papers. 1882-1888.

DIRECCION GENERAL DE ADUANAS. Memorias comerciales redactadas por los cónsules de España en el extranjero y publicadas por la Junta de Aranceles y valoraciones. 15 volúmenes, Madrid 1876-1890.

"Memoria comercial del cónsul de España en..." en Boletín Oficial del Ministerio de Estado, Madrid, 1891-1920.

MINISTERIO DE ESTADO. CENTRO DE INFORMACION COMERCIAL. Memorias diplomáticas y consulares e informaciones. Madrid, 1900-1914.

LIBROS Y ARTICULOS.

BARREIRO GIL, M.J. Prosperidade e atraso en Galicia durante o primeiro tercio do século XX. A Coruña, 1990.

CARMONA BADIA, X. "Sobre as orixes da orientación exportadora na produción bovina galega. As exportacións a Inglaterra na segunda metade do século XIX" en GRIAL, Anexo I, Historia, 1982, pp. 169-206.

CARMONA BADIA, X. "Cien años de economía" en CAMARA DE COMERCIO, INDUSTRIA Y NAVIGACION DE LUGO. Cien años. Lugo, 1986.

CARMONA BADIA, X. El atraso industrial de Galicia. Auge y liquidación de las manufacturas textiles (1750-1900). Barcelona, 1990.

- CARMONA BADIA, X. y DE LA PUENTE, L. "Crisis agraria y vías de evolución ganadera en Galicia y Cantabria" en GARRABOU, R. (Ed.) La crisis agraria de fines del siglo XIX. Barcelona, 1988. pp. 181-211.
- COSTA, B.C. Cincinnato da y CASTRO, L. de (Dirs.) Le Portugal au point de vue agricole. Lisbonne, 1900.
- DESERT, G. "Prosperidad en la crisis?. La ganadería francesa durante el último tercio del siglo XIX" en GARRABOU, R. (ed.) La crisis agraria de fines del siglo XIX. Barcelona, 1988, pp. 245-268.
- Diario de Santiago, año 1877.
- GARCIA LOMBARDEIRO, X. "Evidencias dunha crise agraria en Galicia: precios e exportación de gando a remates do século XIX" en Revista Galega de Estudos agrarios, nº 1, 1979., pp. 53-68.
- GARCIA-LOMBARDEIRO, J. "La economía de Galicia en los siglos XIX y XX" en Papeles de economía española. Economía de las Comunidades Autónomas, nº 3, 1985, pp. 131-143.
- GOMEZ MENDOZA, A. e SIMPSON, J.; "El consumo de carne en Madrid durante el primer tercio del siglo XX" en Moneda y Crédito, nº 186, 1988, pp. 57-91.
- JUSTINO, D., A formação do espaço económico nacional. Portugal 1810-1913. Lisboa, 2 volúmenes, 1988-89.
- F.E.U.C.** La crisis agrícola y pecuaria: actas y dictámenes de la comisión creada por Real Decreto de 7 de julio de 1887 para estudiar la crisis que atraviesa la agricultura y la ganadería. Madrid, 1887. Tomo II.
195-219
- LAINS, P. A Economia Portuguesa no Século XIX. Lisboa, 1995.
- LAINS, P. A evolução da agricultura e da indústria em Portugal (1850-1913). Uma interpretação quantitativa. Lisboa, 1990.
- LOPEZ MARTINEZ, M. Y ACUÑA SANTOS, J. Memoria sobre el comercio de ganado español con las naciones importadoras presentada a la asociación general de ganaderos, Madrid, 1888.
- PEREIRA, M. Halpern. Livre-câmbio e desenvolvimento económico. Portugal na segunda metade do século XIX. Lisboa, 1983.
- PERREN, R. The Meat Trade in Britain 1840-1914. London, 1978.
- PERY, G. Geographia e Estatística Geral de Portugal e Colonias. Lisboa, 1875.
- PUENTE FERNANDEZ, L. de la., Transformaciones agrarias en Cantabria, 1860-1930. Cantabria, 1992.
- REIS, J., "Aspectos económicos de Viana do Castelo em 1840: um inquérito esquecido", Estudos Contemporâneos, 2-3,, 1981, pp. 196-7.
- ROF CODINA, J. La raza bovina gallega. (Memoria premiada por la Asociación general de ganaderos en el concurso de 1916). Madrid, 1916.

SANCHEZ VILLAMARIN, J. "El transporte de los ganados por los caminos de hierro" en Revista Económica de la Sociedad de amigos del país de Santiago. Año IV, (1862-1863), nº 68, Agosto de 1863, pp. 419-422.

SANCHEZ, P. A. "Memoria sobre los ganados de Galicia considerados relativamente a la economía política" reeditada en La economía gallega en los escritos de Pedro Antonio Sánchez. Vigo, 1973.

VILLARES, R. La propiedad de la tierra en Galicia, 1500-1936, Madrid, 1982.

F.E.U.C.
195-219

O SISTEMA URBANO PORTUGUÊS:

1890-1991

Ana Bela Nunes — (ISEG-UTL)

RESUMO

F.E.U.C.
221-222

A análise do processo de urbanização (crescimento relativo da população urbana) e do crescimento urbano (crescimento do número de comunidades que ultrapassam um certo limiar de população) durante o último século em Portugal revela uma evolução do sistema urbano português muito mais lenta do que seria de esperar.

As consequências económicas e sociais do crescimento económico moderno, desencadeado no após-guerra, e a intensificação da integração económica europeia e mundial que se seguiu, apesar da industrialização e do crescimento urbano verificados, tiveram pouco impacto na transformação e aceleração de algumas tendências históricas do sistema urbano português.

A análise regional e a análise do escalonamento urbano (rank-size) — apesar das limitações do método e da interpretação — denotam inércias importantes.

É notória a persistência da divisão do espaço português em duas regiões básicas, definidas em função do dinamismo e nível de concentração urbanos: uma a Norte dos distritos de Leiria, Santarém e Castelo

Branco e outra a sul destes distritos (incluindo-os) e abrangendo ainda às Ilhas.

Antes da integração dos mercados e da formação de uma economia nacional Portugal teria tido dois sistemas espaciais polarizados por Lisboa e Porto. A posterior integração dos dois espaços, no último quartel do século 19, e dos seus principais centros (Justino, 1989), não transformou dois sistemas urbanos com primacia de um único centro (primate system) num sistema obedecendo à lei do escalonamento urbano, apesar de ter passado um século. A inércia parece ter mantido um sistema de primacia ou dual por ausência de centros médios, apesar de a partir de 1960 4 centros (Braga, Coimbra Setúbal e Funchal) terem reduzido o seu distanciamento demográfico de Lisboa e Porto.

Vários factores terão contribuído para a persistência de um sistema urbano com estas características. A dimensão geográfica, a dinâmica demográfica e migratória, a persistência de estruturas agrícolas e culturais pré-modernas, a tendência natural das capitais e grandes cidades para se manterem importantes demograficamente devido à existência de infraestruturas, e má especificação do sistema urbano, a tradição da intervenção estatal nos processos de crescimento e transição económica, o centralismo político e a inexistência de políticas de desenvolvimento regional efectivas são alguns desses factores.

F.E.U.C.
221-222

AS INSTITUIÇÕES E A DISTRIBUIÇÃO DO PODER SOCIAL (O CASO DA INQUISIÇÃO)

José Veiga torres — Feuc

Qualquer instituição de uma dada sociedade, independentemente dos objectivos que presidiram à sua fundação, e independentemente das prioridades que defina e estabeleça para a sua actividade, na medida da importância e da influência obtida no tecido social, torna-se um instrumento de distribuição de poder social. Ainda que com risco de perversão dos seus objectivos fundamentais.

F.E.U.C.
223-225

Esta ideia vem-me exigindo particular atenção no estudo do significado social dessa poderosa instituição portuguesa do Antigo Regime que foi o Santo Offício.

Estudos parcelares já efectuados parecem confirmar plenamente este fenómeno na longa história da nossa Inquisição. Esta instituição, fundada e vocacionada para actividades de vigilância e repressão religiosa e cultural, acabou por se tornar um excepcional instrumento de consagração do prestígio social, particularmente em camadas populacionais que a não obtinham pelas vias oficiais tradicionais. Observe-se que essa consagração era muito particular, pelo seu *carácter estrutural e geral*, não apenas funcional, nem meramente local.

Já tivemos ocasião de mostrar o desfasamento que estabeleceu na actividade inquisitorial, entre o que podemos considerar a sua actividade promotora de «familiares», desfasamento que se acentuou, crescentemente, como os dados estatísticos manifestam, desde o último quartel do século XVII. Tentámos então dar a perceber como os «quadros» burocráticos da Inquisição conheceram uma expansão quantitativa correspondente à expansão da produção de «familiares».

É desnecessário realçar a importância social extraordinária dos Comissários no funcionamento do processo da «habilitação» dos pretendentes à consagração de «familiar». Bastará lembrar que o Comissário poderia bloquear ou atrasar impunemente o andamento de um processo, sempre com enorme descrédito para o respectivo candidato.

Observando, estatisticamente, onde incidiam mais intensamente as nomeações de Comissários, constatamos uma relação estreita entre as zonas de nomeação de Comissários e as zonas de ascendência originária das populações que mais beneficiaram da concessão de «carta de familiar» e seus privilégios, isto é, em primeiro lugar os centros de maior expansão mercantil, Lisboa e o Brasil, e depois os centros urbanos mercantilmente de fluxo migratório.

F.E.U.C.
222-225

Alguns exemplos esclarecem este fenómeno. Assim, a região do Minho conheceu uma evolução interessante quanto a nomeações de Comissários seus naturais. Entre 1570 e 1629, aquela região com apenas 8,6% dos Comissários nomeados, ocupava uma modesta quarta posição entre as demais regiões, onde sobressaíam a Beira Litoral e o Alentejo, com 22% e 16,3%, regiões onde se processava mais intensamente a actividade repressiva. As posições foram sendo alteradas no meio século seguinte. No meio século entre 1680 e 1729 o Minho passou a ocupar a primeira posição, como região maior fornecedora de Comissários, até ser ultrapassada pelo Brasil, em finais do século XVIII. Até ao último quartel do século XVII, o Brasil não tinha, praticamente, Comissários. Um século depois, 20% das nomeações de Comissários referiam-se ao Brasil. Era natural que assim fosse, porque era ali também que mais cresciam as atribuições de «familiaruras». Simultaneamente cresciam as nomeações de Comissários no Minho, a

região que mais emigrantes de sucesso fornecia ao Brasil e a Lisboa e que, mais numerosos conquistavam a «nobilitação» da «familiatura». Dos cerca de 3.100 «familiares» residentes no Brasil, 40,4% dos que lá não haviam nascido eram minhotos, e os seus processos correram pelas mãos de Comissários minhotos. Igualmente, dos cerca de 5.700 «familiares» da cidade de Lisboa, 24,2% dos que não eram lisboetas por nascimento eram minhotos, muito mais que os estremenhos (15%), que os transmontanos (10,8%) e que os originários de outras regiões. A percentagem de minhotos inquiridos por via das «habilitações» subiria muito mais, se buscássemos as origens dos «familiares» nascidos em Lisboa e nas terras do Brasil.

F.E.U.C.
222-225

GRUPOS SOCIAIS DOMINANTES NA CIDADE DO PORTO¹ 2^a METADE DO SÉCULO XIX

Maria Antonieta Cruz (FLP)

1. INTRODUÇÃO

F.E.U.C.
227-263

A observação, através de múltipla documentação², da sociedade portuense de meados de oitocentos faz ressaltar a existência de uma burguesia complexa, diversificada nos seus rendimentos e fortunas, na sua cultura, nas actividades que desenvolvia ou mesmo nas opções políticas, mas unida pelo sentimento de diferença em relação ao grupo popular, pelo desejo de se distinguir da massa na vida e na morte.

1 Maria Antonieta Cruz — Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto provisório.

2 Das fontes utilizadas fazem parte recenseamentos eleitorais, actas de eleições para cargos municipais e de deputados, cadernos de descarga eleitoral, inventários orfanológicos, testamentos, escrituras antenupciais, livros de matrícula na Universidade de Coimbra, anuários da Escola Politécnica do Porto, licenças de construção e alteração de edifícios, diário da Câmara de Deputados, fundos documentais de fiscalidade, nomeadamente contribuição de registo, almanaques, anuários, registos paroquiais, jornais, listagens de sócios de algumas empresas e associações, representações ao governo e aos deputados de instituições da cidade do Porto, sobretudo da câmara municipal, copiador de correspondência da Associação Comercial do Porto assim como pareceres, relatórios e actas das reuniões da direcção desta importante instituição.

No estudo que fizemos³ procuramos recensear os indivíduos de acordo com a sua profissão, condições materiais de existência, instrução, tipo de vida, origem geográfica, comportamentos públicos, etc. Através de triagens sucessivas e complementares da sociedade urbana portuense tentamos separar e caracterizar, em resultado de um estudo profundo de similitudes e clivagens, os diversos grupos que a compunham na segunda metade do século XIX.⁴ Importa verificar a partir de que estádio as condições de posse e um certo estilo de vida são simultâneas, o que, naturalmente, implica a comparação entre categorias afins pois, como afirma A. Daumard, a «originalidade de um grupo social destaca-se melhor por comparação com os que o cercam»⁵

A delimitação dos diversos grupos sociais é, como se sabe, um problema particularmente delicado visto que encontramos sobreposições caracterológicas que dificultam o estabelecimento dos limites de cada um. A elaboração de códigos sócio-profissionais, instrumento que nos permite uma melhor aproximação à realidade, na medida em que as diversas categorias reunirão indivíduos com características semelhantes, possibilitará a deteção do grupo dos favorecidos materialmente e que, em simultâneo, detêm um certo tipo de vida e também prestígio social. Os sinais que a documentação utilizada fez chegar até nós permitem encontrar os elementos concretos definidores de um grupo e também a opinião formulada sobre ele pelos seus contemporâneos. Na realidade, é importante considerar o prestígio que a sociedade atribuída, ou não, a certas funções, aos detentores de certas habilitações, etc⁶.

Paralelamente com os estudos de massa, que são, a nosso ver, absolutamente necessários e nos permitem uma análise de conjunto com recurso a métodos estatísticos, o que evita o perigo de generalizações abusivas, analisamos, também, os casos particulares mais representativos, para podermos captar as cambiantes que, num estudo global, desa-

F.E.U.C.
227-263

3 Ver metodologia adoptada in CRUZ, Maria Antonieta, *Os Burgueses do Porto na 2ª metade do século XIX*, vol. I, Porto, F.L.U.P. (dissertação de doutoramento, policopiada), 3 vols., 1994, pp. 18-29.

4 Para justificação do tempo e do espaço de observação ver CRUZ, Maria Antonieta, *Os Burgueses do Porto na 2ª metade do século XIX*, vol. I, Porto, F.L.U.P. (dissertação de doutoramento, policopiada), 3 vols., 1994, pp. 29-34.

5 DAUMARD, A., *Hierarquia e Riqueza na Sociedade Burguesa*, S. Paulo, Perspectivas, 1985, p.100.

6 Como afirma Labrousse o «quadro sócio-profissional é um elemento de conhecimento da hierarquia social, num mundo tal qual é e tal qual se vê a si próprio.»

Ver *História Social, problemas, fontes e Métodos*, Lisboa, Cosmos, 1973, p. 217.

pareceriam no conjunto maioritário de características comuns. Com efeito, é indispensável acompanhar a estatística duma «análise histórica» que permita a identificação e estudo dos principais protagonistas.

2. IDENTIFICAÇÃO DA ELITE PORTUENSE DE MEADOS DE OITOCENTOS

CENSOS. Partindo do estudo dos livros de recenseamento eleitoral fizemos recair a nossa análise em 22.626 eleitores (4.801 em 1847, 5102 em 1860 e 12723 em 1880). Ficou demonstrada a existência na sociedade portuense da segunda metade de oitocentos de um grupo de elevados rendimentos do qual faziam parte, predominantemente, os negociantes e os proprietários⁷ No Grupo do «Serviço Público» eram os funcionários superiores do Estado aqueles que em maior percentagem pertenciam ao escalão censitário mais elevado⁸, encontrando-se em situação semelhante à dos membros das categorias superiores, e mesmo médias, das profissões liberais, isto é, um pouco abaixo das duas categorias de início referidas.⁹ Notemos que em 1880 cresce muito o número de patrões não classificados como negociantes e que atingiam rendimentos elevados. Ao longo do período estudado, foram os «Patrões» e as «Profissões Liberais» os dois grupos em que mais se evidenciou o aumento de rendimentos a patentear, a nosso ver, o enriquecimento destes sectores da população portuense. De salientar, que para além destas variações apenas detectamos pequenas subidas ou ténuas descidas nas percentagens de eleitores que nos restantes grupos constituídos atingiam o rendimento de 1000\$000 réis...¹⁰ Alguns lavradores, caixeiros, empre-

F.E.U.C.
227-263

7 Os negociantes com censos iguais ou superiores a 1000\$00 réis representavam 41.2% dos 524 eleitores portuenses que, em 1847, estavam nas mesmas condições e os proprietários 14.1%. Em 1860 estas percentagens eram, respectivamente de 38.5% e 13.3% e em 1880 de 20.4% e 13.6%. Neste último ano era o grupo dos «Patrões» que detinha a Maioria dos rendimentos elevados com 61.3% do total, tal como acontecera em 1860 em que estavam nas condições descritas 61.4% dos elementos deste grupo.

8 Os eleitores deste grupo que mais frequentemente alcançaram os escalões superiores de rendimento foram os juízes e os lentes.

9 Os eleitores integrados nas profissões liberais que com maior frequência atingiam os escalões de rendimento mais elevados foram os médicos e os advogados.

10 Estas conclusões são o resultado da análise comparativa de elementos contidos na nossa dissertação de doutoramento, nomeadamente das *TABELAS DE CATEGORIA SÓCIO PROFISSIONAIS POR RENDIMENTO* dos anos de 1847, 1860 e 1880 incluídas no *ANEXO ESTATÍSTICO (volume III)*, dos Quadros nos. 24, 32, 44, 62, 74, 86, 98 e 110 e dos *QUADROS ANEXOS* nos. 11, 12, 13 e 26. Cf. CRUZ, Maria Antonieta, *Os Burgueses do Porto na 2ª Metade do século XIX*, Porto, F.L.U.P., policopiada, 3 volumes, 1994.

gados de escritório, empregados da alfândega e empregados de bancos alcançaram o topo dos valores colectáveis, sobretudo em 1860 e 1880, sendo porém muito diminuta a sua importância em relação ao computo total dos eleitores na mesma situação. Só muito excepcionalmente os classificados nos outros grupos conseguiram atingir estes montantes.

Parece poder inferir-se do exposto ter sido grande a variedade de níveis censitários no seio de cada um dos grupos constituídos, podendo sempre encontrar-se um eleitor que, pertencendo a uma categoria que tendencialmente possuía fracos rendimentos, os apresentava médios ou mesmo, embora de forma mais rara, elevados. De sublinhar que o inverso é também verdadeiro.

Em relação aos «proprietários», fica claro pelo estudo que fizemos dos inventários orfanológicos, testamentos, convenções ante-nupciais, e outra documentação adicional, que esta designação era adoptada por alguns detentores de pequenas parcelas de terra mesmo quando se dedicavam a outras actividades profissionais importantes no cômputo geral do seu orçamento familiar, tal parece indicar o prestígio que este grupo detinha na sociedade portuguesa da segunda metade de oitocentos.

F.E.U.C.
227-263

FORTUNAS. O estudo das listas de recenseamento eleitoral, beneficiando da ampla concessão de direito de voto consagrada na legislação portuguesa, sobretudo desde de 1878, possibilitou-nos a análise dos rendimentos do vasto grupo de eleitores da cidade. Apesar do enorme acervo informativo fornecido pela referida fonte, pareceu-nos importante estudar mais minuciosamente alguns aspectos da vida material dos portuenses através dos inventários orfanológicos a que tivemos acesso. A fonte mencionada, secundada por outros elementos que indicaremos a seu tempo, permitir-nos-á aprofundar o conhecimento das fortunas e do modo de vida das diversas categorias sócio-profissionais. É importante salientar que há uma enorme coincidência entre os níveis de fortuna descritos nos inventários orfanológicos de que dispomos e os rendimentos dos respectivos titulares inscritos nos livros de recenseamento eleitoral. No Porto, censo e fortuna parecem ser comparáveis, sendo as distorsões detectadas excepcionais e quase sempre resultantes

de situações fortuitas.¹¹ As maiores assimetrias entre os dois indicadores ocorreram em casos de insolvência ou outras situações excepcionais. A coincidência assinalada reforça a validade da sondagem efectuada. Os documentos em análise fornecem um corpo uniforme de informações decorrentes da própria legislação que os regula, salvaguardando-se, como é evidente, a especificidade de cada um dos casos, sendo particularmente relevantes os elementos de natureza patrimonial.¹² Assim, são mencionados com todo o detalhe, os imóveis, referindo-se a localização geográfica, confrontações dos prédios rurais, número de andares dos prédios urbanos e todo o tipo de elementos que contribuíam para a sua rigorosa descrição. O mesmo cuidado se encontra na enumeração dos foros, investimentos e dívidas activas ou passivas. O recheio do lar é traduzido quase sempre com uma enorme minúcia o que passa, algumas vezes, pela especificação das peças de mobiliário existentes em cada uma das divisões da casa, e sempre pela indicação do seu estado de conservação e dos materiais utilizados na sua fabricação. Dos objectos domésticos em prata, presentes em maior ou menor quantidade nos lares abastados, é quase sempre indicado o seu peso, uma vez que a quantidade de metal nobre neles incorporado é o elemento determinante do seu valor comercial. As jóias mais comuns, como argolas para as orelhas ou cordões de ouro, não deram lugar a descrições detalhadas reservadas às peças que misturavam o metal nobre com a pedraria preciosa. O mesmo tipo de cuidado se encontra na enumeração das roupas e utensílios de casa, dos animais, dos instrumentos agrícolas e do próprio vestuário do falecido. Quando o inventariado é negociante, por vezes apenas possuímos a informação global da situação líquida resultante desta sua actividade e que passará também a fazer parte do montante de bens partilháveis. Esta economia descritiva inviabiliza o maior aprofundamento da actividade desenvolvida pelo inventariado e ainda a avaliação e comparação das situações geradas por cada um dos ramos de negócio.

F.E.U.C.
227-263

11 A existência de uma grande coincidência entre índices de censo e fortuna que detectamos no nosso estudo da cidade do Porto também Dupeux encontrou para Loir-et-Cher imediatamente antes de 1848. Cf. DUPEUX, G., *Aspects de l'histoire sociale et politique du Loire-et-Cher, 1848-1914*, Paris, EHESS, 1962.

12 Cf. CRUZ, Maria Antonieta, *Os Burgueses do Porto na 2ª metade do século XIX*, vol. II, Porto, F.L.U.P., policopiada, 3 volumes, 1994.

As fortunas registadas para cada uma dos grupos estudados,¹³ embora variáveis, tal como os rendimentos, evidenciam a existência de uma situação mais confortável dos negociantes, dos proprietários e das pessoas vivendo de rendas próprias. A situação líquida destes inventariados atingia, no período de análise, os valores mais elevados, sendo apenas eles que ultrapassavam os 50.000\$000 réis. Os donos de oficina, os lavradores e os retalhistas atingiam montantes mais baixos por vezes mesmo inferiores a 400\$000 réis. Com fortunas um pouco menos variáveis, e algo superiores a estes encontramos os médicos que formavam o grupo maioritário dos profissionais liberais estudados, sendo também semelhantes as que foram registadas para os falecidos pertencentes às actividades intermediárias. A análise da relação actividade profissional/fortuna permite ainda concluir que, em todo o período estudado, raramente os negociantes possuíam montantes inferiores a 10.000\$000 réis, e que apenas um falido deste grupo se quedava abaixo de 1.000\$000 réis. No conjunto dos inventariados menos abastados dominavam os donos de oficinas. Os empregados públicos, os funcionários superiores, os oficiais subalternos, os patrões pescadores, os seareiros e os caixeiros aparecem na documentação que temos vindo a utilizar em número muito pouco significativo, mas sempre nos grupos intermédios de fortuna.

F.E.U.C.
227-263

Nos processos que analisamos, é muito rara, como já dissemos, a indicação da profissão das mulheres, salvo nos poucos em que a inventariada era solteira, viúva ou, ainda com menor frequência, se era casada em regime de separação total de bens. Nestas situações foram sempre referidas como proprietárias. Num ou outro caso excepcional, não incluído nos indicados, é designada como lavradeira, curiosamente residente em Paranhos ou Campanhã, zonas da cidade onde o terciário tinha ainda grande importância.

Dos inventariados, 15.1% eram emigrantes regressados do Brasil com fortunas muito variáveis fossem eles capitalistas, proprietários ou negociantes em plena vida activa.

Acerca dos titulares que aparecem nos inventários orfanológicos, tal como já acontecera nos recenseamentos eleitorais, o seu número é muito reduzido circunscrevendo-se a cinco, dois dos quais proprietários e três

13 Cf. CRUZ, Maria Antonieta, *Os Burgueses do Porto na 2ª metade do século XIX*, vol. I, Porto, F.L.U.P., policopiada, 3 volumes, 1994, pp. 403-407 (Gráficos nos. 57 a 66).

negociantes.¹⁴ Destes últimos, dois não fazem parte do grupo de nobres que se abriram a actividades caracteristicamente burguesas visto que se trata de emigrantes regressados do Brasil onde acumularam riqueza e obtiveram prestígio como é comprovado, por exemplo, pela comenda da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, do Império do Brasil, atribuída ao negociante José Joaquim Leite Guimarães, Barão de Nova Cintra, falecido em 3 de Junho de 1870 com uma enorme fortuna, parte substancial da qual foi legada para obras de interesse público.¹⁵ Dos cinco inventariados titulares apenas dois foram pares do reino.¹⁶

Os inventários que indicam a proveniência dos bens descritos referem-na quase exclusivamente para os imóveis. Nestes a herança domina nos rústicos e a compra, muito menos indicada, assume alguma relevância nos urbanos. A falta de sistemática referência à origem dos bens descritos inviabiliza o estudo da evolução da fortuna dos falecidos, salvo nos casos em que houve maior zelo na elaboração dos documentos.

Para além da propriedade, quase sempre presente,¹⁷ são os móveis de qualidade e quantidade muito variáveis, as jóias e os papéis de crédito os bens mais frequentes. Quase sempre a enumeração é completada pela descrição do vestuário, da roupa de casa e dos utensílios domésticos. A especificidade das funções dos inventariados determina, ainda, o aparecimento de outros elementos patrimoniais, nomeadamente instrumentos agrícolas no caso dos lavradores. A indicação das dívidas activas e passivas completa o conjunto dos bens que com mais frequência fazem parte dos inventários orfanológicos que estudamos. Notemos que muitos dos falecidos possuíam bens imóveis na província, apesar de ser a cidade do Porto a localidade onde estava sediado o maior número de prédios, sobretudo urbanos, constantes dos arrolamentos de bens que foi possível analisar. Quase todos os concelhos do distrito do Porto, fazem parte das regiões onde com maior repetição são referidos prédios, predominantemente rústicos. A amostragem utilizada parece apontar para a existência de uma relação preferencial dos portu-

F.E.U.C.
227-263

14 Ver Arquivo Distrital do Porto, Secção Judicial, inventários orfanológicos nos. 184, 187, 195, 762 e 982.

15 Cf. Arquivo Distrital do Porto, Secção Judicial, inventários orfanológicos nº 195.

16 Cf. BESSA, José Marcelino de Almeida, *Anexo ao Manual Parlamentar para uso dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905.

17 Apenas encontramos dois inventários em que não são descritos bens imobiliários. Trata-se de um inventariado surdo-mudo e de outro armador de navios.

Ver inventários orfanológicos nos. 269 de 1869 e 544 de 1871, Arquivo Distrital do Porto.

enses com as terras a norte do rio Douro, o que pensamos estar conectado com a própria origem geográfica dos residentes na capital do Norte. Recordemos a este propósito que, em 1847, 83.71% dos eleitores desta cidade eram naturais de localidades a norte do rio que banha esta urbe,¹⁸ e ainda que a maioria dos elementos patrimoniais que os inventariados possuíam fora do Porto provinham de heranças.

A descrição das propriedades rurais, apesar de muito detalhada, omite a quantificação da superfície ocupada o que inviabiliza o estudo do impacto da «presença» portuense em cada uma das regiões, visto que o quantitativo atribuído pelos louvados a cada um dos imóveis dependia de um conjunto muito amplo de variáveis que não nos é possível equacionar.

Como já referimos, a maior parte das casas que os inventariados possuíam encontravam-se edificadas nas diversas freguesias da cidade, mas é importante sublinhar que em Campanhã e Paranhos foram também descritas muitas leiras, bouças, etc., reforçando a imagem de ruralidade destas duas freguesias que o estudo dos recenseamentos eleitorais havia já patenteado. Com frequência, acerca dos edifícios das freguesias mais centrais, aqueles onde todas as informações recolhidas afirmam existir uma maior actividade comercial, é indicada a sua utilização parcial como escritório.

F.E.U.C.
227-263

Sobre a totalidade dos bens imóveis só muito excepcionalmente recaiam empréstimos hipotecários que nos apareceram sempre associados a situações de insolvência. A hipoteca não parece ter sido um processo comum de financiamento de novos investimentos.

Ainda acerca das dívidas passivas, elas eram quase sempre pequenas, havendo muitos casos em que não foi contabilizado qualquer elemento patrimonial deste tipo. Alguns negociantes apresentavam um montante avultado de créditos de fornecedores, largamente cobertos pelo activo, e decorrentes do normal giro do seu negócio, não traduzindo, portanto, qualquer fragilidade dos inventariados.

Fora do território nacional os residentes na cidade que estudamos, apenas tinham terras e casas no Brasil, posse intimamente ligada à emigração portuguesa para aquela ex-colónia, visto que só nos documentos elaborados por morte de «brasileiros» as encontramos¹⁹ As descrições

18 Cf. CRUZ, Maria Antonieta, *Os Burgueses do Porto na 2ª metade do século XIX*, vol. I, Porto, F.L.U.P., policopiada, 3 volumes, 1994, pp. 105 e 106 (Mapa nº 4 e Quadro nº 10).

19 Entre 1840 e 1890, 15.1% dos inventariados que estudamos eram portugueses regressados do Brasil. A ocupação dominante destes ex-emigrantes era o comércio e actividades intermediárias inscritas em 62.5% do seu total. Os restantes 37.5% eram capitalistas ou proprietários.

destes prédios, geralmente muito mais circunstanciadas que as dos sedidos em Portugal, referem sobretudo habitações de pequenas dimensões, modestas, a maioria com a cozinha fora do corpo principal do edifício.

Muitos dos documentos analisados descrevem foros a que os falecidos tinham direito. Eram muito numerosos os pertencentes aos fidalgos, pouco importantes para os possuidores de pequenas fortunas e assumindo relevância para os detentores de situações patrimoniais médias e elevadas. A categoria sócio-profissional não parece ter tido uma influência determinante para a posse de maior ou menor número de foros que eram constituídos por milho, centeio, trigo, feijão, frangos, galinhas, carneiros, lenha, palha painça, ovos, vinho e, com menor frequência, azeite. Só muito raramente esta prestação incluía dinheiro, salvo quando se reportava a propriedades da cidade do Porto, situação em que a moeda se constituía no meio de pagamento quase exclusivo.

Os bens resultavam em simultâneo de heranças e do exercício de uma actividade profissional, sendo grande o peso do património recebido por sucessão, como já referimos, sobretudo nas fortunas mais elevadas. Esta constatação parece indicar que o desafio económico era mais fácil de obter por aqueles que possuíam, à partida, algum bem estar material. Os próprios emigrados que maior sucesso alcançaram no Brasil não pertenciam ao grupo dos muito pobres que hipotecaram os seus braços para o pagamento das despesas de uma viagem que os levaria, com frequência, a substituir os escravos que, beneficiando da gradual abolição da servidão, se afastavam do pesado trabalho dos campos.²⁰

F.E.U.C.
227-263

Verificamos ainda, quer nos níveis de fortunas constantes dos inventários orfanológicos, quer nos rendimentos colectáveis dos eleitores portuenses, a existência de uma grande interpenetração de situações, havendo em quase todas as profissões elementos pertencentes a cada uma das classes de censo e fortuna que consideramos. Dos processos analisados não constam operários ou outros trabalhadores manuais sem especialização.²¹

Nas fortunas inferiores a 10.000\$000 réis estão representadas as categorias sócio-profissionais: caixeiros, retalhistas, lavradores, searei-

20 Ver CRUZ, Maria Antonieta, «Agruras dos Emigrantes Portugueses no Brasil - Contribuição para o estudo da emigração portuguesa na segunda metade do século XIX.» in *Revista de História*, Centro de História da Universidade do Porto, Porto, vol.VII, 1987, pp. 7 a 134.

21 Como afirma João Lourenço Roque, os «grupos populares» muitas vezes apenas são conhecidos através do testemunho deixado pelos extractos superiores. Cf. ROQUE, João Lourenço, *Classes Populares no Distrito de Coimbra no século XIX (1830-70)*, I vol. Coimbra, edição policopiada, 2 tomos, 1982, p. 12.

ros, empregados públicos, profissões liberais, negociantes e donos de oficinas. Estes últimos parecem ter tido uma vida difícil espelhada nos pequenos activos de que dispunham. Entre 10.000\$000 e 50.000\$000 réis, aumenta o número de negociantes e proprietários e diminui o dos donos de oficina. É a partir deste último montante que se dá a verdadeira exclusão da maioria dos grupos sociais, incluindo este nível de fortuna apenas proprietários, a maioria dos negociantes e, no último período considerado, também pessoas vivendo de rendas próprias.²²

INVESTIMENTO Diversos autores que abordaram a dificuldade de obtenção de financiamento para a indústria portuguesa indicam a preponderante canalização de capitais para os fundos do estado que, empenhado na construção de vias de comunicação, se apresentava em situação de privilégio pelo rendimento que assegurava²³ e outrossim pela própria segurança que inspirava como devedor. Também o investimento imobiliário é referido como aplicação preferencial das poupanças, salientando-se mesmo que o agrícola era não só o «mais seguro, como o mais rendável.»²⁴ Alguns dos historiadores que abordaram esta temática concluem que a burguesia portuguesa preferia o comércio e a especulação fundiária e financeira ao risco das actividades mais inovadoras e de índole mais desenvolvimentista como é o caso da indústria.²⁵ Importante será salien-

F.E.U.C.
227-263

22 Cf. CRUZ, Maria Antonieta, *Os Burgueses do Porto na 2ª metade do século XIX*, vol. I, Porto, F.L.U.P., policopiada, 3 volumes, 1994, pp. 403-407, (Gráficos nos. 57 a 66).

23 Notemos que os juros auferidos pelos credores de dívida pública fundada estavam isentos do pagamento de contribuição industrial nos termos do nº 4º, do parágrafo F, do artigo 2º da lei de 30 de Julho de 1860.

Ver *Collecção Official de Legislação Portuguesa - anno 1860*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1861, p.257.

24 Cf. MÓNICA, Filomena, «Capitalistas e industriais» (1870-1914) in *Análise Social*, Lisboa, vol. XXIII (99), 1987, p.856.

25 Joel Serrão afirma que até meados do século XIX era a especulação financeira a «inclinação predominante da burguesia portuguesa» justifica esta opção pela pouca abundância de capitais no país, pela sua grande procura e concentração em um número muito reduzido de «capitalistas» que «mais ou menos aristocratizados» preferiam a agiotagem a qualquer outro investimento.

Cf SERRÃO, Joel e MARTINS, Gabriela, *Da Indústria Portuguesa do Antigo Regime ao Capitalismo - antologia*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978, p 37.

Abordando a lentidão da transformação económica da sociedade nacional em oitocentos, Victor de Sá afirma que a «burguesia liberal portuguesa não renunciou de forma alguma a viver a expensas das rendas fundiárias, da mesma maneira que os antigos senhores feudais.

Cf SÁ, Victor, *A Crise do Liberalismo e as Primeiras Manifestações das Ideias Socialistas em Portugal (1820-1852)*, Lisboa, Seara Nova, 1969, PP. 40-41.

Também Vitorino Magalhães Godinho salienta a preferência dos investidores nacionais pela propriedade fundiária e pelas aplicações financeiras. Este autor afirma que, «sucendo à ordem clerical-nobiliarquia instaura-se a oligarquia fundiária de mãos dadas com a também nova oligarquia bancária», depois de ter referido que os «orientadores da nova ordem social» eram o «barão (depois o visconde), isto é, o que frui a renda da terra ou os lucros da especulação fiduciária, e o bacharel, também ligado à renda da terra mas com lugar público ou actividade profissional de nível universitário...».

Cf GODINHO, Vitorino Magalhães, *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 1971, p 128.

tar que o comportamento dos investidores se pauta, normalmente, pelo princípio basilar de utilização dos seus capitais nos negócios que fornecem o equilíbrio mais favorável entre as variáveis segurança e rendimento. Assim sendo, o fraco financiamento da indústria deve ter sido determinado exclusiva, ou pelo menos predominantemente, pela situação pouco atractiva deste sector produtivo quando comparado com as outras hipóteses que se disponibilizavam para emprego das economias. A opção pela propriedade fundiária terá resultado da constatação de ser este o investimento mais rentável no Portugal de oitocentos.²⁶

Nos inventários orfanológicos que estudamos, com efeito, há uma presença, quase constante, de bens imóveis, mesmo nas descrições patrimoniais dos detentores das fortunas mais pequenas. Apenas 1.9% destes falecidos estavam afastados da posse da terra e mesmo estes nas circunstâncias especiais que já assinalamos.²⁷ Os prédios eram, pois, um negócio que se procurava e também um activo que se conservava, com certa regularidade, de pais para filhos como se evidencia em grande número de verbas descritas em que se refere a herança como a forma de obtenção destes bens.

Pensamos ser útil avaliar o investimento que os portuenses fizeram na construção, alteração e acréscimo de prédios urbanos na cidade do porto na segunda metade do século XIX, o que pode ser analisado através dos respectivos pedidos de licença que obrigatoriamente os donos das casas tinham de solicitar à Câmara Municipal da cidade. Trata-se

F.E.U.C.
227-263

26 Ver FONSECA, Helder e REIS, Jaime, «J H Eugénio de Almeida, um capitalista da Regeneração» in *Análise Social*, Lisboa, vol. XXIII (99), 1987, pp. 865-904.

A propriedade imobiliária para além de ter sido uma aplicação de capital segura permitiu também um rendimento aliciente nas condições que então vigoravam no nosso país. Sobre estes elementos patrimoniais incidia um dos atributos que maior número de receitas permitiu ao estado arrecadar, a contribuição predial. Com efeito à cidade do Porto foi distribuído pela respectiva Junta Geral do Distrito para pagamento deste tributo, o montante de 50: 415\$787 réis em 1855; 56: 153\$000 réis em 1860; 67: 988\$000 réis em 1865, em 1870 e em 1875.

Cf Livro nº 593 do Arquivo do Governo Civil do Porto referente aos anos de 1855 a 1876.

As publicações de estatísticas tributárias apresentam quantitativos avultados de contribuição predial a incidir nos imóveis existentes na capital do norte. Em 1880, a importância desta contribuição repartida pelos dois bairros da cidade foi de 137: 779\$514 réis e em 1885 de 157: 041\$225, correspondendo neste ultimo ano a exactamente mais mil prédios inscriptos nas matrizes. Se considerarmos os contingentes repartidos pela junta geral eles atingiram respectivamente 125: 416\$057 e 124: 416\$057. Cf *Anuário Estatístico das Contribuições Directas - anno 1880*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1888. p. 9. ; idem ano de 1885, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 9.

27 Ver nota nº 18.

de uma documentação muito interessante e, através do estudo que dela fizemos, foi possível obter informações concernentes ao tipo de construção edificada na capital do norte, à sua distribuição no tecido urbano e, mediante o cruzamento com outras fontes, nomeadamente almanaques e livros de recenseamento eleitoral, conhecer ainda a classificação sócio-profissional dos seus proprietários e detectar eventuais relações entre esta variável e o tipo de casa construída. Os documentos indicados apenas nos permitem acompanhar o investimento em prédios dentro dos limites do concelho do Porto.

O estudo das Plantas de casas faz ressaltar a existência de um grupo superior da burguesia que tinha acesso à construção de edifícios para residência ou rendimento e no qual predominavam os negociantes, proprietários privilegiados das maiores e melhores casas. Nos anos estudados (1850, 1860 e 1876) também os donos de oficinas assinaram grande número dos pedidos de licença solicitados à Câmara Municipal do Porto. O tipo de construção a que estiveram ligados parece ter sido mais modesto, sendo também mais elevado o número de prédios destinados à habitação própria.²⁸ Nos dois primeiros anos analisados, 1850 e 1860, para além das duas categorias referidas, só os retalhistas ultrapassaram os 5% de casos referenciados, e mesmo estes apenas em 1860. Alguns proprietários, empregados de escritório, lavradores, seareiros, empregados públicos, membros do clero e elementos das profissões liberais, em número muito reduzido, completam o conjunto dos subscritores dos documentos estudados cuja profissão foi possível determinar. O ano de 1876 trouxe algumas novidades. Desde logo o crescimento dos casos registados a evidenciar, ao que cremos, o desvio para o investimento imobiliário dos capitais disponíveis, face à crise financeira que então se vivia e que se reflectia com particular acuidade no Porto e na zona do norte do país. Notório é, ainda, o aparecimento de novas categorias sócio-profissionais até então inexistentes na documentação compulsada. Assim, surgem pela primeira vez pequenos empresários de serviços, capitalistas, empresas colectivas e até um jardineiro, todos, porém, em número muito reduzido. Com efeito, foram sobretudo os negociantes, os donos de oficinas, os retalhistas e os pro-

F.E.U.C.
227-263

28 A utilização dos novos edifícios para habitação dos signatários dos respectivos pedidos de licença foi estudada mediante o cruzamento destes documentos com os recenseamentos eleitorais dos anos posteriores à data da concessão da autorização de construção.

prietários os grupos responsáveis pelo acréscimo do número de casos que detectamos no ano em análise, provavelmente por serem eles os principais detentores de terrenos na cidade, quiçá os investidores portuenses mais importantes. Notemos, por fim, que não ficou registado qualquer pedido de construção, alteração ou reconstrução de edifícios pertencentes a portuenses classificados como «Trabalhadores Manuais e Operários Urbanos». Porque não nos foi possível estabelecer a profissão de todos os signatários dos documentos e ainda porque as fontes complementares que utilizamos, nomeadamente os recenseamentos eleitorais, reflectem os socialmente mais visíveis, grupo em que se não encontram os indivíduos pertencentes à referida categoria, não é possível concluir que a estes estava vedada a propriedade imobiliária urbana. Esta, no entanto, não parece ter sido muito acessível aos próprios empregados do sector terciário público e privado sem grau de especialização profissional relevante nem aos possuidores de rendimentos colectáveis muito baixos de todas as categorias profissionais. Da conjugação destas tendências pensamos ser possível inferir que a maioria dos assalariados terão tido dificuldades na aquisição de casa própria e no investimento em prédios urbanos sediados nos limites geográficos do Porto da segunda metade de oitocentos. Foram, sem dúvida, os patrões da indústria e do comércio, assim como os proprietários, os portuenses com acesso privilegiado à posse dos imóveis construídos, reconstruídos ou acrescentados na segunda cidade portuguesa no decurso do período considerado.

F.E.U.C.
227-263

O estudo das aplicações de capital da burguesia portuense ficaria incompleto se não procurássemos estudar a aquisição de títulos de crédito, parte substancial dos investimentos realizados no nosso país na segunda metade do século passado. Como afirmou Anton Schuurman, «the range of subjects that can be studied with the help of probate inventories is largen²⁹. Esta é mais uma parcela da vida de oitocentos que esta fonte permite analisar.

A documentação utilizada indica, como já referimos, a existência quase generalizada de propriedade imobiliária na composição das fortunas estudadas e que correspondem aos sectores da população social-

29 WOUDE, Ad Van Der, e SCHURMAN, Anton, ed., *PROBATE INVENTORIES, A new source for historical study of wealth, material culture and agricultural development - Leenwenborch Conference - Wageningen, 5-7 May 1980*, Utrecht, HES, 1980.

mente mais visíveis. Esta parece ter sido a aplicação de capitais privilegiada pelos portuenses e, certamente, a forma mais difundida de reserva dos recursos disponíveis, parecendo que apenas os mais abastados se arriscavam em formas mais modernas de investimento. A análise que fizemos, com efeito, deixa entrever que todos os habitantes da cidade possuidores de algum desafogo económico, salvo os agricultores, arriscaram uma maior diversificação no emprego das suas poupanças, recorrendo de forma crescente aos valores financeiros. Salientemos que os lavradores só raramente penetraram nesta área, o que parece reflectir uma opção mais conservadora. Foi grande o número de instituições que atraíram os investidores portuenses, com clara preferência pelos fundos públicos e instituições bancárias, estas com um período de grande desenvolvimento, na primeira metade da década de 1870, sobretudo na zona norte, para o que muito contribuiu o grande volume de capitais remetidos pelos emigrantes portugueses no Brasil, na maioria oriundos desta região, e que parecem ter aguardado por um câmbio mais favorável da moeda da ex-colónia que a guerra mantida por este país com o Paraguai havia diminuído de forma substancial.³⁰

F.E.U.C.
227-263

A situação descrita parece corroborar a caracterização que Oliveira Martins fez do Portugal de oitocentos dominado por uma granja e um banco. Mais importante que a renovação desta afirmação parece-nos ser a constatação de que as escolhas dos investidores do Porto obedeceram às condições do mercado e radicaram no desejo de obtenção da maior valorização do capital disponível e maximização do lucro.

Devemos reafirmar que a presença de mulheres nas fontes utilizadas é excepcional, sendo no entanto bastante mais frequente na compra de títulos de crédito e mesmo nos pedidos de construção, alteração ou reconstrução de edifícios. O seu papel social parece crescer quando se tornam viúvas, aparecendo quase sempre como proprietárias e muito raramente como negociantes.

Apesar de termos constatado a existência de uma grande diversidade de situações mesmo no seio de cada um dos agrupamentos sócio-

30 Cf. JUSTINO, David, *A Formação do Espaço Económico Nacional*, vol. II, Lisboa, Vega, 2 vols., pp. 89-90.

PEREIRA, Miriam Ualpem, *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico-Portugal na segunda metade do século XIX*, 2ª edição corrigida, Lisboa, Sá da Costa, pp. 257-259.

profissionais considerados, cremos, tornar-se evidente que havia, na sociedade portuense da segunda metade do século passado, um grupo superior que concentrava grande parte da riqueza e habitava nas melhores casas da cidade. Dele faziam parte os proprietários, os negociantes e, para o final do século, alguns capitalistas e industriais, ambos em número muito reduzido. As profissões económicas parecem ter sido muito importantes, sendo certo que os negociantes tinham um papel mais relevante que o desempenhado pelos patrões da indústria. Juizes, professores universitários, médicos, advogados e alguns directores de serviços completariam este grupo dominante, embora fruindo, em geral, de menor bem estar material. Desempenhavam, no entanto, funções que exigiam uma alta especialização e implicavam grande responsabilidade, possuindo os graus mais elevados de instrução. Como veremos, foi predominantemente neste meio que se recrutaram os notáveis, não só da cidade como do país.

Na segunda metade do século passado, o Porto parece ter sido uma cidade de imagens múltiplas. A zona mais populosa, mais rica e mais culta era dominada pela burguesia comercial residindo no centro da urbe. Este espaço foi-se ampliando no decurso do período analisado, e nele cresceu o peso dos patrões industriais. Existia também uma «cidade rural», limítrofe, em vias de extinção, dando lugar a uma «cidade periférica», igualmente pobre e inculta, lar privilegiado dos trabalhadores braçais.³¹ Na zona ribeirinha mais ocidental, com uma forte presença das actividades marítimas e piscatórias, os proprietários tinham também um peso relevante.³²

HABITAÇÃO «Etudier les maisons d'une ville, c'est apprécier le poids de l'histoire sur une société urbaine.»³³

Nos edifícios construídos no Porto na segunda metade do século passado, não parece ter havido muita criatividade, prevalecendo a construção em altura, necessariamente incómoda, apesar de se ter acentu-

31 Cf., CRUZ, Maria Antonieta, *Os Burgueses do Porto na 2ª metade do século XIX*, vol. II, Porto, F.L.U.P., (dissertação de doutoramento, policopiada), 3 vols., 1994, pp. 454 a 456 (Gráficos nos. 95 a 106).

32 Cf., CRUZ, Maria Antonieta, *Os Burgueses do Porto na 2ª metade do século XIX*, vol. II, Porto, F.L.U.P., (dissertação de doutoramento, policopiada), 3 vols., 1994, p. 456 (Gráficos nos. 103 a 106).

33 Cf. DAUMARD, Adeline, *Maisons de Paris et Propriétaires Parisiens au XIX siècle, 1809-1880*, Paris, Editions cujas, 1965, p. 1.

ado, no mesmo período, o aparecimento de palacetes, símbolos de prestígio e bem estar económico. A existência de pedreiras na cidade e nos seus arredores determinou a proliferação do uso de granito nas construções urbanas, no que contrasta com algumas cidades europeias onde este material, muito menos acessível, apenas era aplicado em habitações ricas ou em edifícios públicos.³⁴ Apesar da construção horizontal se ter intensificado, a residência típica dos grupos superiores da burguesia continuou a ter uma estrutura vertical dominante. Notemos que parece ter havido uma particular atenção na separação das diversas áreas domésticas, evidenciando por um lado a preservação da intimidade familiar, mas reflectindo também a segregação que a burguesia exercia face aos seus criados que arrumava cuidadosamente em quartos de mobiliário modesto, muitas vezes sem privacidade ou condições de arejamento adequadas, e cuja localização permitia a separação do resto da casa, mesmo quando esta era modesta. Sublinhando a grande diversidade de conexões habitação/categoria sócio-profissional, não podemos deixar de afirmar que houve uma certa «especialização» no tipo de lar edificado bem como do local onde este foi sendo implantado. Constatamos ter havido permanência, mas também alguma inovação, na distribuição da residência burguesa no espaço portuense, na segunda metade de oitocentos. Com o avançar do século, por necessidade de espaço ou salubridade, ou em busca de melhores preços, foram canalizados para as novas zonas de urbanização sectores cada vez mais importantes da burguesia da cidade do Porto, apesar de as freguesias mais antigas não terem sido abandonadas totalmente aos grupos menos abastados. O conjunto das casas mais luxuosas, cuja iniciativa de construção pertenceu de forma largamente dominante a negociantes e proprietários e, com carácter mais excepcional, a retalhistas, categorias superiores das profissões liberais e um ou outro lavrador ou capitalista, localizaram-se de modo preponderante nas zonas de expansão urbana.

F.E.U.C.
227-263

34 Notemos que, na segunda metade do século passado, o plano Verdrel impôs em Rouen o emprego de pedra pelo menos nos azilares de portas e janelas. Chaline sublinha que esta era uma «exigence esthétique, certes, mais aux implications sociales évidentes, cette construction luxueuse ne pouvant s'adresser qu'à une clientèle aisée.»

Com efeito as fachadas de pedra que eram banais em Paris ou no Porto, eram em Rouen sumptuárias.

Cf. CHALINE, Jean-Pierre, *Les Bourgeois de Rouen — Une élite urbaine au XIX siècle*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1982, pp. 172 e 175.

Notemos que um número assinalável de burgueses, cujos óbitos geraram a elaboração dos inventários estudados, possuía «segunda residência». Em alguns casos, em que o falecido era natural de localidades fora da urbe nortenha, essa posse pode traduzir a manutenção da morada de família originária. Para outros patenteará, certamente, o desejo de aproximação ao tipo de vida nobre.

VIDA QUOTIDIANA A vida quotidiana está socialmente marcada e o estudo dos móveis e outros elementos decorativos das casas da burguesia portuense, do seu vestuário, jóias, livros, etc., permitir-nos-á, certamente, aprofundar o conhecimento dos seus hábitos, dos seus comportamentos, das suas normas. Com efeito, não podemos esquecer que o dinheiro é uma condição necessária, mas não suficiente, para a assunção de certo tipo de vida. Este dependente também, e de forma determinante, das opções individuais que, por sua vez, contribuem, decisivamente, para identificar os grupos. Procurar estabelecer uma tipologia da vida quotidiana dos portuenses é tarefa difícil, uma vez que, à pequena frequência com que algumas categorias sócio-profissionais são referenciadas na documentação compulsada, se vem juntar a multiplicidade de situações e de exceções detectadas. Algumas conclusões, no entanto, nos parecem pertinentes. Assim, o tipo de vida mais requintado parece ter sido fruído por negociantes, proprietários, capitalistas e alguns profissionais liberais. Estes, apesar de terem fortunas menores, procuraram dispor dum conjunto de bens, muito semelhante ao possuído pelos inventariados pertencentes aos grupos de riqueza superior e que propiciavam o conforto e o requinte então acessíveis. A fortuna apesar de ter contribuído de forma decisiva para a aquisição de melhores e mais abundantes jóias, móveis, roupas de casa, vestuário, louças e pratos, não foi, como já referimos, o único elemento determinante do tipo de vida. Os elementos decorativos das habitações, nomeadamente esculturas, quadros, reposteiros, estofos, porcelanas, etc., a qualidade das louças e roupas de casa, o peso da baixela de prata ou a prevalência, na composição das jóias, de pedras preciosas em vez do peso de ouro, marcam a diferença de estilo de vida, deixando entrever que a fruição de conforto, cuidados higiénicos, intimidade, cultura

F.E.U.C.
227-263

e refinamento de gosto, foi mais intensa e frequente nos lares dos proprietários ricos, capitalistas, negociantes, médicos e, eventualmente, também nos de alguns outros detentores de habilitações superiores. Os mais abastados possuíam ainda elementos adicionais de distinção, como veículos de transporte³⁵ ou palacetes. Estes foram, talvez, um dos mais evidentes símbolos de êxito e ascensão social da burguesia portuense e cujos exemplares mais notáveis enriqueceram esta cidade em que, como afirma José Augusto França, escasseavam os grandes palácios aristocráticos. Muitas destas habitações de luxo eram propriedade de emigrantes regressados do Brasil.³⁶ Se os «brasileiros» foram das figuras mais frequentemente criticadas, por vezes de forma feroz, pelos escritores portugueses do século passado, a verdade é que eles, quando a fortuna acumulada os colocava acima da mediania, parecem ter assumido a posse de todos os elementos que distinguiam a fina-flor da sociedade do Porto de então. A afirmação dos portugueses ricos regressados do Brasil, face a uma comunidade que os reconhecia, ainda e apenas, como endinheirados, necessitava de ostentação de riqueza mas também de prestígio social. Os inventários dos empresários das actividades comerciais, mesmo os de mais reduzidos recursos, incluíam elementos patrimoniais que os colocavam entre os portuenses que desfrutavam de um tipo de vida superior.³⁷ Os donos de oficinas, cujos índices de fortuna eram reduzidos, exercendo, algumas vezes, a sua actividade em barracões construídos no fundo do quintal da casa que habitavam,³⁸ procuravam imitar, na sua vida quotidiana, os grupos dos escalões mais elevados de riqueza, apesar de parecer que as suas habitações foram das mais modestas.

F.E.U.C.
227-263

35 No inventário do Barão de Nova Cintra foram descritos dois «coupés», um grande e um pequeno, e ainda um charabã.

Cf. Arquivo Distrital do Porto, secção judicial, inventário nº 195, de 1870.

36 Cf. FRANÇA, José Augusto, *A Arte em Portugal no século XIX*, 1º vol., Lisboa, Bertrand, 2 vols., 1966, pp. 360-361.

37 Notemos que, por vezes, em alguns casos de falência de negociantes continuam a existir sinais de bem estar e conforto.

Cf., Arquivo Distrital do Porto, Secção judicial, inventário nº 582, de 1870.

38 Ver, por exemplo, Arquivo Distrital do Porto, Secção judicial, inventário nº 108, 1890.

Nos diversos grupos burgueses a situação de bem estar podia ser perturbada pela viuvez,³⁹ deterioração dos resultados económicos da actividade desenvolvida, ou mesmo a falência, e, como é óbvio, pela doença e pela velhice.⁴⁰ Isto é, a capacidade individual e o acaso tinham reflexos na fortuna que a curto ou médio prazo se traduziam numa alteração do tipo de vida.

Alguns dos objectos descritos nos inventários orfanológicos, além de expressaram um certo estatuto sócio-económico, assumiam ainda a função de capitalização. Assim, as jóias de adorno, com grande importância nas reuniões sociais, foram também formas de entesouramento, tal como os lençóis, toalhas, colchas, etc.⁴¹ O linho de várias qualidades era omnipresente nos documentos analisados, apresentando-se nos patrimónios dos menos abastados no seu tipo mais grosseiro, a estopa, com a qual os mais pobres faziam alguns dos seus lençóis. Sob a forma de tecidos mais finos, por vezes com rendas e bordados, fazia parte do «enxoval» das famílias mais ricas que o possuíam em abundância. Este pano aparece com frequência na composição dos bens dos proprietá-

39 De salientar que a situação de viuvez dos *negociantes*, que a existência de processos duplos nos permitiu acompanhar, não parece ter determinado uma substancial perda de qualidade de vida mesmo quando foi o cônjuge feminino a sobreviver, salvo em situação de insolvência do falecido. Por vezes a esposa pede autorização ao conselho de família para continuar o negócio do marido. No caso dos donos de oficinas cremos que a situação terá sido um pouco diferente. Na realidade, a vida dos membros desta categoria sócio-profissional, no Porto da segunda metade de oitocentos, aparentemente, não terá permitido a acumulação de um património capaz de acorrer às necessidades de um agregado familiar privado do seu chefe. As falências parecem ter ocorrido com alguma facilidade mesmo nas unidades fabris com alguma dimensão industrial. Assim, por exemplo, Manuel Pereira da Costa, possuía uma fábrica de cordoaria, com máquina de vapor, em Lordelo. Ficou viúvo em 1851 data em que foi elaborado um inventário evidenciando que este casal dispunha de certo conforto. Em 1877, quando este fabricante morreu, a sua fábrica, gerida por um dos filhos que acumulava estas funções com as de caixeiro, estava hipotecada e o seu património muito debilitado pela necessidade de pagamento aos seus quatro filhos da legítima materna ainda em dívida.

Cf. Arquivo Distrital do Porto, Secção judicial, inventário nº 252, de 1851 e de 1877.

40 Ver, por exemplo o caso de um juiz, reformado e viúvo, com uma fortuna avaliada em 49.174\$463 réis, e cujos objectos de uso diário e vestuário se encontravam desgastados pelo uso prolongado sem que o seu idoso proprietário tivesse implementado a sua substituição. Pensamos que a análise dos inventários de titulares de avançada idade deve ser rodeada de cuidados redobrados uma vez que o nível etário dos falecidos pode condicionar de forma determinante a sua vida quotidiana.

Cf. Arquivo Distrital do Porto, Secção judicial, inventário nº 351, de 1878

41 Nuno Luís Madureira, ao estudar os inventários relativos a Lisboa nos finais do antigo regime, encontrou provas de que também os tecidos, sobretudo os mais caros como damascos, veludos, sedas e linhos finos lavrados ou bordados, permitiram a obtenção de dinheiro em ser quando as dificuldades surgiram.

Cf. MADUREIRA, Nuno Luís, *Inventários - Aspectos do consumo e da vida material em Lisboa nos finais do Antigo Regime*, Lisboa, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Nova de Lisboa, 1989, pp. 66-69.

rios, negociantes e donos de oficina. Convém sublinhar que a sua presença nas descrições relativas aos fabricantes de tecidos poderá resultar da difícil separação entre oficina e lar, justificando-se assim a sua grande abundância.

A diferença entre os grupos residia, sobretudo, na posse de um número mais elevado de peças e no seu estado de conservação, ao qual quase todos os louvados prestaram particular atenção, e ainda na presença de elementos de clivagem que, não raro espelhavam a existência de uma vida social mais ou menos intensa, e de que o fraque é, com certeza, paradigma.

Notemos que, apesar de existir no Porto um grande número de clubes, muitas das famílias mais reputadas da cidade organizavam, nas suas próprias casas, reuniões com um pequeno círculo de amigos, em que disfrutavam do prazer do convívio e a da dança.⁴²

O baile era, aliás, um momento particularmente importante de aferição da educação daqueles que nele participavam. Os manuais de educação cívica não descoravam os ensinamentos em tão delicada matéria.⁴³ Com efeito, estes livrinhos eram preciosos para que aos recém-chegados fosse possível uma rápida integração nas elites dominantes, através da imitação das suas maneiras, condição essencial para a obtenção de prestígio social que o bem estar económico isolado não garantia. A vida em sociedade exigia o conhecimento das regras do seu funcionamento e para que um indivíduo fosse considerado distinto e integrado totalmente no grupo, era preciso que ostentasse certos elementos materiais mas, também, que o seu comportamento, traduzido nos seus movimentos, nos seus gestos, na sua maneira de falar, etc., espelhasse a

F.E.U.C.
227-263

42 Cf. CASCÃO, Rui, «Vida quotidiana e sociabilidade», in MATTOSO, José (Dir. de), *História de Portugal*, 5º vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 528.

43 Na rubrica denominada «das companhias e bailes», um dos muitos manuais de civildade publicados no século passado, especificava com todo o detalhe as normas a cumprir nestes momentos de convívio social. Assim, nesta obra de educação civil, moral e religiosa, desde o parágrafo 1º, que indicava a necessidade de limpar o calçado no capacho da entrada da porta, até ao 23º que mencionava as regras a observar na saída da festas, foram contempladas, quase todas as situações que poderiam provocar embaraços aos participantes neste tipo de reuniões. A preocupação com o comportamento das meninas, que deviam mostrar uma alegria moderada e uma reserva constante, procurando o equilíbrio entre desenvoltura e acanhamento, demonstra bem a sobriedade e pudor que a sociedade lhes exigia.

Cf. MELLO, Joaquim Lopes Carneira de, *Compêndio de Civildade*, XIV edição, Lisboa, 1876, pp. 33-39.

aquisição de uma educação familiar esmerada. Quando esta não existia, era necessário procurar obter rapidamente os instrumentos que permitiam uma perfeita integração nos grupos sociais superiores. O convívio, fosse ele no Teatro S. João, no Baquet, no clube ou em círculos mais restritos, exigia dinheiro e disponibilidade de tempo para o lazer e, por consequência, dele estariam arredados os mais pobres.

O bem estar material e a escolha de certo tipo de vida são elementos que distinguem a burguesia do resto da população estudada. O nível cultural contribui, certamente, também para uma maior definição dos contornos dos grupos sociais.

ESCOLARIDADE Ao analisarmos a escolaridade do corpo eleitoral portuense em 1847, verificamos que não havia coincidência entre aqueles que possuíam os mais elevados rendimentos e os que maioritariamente tinham habilitações académicas de grau superior. Com efeito, 19.2 % dos proprietários foram inscritos com rendimentos superiores a 1000\$000 réis⁴⁴ e apenas 4.7 % com o mais alto grau de preparação escolar.⁴⁵ A instrução primária foi atribuída a 70.4 % destes eleitores. Estavam nas mesmas condições 93.7 % dos negociantes categoria em que apenas um eleitor atingia o ensino superior. A aprendizagem em estabelecimentos de ensino não parece ter sido atributo essencial ao êxito no mundo dos negócios onde constatamos a existência de uma taxa de analfabetismo de 22.6%, incidindo sobretudo nos «patrões pescadores» mas também assinalável na categoria dos «donos de oficinas», «retalhistas» e «pequenos empresários de serviços»⁴⁶ Eram sem dúvida os «funcionários superiores» do Estado e as «categorias superiores» das profissões liberais os recenseados que maior percentagem de habilitações superiores possuíam, respectivamente 73.2 % e 68.6%.⁴⁷ Fica comprovado, ao que pensamos, que não existia na segunda metade do século XIX, na cidade do Porto, uma relação directa entre abastança e escolaridade, se bem que esta no sector dos serviços pareça ter favorecido aquela.

F.E.U.C.
227-263

44 Cf. CRUZ, Maria Antonieta, *Os Burgueses do Porto na 2ª metade do século XIX*, vol. I, Porto, F. L. U. P., policopiada, 3 volumes, 1994, p. 355 (QUADRO Nº 110).

45 Cf. CRUZ, Maria Antonieta, *Os Burgueses do Porto na 2ª metade do século XIX*, vol. I, Porto, F. L. U. P., policopiada, 3 volumes, 1994, p. 343 (QUADRO Nº 102).

46 Cf. CRUZ, Maria Antonieta, *Os Burgueses do Porto na 2ª metade do século XIX*, vol. I, Porto, F. L. U. P., policopiada, 3 volumes, 1994, p. 244 (QUADRO Nº 53).

47 Cf. CRUZ, Maria Antonieta, *Os Burgueses do Porto na 2ª metade do século XIX*, vol. I, Porto, F. L. U. P., policopiada, 3 volumes, 1994, pp. 274 e 299 (QUADRO Nº 66 e 78).

Na análise que realizamos verificamos que entre os alfabetizados o tipo de instrução variou com a profissão exercida. Foram os trabalhadores manuais os mais arredados do ensino primário. Convém sublinhar que a concepção dominante de que o liceu se destinava sobretudo a preparar o acesso ao ensino superior contribuiu, ainda que não exclusivamente, para um índice muito reduzido de frequência deste grau de escolaridade e, ainda, para a sua lenta implantação no nosso país. Apesar disso, na cidade do Porto, na segunda metade do século XIX, alguns empregados das categorias médias do sector de serviços, público e privado, possuíam habilitações liceais, ou equiparadas. Os grupos com mais elevada percentagem de detentores de instrução superior foram, sem dúvida, as categorias superiores das profissões liberais e os funcionários do Estado.

O estudo dos agregados familiares com filhos a frequentarem a Universidade⁴⁸ ou a Escola Politécnica do Porto, demonstra que os negociantes da cidade foram muito zelosos no apetrechamento educativo dos seus filhos, procurando que eles ascendessem aos lugares mais prestigiados, nomeadamente a magistratura, através da frequência do ensino superior. Optaram pela mudança. Um membro da família com um curso universitário poderia reforçar a consideração social e o prestígio do grupo. Também os profissionais liberais das categorias superiores, os oficiais das forças armadas, os funcionários superiores do Estado, e mesmo os médios, actuaram no sentido de permitirem aos seus descendentes a formação escolar mais elevada que, com muita probabilidade, lhes permitiria, manter, ou mesmo elevar, o nível de vida económica e social do seu agregado familiar de origem. Apesar de não ter havido uma grande abertura da universidade aos filhos da média burguesia, grupo que, no entanto, também procurou na escolaridade a promoção

F.E.U.C.
227-263

48 Parece-nos interessante salientar que, comparando o número de eleitores que, em 1860 e em 1880, pertenciam aos grupos superiores das profissões liberais e do funcionalismo público com o número de portuenses das mesmas categorias sócio-profissionais com filhos a estudar na Universidade de Coimbra, se verifica que esta percentagem é dupla da que encontramos, nas mesmas condições, para os negociantes.

O estudo dos alunos do ensino superior foi realizado sobretudo através da análise dos:

-*Livros de Matrícula de 1840/41, 1845/46, 1850/51, 1855/56, 1860/61, 1865/66, 1870/71, 1875/76, 1880/81 e 1885/86* - Arquivo da Universidade de Coimbra;

-*Livros de Certidões de Nascimento dos Alunos Inscritos na Universidade de Coimbra, nos XLVII a LXXVI.*

-*Anuários da Academia Politécnica do Porto, vários anos, Universidade do Porto.*

dos seus vindouros,⁴⁹ um número considerável de «Empregados Públicos» preferiram Coimbra e o curso de direito para os seus descendentes, ao que parece com o intento da sua promoção social dentro do sector do Estado. O curso era para os jovens provenientes desta categoria profissional, como aliás para os filhos dos funcionários superiores e dos profissionais liberais, o seu melhor capital. A origem familiar dos alunos da Academia Politécnica do Porto, foi consideravelmente diferente da dos estudantes da universidade⁵⁰ Assim, por exemplo, em 1885/86, os descendentes de caixeiros e empregados de escritório representavam 13.8% dos estudantes inscritos e os dos donos de oficinas 8.3%.⁵¹ Esta instituição ministrou uma instrução mais concreta e mais virada para as necessidades da cidade. Foi a principal escola de engenheiros do país. A sociedade precisava de técnicos para as fábricas, caminho de ferro, estradas, pontes e a instituição portuense correspondeu a essa exigência. Nela se formaram portuenses ilustres, como por exemplo o prestigiado José Joaquim Rodrigues de Freitas, filho de um empregado da Alfândega, e reconhecido engenheiro de pontes e estradas, lente da própria escola em que se formou e primeiro deputado republicano português. As famílias com recursos mais elevados e maior ambição ao nível de influência política, sobretudo as do sector de serviços, parecem ter optado pela Universidade de Coimbra.

F.E.U.C.
227-263

Temos noticia de alguns ponuenses, nomeadamente filhos de negociantes, que estudaram no estrangeiro, facto que revela a existência de interesse, de amplitude ainda desconhecida, pelo progresso, e, outrossim, empenhamento na procura da inovação que fervilhava nas capitais europeias.

Em Portugal, na segunda metade do século passado, era grande a diferença entre a cultura dos homens e das mulheres. A situação agravava-se no ensino secundário e no superior. Neste apenas em finais de

49 Cf. CRUZ, Maria Antonieta, Os Burgueses do Porto na 2ª metade do século XIX, vol. I, Porto, F. L. U. P., policopiada, 3 volumes, 1994, p. 559 (QUADRO Nº 117).

50 Houve também portuenses, formados em Coimbra, que decidiram inscrever os seus filhos no ensino superior do Porto, em função de critérios que desconhecemos e que podem ter tido em conta as características individuais dos alunos e os objectivos profissionais que se propunham alcançar com o diploma obtido. Este é o caso, por exemplo de José d'Andrade Gramacho, médico pela Universidade (Ver livro de matrículas de 1845/46) e que, em 1885/86 tinha o seu filho Quintino d'Almeida Azevedo Vasconcellos Gramacho, a estudar na Academia Politécnica. (Ver anuário desta instituição de 1885/86).

51 Cf. CRUZ, Maria Antonieta, Os Burgueses do Porto na 2ª metade do século XIX, vol. I, Porto, F.L.U.P., policopiada, 3 volumes, 1994, p. 569 (QUADRO Nº 121).

oitocentos houve estudantes do sexo feminino, mas em número perfeitamente excepcional.⁵²

Parece evidente que a burguesia portuense, de meados de oitocentos, procurou, nos diversos ramos de ensino, os conhecimentos que lhe permitissem exercer a profissão desejada, interessando-se também pela cultura como formação que permitia o reconhecimento social. Devemos realçar que a formação dos quadros superiores, políticos e administrativos esteve a cargo do ensino superior.

OUTROS INDICADORES DE EDUCAÇÃO E CULTURA Se as habilitações académicas são um indicador precioso da preparação intelectual, os livros possuídos permitiam a continuação da aprendizagem e até a superação total ou parcial da sua ausência. O conjunto de obras escritas que uma pessoa possui, traduz não só o seu gosto cultural mas, por vezes, também aquilo que pensa dever ter dentro do estatuto social a que pertence, julga ou quer pertencer.⁵³ Não são abundantes as informações disponíveis acerca das bibliotecas dos portuenses de oitocentos, com frequência descritas em bloco, sem indicação específica das obras nelas incluídas.⁵⁴ Apesar do reduzido número de inventários orfanológicos disponíveis não permitirem generalizações, é de salientar que no conjunto documental compulsado, eram os médicos os inventariados que, com maior frequência, possuíam livros.

Entre as obras impressas constantes dos patrimónios analisados, avultam os temas ligados á profissão dos mortos, sobretudo códigos de

F.E.U.C.
227-263

52 Coube a Maria Leite da Silva Tavares Paes Moreira, em 1884/85, encetar a participação das mulheres nas instituições de ensino superior do Porto, ao inscrever-se, como aluna, na Academia Politécnica da cidade.

Cf. SANTOS, Cândido dos, *A Mulher e a Universidade do Porto*, Porto, Universidade do Porto, 1991, p. 11.

Abstemo-nos, por economia de espaço, da análise da situação escolar das raparigas portuenses de meados de oitocentos.

Cf. CRUZ, Maria Antonieta, ob. cit., pp. 534-586

53 Como afirma Alvarez Santalo «Las bibliotecas pueden señalar lo que lee, quiere leer o cree que debe leer (o incluso simplemente tener) una persona.»

Cf. SANTALO, L. C. Alvarez, «Librerías y bibliotecas em la Sevilla del siglo XVIII», in *Actas del II Coloquio de Metodología Histórica Aplicada. La documentación Notarial y la Historia*, volume II, Santiago de Compostela, 2 volumes, 1984, p. 169.

54 Em alguns casos os inventários orfanológicos referem o número de livros constantes do património do falecido. Como exemplo podemos indicar o processo nº 195, de 1870, relativo ao óbito do Barão de Nova Cintra, que possuía 146 livros. O mesmo acontece com o nº 296, de 1880, em que se indica, na verba nº 32, a existência de 1.200 obras, maioritariamente de medicina.

Cf. Arquivo Distrital do Porto, Secção judicial, inventários indicados.

leis, temas de direito, medicina, cirurgia e também comerciais.⁵⁵ A informação histórica, portuguesa e europeia, a literatura, dicionários, livros religiosos e gramáticas são as publicações mais repetidas. A grande ligação, do nosso país à cultura francesa, mesmo antes da revolução liberal,⁵⁶ reflete-se no grande número de edições sobre aquele país, muitas delas traduzidas para português.

Apenas possuímos indicação de existência de livros em inventários de proprietários, funcionários superiores, profissionais liberais e negociantes. Destes últimos, apenas 9% tinham obras literárias nos seus patrimónios e, sobretudo os regressados do Brasil, parecem ter tido uma maior preocupação pela posse de outros bens definidores do estatuto social a que pertenciam ou aspiravam, isto é: jóias, quadros, pratos, pianos, etc.. As suas necessidades de leitura, provavelmente, não foram muito intensas, a julgar pelas suas bibliotecas, e, de certo modo, pelos graus de instrução que lhes são atribuídos nos recenseamentos eleitorais.⁵⁷ Não sabemos, no entanto, se frequentavam a Biblioteca Municipal do Porto uma vez que desconhecemos a classificação sócio-profissional dos seus leitores.⁵⁸ A aquisição de novos livros efectuada por esta instituição pode ser acompanhada nos relatórios da gerência da Câmara Municipal do Porto. Através deles verificamos que era grande a variedade de obras compradas, sobretudo francesas, englobando diversos temas: estatística, química, física, economia política, agricultura,

F.E.U.C.
227-263

55 Quando os livros de juristas ou médicos são descritos há uma dominância dos temas adstritos às suas actividades profissionais mas são incluídas outras obras salvo no processo de um juiz aposentado e solteiro que tinha algumas publicações mas exclusivamente jurídicas.

Ver Arquivo Distrital do Porto, Secção judicial, processo nº 351 de 1878.

56 Apesar das perseguições de Pina Manique á entrada dos livros divulgadores das novas ideias que se propagavam pela Europa, foi grande a circulação no nosso país de obras proibidas. A influência da França em Portugal foi enorme e abrangeu campos tão diversos como a moda, a literatura, as artes e as ciências.

Ver RAMOS, Luís A de Oliveira, «Franceses em Portugal nos Fins do Século XVIII»; «Da Aquisição de Livros Proibidos nos Fins do Século XVIII»; «Influência em Portugal de Matemáticos Franceses», in *Da Ilustração a Liberalismo - Temas Históricos*, Porto, Lello & Irmão, 1979, pp. 1 a 54.

Idem, «Le Portugal et la Révolution Française (1777-1834)», in AYMES, Jean-René, NOVALES, Alberto Gil, RAMOS, Luís A. de Oliveira, *Les Révolutions dans le Monde Ibérique (1766-1834)*, Presses Universitaires de Bordeaux, 1989, pp. 183-260.

57 Dos negociantes recenseados como eleitores, em 1847, apenas 4.2% possuíam habilitações de grau secundário, e 0.1% de grau superior. A maioria, 93.7%, ficavam-se pela instrução primária.

Cf., CRUZ, Maria Antonieta, ob. cit., p. 244 (Quadro nº 53).

58 Os relatórios da Câmara Municipal do Porto indicam apenas o número total de leitores e de obras consultadas.

arquitectura, higiene pública, literatura, medicina, comércio, direito, etc, etc. Esta inclusão de novos temas, como a economia ou a estatística, poderá traduzir, pelo menos parcialmente, o desejo de corresponder às necessidades de uma procura pautada por uma mentalidade aberta às novas ideias. Deve salientar-se a excelente biblioteca de que dispunham os sócios da Associação Comercial do Porto, instituição muito elitista e que apenas congregava uma parcela limitada da burguesia mercantil da cidade,⁵⁹ a mais opulenta, a mais culta e também a mais influente⁶⁰.

Notemos, que a contabilização dos livros existentes dos lares portuenses não permite a ilação da sua leitura. Com efeito, a posse de uma biblioteca ou apenas de um pequeno conjunto de obras literárias, sobretudo quando não se encontravam conotadas com a prática profissional dos seus proprietários, pode significar o desejo de corresponder, exteriormente, à cultura dominante no grupo em que se almejava ser integrado. O mesmo sentimento de ostentação pode ter contribuído para a aquisição de instrumentos musicais. O piano foi omnipresente, e quase exclusivo, num largo número de lares burgueses. Geralmente tocado pelas meninas da família, que aproveitavam as reuniões privadas para mostrarem este complemento educativo, a sua existência, fenómeno de moda sem dúvida, patenteava ao mesmo tempo a cultura e o ócio burgueses.

Em algumas famílias residentes na cidade do Porto, em meados de oitocentos, sobretudo entre os portugueses regressados do Brasil após

F.E.U.C.
227-263

59 O número de sócios da Associação Comercial do Porto nunca ultrapassou muito os 400. Assim, por exemplo, em 1864, a lista manuscrita dos «Senhores Associados» incluía 404. Nos mesmos documentos constatamos que eram muito reduzidas as novas adesões. Assim, por exemplo, em 1865 entraram 38 novos membros para esta instituição, 11 em 1866 e apenas 3 em 1867. Do saldo entre entradas e óbitos resultava uma quase permanência do número de membros desta associação. No relatório da direcção de 1880 verificamos que existiam 428 sócios.

Ver *Relatório dos Actos da Direcção da Associação Commercial do Porto*, no anno de 1880, Porto, Imprensa Commercial, 1881, p. 49 e listas de associados, manuscritas, de vários anos.

60 Verificamos que muitos dos nomes de sócios da Associação Commercial do Porto aparecem também ligados à fundação de companhias de seguros e de bancos.

Ver, por exemplo, listas de accionistas do «Banco Commercial do Porto» e da companhia de seguros «Segurança» existentes no Arquivo da A. C. P.. Pelo cotejo dos sócios destas duas instituições, respectivamente em 15 de Dezembro de 1838 e 30 de Junho de 1837, constatamos que 52.3% dos 107 detentores de ações da seguradora possuíam também títulos representativos do capital do banco.

No edifício da associação funcionaram algumas das instituições mais modernas da actividade económica portuense. O «Banco Mercantil Portuense» ainda funcionava neste edifício em 1890, pagando de aluguer quinhentos mil réis que, em 31 de Junho do mesmo ano subiu para 550\$000. Cf. *Letter Book - P3(1) -1890*, pp. 16 e 149.

alguns anos de frutuosa emigração, houve um manifesto desejo de pertencer a um meio social superior, que atraía, mas cujas regras eram muito rigorosas e que não tinham sido transmitidas pelo processo de socialização realizado pela família, ela própria excluída do grupo a que aspiravam. Os livros foram veículos de concretização da apetecida promoção, contribuindo de forma decisiva, conjuntamente com a participação em certos consumos, para a desejada inclusão. Cremos que a formação clássica foi para alguns portuenses um contributo decisivo para a sua coabitação com os grupos sociais dominantes. A elevada presença de filhos de negociantes no ensino superior poderá reflectir, ainda que não exclusivamente, o desejo de promoção cultural, num país onde a capacidade intelectual nos parece ter tido na segunda metade do século passado um crescente prestígio reflectido, por exemplo, na transformação do nosso sistema eleitoral, que passou de quase exclusivamente censitário para censitário-capacitário.

Uma última palavra para o teatro e a ópera. Se é certo que, no período a que se reporta o nosso estudo, a arte dramática se revigorou, não podemos esquecer que ela estava vedada aos mais humildes em consequência do elevado custo dos bilhetes e também da envolveria ostentatória destas manifestações de cultura a que apenas os mais abastados tinham acesso, ou alguns detentores de recursos médios que, não raro, faziam sacrifícios para assistirem a uma representação. Estas manifestações culturais eram também momentos particularmente importantes para os aspirantes à promoção social.⁶¹ Provando o grande interesse que os portuenses tinham pela música, estudada por muitos dos seus jovens, mesmo de poucos recursos,⁶² as companhias de ópera permaneciam na cidade meses seguidos, conseguindo, muitas vezes, esgotar a lotação do teatro de S. João com um público exigente e conhecedor.⁶³

F.E.U.C.
227-263

61 O ambiente que envolvia as representações líricas ou teatrais exigia dos espectadores requinte no vestuário e porte elegante. Ramalho Ortigão, dá-nos conta, em texto de 21 de Novembro de 1862, do seu escândalo face à apresentação menos cuidada de duas espectadoras da «Favorita»: «...observei em duas mulheres que cá pelos meus cálculos nunca tomaram banho de qualidade nenhuma... Uma delas estava em um camarote, e tinha chapéu desabado, chapéu apagador, chapéu guarda-chuva, chapéu tortulho... A outra mulher estava na plateia e tinha lenço na cabeça - lenço! - tinha na cabeça um lenço!!»

ORTIGÃO, Ramalho, *Crónicas Portuenses*, Lisboa, Clássica Editora, 1944, p. 169.

62 Saber música ajuda a marcar a diferença entre a burguesia, mesmo modesta, e o grupo popular. O piano era, como já referimos, o instrumento mais divulgado. Era tocado não só por prazer mas também pela necessidade de demonstrar socialmente o domínio de um saber que dava prestígio.

63 Cf. CRUZ, António e PERES, Damião, (Direcção de), *História da Cidade do Porto*, III volume, Porto, Portucalense Editora, 3º volume, 1965, p. 448.

Paralelamente a estas manifestações culturais, os jornais portuenses⁶⁴ dão-nos conta de muitos outros acontecimentos lúdicos que decorriam na cidade, como música nos jardins, festas particulares, bailes,⁶⁵ concertos de bandas militares e bombeiros, fogos de artifício, festas de caridade, bailes de máscaras,⁶⁶ exposições de produtos no Palácio de Cristal, festas religiosas e até touradas.⁶⁷ As actividades culturais de carácter privado ou público demarcavam com rigor os seus frequentadores. Para participar numa festa onde estavam presentes as pessoas mais prestigiadas da cidade era necessário possuir uma educação global refinada, maneiras cuidadas. O ócio, fruído por vezes de forma sumptuária, patenteava a diferença entre a elite burguesa e aqueles que não tinham criados, salão de festas, instrumentos musicais e todos os componentes das actividades mundanas. Os que se queriam integrar precisavam de imitar.

A cultura burguesa, que substituiu uma cultura clerical e aristocrática, dirigia-se a um público cada vez mais amplo mas, como sublinha Vitorino Magalhães Godinho, «...o público da cultura burguesa é ainda um escol, embora muito alargado.»⁶⁸

CASAMENTO E MORTE A organização do casamento e da morte foram momentos privilegiados de afirmação das diferenças. As opções, as atitudes, os ritos, nestes dois momentos, marcam a diferença e são particularmente reveladores da noção que a burguesia tinha da sua própria existência enquanto grupo superior que, como tal, se distinguia do resto da população.

F.E.U.C.
227-263

64 Estudamos as festas referidas nos jornais «O Comércio do Porto» e «Jornal do Porto» nos anos de 1860, 1880 e 1890.

65 «O século XIX é, indubitável ente, o século da música e da dança».

O ritual dos bailes, sobretudo dos privados, era complexo, envolvendo cuidados especiais com as roupas usadas, as jóias, os penteados e também, da parte dos anfitriões, com o modo, a sequência e a hora a que serviam os alimentos aos seus convidados. Estas reuniões, em cuja organização se vislumbrava, uma vez mais, a influência da cultura francesa, terminavam, em regra, próximo da alvorada. No Porto as reuniões dançantes eram muito mais frequentes que em Lisboa. A sua frequência era muito seleccionada, pois a sociedade portuense era «muito cospartimentada» sendo poucos os titulares residentes na cidade.

CASCÃO, Rui, «Vida quotidiana e sociabilidade», in MATTOSO, José (Direcção de), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitura, 1993, pp. 526-528.

66 OS bailes de máscaras que se realizavam no Porto, em meados do século XIX, foram referidos com algum detalhe por Ramalho Ortigão que, em texto de 5 de Janeiro de 1863, traduziu, na caricatura dos que neles participavam, o quanto os detestava.

Cf. ORTIGÃO, Ramalho, *Cartas Portuenses*, Lisboa, Clássica Editora, 1944, pp. 213-216.

67 Ver, por exemplo, *Jornal do Porto*, de 9 e de 30 de Setembro de 1890.

68 GODINHO, Vitorino Magalhães, «A burguesia e o capitalismo», in *Ensaio 1 - Sobre História Universal*, Lisboa, Sá da Costa, 1968, p. 267.

a) Casamento Através do estudo das escrituras pré-nupciais procuramos delimitar os grupos sociais mais atentos à organização jurídica da sua vida material. Foram analisados estes documentos registados nos diversos tabeliões da cidade do Porto em 1849/54, 1860 e 1880, sendo de salientar que o seu número correspondia a uma pequena parcela dos casamentos realizados na cidade do Porto,⁶⁹ como aliás acontece em outras cidades europeias.⁷⁰ Os documentos compulsados só excepcionalmente envolvem pessoas de meios diferentes.⁷¹ A maioria deve a sua existência à iniciativa de negociantes que correspondiam, no período de 1849/54 a 54.6% dos noivos cuja profissão identificamos, em 1860 a 45.8% e em 1880 a 41.8%. Os nubentes parecem ter tido uma grande preocupação de proteger a futura esposa e a família a constituir de um eventual desastre económico.

Desconhecemos se as motivações do casamento eram puramente afectivas ou descaradamente económicas. As expressões de ternura que as convenções antenupciais contêm parecem, muitas vezes, estereotipadas, resultantes mais de um formulário notarial que da tradução de um sentimento. Um ou outro caso, no entanto, foge à regra geral, à frase feita. A mulher, nos casos que estudamos, nunca introduz no texto qualquer frase mais afectuosa. Na realidade era ao homem, em exclusivo, que competia o galanteio. A menina devia, respeitar as normas rigorosas de pudor, mostrar-se sóbria, recatada, assegurando assim que estava preparada para ser uma esposa possuidora de todas as virtudes

F.E.U.C.
227-263

69 Em 1860 foram celebrados na cidade do Porto 501 casamentos aos quais correspondem apenas 73 (14.6%) escrituras pré-nupciais registadas. Em 1880 estes valores foram, respectivamente de 1033 e 77 (7.5%).

70 Em Rouen o «contrat de mariage» abrangia apenas 22% dos casamentos realizados na segunda metade do século XIX. Esta percentagem decresceu para 17% próximo do início da primeira guerra mundial.

Cf, CHALINE, Jean-Pierre, *Les bourgeois de Rouen - une élite urbaine au XIX siècle*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1982, p. 279.

71 Em 1849/54 dos noivos, com profissão identificada, que registaram convenção ante-nupcial, para além dos negociantes, eram proprietários 9.1%, donos de oficinas 9.1%, empregados públicos 5.5%, profissionais liberais de categorias superiores 5.5%, e os restantes 16.2% incluíam dois caixeiros, dois profissionais liberais de categorias médias, dois oficiais subalternos e um funcionário superior. Em 1860 eram negociantes 45.8%, 14.5% donos de oficinas, 8.3% profissionais liberais de categorias superiores, 6.2% funcionários superiores do Estado e dos restantes 25.2% dois eram retalhistas, um caixeiro, um empregado de escritório, dois profissionais liberais de categorias médias, dois empregados públicos, um sub-oficial, um proprietário e um agente. Em 1880 eram negociantes 41.8%, 28.3% proprietários, 7.4% capitalistas, 6% donos de oficinas, 4.5% empregados públicos, 4.5% profissionais liberais de categorias superiores e os restantes 7.5% um era caixeiro, um empregado de escritório, um lavrador, um oficial subalterno e um quadro superior.

cristãs.⁷² Restringir, como é frequente, o casamento burguês a um mero negócio de que estava ausente qualquer afeição entre os nubentes parece-nos ser uma afirmação redutora. Apesar da cautela ostentada nas cláusulas organizadoras das condições patrimoniais de vigência dos casamentos estudados, patenteando a importância que era atribuída ao dinheiro, a preocupação com a estabilidade material da viúva, assim como uma ou outra frase mais amistosas apontam para a existência de múltiplas, e por vezes simultâneas, motivações para o matrimónio.

Os burgueses parecem ter sentido que pertenciam a um grupo que se distinguia não só pelo seu bem estar material, mas também pela educação e pelo tipo de vida quotidiana. Esta consciencialização levou-os a procurar um casamento dentro do seu mundo, bem diferente do universo popular.

b) Morte Os ritos funerários permitem a distinção dos abastados e dos influentes em relação ao resto da população que, muitas vezes, não tinha sequer possibilidades materiais para pagar as despesas inerentes ao seu enterramento. As cerimónias, mesmo quando o falecido determinava previamente a sua modéstia, envolviam grandes custos, muitas vezes agravados por eventuais actos caritativos que a última vontade do morto determinava. Era preciso dinheiro e esse apenas alguns o possuíam. A morte do burguês era mais um momento de afirmação da diferença. Se é certo que o cristianismo estabeleceu a igualdade dos homens perante Deus e o liberalismo assumiu como objectivo fundamental a sua concretização na Terra, a verdade é que, na sociedade portuguesa da segunda metade do século XIX, este princípio estava longe da sua efectiva concretização na morte, como na vida.⁷³ Todo o cerimonial, mesmo o mais simples, que nos foi dado conhecer através dos testamentos e das notícias necrológicas publicadas nos jornais, exigia alguma capacidade financeira, apenas ao dispor de uma pequena parcela da população do Porto. Na morte, tal como na vida, permaneceram múltiplos sinais que distinguiam os portugueses. Nos novos cemitérios a

F.E.U.C.
227-263

72 Sobre este assunto, para além dos manuais de civilidade, ver:

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos Santos, *Para uma sociologia da cultura burguesa em Portugal no século XIX*, Lisboa, Editorial Presença/Instituto de Ciências Sociais, 1983, pp. 50-53.

COSTA, Fernando Marques, «Um namoro na geração de 70: Batalha Reis-Celeste Cinatti» in, *Análise Social*, Lisboa, vol. XXII (92-93), 1986, pp. 715-733.

73 Sobre este assunto ver:

VOVELLE, Michel, *La mort et l'Occident de 1300 à nos jours*, Paris, Gallimard, 1983, pp. 607-610.

desigualdade entre os homens era chocante. Abundavam os túmulos de arquitectura e decoração cuidadas, mandados construir pelas famílias mais abastadas, símbolos eficazes de perpetuação das diferenças. Como afirma Fernando Catroga, «...a distância que mediava entre o jazigo e o mausoléu e a vala comum em análoga à que ia das casas, e sobretudo das novas casas apalaçadas, construídas pelos «barões» às «ilhas» habitadas pelos operários.»⁷⁴

Na realidade, os ritos funerários parecem ter constituído momentos particularmente importantes de demonstração do estatuto dos grupos dominantes. Todos os detalhes, foram rigorosamente planeados. As cerimónias religiosas, apenas recusadas por um dos defuntos estudados,⁷⁵ para além da inegável devoção,⁷⁶ traduziram o receio do além e, muitas vezes, foram também actos de exibição das arritmias sociais, expressão da recusa da burguesia viver a sua morte em total igualdade com os outros portuenses da segunda metade do século passado. O desafogo da vida permitia a pompa das solenidades, o anúncio nos jornais, o envio dos convites, a compra de um jazigo ou de um mausoléu, em suma as sumptuosidades fúnebres que estabeleciam a diferença. A ostentação na morte, sobretudo dos grupos burgueses superiores, de negociantes, proprietários, capitalistas, profissionais liberais de categorias superiores, funcionários superiores do estado, oficiais gerais e superiores e alguns industriais, apesar de declaradamente recusada algumas vezes, pode exprimir a consciência da burguesia de que se constituía como a elite social do Porto na segunda metade do século XIX.

F.E.U.C.
227-263

OS NOTÁVEIS

a) O estudo da distribuição dos Elegíveis para Deputados ⁷⁷ no espaço geográfico portuense reafirma a existência de clivagens muito nítidas entre o centro e a periferia da cidade do Porto.

74 CATROGA, Fernando, «Morte Romântica e Religiosidade Cívica», in MATTOSO, José (Direcção de), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 601.

75 Cf. «Jornal do Porto», 9 de Janeiro de 1890.

76 Como Pierre Chaunu afirma, os problemas religiosos dominaram o século XIX, como sempre dominaram a história humana, visto que o homem é, antes de tudo, um *homo religiosus*.

Cf. CHAUNU, Pierre, *La mort à Paris, 16e., 17e., 18e. siècles*, Paris, Fayard, 1978, p. 463.

77 Os elegíveis, durante toda a Monarquia Constitucional, tiveram de comprovar a posse de rendimentos colectáveis muito superiores aos exigidos aos eleitores. Esta imposição, de que apenas eram dispensados os detentores dos graus académicos previstos na legislação eleitoral, excluía um número muito elevado de cidadãos da hipótese de ocupar uma cadeira no parlamento nacional.

Ver, sobretudo, os artigos 7º e 1.º da lei eleitoral de 30 de Setembro de 1852.

Verificamos que os portuenses em condições de elegibilidade para deputados se concentravam em algumas das ruas centrais da cidade mais animadas pela actividade económica, a que a maioria deles pertencia. Em 1847, eram «Patrões» 52.4% dos elegíveis; em 1860 e 1880, respectivamente 52.1% e 57.9%. Se no primeiro ano a maior parte dos elementos deste grupo eram negociantes, 35.6%, nos anos seguintes esta relação foi-se alterando em resultado de um contínuo e acentuado crescimento do número de donos de oficinas (19.8% em 1860 e 26.5% em 1880).⁷⁸ Pensamos que para o progressivo aumento do número relativo dos patrões da indústria terá contribuído o facto de não terem sido alterados, ao longo de todos estes anos, os requisitos patrimoniais exigidos pela legislação portuguesa para que os eleitores fossem considerados potenciais parlamentares. Tal facto, num contexto de crescimento económico, foi determinando a inclusão neste grupo de muitos censitários que anteriormente dele não faziam parte. Aquela a que chamamos a «cidade periférica» era, em 1847, uma zona de raros elegíveis para deputados, quase todos lavradores ou proprietários. Nos anos seguintes, apesar de se manter a importância destas dois grupos

F.E.U.C.
227-263

creceu o peso relativo do patronato, sobretudo o dos donos de oficinas. Esta parte da cidade continuará a ter muito poucos residentes em condições de elegibilidade para a câmara legislativa o que, muito provavelmente, contribuiu, ou até reforçou a sua situação de exclusão.

o Eleitos para a Câmara Municipal Apertando um pouco mais a malha de recrutamento dos notáveis, consideramos todos os vereadores da Câmara Municipal do Porto eleitos entre 1850 e 1890. Prova-se a quase inexistência de portuenses nas condições enunciadas em Campanhã e Massarelos ficando Paranhos, Foz e Lordelo totalmente excluídas das freguesias de residência dos detentores do poder local.

Constatamos que apenas um reduzido número de grandes censitários residia na «cidade periférica». A procura de espaço pode ter determinado a deslocação de alguns destes portuenses para as freguesias onde ele ainda abundava em condições económicas razoáveis, possibilitando a ocupação de um terreno de maiores dimensões que o habitualmente consignado às habitações dos mesmos grupos no centro da cidade.

⁷⁸ Cf. Cruz, Maria Antonieta, ob. cit., vol. III, *TABELAS DE CATEGORIAS SÓCIO-PROFISSIONAIS POR FREGUESIA - ELEGÍVEIS PARA DEPUTADOS*, dos anos de 1847, 1860 e 1880, pp. 754-764.

A democratização da vida política portuguesa, sobretudo a partir de 1878, a que correspondeu um assinalável aumento dos eleitores e elegíveis, não se terá reflectido de forma profunda no exercício efectivo do poder municipal. Deste farão parte, como vinha acontecendo nos actos eleitorais anteriores, apenas as categorias superiores, sendo de salientar, nomeadamente a partir de 1890, uma diversificação sócio-profissional dos vereadores eleitos, traduzindo a preferência acentuada dos votantes⁷⁹ pelos médicos, advogados e professores do ensino superior, para a direcção dos destinos da cidade. Os negociantes tendem a perder a posição dominante na Câmara Municipal do Porto,⁸⁰ instituição que continuará a ser dirigida pelos portuenses mais ricos, mais cultos e mais prestigiados, uma vez que da nova legislação eleitoral não resultou a entrada para a vereação portuense de qualquer operário, sendo excepcional a ascensão ao corpo municipal de elegíveis não pertencentes ao grupo dos notáveis urbanos. As alterações detectadas realizaram-se no seio da burguesia, que continuará a dominar a administração municipal. Esta preponderância, fruto da sua fortuna, da sua cultura e do seu tipo de vida é também patentiada pela frequente repetição de mandatos de muitos dos principais detentores das alavancas do poder local, que se repetiram no exercício das funções de vereador, vice-presidente ou presidente ao longo de vários anos.⁸¹ Para este último cargo, entre 1850 e 1900 a capital do norte apenas elegeu 13 residentes na cidade, apesar de se terem realizado 26 actos eleitorais, isto porque, foram vários os casos de reeleição. Notemos, ainda, que esta rotatividade da presidência não corresponde a uma real alternância do poder

F.F.U.C.
227-263

79 Notemos que na segunda metade do século passado foi elevado o número de eleitores que não exerceram o seu direito de voto. Apesar da pesquisa intensa que realizamos não nos foi possível encontrar os cadernos de descarga das eleições para a Câmara Municipal do Porto. Em relação aos actos eleitorais parlamentares, a informação, embora desigual, é abundante. Procedemos ao seu estudo para avaliação do peso da abstenção e do comportamento eleitoral das diversas categorias sócio-profissionais. Os resultados desta análise, em estado avançado de elaboração, serão objecto de publicação em breve. Os índices de votantes que encontramos para o Porto eram tendencialmente mais elevados para o fim do século e semelhantes aos detectados em zonas urbanas de outros países europeus.

Cf. *Quadros Anexos* nos. 77, 78 e 79.; várias tabelas de votantes, no *Anexo Estatístico*.

ALMEIDA, Pedro Tavares, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel, 1991, pp. 141-149.

80 A mesma alteração foi detectada em Rouen no final do século XIX.

Cf. CHIALINE, Jean-Pierre, *Les Bourgeois de Rouen - une élite urbaine au XIXe siècle*, Paris, Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1982, p. 323.

81 A multiplicidade de funções exercidas pelos vereadores da Câmara Municipal do Porto não se circunscreveu à cidade, como veremos.

uma vez que os eleitos assumiram, com muita frequência, outras funções dentro da edilidade.⁸²

c) Deputados Se a elite burguesia foi dominante no poder local não o foi menos no parlamento nacional, até porque os potenciais deputados foram, depois de 1878, em muito menor número que os elegíveis para cargos municipais, o que, necessariamente, restringiu a escolha dos eleitores. O número de deputados titulares, à semelhança do que acontecia na vereação da Câmara Municipal do Porto, era minoritário e decresceu para o final do século, representando apenas 2.6% dos eleitos em 1890.⁸³

Os eleitores portuenses escolheram, para representarem a sua cidade no parlamento, preferencialmente funcionários superiores do estado, sobretudo professores do ensino superior, muitos dos quais assumiram funções ministeriais ao longo da segunda metade do século passado. A composição social deste grupo de eleitos pelo Porto, de que fizeram parte, não raro, figuras de proa da vida nacional, como António José d'Avila, António Maria Fontes, Pereira de Melo ou Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, espelha o acentuado carácter fechado da elite política nacional da segunda metade do século passado. A preponderância das chefias partidárias na indicação dos candidatos a deputados contribuiu, certamente, para que alguns destes representantes da cidade nada tivessem a ver directamente com os interesses da urbe uma vez que nela não residiam nem exerciam a sua actividade profissional.⁸⁴

Foi notória a continuidade de alguns nomes, multiplicando-se os casos de repetição sucessiva de mandatos e de nomeações para a Câmara dos Pares. Curiosamente este corpo portuense deixou de

F.E.U.C.
227-263

82 Exemplificando:

António de Oliveira Monteiro foi vice-presidente da Câmara Municipal do Porto em 1887/1889, presidente em 1890/92 e vereador em 1896/98;

António Ribeiro da Costa e Almeida foi vice-presidente em 1890/92 e presidente em 1893/95;

Wenceslau de Sousa Pereira de Lima foi presidente em 1896/98 e vereador em 1899/1902;

João Baptista de Lima Júnior foi vereador em 1887/89, 1890/92 e 1896/98. Assumiu a presidência em 1899/1902.

83 Cf. ALMEIDA, Pedro Tavares de, ob. cit. p. 182.

84 Cf. CRUZ, Maria Antonieta, ob. cit., p.657 (Gráfico nº 150) e p. 833 (Anexo nº 8, onde se indicam os 39 deputados eleitos pelo Porto nas eleições de Dezembro de 1852, Novembro de 1856, Maio de 1858, Janeiro de 1860, Abril de 1861, Setembro de 1864, Julho de 1865, Março de 1868, Abril de 1869, Março de 1870, Setembro de 1870, Julho de 1871, Julho de 1874, Outubro de 1878, Outubro de 1879, Agosto de 1881, Junho de 1884, Março de 1887, Outubro de 1889, Março de 1890 e Outubro de 1892. Exceptuaram-se, as eleições suplementares realizadas no período considerado).

incluir negociantes a partir de 1880. Pensamos que este pode ser mais um sintoma da alteração ocorrida na cidade nortenha na qual, ao que cremos, aquela categoria, sócio-económica tendia a perder relevância política. Não esqueçamos que, entre os poucos deputados pertencentes ao mundo dos negócios que foram eleitos na segunda metade do século passado a nível nacional, foi considerável a presença de residentes na cidade do Porto, alguns presentes em várias legislaturas, demonstrando a grande importância que os negociantes portuenses tinham na vida política portuguesa. No entanto, parece que os homens das actividades económicas apenas aceitavam participar na Câmara de Deputados, quando lhes era possível abandonar os negócios, mercê de uma folgada situação económica.

Pensamos ser importante salientar que, no estudo que fizemos das actas de diversas eleições realizadas na segunda metade do século passado, verificamos que os candidatos apresentados pela oposição, mesmo pelos anti-monárquicos, pertenciam também à elite dominante.⁸⁵ Curiosamente, como sublinha Fernando Catroga, a origem social dos deputados da assembleia constituinte eleita em 28 de Maio de 1911, todos adeptos da república, não representou uma ruptura com o passado. «Continuaram as predominar os funcionários, os proprietários, os diplomados universitários...»⁸⁶. Apenas um operário fez parte do parlamento. A hegemonia dos detentores de habilitações superiores nos quadros dirigentes do movimento republicano português desde a sua formação é indismantível porém não anula a sua ligação a uma militância socialmente mais diversificada.⁸⁷ Cremos, no entanto, que as restrições eleitorais não justificam, por si sós, o carácter elitista das representações parlamentares dos diversos partidos. As opções eram diferentes, nomeadamente as dos republicanos com a sua reivindicação de uma sociedade mais democrática, mas o grupo superior urbano foi sendo sempre proeminente acima das querelas ideológicas. Operários, como Joaquim Martins de Castro ou Victorino José Pinto

F.E.U.C.
227-263

85 O estudo das actas redigidas em diversas eleições realizadas na segunda metade do século XIX, conjugado com diversas outras informações, permitiu a identificação sócio-profissional dos candidatos mais votados indiferentemente de terem sido ou não eleitos. A este grupo apenas pertenciam os burgueses da cidade.

Ver, como exemplo, CRUZ, Maria Antonieta, «Repercussões Eleitorais da Revolta de 31 de Janeiro de 1891 na cidade do Porto», in *Revista da Faculdade de Letras*, U.P., Porto, Vol. VIII, 1991, quadros anexos nos. 18 e 19.

86 Cf. CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, II vol., Coimbra, Faculdade de Letras, 1991, p.258.

87 Iden pp. 102-112.

Carvalho, quando constam das actas das eleições, reuniram um número irrisório de votos.⁸⁸ Havia uma dominância incontestável da burguesia.

CONCLUSÃO

O grupo dos notáveis portuenses (em cujo seio encontramos com frequência «brasileiros»), possuindo um lugar primordial em função do montante dos seus rendimentos e fortunas, da sua cultura e do seu modo de vida, parece ter procurado, ao longo do meio século analisado, dirigir o concelho sem permitir o acesso ao comando dos restantes grupos sociais presentes no tecido urbano. Algumas destas personalidades tiveram também ligações estreitas com a capital, nomeadamente através da sua acção como membros do parlamento ou como pares do reino. Alguns fizeram parte do grupo de eleitores recenseados como maiores contribuintes do bairro administrativo, grupo liderado pelos proprietários seguidos dos negociantes,⁸⁹ no entanto, este conjunto de cidadãos não coincidia totalmente com o dos detentores dos mais elevados censos.⁹⁰ Tendo desempenhado um papel de relevo como grupo dirigente local, a elite burguesa ocupou, também, por vezes, postos importantes nas regiões que envolviam o concelho, nomeadamente de índole política, como representação parlamentar ou chefia do governo civil.⁹¹ A sua influência alargou-se, pois, para lá dos

F.E.U.C.
227-263

88 Os dois candidatos a deputados que referimos reuniram nas eleições realizadas em Outubro de 1892, respectivamente 15 e 7 votos.

Cf. CRUZ, Maria Antonieta, «Repercussões Eleitorais da Revolta de 31 de Janeiro de 1891 na cidade do Porto», in *Revista da Faculdade de Letras*, Universidade do Porto, Porto, vol. VIII, 1991, quadro anexo nº 29.

89 Cf. CRUZ, Maria Antonieta, ob cit, vol. III, p 705, (gráficos anexos nos. 7 e 8).

90 Pensamos em breve concluir o estudo dos percursos individuais dos maiores contribuintes portuenses e dos detentores dos censos mais elevados que não foram recenseados como tal.

91 Foram vários os casos que detectamos de residentes no Porto que foram eleitos deputados por outras regiões do país. Para além das situações mais conhecidas, salientaremos, apenas como exemplo, a eleição, em 1860, pelo círculo de Simões, do juiz da relação da cidade, António Dias Oliveira, morador na rua de Santo António, freguesia de Santo Ildefonso. No dito ano, António Roberto de Oliveira Lopes Branco, com a mesma profissão, morador na rua da Torrinha, Cedofeita, apresentou Taboço. A segunda legislatura ordinária de 1872, Penafiel enviou o deputado Adriano de Abreu Cardoso Machado, lente da Academia Politécnica e proprietário, morador na rua da Princesa, Cedofeita, e Amarante o advogado e lente de direito da universidade, António Ayres de Gouveia, morador na rua do Bonjardim, Santo Ildefonso. Em 1880, o juiz da relação da capital nortenha, António José da Rocha, morador em Martires da Liberdade, Cedofeita, ocupou no parlamento nacional o lugar correspondente ao 5º círculo, Ponte de Lima, e o lente da academia politécnica portuense, António Pinto de Magalhães Aguiar, o do Marco de Canaveses.

Cf. Arquivo Histórico Municipal do Porto, Livros de Recenseamento Eleitoral, vários anos, sem catalogação;

Lista dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, 1861, Lisboa, Imprensa Nacional, s/d.

Lista dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, 1872, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873.

Lista dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, 1880, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.

limites da cidade. O necessário estudo, em investigações futuras, dos registos das propriedades poderá esclarecer algumas importantes interrogações acerca do peso dos residentes no Porto em outras regiões, sobretudo nortenhas, para além das já sobejamente referenciadas ligações ao negócio do vinho da região duriense.

Os representantes do Porto nos diversos órgãos do Estado, como comprovam os diários da câmara dos deputados, não esqueceram os interesses da cidade que os elegeu, os quais, não raro, as associações e figuras mais influentes da urbe se encarregaram de lhes recordar.

Julgamos ser importante referir que, apesar da importância económica e social, dos emigrantes portugueses que regressaram ricos e se fixaram no Porto, o seu acesso ao poder central parece ter sido mais difícil de concretizar que a sua participação nas instituições locais. Os casos de maior ascensão política no seio dos «brasileiros» couberam aos seus filhos, sobretudo aos detentores de cursos superiores. Importa sublinhar, ainda, que os percursos de alguns notáveis portuenses demonstram a importância da família no êxito individual, sendo relevante o nível de laços de parentesco entre a elite da cidade e do país.⁹²

Do estudo que fizemos ressalta, pois, a importância de um grupo urbano dominante que congregava importância económica e preparação cultural e no qual prevaleciam numericamente os negociantes, sem dúvida os mais ricos e com maior influência no poder local, pelo menos até à década de 1870. Neste grupo coexistiam maioritariamente proprietários, muitos dos quais não seriam ociosos mas indivíduos que a idade e/ou a fortuna afastara da vida activa, em menor número pessoas vivendo de rendas próprias, funcionários superiores (com relevo para juízes e professores do ensino superior), médicos e advogados representando as profissões liberais. Foram estes portuenses que dominaram a economia e as instituições da cidade. Eram possuidores de rendimentos muito diversos, quantitativa e qualitativamente, mas detinham um tipo de vida muito semelhante e, com nuances, um assinalável apego à educação. Preocupavam-se com a cultura e as artes, possuindo em suas casas muitos quadros, algumas esculturas e, em menor número, livros frequentando com assiduidade o teatro e a ópera.

F.E.U.C.
227-263

92 Como exemplo poderemos apontar a família de *Bernardo Pereira Leitão*, produtor e exportador de vinho do Porto, cujos laços de parentesco criaram um círculo coeso que foi reforçando as suas ligações com o poder político, económico e cultural do Portugal de oitocentos e mesmo do nosso século. Esta família foi objecto de uma comunicação que fizemos no I encontro da «História da Vinha e do Vinho no vale do Douro», realizado na F.L.U.P., em Março de 1996.

Apoios:

Fundação Calouste Gulbenkian



COMISSÃO DE ORIGEM DE REFUGIADOS